

REVISTA DO
INSTITUTO GEOGRÁFICO
E HISTÓRICO DA BAHIA

Nº 104
Salvador, Bahia
2009

ISSN Nº1516-344x

Conselho Editorial:

ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO

SÉRGIO MATTOS

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, no 94-A – Piedade

CEP 40.060-001, Salvador-Bahia

Tel.: (71) 3329-4463 – Telefax: 3329-6336

Site: www.ighb.org.br

E-mails: presidencia@ighb.org.br e bibloteca@ighb.org.br

Colaboração da bibliotecária Maria Augusta Cardozo Mascarenhas

Revista do Instituto Geográfico e Histórico
da Bahia v. 104 (jan-dez) 2009. – Salvador: IGHB,
2009.

424 p. il.

O 1º volume foi publicado em 1894.

1. Bahia – História

CDU: 94(813.8)

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade pública
pela Lei no 110, de 13 de agosto de 1895.

*Maxima sunt documenta res temporis acti in
proesens validusque in veniens stimulus*

SALVADOR

ANUAL

Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia	Salvador	v. 104	p. 1/424	2009
-------------------------------	----------	--------	----------	------



INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Diretoria – 2008/2009

Presidente:	Consuelo Pondé de Sena
1º Vice-Presidente:	Angelina Nobre Rolim Garcez
2º Vice-Presidente :	Sylvio de Carvalho Marback
3º Vice –Presidente:	Luiz Ovídio Fischer
Secretário Geral:	Sérgio Mattos
Secretária Adjunta:	Tatiana Brito de Araújo
Diretor Financeiro:	Wilson Thomé Sardinha Martins
Dir. Financeiro Adjunto:	Archimedes Pedreira Franco
Orador Oficial:	Edivaldo Machado Boaventura
Diretora de Publicações:	Lizir Arcanjo Alves
Dir. da Biblioteca:	Esmeralda Maria de Aragão
Dir. do Arquivo Histórico:	Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes

Luiz Guilherme Pontes Tavares
Pedro Faustino Souza Pondé
Guarani Valença de Araripe

Conselho Fiscal

Aramis Ribeiro Costa

Sônia Maria de Couto Jonas

Soane Nazaré de Andrade

Suplentes

Ellen Melo dos Santos Ribeiro

Aristeu de Almeida

Manoel Antônio dos Santos Neto

COMISSÕES PERMANENTES

Admissão de Sócios:

Célia Maria Leal Braga

Consuelo Novais Sampaio

Zita Magalhães Alves

Conselho Editorial:

Esmeralda Maria de Aragão

Sérgio Mattos

Comissão de Orçamento:

Ademar Bento Gomes

Abigail Lordello

Conselho Fiscal:

Titulares:

João Eurico Matta

Luiz Ovídio Fischer

Suplentes:

Caio César Tourinho Marques

João da Costa Pinto Victória

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
ARTIGOS	
Bartholomeu Lourenço de Gusmão e o primeiro aparelho voador	11
<i>Adinoel Motta Maia.....</i>	
A paixão vira notícia: crimes passionais e relações de gênero	59
<i>Antônio Carlos Lima da Conceição</i>	
Curraleiro, crioulo, peduro a pecuária como fator da formação socioeconômica do semi-árido	91
<i>Erivaldo Fagundes Neves</i>	
A grande rede de açudes do semi-árido brasileiro	127
<i>Engº Manoel Bomfim Ribeiro</i>	
Leis e índios na América Portuguesa dos Filipes: mudanças no tratamento legal?	143
<i>Maria Isabel de Siqueira</i>	
Cadeias e presos da relação da Bahia (1750-1808)	163
<i>Roque Felipe de Oliveira Filho</i>	
Inês de Castro, a que depois de morta foi rainha	193
<i>Waldir Freitas Oliveira</i>	
A identidade tecida pela palavra	213
<i>Yeda Pessoa de Castro</i>	
Perfil de Jorge Calmon.....	233
<i>Lizir Arcanjo Alves</i>	

Os edifícios do Colégio dos Jesuítas em Salvador/Bahia ao longo dos anos 1549 a 1760	269
<i>Pe. Carlos Bresciani SJ</i>	
Padre Antônio Vieira e a Rainha Cristina Alexandra da Suécia observações e comentários	321
<i>Gloria Kaiser</i>	
A leitura da Independência da Bahia em dois tempos	341
<i>Nancy Rita Ferreira Vieira</i>	
 DISCURSOS E PALESTRAS	
Há cento e quinze anos	367
<i>Consuelo Ponde de Sena</i>	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2009.....	371
<i>Edivaldo M. Boaventura</i>	
Salve o 2 de Julho de 2009	383
<i>Consuelo Ponde de Sena</i>	
O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao professor Roberto Figueira Santos	389
<i>Edivaldo M. Boaventura</i>	
Presidente de honra do IGHB	393
<i>Roberto Figueira Santos</i>	
Biblioteca Ruy Barbosa – Relatório do exercício de 2008	397
Sócios do IGHB	401
Relatório do arquivo histórico Theodoro Sampaio 2008...	417
Atividades Culturais 2008.....	417
Normas para publicação.....	421

Apresentação

Ao concluir minha gestão como diretora desta revista, o faço pedindo desculpas aos colaboradores que embora tendo enviado seus estudos, no prazo, aqui deixaram de ser editados, por uma razão que não deixa de ter seu lado positivo. Houve uma grande oferta de trabalhos de professores e pesquisadores, cujo resultado em número de páginas tornou-se maior que a capacidade da edição. No total o volume ficaria com número superior a 600 páginas, o que ultrapassaria a média possível, tendo em vista o formato já estabelecido e seu alto custo de impressão. Por esse motivo, tornou-se necessário adiar para o próximo número, assim concordem os autores, a publicação dos demais estudos enviados ao IGHB.

Seguindo o propósito principal desta Revista de divulgar estudos de interesse da história do país, especialmente da Bahia, o seu conteúdo abrange variados aspectos da vida social, econômica e da história luso-brasileira. A segunda parte compreende a vida social do IGHB, discursos pronunciados nos eventos oficiais e relatório de atividades. Peço aqui licença aos leitores para incluir, de minha autoria, o depoimento sobre o jornalista Jorge Calmon, professor-fundador do curso de História da América da UFBa., que foi sócio benemérito e presidente de honra deste Instituto.

Esclareço que o meu objetivo ao publicá-lo foi exclusivamente de prestar uma homenagem à sua mãe, D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt (1877-

1959), neste ano em que completa 50 anos de falecida. Era de sua vontade, prestar-lhe uma homenagem, nos seus 130 anos de nascimento, ocorrido em 2007, promovendo, no IGHB, uma seção comemorativa e o lançamento de um livro das poesias que ela havia escrito, nos últimos anos de sua vida. No entanto, vindo a falecer em dezembro de 2006, Jorge Calmon não pôde realizar o que havia planejado. Sentindo-me na obrigação afetiva de compensar-lhe esse desejo, foi que procurei, no texto aqui inserto, sintetizar a importância que essa heróica senhora exerceu na vida dos filhos e de como o seu exemplo representa, de maneira simbólica, toda uma geração que vivenciou a transição do regime monárquico para o republicano. Ao recordar o comovente amor filial que demonstrava cultivar por D. Romaninha (como era chamada em família), e registrar suas confissões, presto também uma homenagem à memória do filho que tanto soube honrá-la, e a quem ela sempre tratava por “meu filho Jorge”, como ele mesmo gostava de mencionar.

Lizir Arcanjo Alves

*Bartholomeu Lourenço de Gusmão
e o primeiro aparelho voador*

*Adinoel Motta Maia**

Resumo

A invenção do aeróstato – mais tarde chamado “balão” – foi feita no seminário jesuíta de Belém da Cachoeira, na Bahia, pelo então seminarista Bartholomeu Lourenço – mais tarde Bartholomeu Lourenço de Gusmão – nascido em Santos, S. Paulo, em 1685. As primeiras demonstrações públicas desse invento ocorreriam, no entanto, em Lisboa, nos dias 3, 5 e 8 de agosto de 1709, constituindo-se assim o primeiro aparelho voador feito pelo homem que subiu ao céu por meios próprios. Este artigo apresenta e discute os dados geográficos e históricos que alimentam uma polêmica sobre a vida e a obra do inventor, que viveu sob a proteção da Companhia de Jesus e do Rei D. João V, de Portugal, apesar do que foi perseguido e esquecido justamente por aqueles que teriam de se orgulhar do título de “primeiro inventor das Américas”, que lhe pertence. Escritas para se juntar às comemorações do tricentenário da primeira ascensão do aeróstato no mundo,

* Adinoel Motta Maia é engenheiro civil e professor fundador das disciplinas “Aeroporos”, “Evolução dos Transportes” e “Fundamentos de Astronomia e Astronáutica” na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

as palavras abaixo pretendem também provocar, sobretudo portugueses e brasileiros a estudar e divulgar o muito que já se pesquisou e escreveu sobre Bartholomeu Lourenço de Gusmão e o aeróstato.

Introdução

As primeiras palavras deste artigo são, por dever de ofício, referentes ao fato de termos, logo após nossa aposentadoria como professor da Escola Politécnica (Universidade Federal da Bahia), publicado provocação em *A Tarde*, de Salvador (12.01.1997), intitulada *O Padre que Inventou a Máquina de Voar*. A repercussão desse texto, não apenas na Bahia, levou seu conteúdo para a mídia nacional e fomos pressionados, então, por leitores de outros estados a continuar na luta que já foi de muitos brasileiros falecidos e deve ser de todos os vivos, no sentido de resgatar o mérito de ter sido o inventor do aeróstato e que pertence, inequivocamente, a Bartholomeu Lourenço de Gusmão.

Isso porque os franceses continuam influenciando o mundo a aceitar sua patriotada, na afirmação de terem sido os irmãos Étienne e Joseph Montgolfier, setenta e quatro anos depois de Bartholomeu, os inventores do “balão”. Na realidade, são eles os criadores apenas dessa palavra (*ballon*), derivada de *balle* (bola) – significando “bola grande” – e aplicada a um corpo esférico que construíram, utilizando a mesma técnica aerostática descoberta por Bartholomeu Lourenço, mas com novos materiais que os permitiram aumentar o diâmetro da esfera e consequentemente o empuxo

que permitiria suspender assim o primeiro homem a voar. Que fiquem com o seu mérito da *construção* da primeira máquina a subir ao céu com o ser humano a bordo. Ninguém o deve tirar dos franceses. A ação original, no entanto, a da *invenção* do aeróstato, é do nosso Bartholomeu Lourenço, que se tornaria, assim, o primeiro cientista das Américas.

Entre quantos nos estimularam a continuar nessa briga, devemos agradecimentos especiais a uma leitora de *O Estado de S. Paulo*, a escritora Laurete Godoy, briosa santista defensora naqueles dias da ideia de levar os restos mortais do Bartholomeu para sua terra natal, a cidade de Santos. Desde então, por anos a fio, ela nos vem estimulando com cartas, textos diversos e agora e-mails, a não desistir da luta. Desde 2008, temos trocado mensagens sobre a comemoração do tricentenário da primeira ascensão do aeróstato em Lisboa (agosto de 1709), ela em São Paulo e nós aqui na Bahia. Devemos dizer, portanto, que sem tal estímulo não estaríamos escrevendo agora este artigo, sendo necessário registrar isto no início desta nossa lavra.

Em 1709, portanto, ainda não havia a palavra “balão”, criada em 1783, com a primeira ascensão promovida pelos irmãos Montgolfier na França. Nem se conhecia a palavra “aeróstato”, ou outra qualquer, para algo novo que estava a surgir e que podia ser descrito como um globo, uma esfera, mas ainda não tinha nome.

Hoje sabemos que o aeróstato é todo objeto que se desloca na atmosfera por ação do *empuxo arquimédiano*, ou seja, da força ascendente que surge num meio fluido quando se mergulha nele um objeto atraído pela gravitação, de acordo

com o Princípio de Arquimedes (o corpo perde parte do seu peso em quantidade igual ao peso do volume do fluido por ele deslocado). Em outras palavras, por ação da força ascendente que surge num meio fluido quando se põe nele um objeto mais leve do que este, não só pelo empuxo arquimediano, mas também por qualquer outro modo, caso do aquecimento do ar no interior de um corpo esférico oco.

Evidentemente, a aerostação é a ascensão desse corpo assim mais leve que o ar, gerada uma força de sustentação que responde pela aerostática. Esta e a aerodinâmica compõem a aeromecânica, por sua vez parte da Mecânica dos Fluidos.

Este é o campo de observação, experimentação e estudos que nos leva à visão assim científica dos corpos que se equilibram e se movimentam na atmosfera, fundamental para se compreender um dos aspectos mais importantes da Física (a ciência da realidade), cujo objeto é o espaço enquanto consciência, com suas quatro dimensões, uma destas, a duração, conhecida como tempo¹.

O primeiro aeróstato do qual se tem conhecimento, na História Universal, com a devida documentação de que foi criado pelo homem e experimentado por este em demonstração pública é, portanto, obra de um jovem adolescente nascido na cidade de Santos, em São Paulo, no ano de 1685 – quando o Brasil era um lugar de Portugal, razão por que era ele então português do Brasil, como hoje podemos dizer que somos brasileiros da Bahia, por exemplo.

¹ Ver nosso artigo “Teoria Unificada do Universo” na edição de 2007 desta Revista.

A questão que nos move a escrever este artigo neste momento é ter essa demonstração pública sido realizada em Lisboa há exatos três séculos, em 3, 5 e 8 de agosto de 1709 e queremos aproveitar a oportunidade para fazer dessa data uma efeméride a constar de todos os calendários, sabendo ser este um trabalho para muitos anos, décadas, talvez séculos, mas que deve ser iniciado e continuado imediata e exaustivamente. Já têm ocorrido muitas manifestações com esse propósito e um destaque especial deve ser dado ao trabalho gigantesco de pesquisa, anotação e publicação do livro-mór (*Bartolomeu de Gusmão*, de Affonso de E. Taunay) que trata do assunto e seria bastante, se não fosse escrito em português, publicado em pequena tiragem (2.200 exemplares numerados e 25 exemplares em papel especial marcados de A a Z, fora de comércio) e sem uma publicidade que despertasse o interesse popular, no longínquo ano de 1942.

Essa obra, por si só, já seria um monumento a Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o primeiro observador do fenômeno da aerostação que resolveu e conseguiu produzir um aparelho onde o Princípio de Arquimedes seria comprovado no ar – o sábio grego o descobriu na água – estudando no seminário dos jesuítas de Belém da Cachoeira, na Bahia.

O catarinense Affonso d'Escragnolle Taunay (Florianópolis, 1876 – São Paulo, 1958), filho do visconde de Taunay, o famoso autor de *Inocência* e de *A Retirada da Laguna* (sua experiência na Guerra do Paraguai) e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, também viria a ser membro desta, assim como professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo e da Faculdade de Filosofia da Universidade

de São Paulo. Com tais títulos, coroou uma vasta e importante obra literária, sobretudo nos campos da História e da Linguística, destacando-se a extraordinária e monumental biografia de Bartholomeu Lourenço de Gusmão, inicialmente publicada em artigos no *Jornal do Comércio* (a partir de 1931), por influência de Afrânio Peixoto e em seguida (1934) consolidada no *Anuário* da Escola Politécnica, onde, um ano depois defenderia sua tese de que “Gusmão foi o inventor do aeróstato de ar quente”.

Em 30 de agosto de 1937, Taunay entregava a biografia e a tese para publicação nos *Annaes do Museu Paulista* da Universidade de São Paulo, de modo que em 1938 a Imprensa Oficial do Estado, ali, editava o Tomo VIII desses anais com o título *A Vida Gloriosa e Trágica de Bartholomeu de Gusmão* e logo após o Tomo IX, *Bartholomeu de Gusmão e a sua Prioridade Aerostática*.

Considerando esse conjunto como “tratado de erudição pura”, o incansável Affonso condensou as mil páginas de texto naquele único volume de três centenas delas, publicado em 1942 pela LEIA – Livraria Editora Importadora Americana, de São Paulo, que assim iniciou suas atividades editoriais, sob o título *Bartolomeu de Gusmão – Inventor do Aeróstato – A Vida e a Obra do Primeiro Inventor Americano* (edição ilustrada com 85 gravuras).

Introdutoriamente, nesse livro, Taunay dedicou-o desta forma:

À memória ilustre daqueles que, pressentindo a verdade e movidos por insopitável anseio de

justiça, pugnaram pelos direitos, inconcussos e postergados, de Bartolomeu de Gusmão, reverente preito consagra o autor deste ensaio, ao enunciar os nomes generosos desses magnos paladinos de uma campanha, longa e tenaz, de reparação e de reabilitação.

Em sequência, os relacionou: Francisco Freire de Carvalho Figueiredo, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), Francisco Recreio, Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), Ferdinand Denis, Antônio Lobo Teixeira Girão (Visconde de Vilarinho de São Romão), Augusto Felipe Simões, Inocêncio Francisco da Silva, Jacinto Inácio de Brito Rebelo, Baltazar Wilhelm, Camilo Castelo Branco (Visconde de Correia Botelho), Manuel Maria Rodrigues, José Vieira Fazenda, Benedito Calixto de Jesus, Manuel Antonio Gomes Himalaia, Antonio de Portugal de Faria (Marquês de Faria).

Os carros de fogo

Não há textos e documentos quaisquer, hoje conhecidos, que façam referência ao aeróstato como aparelho, teórica, prática e comprovadamente inventado e experimentado pelo homem, antes do globo de ar quente de Bartholomeu Lourenço. Manda-nos o rigor científico, no entanto, buscar ocorrências que possam assemelhar-se em forma, estrutura, funcionamento ou manifestação a esse tipo de aparelho voador, na literatura existente ou em outra forma de registro

antigo, tentando encontrar assim, se não um precursor, ao menos um modelo ou mesmo uma idéia de vanguarda.

O homem, feito à imagem de Deus, teria de ser, como Ele, um criador, ainda que apenas literário, registrando no papel os seus sonhos, suas especulações e suas imagens racionais, em textos e desenhos. A mesma Bíblia Sagrada que nos fala desse Deus e desse Homem nos mostra em um dos seus textos, o *Segundo Livro dos Reis*, um incrível veículo voador capaz de transportar seres humanos e movido por “fogo”, deslocando-se na atmosfera da Terra.

Metade do capítulo 2 desse livro (versículos 1 a 12) é dedicado à “assunção de Elias”, um dos mais famosos episódios bíblicos, pelo mistério que envolve a subida do profeta ao céu em um “carro de fogo com cavalos também de fogo” depois de caminhar ao lado de Eliseu desde Guilgal até o rio Jordão, local onde esperava ser arrebatado da presença do companheiro, como quem anda até uma estação terminal de transporte, ali aguardando ou chegando em hora pré-determinada para entrar em um veículo qualquer.

Diz o versículo 2:11:

Ora, enquanto seguiam pela estrada conversando, de repente apareceu um carro de fogo com cavalos também de fogo, separando-os um do outro, e Elias subiu para o céu no turbilhão.

Eliseu (versículo 2:12) grita, então: *Meu pai, meu pai, carro de Israel e sua parelha*”, observando-o até perdê-lo de vista. Essa mesma expressão de apelo está em 13:14, pronunciada pelo rei Joás

a debruçar-se sobre o rosto de Eliseu, quando este morria. Tanto o profeta Eliseu quanto o rei de Israel reconheciam um poder qualquer, nesse “carro de Israel e sua parelha”, identificando-o como o próprio “pai” ou “Senhor” que teria levado Elias a subir para o céu em um turbilhão no ano 853 a.C., para não mais voltar, desaparecendo para sempre, como surgira em 874 a.C. naquele cenário, também misteriosamente.

Não vamos nos deter, aqui, em mais do que o necessário para admitir que já então, ao menos intelectualmente, como ficção, alguém escrevia sobre o fogo como potência para um carro que se elevasse ao céu, com um ou dois homens a bordo, pelo menos. Seria um aeróstato? Tal “carro de fogo” parecer-se-ia com um corpo iluminado interiormente pelo fogo que aquece o ar no seu interior e o faz elevar-se. A referência a uma parelha nesse “carro de Israel”, significaria, talvez, duas bocas, isto é, duas fontes de potência, dois “cavalos”, nesse veículo.

Naturalmente, o conhecimento empírico surge sem necessidade de qualquer estudo teórico e é evidente que a observação dos fenômenos naturais – os meteorológicos, por exemplo – leva qualquer pessoa ignorante ao raciocínio lógico de que o ar quente se movimenta para cima e o ar frio o faz para baixo, em redemoinhos e turbilhões. A fogueira nos mostra claramente as fagulhas e a fumaça, que sobem, elevando o que quer que se coloque acima dela, justamente porque o ar ali sobe.

Não nos parece impossível que povos antigos tenham descoberto o princípio da aerostação pela mera observação dos

fenômenos naturais, usando o fogo como fonte de calor para aquecer o ar e elevar pacotes deste devidamente confinados em sacos quaisquer, capazes de suspender objetos ou mesmo pessoas, como autênticos “carros de fogo” puxados por “cavalos de fogo”, segundo a imagem que tinham de carros, na terra, puxados por cavalos, sem os quais não se moviam.

Ao se colocar anjos (mensageiros do Senhor) no céu, pintou-se eles em Bizâncio com asas (só as aves e insetos alados voavam então), mas os textos antigos os tornaram divinos porque era sobrenatural voar sem asas e isso só poderia ser explicado como coisa de Deus. Se imaginarmos um outro povo que não o de Israel a conhecer o princípio da aerostação, talvez o rei daquele pudesse mandar cobrar impostos e lançar fogo do céu sobre os soldados do rei deste. Aí, o texto bíblico teria uma leitura completamente diferente.

Que povo seria esse?

Os que subiram ao céu dos Andes

Em 1939, um especialista em irrigação, da Universidade de Long Island (EUA), chamado Paul Kosok, trabalhando em Nazca, no Peru, negou que as valas ali encontradas no final da década de 1920 fossem canais de irrigação, mas descobriu que uma delas formava o desenho de um gigantesco pássaro de 120 metros, como outra formava o desenho de uma aranha de 50 metros.

Em 1978, um texto assinado por Marc Lifsher, da United Press International, chegava às redações de jornais de todo o

mundo, dizendo que a matemática alemã Maria Reiche estava estudando durante os últimos 39 anos essas valas que apareciam em fotografias aéreas e eram conhecidas como “Linhas de Nazca”, desmentindo a proposta mais popular de que se tratava de obras feitas por seres extraterrenos em visita ao nosso planeta. Ela descobriu que as linhas coincidiam com a incidência do Sol nos solstícios e determinou assim que se tratava de um calendário formado com figuras enormes de animais, que só podiam ser vistas por inteiro por quem estivesse voando, no céu. Com a ajuda da Força Aérea Peruana, fez fotografias aéreas impressionantes, concluindo que tudo aquilo era obra de uma civilização anterior aos incas, ocupando a região por volta de 1000 anos antes de Cristo. Disse ela ao repórter da UPI: “Podiam controlar o andamento e a precisão da obra, observando-a do ar, em primitivas esferas de ar quente”. Completou ela: “Todos sabem que existiu um menino inca que podia voar e há informações, transmitidas por um jesuíta do século XVII, que revelam que os índios usavam esse sistema para voar. Há alguns anos, uma agência de viagem construiu uma dessas esferas, baseando-se em antigos projetos e a esfera voou”.

Duas aparentes coincidências: o povo andino que teria esferas voadoras seria aproximadamente contemporâneo dos carros de fogo do profeta Elias e o jesuíta que deu a notícia do voador andino também era contemporâneo do seminário jesuíta de Belém da Cachoeira (obras entre 1667 a 1707), onde Bartholomeu Lourenço estudou e iniciou seus experimentos com a aerostação (1695 a 1701). Além do que temos notícia de um outro jesuíta, o italiano Francesco Lana, a idealizar (sem realizar) um aeróstato em 1670.

Coincidências apenas aparentes, evidentemente, porque se tivessem efetivamente ocorrido, as escrituras – sagradas ou não – continuariam a registrar “carros de fogo” e “esferas voadoras” e o conhecimento tecnológico que os teriam produzido passariam de pai para filho, geração após geração, como foram passadas as técnicas da cerâmica, da ourivesaria, da agricultura e dos armamentos, por exemplo.

Ainda há muito o que pesquisar – as escavações não param – e algumas descobertas poderão surpreender a nossa certeza científica sempre provisória, mas até agora temos de dizer que tais especulações podem estar baseadas apenas numa vocação ficcional compreensível, mas que não deve influir, ainda, na História, de modo que por enquanto, cientificamente, temos de aceitar que ao conceber o seu aeróstato, Bartholomeu Lourenço estava realmente inventando um aparelho do qual não se tinha qualquer conhecimento, em nosso planeta.

Prova disso é que os homens que sonhavam em voar convergiam suas propostas sempre no sentido de fazê-lo com asas, porque até então, o céu era apenas dos pássaros, dos insetos... e dos anjos, que as ganharam em Bizâncio.

Uma família portuguesa em Santos

Na Rua Visconde do Rio Branco, na cidade de Santos, em São Paulo, o prédio nº 48 foi construído sobre uma rocha. Em 22 de outubro de 1902, a Prefeitura Municipal colocou ali, para dentro e à esquerda do portão de entrada do edifício, uma placa sobre parte visível daquela grande pedra, com as palavras:

Esta rocha é o resto do outeiro em que Braz Cubas lançou os fundamentos desta povoação, fundando ao mesmo tempo, época de 1543, o Hospital da Misericórdia, sob a invocação de Todos os Santos, que deu o nome a esta cidade, e primeira instituição pia que se estabeleceu no Brasil.

A Vila do Porto de Santos, hoje apenas Santos, é referente, portanto, a Todos os Santos. Naquela Cidade de Todos os Santos – seria este, hoje, o seu nome completo – em 1685, nasceu Bartholomeu Lourenço, numa casa que já não existe na então Rua Santo Antônio, substituída pelo prédio 47 da atual Rua do Comércio, onde há uma placa alusiva a tal nascimento ali. Era o quarto filho do português da cidade do Porto, Francisco Lourenço (cirurgião-mór do presídio² da vila) e da portuguesa nascida santista, Dona Maria Álvares.

Outro português, Alexandre de Gusmão, que nascera em Lisboa em 14 de agosto de 1629, como membro da pequena nobreza, viria para o Brasil em 1644, aos 15 anos, iniciando-se na Companhia de Jesus em 1646 e ingressando no colégio jesuíta do Rio de Janeiro, onde foi colega de Antonio Vieira e Simão de Vasconcelos, dali saindo como pregador e mestre dos noviços e indo para São Paulo.

Já em 1663, o padre jesuíta Alexandre de Gusmão era vice-reitor do Colégio São Miguel, em Santos. Em 1667, ele lançava as primeiras pedras dos alicerces do Seminário a ser construído em Belém da Cachoeira, na Bahia, para onde teria

² A palavra presidio, neste caso, não se refere à prisão de facínoras, mas a uma espécie de quartel numa praça de guerra, onde ficavam os militares e consequentemente estes também eram presos.

viajado. Como Provincial da Companhia de Jesus, tendo de conhecer todas as igrejas jesuítas do Brasil, deslocava-se bastante, o que facilitaria sua ação para realizar o projeto de fundação daquele seminário.

Não se deve esquecer que então, em Salvador estava o vice-rei e era ali, portanto, a sede do governo português no Brasil. A Bahia era a capital não apenas política como econômica e religiosa e para ela convergiam as atenções e as realizações. O recôncavo da Baía de Todos os Santos e especialmente a Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, até onde o rio Paraguaçu era navegável pelas naus, tinha seus atrativos. Nada mais natural, portanto, que um padre importante na Companhia de Jesus no Brasil voltasse suas vistas para aquela região, ali escolhendo o sítio para o seminário que pretendia fundar, com modelo europeu, como internato. Além do que, em Salvador, já havia outro – o primeiro e maior – colégio jesuíta da colônia.

Sua influência foi tão grande na família de Francisco Lourenço, que três dos filhos deste adotariam o sobrenome Gusmão e quase todos os do sexo masculino seguiriam a vida religiosa, sendo exceção apenas o afilhado Alexandre, que se dedicaria à carreira diplomática com extraordinário sucesso a serviço do Rei D. João V, do qual seria secretário particular até sua morte em 1750, após o que também ele desapareceria, arruinado pela perda de dois filhos e dos seus bens em um incêndio.

Ao primeiro filho do casal, nascido em 1682, fora dado o nome de Simão.

Nascendo Simão (1682) e Bartholomeu (1685), os dois primeiros filhos masculinos de Francisco Lourenço, sendo

este certamente amigo de Alexandre de Gusmão, já haveria acertos para que o padre os educasse, tirando-os do colégio em Santos para o seminário em Belém, onde estaria como Provincial em 1686, ano de sua fundação e definitivamente como seu reitor a partir de 1690, quando o primogênito tinha somente oito anos e o outro apenas cinco. Não seria, portanto, naquela viagem em que se transferiu de Santos para a Bahia, que os levaria, antes devendo eles frequentar, ali onde nasceram, a escola de primeiros números e letras.

Dos doze filhos do casal, o que nasceria em 1695 e seria batizado pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão teria o mesmo nome deste, homenagem do pai ao amigo que não iria a Santos apenas para cumprir esse sacramento, mas também para buscar os dois mais velhos, como planejado. Não havendo documento sobre tais acertos e quando o padre Alexandre de Gusmão levou Bartholomeu Lourenço e seu irmão Simão Álvares para o seminário jesuíta de Belém da Cachoeira, salvo melhor juízo, parece-nos claro, contudo, que o teria feito ao voltar de Santos, quando ali foi para batizar Alexandre como seu homônimo, logo após o nascimento deste. Ousamos propor, assim, que se aceite, como diretriz investigatória, que Bartholomeu foi retirado do convívio de sua família quando tinha cerca de dez anos de idade³, logo após o batizado do seu irmão Alexandre, que mais tarde também seria mandado para o mesmo seminário.

³ Pelo Regulamento do Colégio de Belém, os alunos ali ingressavam com 12 ou 13 anos de idade e essa era a do primogênito Simão, o que reforça esta proposta.

Assumindo a educação de Simão, Bartholomeu e Alexandre, levando-os para o Seminário de Belém da Cachoeira, na Bahia, o padre Alexandre de Gusmão aplicou neles toda a teoria que colocaria no seu livro *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia – Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno*, seguindo a proposta jesuítica de educar com amor, mas para a razão, atendendo o *Ratio Studiorum*, em cujo capítulo sobre as “Regras do Provincial” constava levar o conhecimento ao próximo como dos mais importantes mistérios da educação.

Saber tudo isso ajuda a compreender como um menino retirado de seus pais em Santos e levado para uma escola isolada no meio do mato⁴, num lugar que tomou o nome de Belém da Cachoeira por causa justamente do Menino de Belém e da Nossa Senhora de Belém – onde teria nascido Jesus – acabaria sendo o primeiro inventor das Américas, ou seja, de um novo mundo onde as pessoas nativas sem descendência européia eram mal tratadas por serem consideradas só um pouco melhor do que bichos.

O Seminário de Belém

Não se fala do Seminário de Belém da Cachoeira, portanto, sem destacar a ação do seu fundador, o padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, nascido em Lisboa

⁴ A igreja e o seminário formaram um conjunto situado na cumeada de um contraforte, em posição geograficamente definida pelas coordenadas 12°37'0"S / 38°56'0"W, distante uma légua da importante Vila da Nossa Senhora da Cachoeira do Paraguaçu.

em 1629 e falecido aos 95 anos ali mesmo, em 1724. A sua lápide tumular está até hoje no piso da igreja consagrada a Nossa Senhora de Belém da Cachoeira, erguida em local por ele escolhido para, em 1667⁵, lançar pedras fundamentais, tendo suas obras concluídas em 1686, data que se considera como a da fundação do seminário ao qual ela pertencia (as obras deste só terminariam em 1707)⁶.

O poeta Godofredo Filho, comandando o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia, escreveu:

Mas os restos do Padre Alexandre não mais repousam na solidão sagrada de Belém. Os farejadores de preciosidades foram buscá-los à fria terra, ao esconderijo amável em que deveriam para sempre jazer. E, com outras relíquias dispersas da velha igreja, também se perdeu a urna que encerrava os santos despojos.

Missionário apostólico, Alexandre de Gusmão escolheu aquele lugar, da aldeia dos índios jaraguás, doutrinados pela Companhia de Jesus, nas proximidades da então importante Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, subindo os contrafortes da serra da Timbora, à margem de um riacho – o Pitanga⁷, não como um mero construtor, mas para realizar

⁵ Alexandre de Gusmão teria lançado as primeiras pedras do alicerce do seminário em 13 de abril de 1667, “numa cerimônia modesta”, nas palavras de Antonio Loureiro de Souza, discursando em 15 de março de 1974, em Belém, nas comemorações dos 250 anos da morte do jesuíta.

⁶ O padre Alexandre de Gusmão o administraria como reitor, por três períodos: 1690/1693, 1698/1709, 1715/1716.

⁷ Rio Pitanga ou “das Pitangas”. Em artigo publicado (“Tricentenário de um Monumento”), comemorativo do tricentenário do Seminário de Belém, em 13

um projeto pedagógico seu, exposto em obras que escreveu, fruto de suas reflexões filosóficas e estudos científicos.

Um século depois, a ira pombalense que decretou a expulsão dos jesuítas resultou na evacuação daquela considerada suntuosa igreja e do seminário de Belém em 28 de dezembro de 1759, tendo-se notícias de tentativas de aproveitamento de suas instalações até 1826 (D. Pedro I queria ali um colégio público). É presumível que depois disso, veio a ruína dos prédios envolventes, registrando-se em 1845 estar de pé apenas a igreja, restando hoje, ao lado desta, somente dois arcos do antigo claustro.

Sendo o primeiro internato de que se tem notícia no Brasil, segundo o modelo europeu, o Seminário de Belém – como era conhecido internacionalmente – era constituído por dormitórios, salas de aula, biblioteca, refeitório, cozinha, dispensa, rouparia, casa de hóspedes para visitantes e peregrinos, além de portaria. Havia um dormitório para os estudantes e outro como residência dos padres, ambos com seus próprios claustros, tendo a igreja entre eles, com sua sacristia e as salas de aulas, separando-os.

O projeto original era criar uma escola para os estudos fundamentais, tendo como alunos os habitantes do lugar, principalmente os mais pobres, mas as dificuldades de obtenção dos recursos levou o padre Alexandre a buscar apoio do Rei, que consultou o então Governador Geral do Brasil, na Bahia – Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho – do qual

de abril de 1986, Erivaldo Brito diz que Belém da Cachoeira foi instalada numa região inóspita conhecida no século XVI como *Sigumudo*, nas imediações de uma tribo de índios jaraguás.

recebeu carta de 9 de julho de 1692⁸, confirmando a proposta do Rei de que os “os moradores de maior possibilidade concorressem para ele com algumas esmolas certas, para se sustentarem os filhos dos que são pobres”, mas respondendo ser “trabalho sem fruto” a tentativa de “persuadir aos moradores a que concorram com as ditas esmolas”. Assim, a um donativo do Reino, Alexandre de Gusmão teve de somar nova estratégia, ouvindo o Padre Antônio Vieira, que tomara posse do cargo de Visitador em 1688: buscar recursos nas famílias dos próprios alunos, que pagariam módica pensão para sustentá-los no internato. Assim, terminada a obra da igreja em 1686, a pedra fundamental do seminário seria batida em 13 de abril de 1687. Os alunos foram testemunhas das obras que eram feitas à sua volta. Em 1693, seriam cinquenta a dormir em instalações provisórias. Em 1695, provavelmente, chegariam lá os irmãos Simão e Bartholomeu, levados pelo próprio reitor. Ali se ensinava Moral, Teologia, Filosofia, Lógica, Matemática, Física, Geologia, Artes e Idiomas.

Bartholomeu Lourenço inventor

A saída de Santos e a chegada em Belém da Cachoeira, do Bartholomeu Lourenço, é um mistério, como ainda está nas trevas da ignorância quase toda a sua permanência no seminário dos jesuítas. O que se pode mais deduzir do que comprovar, é que foi levado pelo grande amigo do seu pai, juntamente com o irmão Simão Álvares, numa viagem que

⁸ Serafim Leite, citando Rocha Pombo, *História do Brasil*.

deveria ter sido feita pelo mar, diretamente do porto de (Todos os) Santos para a Baía de Todos os Santos, entrando pelo rio Paraguaçu até a vila da Cachoeira, ali desembarcando os três para uma subida em carro de tração animal ou em lombo deste por cerca de uma légua até o seminário ainda em obras, já pronta a Igreja de Nossa Senhora de Belém.

Sem dúvida, o ego de Bartholomeu (10 anos) era mais desenvolvido que o do seu irmão mais velho (13 anos), assim se mantendo também em relação aos demais colegas. Revelar-se-ia bom observador das leis naturais que estudava, logo encontrando uma solução para o problema de abastecimento de água do seminário, feito cotidianamente em vasos carregados por escravos a descer cem metros com eles vazios e a subir de volta com eles cheios. Antes de 1701, quando se demitiu ou foi demitido como noviço da Companhia de Jesus (por falta de vocação ou indisciplina?), encontrou uma solução tecnológica, com o represamento da água no riacho e formação de uma “lagoa”, da qual levou um cano até o prédio do colégio, 101,20 metros acima. Não se tem registro de que força utilizou para aumentar a pressão da água no nível da lagoa, fazendo-a vencer esse desnível e aparecer farta onde era necessária. Não há prova nem simples menção na época, de ter inventado o carneiro hidráulico ou outro aparelho qualquer.

O fato é que fez a água subir e os testemunhos apresentados com entusiasmo incluíam uma certidão do próprio Padre Alexandre de Gusmão nos seguintes termos:

Certifico eu, P. Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, Reitor do Seminário de Belém,

como é verdade que Bartolomeu Lourenço, seminarista que foi⁹ do dito Seminário, fez com sua indústria subir a água de um brejo do dito Seminário, que fica sobre um monte, por um cano de quatrocentos e sessenta palmos de altura, obra de grande admiração e utilidade para o dito seminário; a qual eu vi correr e todos os mais do dito Seminário, assim religiosos como Seminaristas. E por passar assim na verdade, e me ser pedida esta, a fiz, por mim assinada e selada com o selo de meu ofício. No mesmo Seminário de Belém, aos 18 de janeiro de 1706.¹⁰

Temos de aceitar sua precocidade, portanto. É fato que Bartholomeu deixou a Companhia de Jesus em 1701 e viajou para Lisboa, não se tendo documentos claros de quem pagou as despesas. Teria o pai recursos para mandá-lo? Ou seu protetor Alexandre de Gusmão atuara direta ou indiretamente junto ao Rei para patrociná-lo, liberando-o da Companhia de Jesus para que já então tomasse o caminho da universidade? As notícias de que estivera então em Coimbra nos dá fortes indicações de sua iniciação naquela casa, fosse para prestar-se a exames, fosse para matricular-se em cursos preliminares.

⁹ Notar o verbo no passado, declarando a condição de ex-seminarista, de Bartholomeu Lourenço, naquela data.

¹⁰ Serafim Leite, citando Affonso de E. Taunay (*Bartholomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática*. S. Paulo, 1938, p. 542). Note-se ser esta data posterior à da sessão de 12.12.1705 que concede o privilégio do “segredo” de Bartholomeu, que nós entendemos ser o de transportar a água em forma de vapor, do rio até o seminário. Deveremos apresentar ainda neste ano uma teoria sobre isso, a ser comprovada com experimento, na Escola Politécnica da UFBA.

Aquela ida a Portugal, em 1701, do seminarista recém excluído da Companhia de Jesus, provavelmente ainda orientado pelo reitor Alexandre de Gusmão – sabemos que o continuaria apoiando pela certidão que mais tarde daria como comprovante do seu invento hidráulico – foi certamente decisiva para mudar sua trajetória, voltando ao Brasil, mas não mais para Belém da Cachoeira, nem para Santos, onde tinha sua família.

Salvador, na Bahia, era o centro do poder, a sede do vice-reino, onde poderia registrar seu invento e ordenar-se padre. Um dos mais importantes documentos de toda esta arquitetura teórica que estamos a propor é estranhamente parte de um poema, dois pares de versos de um poeta português que esteve na então mais importante cidade brasileira, entre 1682 e 1694: Tomás Pinto Brandão.

Nas palavras de Taunay:

Vivera Pinto Brandão, no Brasil, na Baía, em companhia de outro personagem do seu feitio, o Boca de Inferno, Gregório de Matos. Ali, castigando-lhe a língua viperina o Governador Geral do Brasil, Câmara Coutinho, o deportara para o Rio de Janeiro. Do Rio, o degredara o Governador Luiz César de Menezes para Angola, de onde anos mais tarde conseguira voltar para Portugal onde vivia do parasitismo de fidalgos.

Esse indivíduo, muito mal considerado pela História, depois de anos servindo no presídio de S. Paulo de Luanda, em Angola, aonde chegou a ferros, teve permissão para voltar a Lisboa anos depois, onde encontrou Bartholomeu

Lourenço a lidar com as experiências de seu aeróstato, numa época em que eram justamente os poetas os repórteres, como eram os artistas plásticos os fotógrafos de uma “imprensa” que ainda não existia.

Era através dos poetas, que o povo sabia das coisas. No seu papel, Pinto Brandão teria visto e entrevistado Bartholomeu Lourenço, em 1709, protegido do Rei, este sempre acusado nos seus versos. Era natural que atingisse direta e indiretamente, o padre inventor, incluindo-o entre os caprichos de D. João V, mas o fez revelando algo que viria beneficiar decisivamente àquele que queria ofender.

Bastam quatro dos versos de uma décima de sua lavra já em Portugal, para provar que ele soubera naqueles dias das experiências iniciais do aeróstato em Belém antes de 1701 e talvez tenha ouvido isso do próprio Bartholomeu numa abordagem em plena rua.

Os seus vôos na Bahia
Algum princípio tiveram
Que por isto não o quiseram
Os Padres da Companhia

Declara aí o poeta Pinto Brandão terem sido justamente as experiências de Bartholomeu Lourenço, antes de 1701, no seminário de Belém, fazendo subir suas esferas de ar quente, que teriam levado a Companhia de Jesus a demiti-lo daquele colégio. Para puni-lo por estar ele com o demônio? Claro que não, porque não era essa a filosofia nem o método dos padres que beijavam o conhecimento e até se aproximavam da gnose, contrários em tudo ao pen-

samento dominicano que criou a Inquisição para manter os cristãos em plena ignorância, não havendo como apagar essa mancha, jamais, no papel branco da História.

Propomos assim caminharmos em direção diversa da que tem sido adotada, no rumo de uma demissão do seminário¹¹, do qual Bartholomeu não mais precisava, para fazer uma iniciação na Universidade de Coimbra, onde ainda não tinha idade para se matricular nos cursos regulares, mas já poderia ser examinado e tão logo fosse possível, assistir aulas. Para se apresentar aos doutores, teria sido levado a Portugal, de onde voltaria ao Brasil não mais para o Seminário de Belém, mas ainda sob os olhares e a proteção da Companhia de Jesus, onde era influente Alexandre de Gusmão.

Ousamos mais, em nossa proposta de investigação, por sabermos da sua instrução em Belém, com jesuítas estudiosos inclusive das ciências físicas, algum deles provavelmente conhecedor dos estudos bastante divulgados do famoso padre também jesuíta Francesco Lana (1631-1687), na Itália, uma espécie de cientista, inventor, que teve publicada em 1670 uma obra revolucionária intitulada *Prodromo Ovvero Saggio di Invanzioni Nuove*, na qual descreve, apenas como idéia, a primeira de suas máquinas, uma ave mecânica que chamou de *nave volante*, com mastro, verga, vela e escota, sustentada por quatro esferas metálicas *com vácuo*¹² no seu interior.

¹¹ Saída essa, como noviço, aos 15 anos, em 1701, confirmada pelo padre alemão Bartazar Wilhelm, professor do colégio jesuíta em Feldkirch, na Áustria e assim registrada no Catálogo da Companhia de Jesus de 1705: “Bartholomeu Laurentius, Nov. Schol. ex oppido Sanctorum anno 1701, dimissus”.

¹² O ar seria retirado pela “máquina pneumática” do alemão Otto von Guricke

É provável que assim se tenha iniciado, então, o interesse de Bartholomeu pelo vôo do homem.

E que tenha aplicado os seus esforços, ainda na Bahia, para chegar a ele, preparando-se em Belém para mostrar-se aos doutores de Lisboa e Coimbra e obter a ajuda do Rei.

De fato, eminentes intelectuais eruditos portugueses dedicaram palavras elogiosas à passagem do menino Bartholomeu a caminho da puberdade, marcando seus estudos na *Philosophia* e nas *Mathematicas*, como um prodígio a ser considerado também nos idiomas, a começar pelo latim; e nas artes, onde se inseriam os trabalhos manuais e até, como diríamos hoje, os mecânicos, além do que o destacavam por ter memória extraordinária. Está documentado que dois anos depois, em 1703, ele era “assistente” na Universidade de Coimbra, tendo então decidido ordenar-se padre e encaminhado uma petição nesse sentido ao bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Francisco de S. Jerônimo, querendo “ser promovido a todas as ordens menores e sacras”.

A primeira data realmente precisa, que se tem, da presença dele na Bahia após o seu regresso, é a do “Termo de Veriação e Resolução” da sessão na Câmara da Bahia que analisou e registrou sua petição, conferindo-lhe o privilégio daquela invenção no campo da hidráulica: 12 de dezembro de 1705. Já estava, aí, Bartholomeu Lourenço, com 20 anos de idade.

(1650), mas o que teria inviabilizado essa proposta seria a pressão atmosférica sobre a superfície pouco resistente da esfera, que teria de ser metálica, o que evidentemente, a tornaria mais pesada do que o ar retirado do seu interior, ao se fazer o vácuo, ali.

É importante reproduzir esse *Termo de Veriação / eResolução sobre huma peti- / ção do Seminarista Bartho- / lomeo Lourenço* que está em Ata de 5-12-1705 nas folhas 250 (linhas 12 a 25) a 251v (linhas 1 a 5) do livro onde eram lavradas as decisões daquela Casa¹³:

Aos doze di/ – as do mez de Dezembro demil / setecentos ecinco annos, nesta / Cidade do Salvador Bahia de / todos os Santos nas Cazas da Ca- / Mara, estando em Meza de Ve- / riação oDoutor Juiz de Fora / Fernando Pereira de Vascon- / cellos, Veriadores, eProcurador a- / baixo assignados, tratarão sobem / commum despachando todas as pe- / tições, ediferirão atodos os requerimê- / tos, deque mandarão fazer este Ter- / mo que assignarão; eeu Manoel / Pessoa de Vasconcellos que oescrevi, / Enadita Veriação sendo vista hu- / ma petição de Bartolomeo Louren- / co emque propoem que elle commui- / (Fls. 250V) com muito particular cuida- / do digo particular estudo, eex- / periencia, que fez do Segre- / do defazer subir agoa, toda a / distancia ealtura aque sequi- / zer Levar, eque com effeito a fez / oSuplicante subir no Simina- / rio, digo Siminario de Belém / quatrocentos esecenta palmos / como mostrou por uma Certi- / dão que junta aSobre dita peti- / ção offereceo, passada pelo mui- / to Reverendo Padre Alexandre / deGosmão, Reitor do dito Simi- / nario, eque com omesmo invento / sepodera fazer moer os Engenhos / deBeira mar com a agoa del- / lê, eaeste respeito todos os

¹³ Ver “Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara – 1700/1718” – 7º volume – Prefeitura Municipal de Salvador – Bahia/1984.

Enge- / nhos que tiveram Tanque, Fon- / te ou
Rio, ainda que esteja em / parte muito inferior;
epelo con- / seguinte trazer agoas para Cha- /
farizes, eFontes para utilidade / econveniencia do
Serviço dos Po- / vos, e grandeza desta Cidade,
eas / (Fls.251) eassim, respeitando atão u- / til pro-
posta, pedia, que desco- / brindo o Supplicante o
Segredo / do dito invento, emsinando pa- / ra que
sepossa usar delle, onão / podesse fazer nenhuma
Pessoa / nem lograr asua utilidade, sê / pagar
ao Supplicante quatro / centos milreis porcada
Enge- / nho, ouobra que fizer naforma / sobredita,
visto dever-selhe re- / munerar o trabalho de
seus Estu- / dos; oque visto poreste Senado, e /
considerando não rezultar nen- / hum prejuízo
em se lhe admitir / adita proposta authori- / zada
eaprovada pela Certidão / deque atraz se faz
menção, Con- / sedemos Licença ao Suplican- /
te paradar execução ao Sobredi- / to invento, com
as condições que / (Fls. 251V) que propoem epede
na sua / petição enenhuma pessoa de / qualquer
qualidade que seja / poderá num por si, nem por
ou- / trem usar do dito invento, sempa- / gar ao
Supplicante o Donativo / que pede, premio tam
merecido / ao seo trabalho, no caso que tenha /
effeito, edetudo mandarão fazer / este Termo que
assignarão; Eeu / Manoel Pessoa de Vasconcellos
/ Escrivão da Câmara oescrevi.
(As.) Pereira de Vasconcellos, Pa- / lhares, Fran-
ca, Aranha.

Mais tarde, em 18 de maio de 1706, a mesma Câmara tornaria extensivo esse privilégio a todo o Brasil e em 18 de Novembro de 1706, seria isso confirmado pelo Conselho Ul-

tramarino¹⁴, tendo o Rei mandado uma carta a Bartholomeu, datada de 23 de março de 1707 sobre esse ato. A importância desse documento é a demonstração de que o inventor já havia caído nas graças e merecia atenção pessoal de D. João V, não se encontrando então em Portugal. Por meios indiretos, monta-se o quebra-cabeças, no qual ainda faltam algumas peças, como as demais alusivas ao ano de 1707, quando dividiria sua ação inovadora com a preparação para a ordenação como padre, em Salvador.

Há que se investigar mais essa linha que nos conduz a uma sequência de eventos entre 1701 e 1708 dedicados aos inventos, na Bahia, havendo ainda referência a um terceiro destes, constituído por “rodas de pás adaptáveis às embarcações, movidas por um só homem... a fim de facilitar travessias marítimas para a cidade de S. Salvador”¹⁵.

Não se tem documentos que definam a data de sua ordenação, mas se sabe que, em janeiro de 1708, tal ainda não acontecera, assim constando do processo, conforme autos na Cúria de S. Paulo, sendo evidente que já era padre em Lisboa no início de 1709, ao assinar como tal o pedido de privilégio encaminhado ao Rei. Apesar das infrutíferas buscas realizadas por Taunay nos arquivos das cúrias fluminense e baiana, o pesquisador não conseguiu definir se ela ocorreu no Rio de Janeiro ou em Salvador, mas em favor desta, há uma declaração dos pais de Bartholomeu, nos autos do processo de

¹⁴ O Conselho Ultramarino era um órgão português, criado para coordenar as políticas da Colônia.

¹⁵ Citação do Brig. Lysias Augusto Rodrigues, autor de *História da Conquista do Ar e de Brasileiros Pioneiros do Ar*.

sua ordenação acima referidos, de que ele se encontrava em 1707 na capital brasileira. Ainda mais, que em 1º de outubro de 1707 “assistia na cidade da Bahia”¹⁶, da qual, diria depois o próprio Bartholomeu, “por causa dos estudos pretendia, na primeira frota, passar à Universidade de Coimbra”.

Sabe-se¹⁷ que em 1708, Bartholomeu iniciou o 1º ano na Universidade de Coimbra¹⁸, certamente já como padre, o que sugere ter sua ordenação ocorrida até meados do ano. Levava consigo para lá e depois para Lisboa não só a teoria da aerostação, mas certamente os resultados das experiências feitas na Bahia, conforme se lê no depoimento em versos do poeta Tomás Pinto Brandão e no texto do padre jesuíta Serafim Leite, que em sua “História da Companhia de Jesus no Brasil” declarou ter ele “realizado em Belém da Cachoeira as primeiras experiências de seu invento”.

Essa ida a Portugal em 1708 seria definitiva. Jamais regressaria vivo ao Brasil.

A ascensão do primeiro aeróstato

O primeiro trabalho do *padre* Bartholomeu Lourenço talvez tenha sido não um ato litúrgico, mas um pedido de privilégio pelo invento do balão. Já chegara a Portugal com as experiências feitas com sua pequena esfera de ar quente, mas ainda não tinha a nave com a qual talvez pretendesse

¹⁶ TAUNAY, *Bartholomeu de Gusmão* pág 37.

¹⁷ Documento do arquivo da Universidade de Coimbra.

¹⁸ A Enciclopédia Histórica de Portugal informa que a matrícula na Universidade teria ocorrido em dezembro de 1708.

voar, conforme se deduz dos termos do seu pedido de privilégio ao Rei D. João V.

Neste nosso artigo, valem-nos do texto daquela petição conforme transcrita pelo Cônego Freire de Carvalho¹⁹, que chamaria a atenção até do Núncio Apostólico em Portugal (Cardeal Michelangelo Conti, doze anos depois Papa Inocêncio XIII), comunicando o fato ao Secretário de Estado do Vaticano.

Senhor,

Diz o licenciado Bartholomeu Lourenço, que elle tem discuberto hum instrumento para andar pello ar, da mesma Sorte do que pella terra, e pello mar, e Com muito mais brevidade, fazendo se muitas Vezes duzentas, e mais leguas por dia nos quaes instrumentos, Se poderão levar os avvizos de mais importância aos exercitos, e as terras mais Remotas, quazi no mesmo tempo em que se resolverem, por que interessa a Vossa Magestade muito mais do que nenhum dos outros Príncipes, pella Mayor distancia dos Seus domínios, evitandose desta Sorte, os desgovernos das Conquistas que provem em grande parte de chegar muito tarde as noticias dellas.

Além do que poderá Vossa Magestade mandar Vir o precioso dellas, muito mais brevemente e mais Seguro poderão os homens de negocio passar letras, e Cabedaes e todas as praças Citiadas poderão ser Soccorridas, tanto de Gente, como de munições, e viveres a todo o tempo e tirarem se dellas, todas as pessoas que quizerem. Sem

¹⁹ Documento copiado na Torre do Tombo (Lisboa), referente à chancelaria d'El-Rei D. João V (ofícios e mercês, livro 3, fol. 202 v)

que o inimigo o possa impedir; Descubrir Se hão as Regiões que ficarão mais vizinhas aos Pollos do Mundo.

Sendo da Nação Portuguesa a gloria deste descobrimento além de infinitas Convivencias que Mostrará o tempo. E porque deste invento tão Vtil Se podem Seguir Muytas desordens commettendo se com seu uso muitos crimes e facilitandosse Muitos na confiança de Se poder passar a outro reino o que se evita estando reduzido o dito Vso a huma Só pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens que forem Convenientes, a Respeito do dito transporte, a prohibindo a todas as mais, sob graves penas e he bem se Remunere ao Supplicante um invento de tanta importancia.

Pede a Vossa Magestade Seja Servido Conceder ao Supplicante o privilegio de que pondo por obra o dito invento, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que for possa Vzar delle em nenhum tempo neste Reyno, e Suas Conquistas, Sem licença do Supplicante ou de Seus Herdeiros Sob pena de perdimento de todos Seus bens.

Respondeu o Rei a esta petição em 19 de Abril de 1709, com alvará de mercê, concedendo o privilégio certamente por já ter a ele sido feita uma prova prática do funcionamento do dito instrumento, faltando apenas promover uma ou mais exhibições para a corte, o clero e o povo, com data marcada (24 de junho) que foi transferida por não estar o Rei com boa saúde.

Naturalmente, a notícia se espalhou, provocando sentimentos diversos, desde a euforia dos que em tudo logo acreditam até a crítica debochada dos céticos e preconceituosos,

relativamente ignorantes. Poucos pesaram o real significado daquela proposta, feita a partir da experiência já realizada de que se podia elevar ao céu com a injeção de ar quente numa esfera que era pequena e, portanto, insuficiente para produzir os efeitos previstos na petição, mas poderia ser ampliada ou formar conjunto delas a aumentar o empuxo de baixo para cima.

Certamente estava exagerada – Bartholomeu o reconheceria mais tarde – a velocidade prevista de duzentas léguas por dia ou mais (cerca de 50 quilômetros por hora), principalmente porque não se disse da direção do vento, havendo vento e nem se tinha a menor ideia naqueles dias de um motor que pudesse impulsionar o conjunto, como ocorreria séculos depois. Era evidente que a petição do Bartholomeu estava correta, mas não para o século XVIII e assim, não poderia ser favorável a reação das pessoas que viviam naquele século.

As invenções costumam ser resultantes de associações de ideias feitas por várias pessoas.

O que nos leva a ver essa associação, neste caso, é, sobretudo, o desenho feito a partir do texto de Francesco Lana e que, se mostrado por Bartholomeu a Pinto Brandão, este considerou como sendo a invenção do padre, levando-a para os seus versos apressados, a partir dos quais e com eles, a figura foi exposta em praça pública para ridicularizar o inventor.

É importante, portanto, reproduzir as duas décimas de Pinto Brandão em sua ira destruidora:

1º

Esta maroma escondida,
Que abala toda a cidade,
Esta mentira verdade,
Ou esta duvida criada;
Esta exalação nascida
No Portuguesez firmamento:
Este nunca visto invento
Do Padre Bartholomeu,
Assim fora santo eu,
Como ella he coisa de vento.

2º

Esta féra passarola,
Que leva, por mais que brame,
Trezentos mil réis de arame
Sómente para a gaiola:
Esta urdida paviola,
Ou este tecido enredo:
Esta das mulheres medo
E emfim dos homens espanto;
Assim fora eu cedo santo
Como se ha de acabar cedo.

Além do nome depreciativo e da associação a um desenho que não correspondia ao invento de Bartholomeu, mas certamente à idéia do Padre Francesco Lana, o poeta errou como repórter ao dizer que o invento estava sendo prometido e escondido, quando na realidade sua demonstração vinha sendo adiada a espera da melhoria do estado de saúde do Rei, sabidamente acamado.

Tanto que, ao realizar a apresentação pública do seu aeróstato, Bartholomeu mostrou que era apenas um globo com ar quente no seu interior, sem aquela aparência de barco a vela com forma de pássaro, e que se elevava na atmosfera como prometido. Se ainda não transportava pessoas e cargas era porque havia ainda no que trabalhar, com novos materiais, como de fato se comprovou ao longo das décadas e dos séculos que se sucederam.

A então chamada *passarola* nada mais seria, portanto, que um desenho com a contribuição científica de Bartholomeu Lourenço, descobrindo que a aerostação não se faria com o vácuo, mas com o ar aquecido e assim expandido dentro da esfera, tornando-se mais leve que o do exterior a ela.

Na superposição dos estudos e das ideias dos padres Lana e Lourenço talvez se tenha desenvolvido a confusão e a polêmica em torno do que foi chamado pejorativamente de *Passarola*. É bastante racional para ser investigado, que sob a influência de Lana, o inventor do aeróstato apenas esférico o quisesse empregar para realizar a proposta do jesuíta italiano.

Afinal, o seu pequeno globo de ar quente seria apenas uma das quatro esferas propostas por este. Esse aparelho sozinho não promoveria o vôo do homem, mas quatro deles talvez o fizessem.

Parece-nos promissor caminhar nessa direção para resolver a polêmica sobre a *Passarola*, uma nave que nunca foi feita e, portanto, nunca voou, como também nunca voou o padre Bartholomeu Lourenço, pois teria aquele desenho sido aproveitado pelos ignorantes invejosos apenas para destruir o entusiasmo de um jovem estudioso que ousava enfrentar

os demônios do desconhecido para chegar a algum lugar e devassá-lo para o mundo.

Não nos esqueçamos da “coincidência” de estarem três jesuítas e somente eles, embora isoladamente, diretamente ligados à pesquisa e experimentação do aeróstato, até aquele momento. Além do Bartholomeu ainda seminarista, os padres Francesco Lana, na Itália e aquele outro que também no século XVII referia-se aos índios, nos Andes, a usarem um meio qualquer para voar com ar quente.

Quando, finalmente, em 3 e 5 de agosto de 1709, o Rei abriu a Sala das Embaixadas da Casa da Índia para ali ser feita a demonstração da ascensão do globo esférico de papel pardo e grosso envolvendo talvez uma armação de arame a sustentar uma tigela de cerâmica na qual haveria uma fonte ígnea, sob a boca por onde o fogo aquecia o ar dentro do aeróstato, ocorreu um fracasso (no dia 3), porque o conjunto incendiou-se ainda no chão, mas em seguida (dia 5), o “instrumento” saiu das mãos do padre e subiu lentamente por cerca de quatro metros, ameaçando chocar-se contra teto e cortinas e provocar um incêndio, razão porque os serviçais atentos o derrubaram.

Nesse momento, além do Rei D. João V, da Rainha Dona Ana, dos embaixadores credenciados e de membros da corte, estava o Cardeal Conti, Núncio Apostólico, que em 1721 seria o novo Papa, Inocêncio XIII. Enviou, ele, então, ao Vaticano, um folheto de aviso narrando a experiência, constituindo-se este um dos principais documentos do sucesso da ascensão²⁰.

²⁰ “Foglietto d’avisi” de 18 de agosto de 1709 do Núncio Apostólico de Lisboa ao Secretário de Estado do Vaticano (Nunciatura de Portugal, Livro 61), atestando que “um corpo esférico de pouco peso [...] elevou-se quatro metros”.

Não satisfeito, Bartholomeu realizou uma terceira demonstração pública (dia 8), em área externa, no pátio da Casa da Índia, tendo o aeróstato subido ao céu até que a fonte ígnea apagou-se e ele desceu. O que para um cientista era motivo de realização plena, sucesso absoluto, para o povo a observar tão pouca potência e ainda menor alcance, foi uma frustração.

A conclusão óbvia seria a de ser necessário um globo esférico maior para aumentar tais potência e alcance. O inventor teria trabalhado nisso, gastando quilos de arame, de modo que ao aumento de potência, correspondesse também um aumento de peso e assim, em 3 de outubro de 1709, ainda no pátio da Casa da Índia, o novo aeróstato seria talvez maior, mas subiu do mesmo modo que o anterior, esgotando a fonte ígnea e voltando ao solo.

Padre, bacharel e doutor

A Europa abria-se com o pensamento de seus filósofos, mas Portugal fechava-se na sua fidelidade à Igreja Católica, ainda eficiente, ali, como na Espanha, em sua perseguição às novas propostas. Não porque fosse retrógrada, no sentido de evitar o progresso material, mas por medo de que a ciência e a tecnologia trouxessem no seu bojo pensamentos avançados e contrários aos dogmas e ensinamentos doutrinários.

Bartholomeu Lourenço teve apoio não só do Rei como de algumas pessoas mais esclarecidas da elite, entre as quais as que o hospedaram e financiaram na compra dos materiais necessários ao seu projeto, no pagamento dos ajudantes que precisava e no atendimento de suas necessidades pes-

soais, como o Marquês de Fontes, o Conde de Ericeria, o Marquês de Abrantes, por ser ele “um clérigo pobre e não ter com que se sustentar para continuar seus estudos”, tudo isso contribuindo para alimentar a inveja dos que ralavam o corpo nas pedras duras do cotidiano difícil naquele momento e naquele lugar.

Ciência, tecnologia e inovação estavam no cérebro de Bartholomeu Lourenço como as nuvens estavam no céu. Em 1710, ele publicou um opúsculo custeado pelo Rei para divulgar seu novo invento, com o título *Vários Modos de Esgotar sem Gente as Naus que Fazem Água*. Empregando o funcionamento do parafuso de Arquimedes, criou uma bomba que esgotava as águas a entrar nos porões, aproveitando o próprio movimento das naus e assim evitando o que muitas vezes aconteceu por incapacidade física dos homens levados à exaustão. Foram inúmeros os casos de embarcações de madeira que naufragaram em alto mar porque não se conseguia tirar a água em excesso dos seus porões.

À frente do seu tempo, sem os materiais necessários ao desenvolvimento de sua máquina voadora, lutando contra a incompreensão dos que eram contra gastar dinheiro apenas para fazer ciência e criar novas tecnologias sem benefício imediato para o povo, Bartholomeu procurou reconhecimento e apoio em outros países da Europa, tais como a Holanda, a Inglaterra e a França. O fato é que aos poucos se foi convencendo de que não servia ter o aeróstato se ainda não podia ser feita a *naveta* para o homem voar, sendo essa sua proposta, que não sendo atendida, o levava “ao ridículo e ao descrédito”.

Hoje sabemos que tudo aquilo que previu em sua petição de privilégio acabou sendo realizado por outros, décadas e séculos depois, utilizando os princípios e a técnica da aerostação por ele descobertos e experimentados com sucesso.

A partir do momento em que feitas as demonstrações aerostáticas, surgiram as críticas inconscientes, Bartholomeu tornou-se mais conhecido, levando seus trabalhos a serem mais e melhor registrados, quer no campo da oratória religiosa (*Sermões do Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão*), quer na pesquisa histórica, na Real Academia de História (*Memórias do Bispado do Porto*).

Pode-se dizer que houve uma primeira morte do Bartholomeu Lourenço, para surgir um outro homem que se teria aproximado mais de quem o apoiava, fosse em Portugal, na Holanda, na Inglaterra ou na França, havendo boatos – onde há fumaça há fogo – de que se teria relacionado com judeus e até que se teria circuncidado e casado, o que se provou não ter ocorrido.

Como ocorrera com outro jesuíta português, o Padre Antônio Vieira, que também estudara em colégio da Companhia de Jesus na Bahia (o de Salvador) e igualmente seria protegido pelo Rei (D. João IV), que o livrou da Inquisição enquanto viveu, após o que foi ele parar na masmorra do Santo Ofício, em Coimbra, respondendo processo no tribunal.

Ao lado da vigilância religiosa, sempre houve a usura e a ganância dos invejosos a perseguir os homens de ciência, paradoxalmente quase sempre mal remunerados.

Um grande problema de todos os tempos tem sido a remuneração dos inventores. Até hoje, são custosos e de-

morados os processos de registro de patente (dizia-se “privilégio”), após os quais, não sendo este respeitado, ainda mais custosos e demorados são os de cobrança de direitos. Em poucas palavras: *o homem criador e produtivo sempre viveu cercado por invejosos e ladrões*. Os inventores nada podem fazer sem inteira dedicação aos seus estudos, que começam com a observação do que os cerca e do que necessitam os outros, terminando com as experiências sucessivas, nem sempre bem sucedidas. Quem os sustenta, enquanto labutam com dedicação exclusiva a uma descoberta, para chegar a uma inovação? Não raramente, ao contrário, são incompreendidos e até perseguidos, levados ao escárnio público e à ruína por aqueles que vivem sua vidinha particular e egoísta.

Bartholomeu Lourenço, como muitos outros inventores, optou pelo sofrimento. Seu ego neural estava a serviço de um inconsciente que ditava o que ele deveria ser e fazer, em benefício, sempre, de outras pessoas. A História mostra a vocação de quem se liga a um corpo, ao nascer, com essa instrução, não tendo como sair da sua senda e não raramente acabando como mártir. Por isso, muitos desses indivíduos encontram apoio apenas na Igreja, mas ainda paradoxalmente, esta também acaba não aceitando o resultado de suas buscas intelectuais e muitas vezes já os mandou para a fogueira. Costumam tais cientistas ainda hoje fazer uma oração de desespero: “Livrai-nos, Senhor, da cegueira dos egoístas, dos sectários e dos partidários”.

Cientificamente bem sucedidas as experiências de Bartholomeu com o seu aeróstato, portanto, não lograram êxito

perante o pragmatismo dos que perseguiam resultados fartos e imediatos, sem a devida paciência para o desenvolvimento do processo inovador. Sem jamais revelar os segredos de suas próprias invenções, para que não as roubassem dele, teria deixado escapar os desenhos baseados na proposta do Lana como algo a perseguir. Talvez feitos por ele, tais desenhos nada tinham em comum com o seu aeróstato, mas podem ter sido confundidos com este, na visão da massa ignara. Assim surgindo a *Passarola*, foi esta e não o seu simples pequeno globo de ar quente, a fazer dele um risível *Padre Voador*, imagem que se espalhou pelo mundo e muito contribuiu para a dúvida e a falsa certeza de que ele seria um embusteiro, criando até hoje um desconfortável embaraço para os estudiosos que o defendem.

Abaixo, portanto, as *passarolas* e os *padres voadores* que estão nos livros didáticos, nas enciclopédias e nos textos dos mal informados. Com essa queima de arquivos a eliminar ervas daninhas, deixe-se aparecer as flores dos documentos conhecidos e das análises deles resultantes.

Não é do escopo deste artigo fazer a biografia de Bartholomeu Lourenço de Gusmão, mas tão somente contribuir com algumas novas reflexões sobre o processo de invenção do aeróstato, que culminou com as demonstrações públicas de agosto de 1709, três séculos atrás, em Lisboa.

Parece-nos claro que morrendo, em 1710, o *inventor* Bartholomeu Lourenço; nascia então o *padre*, o *bacharel*, o *doutor* Bartholomeu Lourenço de Gusmão. Entre aquela morte e esse nascimento, houve uma interface de dois anos, vividos por ele como padre, desde que, terminada a apresen-

tação do *globo de ar quente* ao Rei e ao povo em Lisboa, foi ele inserido na intimidade da Casa Real, em 1709, não só para assistir a prática religiosa em palácio, mas igualmente como orador sacro, enchendo auditórios para ouvi-lo, havendo quem comparasse seus sermões aos do padre Antonio Vieira e recebendo elogios posteriores de gente como Camilo Castelo Branco.

A boa-vontade que existia para a publicação da poesia e dos sermões – a literatura artística e religiosa – não era conhecida dos que buscavam ampliar o conhecimento físico ou psíquico, considerados perigosas peças gnósticas a serem julgadas pela ousadia de explicar o que só era competência de Deus saber e instruir, através seus sacerdotes.

A Igreja em Portugal continuava atenta às heresias.

Foi assim, ainda sem o sobrenome Gusmão, que Bartholomeu Lourenço publicou pela primeira vez, em 26 de abril de 1712, um desses sermões, o *Serman da Virgem Maria Nossa Senhora*, com custos por conta do Rei na Oficina Real Deslandesiana²¹. Acompanhando D. João V numa excursão, em temporada primaveril na Salvaterra de Magos, fora por ele incumbido a falar na festa religiosa que num velho palácio se realizou, então.

²¹ Este como os outros dois sermões igualmente publicados, em 09.01.1718 (*Serman a Nossa Senhora do Desterro*) e em 5/11/1721 (*Serman na Festa do Corpo de Deos*), ambos já com o sobrenome de Gusmão, encontram-se na íntegra, em *Obras Diversas de Bartholomeu Lourenço de Gusmão*, com um estudo crítico por Affonso de E. Taunay, São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

Vencida a ressaca dos seus infortúnios como inventor, mudava ele de rumo, portanto, ainda a serviço e sob a proteção, sobretudo pecuniária do Rei. Novo homem, novo nome, foi em 1712 que o filho de Francisco Lourenço acrescentou ao seu sobrenome o “de Gusmão”, assim homenageando não só o seu primeiro protetor e orientador Alexandre de Gusmão que ficara em Belém da Cachoeira, como se associando fraternalmente ao irmão de sangue Alexandre de Gusmão, que logo estaria ali em Portugal, também servindo ao Rei em importantes missões diplomáticas, às quais ele, Bartholomeu, já se dedicava.

Teria ele anos de indefinição, viajando aos países do Norte (Holanda, Inglaterra e França) em fuga ou em missões secretas, não se sabe, a serviço do Rei ou do judaísmo (não há documentos além de boatos desencontrados). Teria beijado então a heresia ou estava a trair o Rei, seu protetor, que se diz ter se irritado com suas atitudes?

Tem-se certeza apenas de que entre 1713 e 1716, ele estava aqui e ali²².

Retornando em 1716 à Universidade de Coimbra, onde voltou a matricular-se (2º ano) na Faculdade dos Cânones, ali trabalharia até 1720, bacharelando-se em 20 de maio e doutorando-se em 16 de junho, aos 35 anos. Durante esses anos, como Procurador do Rei, advogou em causas de Direito Civil. Este, ainda fiel ao seu protegido, fundando a Real Academia de História (Portuguesa) em 8 de dezembro de 1720,

²² Há um depoimento do Padre João Batista de Castro, em um opúsculo de 1766, dizendo ser testemunha de que estava ele em 1715 numa casa de aula a fazer demonstrações de memória extraordinária, acima da prática humana.

o incluiu entre os “membros de número” (um dos cinquenta fundadores). Ali ele faria uma pesquisa e também teria inimigos, mas a terminaria, escrevendo, ao fim, as *Memórias Históricas do Bispado do Porto*.

Nesta síntese sobre *o outro* Bartholomeu, pós-aeróstato, apenas para cumprir a obrigação de quem, falando do nascimento, tem de narrar a morte, somos levados a dizer que o Bartholomeu de Gusmão era de caráter humanístico – o de Bartholomeu Lourenço era científico – e como tal abriu-se para a natureza humana ao seu redor, não podendo esconder-se da questão dos judeus, como não se escondia de coisa alguma, enfrentando os desafios da atividade intelectual que coloca o homem, como indivíduo, acima de todas as demais espécies.

Como padre, atendeu a quem dele precisasse uma palavra, um conselho, uma orientação de rumo, principalmente pessoas em erro, com as quais teria de misturar-se para lhes mostrar a rota. Era notório que o Rei mantinha atividades secretas de natureza libidinosa inclusive em convento de freiras, não sendo de estranhar que lá fosse parar o padre, bacharel e doutor, a serviço. Seria natural que alguma coisa salpicasse em sua roupa, por estar presente. Ao padre, ao médico e ao professor não se escolhe companhia.

Apesar, contudo, do olhar atento do Santo Ofício e da renitência dos que tramam cotidianamente pela ruína dos que lhe são antipáticos, o Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão foi resistindo a tudo e todos os boatos, até que um dia, em setembro de 1724, estando bem e sendo poderoso na corte, teria sido preso – segundo uns – sob acusação ainda

hoje não precisamente conhecida, falando-se de que teria relações com o mulhério, fora encontrado em práticas de feitiçaria e mantinha relações com judeus²³.

Mais uma vítima do Tribunal da Inquisição – pode-se resumir – conseguiu, no entanto, não se sabe como²⁴, escapar no dia 26 daquele mês, na companhia do seu irmão Frei João Álvares de Santa Maria, buscando a fronteira com a Espanha e chegando a Toledo, onde, já doente, miserável, subnutrido, acabou sendo internado com febre no Hospital da Misericórdia da Paróquia de São Romão, ali falecendo em 19 de Novembro de 1724²⁵, sendo sepultado na sua igreja²⁶.

Como a gota de chuva que se perde na terra, Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o inventor do aeróstato, simplesmente deixou de existir. Ninguém honrou sua vida, resgatou seu trabalho, evidenciou sua obra em Portugal ou no Brasil, até que os irmãos Montgolfier, em 1783, na França, fizessem o seu *ballon*, com o qual viram todos os que o negaram, criticaram, ridicularizaram, ser realizável a sua proposta, verdadeira a sua visão. Paulatinamente, os portugueses da metrópole e da colônia iniciaram um lento processo de busca da memória, ensaiando tímida reação para o reconhecimento do seu conterrâneo.

²³ Ferdinand Denis, citado em *Aviação Portuguesa*, de Albino Lapa, Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1928 – diz que Bartholomeu “foi lançado dentro de uma masmorra e condenado a jejum perpétuo”.

²⁴ Seu irmão, com o qual fugira, teria alegado, para retirá-lo da prisão ou evitá-la, que ele “estava deficiente de suas faculdades mentais”.

²⁵ Nesse mesmo ano morreu o Padre Alexandre de Gusmão, em Belém da Cachoeira.

²⁶ Seu funeral foi pago pela Irmandade do Senhor S. Pedro e o atestado de óbito diz que recebeu a extrema unção, acrescentando: “Faleceu sem testamento por não ter o que legar”.

A lentidão dessas ações fica demonstrada com o fato de seus restos, guardados numa urna naquela igreja de Toledo, só receberem uma lápide em seu átrio em solenidade no dia 5 de junho de 1912, ali se lendo:

En este templo d Sº Roman, Martir reposan los restos d Dº Bartolomé Lorenzo d Guzman, presbítero Port, nacido en la ciudad d Santos=Brasil, en el año d MDCLXXXV primer inventor d los aerostatos = Falleció en esta Capital en XIX d noviembre d MDCCXXIV. La Ciudad d Toledo le dedica este recuerdo.

O traslado da urna com seus restos mortais e essa lápide, para o Brasil, só seria feito em 1966, colocadas aos cuidados da Fundação Santos Dumont, no Museu da Aeronáutica, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, ali ficando até que aquele se transferiu para o Centro Municipal de Campismo, em Cotia e os despojos foram para o Mosteiro de São Bento, de onde saíram em 24 de março de 2004 para sepultamento na Cripta da Catedral de São Paulo.

Conclusão

Após três séculos, que se fecham em 5 de agosto de 2009, ainda são raras as manifestações de reconhecimento do nome de Bartholomeu Lourenço de Gusmão como descobridor dos princípios da aerostação e realizador da primeira demonstração pública do invento do aeróstato de ar quente, o primeiro dos aparelhos feitos pelo homem, capaz de subir

ao céu por meios próprios, ou seja, por uma fonte de calor colocada sob o bojo da esfera cheia de ar.

Como se demonstrou neste artigo, com necessária documentação, é fato que tal ascensão se realizou no salão da Casa da Índia, em Lisboa, no dia 5 de agosto de 1709, depois de ocorrer, dias antes, sem sucesso, sempre com a presença do Rei de Portugal e sua Corte, assim como de representantes estrangeiros, inclusive o Núncio Apostólico, além do povo, depois de prévia e longamente anunciada e ansiosamente aguardada por todos.

Também é fato que setenta e quatro anos depois, em 5 de junho de 1783, os irmãos Joseph e Étienne Montgolfier realizaram a ascensão de um outro aeróstato, bem maior, por eles apenas construído, também de ar quente, em Annonay, na França, seguida de uma sequência de outras experiências, carregando animais (aves e carneiro) num vôo e dois homens (Pilâtre de Rozier e o Marquês d'Arlandes) em outro, estes os primeiros a voar, em 21 de novembro de 1783, além das quais uma outra em que o aeróstato era fechado e o ar substituído por gás hidrogênio.

Por negligência luso-brasileira, temos de reconhecer, os franceses passaram à História como inventores do aeróstato. Neste momento do tricentenário do feito de Bartholomeu Lourenço, surge a oportunidade de se falar ao mundo no sentido de fazer justa revisão e confirmar universalmente o mérito do português do Brasil, porque a Ciência não tem cores nem pátria e nada é científico se não for rigorosamente comprovado, sem interpretações literárias ou vontades políticas.

Nossa provocação, nesta oportunidade, é que este gancho nos alce à postura de zelar cotidianamente, a partir de agora, para implantar memoriais e formar grupos de estudo em escolas e bibliotecas, com raízes bem firmadas e copas que abranjam todo o planeta, em prol da memória do primeiro cientista das Américas.

E que a nossa juventude internauta inclua entre suas tarefas o espalhar das sementes, em todos os idiomas, que façam nascerem novas árvores com esse fruto.

Um dos muitos frutos da verdade geográfica e histórica, sem a qual o homem não se situa no espaço, do qual, repetimos, o tempo é apenas uma dimensão.

Referências

AGUIAR, Pinto de. *Os precursores brasileiros da aeronáutica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

ARRUDÃO, Matias. *Bartholomeu Lourenço de Gusmão*. São Paulo: Saraiva. 1959. 58 p. (Museu Aeroespacial)

FERREIRA, J. Diniz. *Aeronáutica portuguesa*. Lisboa: Edição do autor, 1961.

FILHO, Godofredo. *Seminário de Belém da Cachoeira*. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, II.

LAPA, Albino. *Aviação portuguesa*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1928.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil – Tomo V*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

MACEDO, Horácio. *Dicionário de Física*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara – 1700/1718” – 7º volume*. Salvador:1984.

SILVA SOBRINHO, Costa e. *Santos noutros tempos*. Santos: [s. n.], 1953.

SOUZA, Antônio Loureiro de. Belém da Cachoeira. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* n. 85, 1972/75.

RODRIGUES, Lysias Augusto. *Bartholomeu Lourenço de Gusmão – o padre voador*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1936.

TAUNAY, Affonso de E. *Obras diversas de Bartholomeu Lourenço de Gusmão*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1934.

TAUNAY, Affonso de E. A vida gloriosa e trágica de Bartholomeu de Gusmão. In: *Annaes do Museu Paulista, Tomo VIII*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Imprensa Official do Estado, 1938. il.

TAUNAY, Affonso de. *Bartolomeu de Gusmão, Inventor do Aeróstato*, Primeiro Inventor Americano. São Paulo: Edições Leia 1942. il.

Apaixão vira notícia: crimes passionais e relações de gênero

*Antônio Carlos Lima da Conceição**

Resumo

Tenta-se examinar em que medida os crimes passionais ocorridos entre casais com vínculos amorosos e/ou sexuais em Salvador/BA, entre 1890 e 1940, contribuíram para legitimar a desigualdade de gênero. Além disso, pretende identificar as concepções de gênero que perpassavam aquela sociedade e sua influência na prática dos crimes passionais estudados. Para tanto, foram buscados textos jornalísticos, que como discursos representativos daquela sociedade, deram suporte a reconstrução das experiências cotidianas dos moradores soteropolitanos no episódio dos crimes passionais.

Discutiremos, a seguir, as notícias dos crimes passionais na perspectiva de gênero, ocorridos em Salvador entre os anos de 1890 a 1940. Trata-se, portanto, de uma reflexão teórico-metodológica e de resultado de pesquisa empírica em jornais sobre os crimes passionais. Não obstante o caráter arbitrário de toda periodização, há sempre que se trabalhar com uma; a nossa opção por este intervalo de cinquenta anos e se justifica por algumas razões, isto é, os limites de uma mesma vigência normativa, qual seja, o Código Penal que

* Professor do Instituto Federal da Bahia e mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo. Contato: curallima@ig.com.br

substitui a legislação imperial logo no ano seguinte ao da inauguração do regime republicano.

As fontes desse artigo foram notícias criminais decorrentes do tipo de crime anteriormente delimitado. Para alcançar os dramas passionais buscamos as notícias crime, selecionando-as em função dos vínculos amorosos ali presentes. Os textos jornalísticos como discursos representativos daquela sociedade, deram suporte à reconstrução das experiências cotidianas dos moradores de Salvador no episódio dos crimes passionais. O discurso jornalístico revela a opinião que a elite letrada possui sobre esses acontecimentos, mas, ao descrever situações e emitir opiniões sobre a vida e a conduta de variados grupos sociais, tornou possível ao historiador chegar, de forma indireta, aos segmentos populares, que, no presente trabalho, são representados pelos envolvidos nos dramas passionais.

Entre os jornais que circulavam em Salvador no período estudado, foi escolhido o *Diário da Bahia* como fonte privilegiada diante do número significativo de exemplares que fazem parte do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, cobrindo grande parte do período estudado. O *Diário da Bahia* foi durante toda a sua existência um jornal partidário, enquanto porta-voz do Partido Republicano. A partir de 1916, entretanto, passou por um processo de reestruturação, tornando-se muito preocupado com a notícia e não somente com a política.

As fontes serão trabalhadas numa tentativa de aproximação com objeto, visto ser ele parte de um processo, dentro de uma tessitura mais ampla que são as relações de gênero

na sociedade baiana na virada do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Neste sentido, estudos empíricos e reflexões críticas trazida neste artigo, discutindo as representações de gênero presente nas notícias jornalísticas são de uma atualidade impar. O crime, pensado agora, não mais como um meio para estudar as patologias ou o incomum nas sociedades, foi deslocado do centro da vida social, passando a ser uma fonte privilegiada de investigação da vida cotidiana. Estudar os momentos de conflito costuma abrir brechas que permitem aos historiadores visualizar e, portanto, analisar as normas, hábitos e comportamentos que foram quebrados na vivência cotidiana das relações de gênero.

Crime numa perspectiva historiográfica

A incorporação da violência como modelo socialmente válido de conduta foi evidenciada na obra “Trabalho, Lar e Botequim” de Sidney Chalhoub.¹ Nesse estudo, utilizando como fonte principal os processos crimes de homicídios ocorridos no Rio de Janeiro, no começo do século XX, o autor recuperou o cotidiano dos trabalhadores, seus valores e normas de condutas nas falas dos diversos testemunhos analisados e observou uma atitude de desconfiança e resistência desses indivíduos em relação às autoridades policiais e judiciárias, instituições responsáveis pela imposição de uma ordem burguesa no Brasil. Tal atitude era justificava, para

¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

além do ressentimento oriundo das arbitrariedades com que esses indivíduos eram tratados, o fato de os mesmos estarem imbuídos de normas próprias reguladoras de suas desavenças, em que a luta e o comportamento violento constituíam-se em possibilidades de solucionar conflitos, sem a intervenção de agentes estranhos e impostos a partir de uma ordem social da qual eles não se sentiam partícipes. Para eles, “a opção da mediação do estado (...) devia ser evitada e resistida sempre que possível” (CHALHOUB, 1986, p. 84).

O comportamento violento como manifestação de uma prática de resistência a uma nova ordem social, evidenciada no trabalho de Chalhoub (1986), propiciou uma melhor percepção de que as transformações que estavam em curso, durante o processo de modernização do Rio de Janeiro, pautadas no ideal de europeização dos costumes e foram experimentadas de forma diferenciada pelos seus diversos habitantes.

Fausto (2001), ao analisar a criminalidade em São Paulo entre os anos de 1890-1920, destaca que as construções do discurso de moralização da classe trabalhadora, de acordo com os poderes burgueses, foram implementadas mediante a ação de instituições e práticas discursivas científicas. Merece destaque a influência do saber médico no âmbito da criminalidade enquanto mecanismo de controle social, através da frenologia,² que lia no corpo os supostos sinais

² Doutrina fundada por Gall no século XIX que se assenta em duas proposições que lhe parecem de evidência indestrutível, a continuidade da natureza, segundo a qual ela se eleva, sem solução de continuidade, de grau a grau, formando “a escala gradual do aperfeiçoamento”, dos seres sensíveis, e a especificidade dos órgãos, consoante a qual cada órgão tem sua função própria, em relação a sua estrutura, e não tem senão essa única função.

identificadores dos sujeitos propensos ao crime. Médicos, peritos e policiais emitiam pareceres que combinavam elementos psiquiátricos com traços biológicos no ato de cometer o crime, influenciados pela Teoria do Criminoso Nato, de Cesare Lombroso.³

As ações delituosas empreendidas pelos trabalhadores pobres urbanos, analisadas nas vozes de quem julga, são ilustrativas dos valores construídos e socialmente aceitos pelas classes sociais dominantes, evidenciados a partir da negação dos valores do mundo do outro. Segundo Fausto (2001), a ação judiciária funciona como um mecanismo propagador e legitimador da nova ordem que buscava na criminalização dos hábitos e formas de sociabilidades recorrentes entre os pobres urbanos, a construção de um novo comportamento público, reforçando imagens, valores e padrões de conduta validados socialmente.

Papéis e violência de gênero são elementos interligados, dois lados de uma mesma moeda. A violência, geralmente, surge a partir de fatores associados aos modos de percepção e de significação do gênero, no âmbito das relações interpessoais e intersubjetivas. A violência de gênero engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

³ Professor de Turim, cuja obra “O homem delinquente” abriu novos horizontes aos estudos criminais penais, em que dava mais valor aos dados craniológicos e antropométricos do que a outros principalmente os psicológicos.

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem dado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e feminino.

Desta forma, “a justiça e o pensamento jurídico não ficariam indiferentes à formação de trabalhadores em seu sentido moral e sexual.” (Castro, 1936, p. 57), Especificamente para o pensamento jurídico, o início dos tempos republicanos, trazendo maiores oportunidades institucionais, tornou-se um momento privilegiado para organizar uma política mais voltada para a sexualidade. Criou, ainda, possibilidade de ordenar a nação através do controle social direto (polícia e punições jurídicas) ou indireto, bem mais sutil, como a difusão de papéis/imagens sociais e sexuais a serem valorizados ou marginalizados. O aparelho judiciário tornou-se mais uma instituição, junto com a medicina, a fábrica e a polícia, a tentar introduzir o trabalhador na ótica burguesa.

No final do século XIX, dada à urgência de construção da nação republicana, o governo provisório efetuou uma revisão das leis civis e criminais decretando reformas e disposições complementares. Neste cenário tornou-se expressa e nítida a preocupação no Código Penal com a ordem pública, com os direitos individuais e com a propriedade, enfocando a família e promovendo a subjetivação da boa conduta social,

incluindo o controle das práticas populares como jogos e apostas, regulando manifestações da sexualidade, preservando harmonia com a instituição familiar.

Durante o processo de consolidação da ordem burguesa, transformam-se as expressões públicas de emoções, que passam por redefinições sociais amplas. Além da eleição do domínio privado como local adequado para a manifestação de sentimentos verifica-se um contínuo esmaecimento das expressões desenfreadas das emoções, que, em muitas situações, explicitam-se de um modo tal que poderia ser qualificado como selvagem de acordo com o olhar civilizador contemporâneo.

Na perspectiva da constituição da ordem burguesa, era necessária a pacificação das relações de gênero e isso deveria refletir-se na valorização do controle das emoções com o consequente comedimento na expressão das paixões, de tal forma que pudessem ser afiançadas relações sociais equilibradas e estáveis. Uma das instituições mais importantes e que serviu de modo fundamental para veicular esse tipo de moralidade foi o casamento, visto como consequência natural na vida do cidadão comum e, também, como uma barreira contra os vícios e a degeneração.

A contenção, a moderação, o autocontrole burguês eram tidos como fundamentais para a vida familiar quanto para os futuros chefes de família. Desenvolver o equilíbrio e o domínio sobre si próprio era pré-requisito para que se pudesse ter controle e autoridade sobre a família, na condição de marido e pai.

Na organização social de gênero vigente na sociedade brasileira, no período estudado (1890-1940), ainda estavam arraigados, no imaginário coletivo, padrões fixos de comportamento para mulheres e homens, baseados em imagens idealizadas do masculino e do feminino, que “[...] só ganham forma e têm tanta eficácia em situações vividas porque partem de um substrato de representações profundamente ancorado na consciência coletiva.” (FAUSTO, 2001, p. 35).

Segundo afirma Corrêa (1983), a imagem masculina ideal era geralmente construída, em função das expectativas de proteção e assistência à família, função que era possibilitada pelo trabalho. No caso feminino, a identidade social construída pela coletividade para as mulheres era a de cuidarem bem da família, do marido, enfim, do lar.

Os estudos histórico-críticos sobre crime e gênero têm dado importantes contribuições teóricas para a compreensão e visibilidade do fenômeno do crime passionai. É importante que haja uma ampliação do objeto das pesquisas, para que a perspectiva de gênero não exclua diferentes categorias sociais das análises sobre crime e relações de gênero no Brasil.

As cidades brasileiras vivenciaram, logo após a instalação da República, reformas modernizadoras, uma vez que o novo regime permitiu a articulação direta das elites dirigentes regionais com as instituições de crédito e financiamento estrangeiros. De acordo com Pinheiro (1992), nas décadas iniciais do século XIX, a urbanização e os melhoramentos materiais alastraram-se por diversas capitais do país, entre elas Recife, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Segundo Leite (1996):

[...] enquanto centros políticos, comerciais, financeiros, administrativos e culturais, numa dimensão regional ou nacional, as capitais brasileiras deveriam ser um espelho de uma civilidade e de um progresso pretendidos para o país. A insalubridade que era uma característica marcante na maioria delas, não condizia com as aspirações das elites dominantes. O Rio de Janeiro, por exemplo, na condição de capital federal – e certamente, o mais importante centro urbano do país – tinha a reputação de ser uma das cidades mais insalubres do mundo (LEITE, 1996. p. 9).

Essa situação causava danos e prejuízos às iniciativas comerciais, além de envergonhar a cidade e seus habitantes ante o olhar dos estrangeiros, que formavam, sem dúvida, uma imagem extremamente negativa dela. Era preciso realizar reformas que a tornassem mais digna e atraente, pudessem atrair investidores internacionais, que trariam não somente capitais, mas a visão civilizadora, própria das nações mais adiantadas e progressistas.

O aumento demográfico verificado nas cidades, lentamente em alguns casos, mais acelerado em outros, não foi seguido por um planejamento urbano que tivesse a intenção de adequá-las à demanda populacional ascendente. Herdada do período colonial e não tendo como absorver um progressivo contingente de habitantes, as cidades tornaram-se um manancial de problemas, que favoreceram a propagação de doenças e do crime. Alguns problemas como: ruas estreitas, impedindo a livre circulação do ar e a penetração da luz; a carência de moradias, provocando a proliferação de cortiços e

outros tipos de habitações populares insalubres, a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos em todo o perímetro urbano, era tomada como elementos estimuladores à violência e a proliferação de doenças.

A modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costumes, ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, dentre outros aspectos, tornaram-se, todos eles, corolários e seguiam um decurso tal que se referir à modernização ou à urbanização ou a higienização implicava sempre referir-se a outras tantas “ações”. A concepção inicial do projeto higienizador direcionou suas vistas para os problemas relacionados à estrutura e infraestrutura urbanas e para a qualidade das habitações, contudo, não tardou em se preocupar com os hábitos da população, assumindo uma dimensão social.

O poder público buscou normatizar as habitações e passou a invadir a vida familiar e procurou “estruturar comportamentos individuais e coletivos”. O objetivo era controlar o modo de vida das classes populares, que com seus “péssimos (conforme definiam as elites) costumes” contribuíam para a situação de insalubridade da cidade. De projeto espacial, a higienização transfigurava-se em projeto social: a higienização do comportamento dos pobres e trabalhadores, isto porque se formulara uma intrincada associação entre “pobreza-saúde-imoralidade” ou, ainda, pobreza-saúde, promiscuidade-subversão. A tentativa de controle do modo de vida e de moralização do comportamento das classes populares foi defendida pelas elites dominantes, pois as práticas populares eram assinaladas como incivilizadas, enquanto o

projeto elaborado pelas elites intencionava um mundo em estilo europeizado.

Aspirava-se, precisamente, ao modelo urbano das cidades européias – especialmente Paris, que, após as reformas empreendidas pelo Barão de Haussmann, quando prefeito da cidade, na segunda metade do século XIX, tornara-se o paradigma em se tratando de exemplo de urbanização bem sucedida. Para Leite (1996):

Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora. Sempre que se mostrou necessário, os trechos mais antigos das cidades foram inteiramente destruídos e transformados, dando lugar às novas construções, então erguidas seguindo os preceitos idealizados pelas elites em perfeita consonância aos modernos estilos arquitetônicos. E, neste sentido, um bom exemplo é o caso de Salvador, onde os órgãos de imprensa, as lideranças políticas e administrativas e as elites foram os responsáveis pela divulgação da idéia de que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo (LEITE, 1996, p. 13).

Neste sentido, torna-se necessário compreender as mudanças sociopolíticas decorrentes da implantação da ordem republicana em Salvador e a construção social das relações de gênero evidenciando o papel das mulheres e homens nesse processo, já que ambos participam na produção dos papéis

sociais que legitimam a violência. Os dramas passionais marcados pela assimetria de gênero ocorreram num contexto de transformações sociais ocorridas na Cidade do Salvador nas primeiras décadas do século XX.

As tensões e apreensões vividas em um ambiente marcado por antagonismos sociais e econômicos, ressaltaram a problemática da segurança como um dos principais obstáculos a ser enfrentados pelo poder citadino na consolidação da imagem de uma cidade “ordeira” e “civilizada”. Matoso (1992), ao estudar as famílias da elite baiana no século XIX, observou

[...] o caráter endogâmico dos contratos nupciais nas classes altas. O matrimônio tinha como princípio garantir a solidariedade intragrupal dos elementos abastados da sociedade, pois a manutenção da riqueza e do prestígio fazia-se a regra. O caráter explicitamente socioeconômico do matrimônio fez da virgindade e da fidelidade feminina os selos da garantia da honestidade familiar no mercado de casamentos (MATTOSO, 1992, p. 177-192).

Os setores populares, contudo, não tendo compromisso com a manutenção da riqueza e do prestígio, afastavam-se, nas suas vivências cotidianas, do modelo conjugal das elites. As mulheres tinham uma gerência mais autônoma de suas vidas pessoais, fato relacionado com a sua luta pela sobrevivência, que fazia com que, muitas delas, tivessem que assumir diversas atividades de ganho nas ruas, o que contribuiu para seu distanciamento do comportamento feminino que, no imaginário social, encarnava o tipo ideal de esposa.

Salvador foi, então, palco de grandes reformas, que seguiram os moldes gerais traçados a partir do Rio de Janeiro. Seu mais significativo momento foram os anos de 1912-1916, período do primeiro governo de José Joaquim Seabra, à frente do governo do estado da Bahia, conduziu o processo, contando com a colaboração dos intendentess municipais e o apoio da administração federal.

A cidade também não conheceu um aumento populacional tão expressivo, mas acompanhou a tendência do restante do país. No período em estudo, era a terceira maior cidade brasileira, ficando atrás do Rio de Janeiro e sendo superada por São Paulo, em finais do século XIX. Segundo os dados do censo, em 1872, a população girava em torno de pouco mais de 129 mil pessoas, tendo chegado a quase 206 mil, no ano de 1900. Em 1920, a população atingiu a casa dos 283 mil moradores. Após 1900 e antes de 1920, não houve nenhum recenseamento intermediário. Porém, tirando-se uma média grosseira dos números apresentados entre estas duas balizas, a cidade teria nos anos iniciais da década de 1910, momento em que se localiza o objeto desse estudo, algo em torno de 240 mil habitantes (CARONE, 1988, p. 12).

Durante as primeiras décadas do século XX, os distritos na zona urbana permaneceram praticamente com os mesmos nomes das freguesias antigas. A freguesia da Sé ou São Salvador passou a distrito da Sé; Santo Antonio Além do Carmo, simplesmente distrito do Santo Antônio; Santíssimo Sacramento da Rua do Passo, distrito da Rua do Passo, Santíssimo Sacramento do Pilar, distrito do Pilar (Nascimento, 1986, p. 21-57). O jornal Diário da Bahia

publicou, em janeiro de 1917, uma lista com os nomes dos 12 distritos que compunham as zonas urbana e suburbana da Cidade do Salvador⁴, eram os mesmos divulgados pela Postura Municipal da Cidade do Salvador no ano de 1920.⁵ São eles os seguintes: Sé, Vitória, Conceição da Praia, Santo Antonio, São Pedro, Sant' Anna, Rua do Passo, Brotas, Pilar, Penha, Nazaré e Mares, esses dois últimos criados depois de 1870, e mais as áreas identificadas como Calçada, Baixa dos Sapateiros. Estes distritos nos interessaram porque a documentação aponta esses espaços como localidade de moradia de muitos personagens envolvidos nos dramas passionais.

Diante dos problemas apresentados na cidade, tornava-se necessário definir ações e estratégias que estimulassem as suas resoluções, como promover outro tipo de sociabilidade para os seus habitantes, fundado em novos modos e normas de vida, assim como em idéias modernas. Assim, num contexto de crescimento das cidades e de desenvolvimento de um sistema internacional de relações e de trocas, decorrentes da expansão capitalista, formularam-se idéias de reorganização das cidades a partir das aspirações civilizadoras, progressistas e modernizadoras.

Segundo FERREIRA FILHO (2003), pode-se afirmar que a abolição da escravatura e o advento da República trouxeram poucas mudanças para a vida das mulheres pobres baianas até a década de 1940. As ocupações a elas destinadas eram, em muito, semelhantes às das escravas e forras, visto que a

⁴ Diário da Bahia, 18/1/1917, p. 2.

⁵ APMS: *Código de Posturas Municipais*. Título I: Polícia Administrativa, cap. I: Dos Limites da Cidade, 1917/1920.

divisão do trabalho excluía, ainda no ano de 1920, 83,90% das mulheres do mercado formal de trabalho, espremendo-as nas profissões “domésticas” ou “mal definidas”, como nas “não-declaradas ou sem profissão”. Aliás, 49% da população maior de 21 anos estavam presentes nessas categorias do censo, sendo 86% de mulheres.

O modelo de família nuclear, que começava a se instituir entre as elites no Brasil do século XIX, em que às mulheres era delegado o mundo do lar e ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia-a-dia das famílias. “A participação das mulheres pobres, em sua “quase totalidade”, em atividades econômicas, propiciava-lhes “uma certa autonomia” financeira em face de maridos e companheiros que, em muitíssimos casos, ‘mal contribuíam para o sustento das famílias” (FERREIRA FILHO, 2003, p. 22).

De acordo com (FERREIRA FILHO, 2003, p. 22), “A simetria propiciada pela autonomia financeira das mulheres geralmente questionava, no grupo familiar, a autoridade masculina profundamente marcada pelo estereótipo da ideologia patriarcal dominante”. Assim, a relação conjugal era constantemente marcada por conflitos.

As dificuldades da conjuntura econômica do estado, por sua vez, não permitiram que os projetos de modernização urbana, anunciadores dos novos tempos, lograssem mais do que a construção de avenidas, de prédios públicos, a demolição de velhos casarões nos pontos nevralgicos da cidade e a implantação de serviços de iluminação pública, transporte coletivo e saneamento básico. Nem o governador

José Joaquim Seabra (1912-1916 e 1920-1924), que, “nos primeiros acessos de remodelação, quando se ameaçava arrasar a cidade velha e construir uma nova em seis dias”, nem o seu sucessor, Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), em seus mandatos, tiveram êxito desejado na reforma urbana em Salvador.

Assim, a partir das transformações socioeconômicas e político-jurídicas apresentadas, o Estado republicano estruturou-se politicamente através da constituição de 1891 e, especificamente, do Código Penal de 1890, para administrar os conflitos, atuando ora para manter os papéis desejáveis para os gêneros, ora sancionando condutas que os transgredissem.

O passional e os padrões de conduta

Os casos de violência envolvendo homens e mulheres que mantinham relacionamentos amorosos, qualificados como crimes passionais, são aqueles nos quais quem o praticava era o criminoso por paixão ou passional. A paixão⁶, este impulso considerado pelos juristas como irresistível, devia ser analisada tomando por base a sua qualidade em relação às leis e às necessidades permanentes da vida social e da vida humana.

⁶ O termo paixão é utilizado pelos juristas do período com o sentido de impulso irresistível, uma emoção não controlada que leva ao crime. A etimologia da palavra procede de outra que significa sofrimento, dor, doença.

Psicólogos e juristas se empenharam em demonstrar que o chamado crime passionai era uma mera expansão brutal do instinto sexual que cabia à civilização controlar e que no homem este instinto era ativo, enquanto na mulher ele se manifestava pela passividade. A assimilação destas teorias foi, pouco a pouco, excluindo a mulher como agente de crimes passionais, ficando-lhe reservada, como ser passivo, a possibilidade de ser defendida, quando acusada por crime de morte, por ter atuado em legítima defesa.

No Brasil, a significação implícita da expressão crime passionai, no campo das discussões jurídicas como no da sua publicação pela imprensa, era a de punição da esposa adúltera. O crime passionai, como o crime supostamente cometido na legítima defesa da honra, que o sucedeu como argumento no júri, é um crime basicamente masculino, o que só será explicitado pelos juristas que o combateram na década de 30.

A utilização que se fez de nossa história serviu tanto para justificar a presença do crime passionai em nossos costumes como para desmentir esta justificativa. A fundamentação histórica de sua existência apoiar-se-ia na tradição de um patriarcalismo brasileiro em que a honra sempre foi lavada com sangue; não apenas a honra dos maridos traídos, mas, também, a de pais a quem os filhos foram desleais, ou a de coronéis indignados com a traição de seus capangas.

O criminoso por paixão é um tipo jurídico que apareceu inicialmente nas obras de autores como Cesare Lombroso e teve sua teorização mais importante sob a pena de Enrico Ferri. Para Ferri (1934):

Delinquente passional é aquele, antes de tudo, movido por uma paixão social. Para construir essa figura de delinquente concorre a sua personalidade, de precedentes ilibados, com os sintomas físicos, entre outros, da idade jovem, do motivo proporcionado, da execução em estado de comoção, ao ar livre, sem cúmplices, com espontânea apresentação à autoridade e com remorso sincero do mal feito, que frequentemente se exprime com o imediato suicídio ou tentativa séria de suicídio (FERRI, 1934, p. 3)

A influência deste pensamento criminológico no Brasil nos primeiros anos da República foi muito utilizada pela defesa dos criminosos passionais, os quais se valeram destes referenciais jurídico-penais tendo em vista a absolvição dos criminosos por amor. Segundo Boreli (1999), o passional, nome criado para designar os indivíduos que cometiam crimes movidos pela paixão, que possuíam algumas características estabelecidas pela antropologia criminal: eram homens jovens, que cometeram seus delitos às claras, eram pessoas de “sensibilidade superior e aguda emotividade”. Tais homens de passado ilibado e de conduta anterior honesta, depois de perpetrarem o crime, tentavam o suicídio.

O perfil era de um indivíduo que tinha deixado a emoção dominar momentaneamente a sua vida e este item era extremamente importante na caracterização do passional, pois era a emoção que trazia a perda da razão e dava uma explicação para o crime; no caso dos passionais o domínio da emoção era provocado pela descoberta da ofensa à sua honra ou à sua família. Neste sentido, os jovens eram

mais predispostos a esta situação por sua inexperiência e intolerância. Os passionais eram também pessoas de “alma sensível”, o que explicava sua explosão e, por fim, seus atos eram praticados publicamente e sem premeditação, ou seja, na frente de testemunhas.

O que se considerava era que o passional tinha realizado um ato corretivo da ordem vigente, que tinha sido “perturbada” pelo comportamento adúltero e que tinha retornado à sua ordem pelo ato do passional. Neste sentido, o passional não devia ser criminalizado, pois não havia conturbado a ordem social e, sim, retificado o comportamento inadequado de uma mulher que manchara a honra de um homem.

O que se depreendia dos textos de combate aos assassinatos passionais era a noção de conceder à mulher uma honra própria desvinculada da honra do homem e desvincular a honra do homem do comportamento da sua esposa/companheira, pois era a desonra provocada por seus atos que tornava o homem violento, levando-o a matar. Entretanto, em nenhum momento estes juristas tocavam nas modificações do duplo padrão moral, as mulheres continuavam a ser julgadas por seu comportamento privado e os homens por sua adequação ao mundo do trabalho.

As noções de honra masculina e feminina eram fundamentadas de forma diferenciada, não promovendo a construção de uma igualdade social entre homens e mulheres. Isto se deve ao fato de que os elementos que garantiam a honra da mulher continuavam centrados no seu comportamento íntimo, a manutenção de sua virgindade e da fidelidade conjugal e o homem do seu comportamento público, ou seja, se

ele era um honesto provedor e cumpridor de seus deveres de cidadão.

Para Almeida (1996), a infidelidade feminina atingia diretamente a honra do marido. Esta idéia de uma honra externa regrando a sexualidade feminina é uma normatização imposta por uma sociedade masculina, que hierarquiza os gêneros e justifica a desigualdade e a violência. Estas mulheres – boas moças de família e boas esposas – eram os perfis dominantes da feminilidade ideal, para o período em questão. Estes eram comunicantes e complementares ao padrão de masculinidade ideal. O exercício da violência masculina visava, portanto, a colocar a mulher dentro dos limites da feminilidade adequada e reforçava para o homem seu espaço de ação e, também, o enquadrava no perfil de masculinidade ideal.

Os crimes passionais eram uma expressão exacerbada da violência de gênero, e suas representações na imprensa demonstravam uma tentativa de reforçar os perfis aceitos socialmente. No processo de construção desses perfis era necessário zelar para que estes fossem um parâmetro para o comportamento de todos os indivíduos que viviam naquela sociedade; desejava-se um padrão de normalidade do comportamento e as outras maneiras de viver eram classificadas como desvios socialmente questionáveis. Segundo Foucault,

[...] toda uma reflexão moral sobre a atividade sexual e seus prazeres parece marcar os primeiros anos do século XX, um certo reforço dos temas de austeridade. Médicos inquietam-se com os efeitos da prática sexual, recomendam de bom grado a abstenção, e declaram preferir a virgindade ao

uso dos prazeres. Filósofos condenam qualquer relação que poderia ocorrer fora do casamento e prescrevem entre os esposos uma fidelidade rigorosa e sem exceção (FOUCAULT, 1985, p. 231).

O crime de paixão era uma maneira de regular o controle das mulheres sobre o seu corpo e suas atitudes, pois ele acontecia quando se rompia com os padrões vigentes. Assim, justificava-se a necessidade de punir este ato de rebeldia para evitar sua disseminação na sociedade. O crime passionai era a punição a uma atitude feminina desviante, adultério, traição, insubordinação. O adultério feminino devia ser punido com a violência do homem, para que fosse mantido o padrão estabelecido de honra masculina. A reação do homem à traição era exigida pela sociedade e detonava o crime de paixão.

A reprovação social ao homem estava na falta de reação à inadequação feminina e não ao fato de atentar contra a vida de outro ser humano. O homem que não reagisse poderia sofrer uma série de sanções da sociedade, o que demonstrava que o crime passionai visava regrad o comportamento de homens e mulheres para que fosse mantido o ideal estabelecido.

Brigas e morte por amor na imprensa

As notícias sobre crimes passionais praticados por mulheres são bem menos frequentes do que os cometidos por homens. Esse fato não significa que as mulheres estejam ex-

cluídas da prática dos dramas passionais, mas que eles foram registrados em menor número pela documentação judiciária e pelos meios de comunicação no período estudado.

Com viés apelativo ou tragicômico, as narrativas jornalísticas estimulavam o debate e o envolvimento de conhecidos, desconhecidos, parentes e amigos. Como meio de comunicação considerado em seus atributos de seriedade e imparcialidade, a imprensa contribuiu para tornar a violência entre casais em um discurso apaixonante, em que frases de impacto como: “cena de sangue“, “teatro de sangue“, “marido traído“, “ardendo de paixão“, mexiam com a emotividade e curiosidades dos leitores.

Uma vítima descrita como insinuante, provocante, que não é virgem, que frequentasse bailes, que se prostitui, que consome bebida alcoólica, que já possua um histórico de internações psiquiátricas, ou mesmo que caminhe sozinha durante a noite, seria desmerecida em seu depoimento e orientará a solução rápida, simples e injusta praticada pelos agentes jurídicos.

A narrativa de um crime passionai se construía como o enredo de uma novela: um homem de bem, isto é, um marido, noivo, namorado ou amante de bom comportamento social, encontra um dia sua companheira mantendo relações sexuais com outro homem e a mata, ou mata a ambos. Este paradigma, apresentado pela retórica jornalística, quase nunca se repetia na vida real de maneira linear, e os ajustes que se fazem nas apresentações dos personagens visavam, principalmente, a aparar as arestas de uma realidade que insistia em se diferenciar do mito.

A “paixão”, quando contrariada, acabava gerando violência, pois o homem era tomado de emoção e suas atitudes tornavam-se irracionais e inconsequentes. As mulheres eram qualificadas positivamente como “trabalhadora”, “afetuosa”, “econômica”, “diligente”. Estes adjetivos apontavam para a construção do ideal da dona de casa esmerada e garantia que a mulher fosse considerada uma “boa esposa”, a rainha do lar, a senhora do universo privado, conforme o caso que passamos a analisar:

Francisco Jorge do Nascimento, 40 anos de idade, vendedor ambulante, baiano, residente há muitos anos em Quintas das Brotas, nº 163, foi acusado, no dia 03 de julho de 1920, de ter assassinado com uma cunha de ferro maciço, com peso de três quilos e cinquenta gramas, a sua amásia⁷ Anna Pinheiro dos Anjos, quando esta se encontrava deitada. Pelo que se depreende da leitura da notícia, os setores populares, por não terem compromisso com a manutenção da riqueza e do prestígio, afastavam-se, nas suas vivências cotidianas, do modelo conjugal das elites. No caso em epígrafe todas as testemunhas são unânimes em declarar que a vítima tinha bom comportamento, sem nada que a desabonasse. No entanto, o agressor, nos últimos anos, entregara-se ao vício da embriaguez, sendo constantes as rugas e contendas com a assassinada.

Em outro caso, a assassinada contava 22 anos de idade e o assassino 26. “Octávio era um moço de procedimento exemplar, tendo sido levado a esse extremo por violenta

⁷ Mulher que morava com um homem sem ter oficializado a relação, tanto no casamento religioso quanto no civil.

paixão amorosa.”⁸ Essa notícia ressalta o comportamento exemplar do criminoso, daí que a racionalidade era um elemento considerado vital para o padrão de masculinidade; a presença destes elementos no perfil masculino era a garantia de um começo sólido para um relacionamento harmônico, no qual a mulher devia ser fiel, submissa, recatada; e o homem racional, trabalhador-provedor e honrado. A partir desta representação voltamos ao crime passionai cometido por Otávio. O *Diário da Bahia* noticiou:

Na Estrada do Retiro Otávio Domelvário de Alencastro, que se diz estudante de Farmácia, residente no Primeiro Distrito de Santo Antônio, disparou um revólver contra sua ex-amásia Maria José dos Santos, que caiu morta instantaneamente. Maria José, depois de viver quase um ano em companhia de Otávio, o deixou há cerca de um mês.⁹

Como Otávio, outros tantos homens atiraram, esfaquearam e mataram suas amantes, companheiras e concubinas dominados por uma desenfreada paixão. O campo jurídico tentava-se associar certas paixões intensas a determinadas formas de loucura, a qual podia anular a função inibidora da vontade, deduzindo-se daí a irresponsabilidade penal. Em 1927, o mesmo periódico noticiou o drama da Baixa dos Sapateiros.

⁸ Diário da Bahia, 8/1/1905

⁹ Diário da Bahia, 18/4/1905.

SETE VEZES APUNHALOU A AMANTE.

Eram mais ou menos vinte e quatro horas, quando o Doutor Falcão, que estava de serviço no posto da Assistência, recebeu chamado para a Baixa dos Sapateiros, onde uma mulher acaba de ser esfaqueada. Transportada para Assistência, o médico de plantão constatou sete ferimentos perfuro-incisos nas regiões escapular esquerda, dorsais direita e esquerda, hipocôndrio esquerdo, tendo penetrado no abdômen. Sendo grave o estado da vítima.

O protagonista da tragédia chama-se Júlio Rodrigues Cambuhi, de profissão baleiro e a vítima, Maria Matilde de Souza, dezenove anos de idade, empregada num café da rua das Flores e residente à Rua do Caminho Novo, 47. A cena de sangue ocorreu às doze da noite e teve por motivo uma ciumada entre ambos. Tendo concluído seu trabalho no café no qual era empregada, Maria Matilde deixou aquele estabelecimento, rumo de sua residência quando inesperadamente no início da Ladeira do Taboão, foi abordada pelo indivíduo que, após ligeira troca de palavras, investiu contra ela, armado de uma faca, ferindo-a por sete vezes. Banhada em sangue, Maria Matilde foi socorrida por policiais e guardas-noturnos que acorreram ao local imediatamente, providenciando não só para o transporte da vítima para a Assistência, como também para a captura do criminoso, o que se verificou em flagrante.

Maria Matilde foi submetida a uma intervenção cirúrgica para a qual foram chamados os médicos da Assistência, o Doutor Joaquim Barreto e o Doutor Araújo.

O criminoso foi conduzido para a segunda delegacia, onde foi lavrado o competente auto de flagrante, devendo ter início hoje o inquérito.”¹⁰

Algumas vítimas de assassinato passaram por maus-tratos de todos os tipos, sendo o mais comum a violência física. Entretanto, estes casos ganhavam destaque no jornal como antecedentes explicativos dos homicídios. A violência dos espancamentos era pouco visível, mesmo com alto grau de gravidade, como foi o caso de Maria Matilde, que necessitou de cirurgia devido ao número de facadas recebidas, o que revelou o nível de violência perpetrada pelo agressor.

Apesar de todas as dificuldades que os homens dos segmentos populares enfrentavam com relação à colocação no mercado de trabalho, a posição de provedor era por eles reivindicada como se fosse uma prerrogativa, um direito, antes mesmo que um dever. Ser provedor da família para eles era algo importante, verdadeiro motivo de orgulho. Mesmo aqueles que reconheciam a mudança de posição da mulher, antes apenas dona de casa e naquele momento cada vez mais presente no mercado de trabalho, não abriam mão desta responsabilidade. Foi esse papel de provedor que fez com que o homem que deveria casar com Edith Spinola desistisse do ato solene do casamento, desencadeando o drama passionai do suicídio. Senão, vejamos:

A professora Edith Spinola, de 19 anos, há tempos enamorou-se de um rapaz que lhe prometeu casa-

¹⁰ Diário da Bahia, 21/9/1927.

mento. Sua família a proibiu de manter tal afeição. O moço alegava para Edith que a deficiência financeira o fazia desistir o matrimônio. Depois de conversar com o rapaz na noite do dia anterior, dirigiu-se ao sótão de sua casa, onde ingeriu forte dose de Lysol. Morreu poucos instantes depois da chegada do socorro médico¹¹.

A morte de Edith era uma forma, também, de reparação de honra familiar. O suicídio poderia ter sido motivado pela perda de virgindade, o que transcendia a paixão e o amor sentido pela professora, a qual, diante da situação, não poderia causar tamanha decepção à sua família.

Quanto aos menos favorecidos, eles também sofrem para acompanhar o movimento de aceleração e o ritmo que o mundo e as coisas passaram a apresentar. Para eles não foi fácil assimilar o ritmo de fragmentação cultural e o solapamento das identidades tradicionais, como, por exemplo, o atributo de provedor ligado ao ideal de masculinidade mais conservador.

O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar. O envolvimento emocional com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos os indivíduos, a ignorar as suas obrigações habituais. O amor apaixonado tem uma qualidade de encantamento que pode ser religiosa em seu fervor. Tudo no mundo parece de repente viçoso, embora talvez ao mesmo

¹¹ Diário da Bahia, 8/3/1919.

tempo não consiga captar o interesse do indivíduo que está tão fortemente ligado ao objeto do amor.

O amor apaixonado é, especificamente, perturbador das relações pessoais, em um sentido semelhante ao do carisma; arranca o indivíduo das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios. Por esta razão, encarado sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, ele é perigoso, em parte alguma reconhecido como uma base necessária ou suficiente para o casamento e, na maior parte das culturas, tem sido refratário a ele.

Considerações Finais

No projeto de remodelação urbana estava implícito o saneamento moral da população. A tarefa de desodorizar a cidade passou pela higienização dos papéis sociais, pela exigência de evacuar o lixo, dispersar os pobres; interditar cortiços; enclausurar desviantes; disciplinar o bordel, enfim, tudo que pudesse representar libertinagem, orgia e desordem.

Nas representações do moderno, do civilizado, encontravam-se as tensões e os conflitos, os prostíbulos ocuparam a área central, os roubos persistiram e o ideal de ordem e civilização desvaneceu-se nas práticas cotidianas e nas concretas necessidades da população.

Nesse cenário, em nada harmonioso, as relações amorosas aconteciam. Sob olhares higiênicos e normatizadores, homens e mulheres legaram, ao presente, formas de viver

e amar que, em muitas vezes, não corresponderam aos ideais imaginados pelos pregadores burgueses da ordem e da civilização.

Através dos dados sobre o ensejo do assassinato entre parceiros afetivos e/ou sexuais, é possível visualizar, em alguma medida, os valores morais de uma dada sociedade, assim como os motivos que podem servir de justificativa para a consumação do crime passionai.

Assim, o estudo evidenciou as estruturas de relacionamentos entre os gêneros, estruturas familiares e de sentimentos, pois quando os casos eram expostos estas relações emergiam, demonstrando se eram socialmente aceitos ou não.

A partir dos encontros com as fontes jornalísticas de cunho criminal, houve um caminho percorrido em busca da compreensão daquelas múltiplas falas que diziam o crime passionai. O criminoso passionai como uma criação jurídica de uma prática cultural, marcou a cidade do Salvador no período estudado (1890-1940), a qual internalizou as concepções de gênero como justificativa para a prática dos crimes passionais envolvendo casais.

A imprensa analisava os crimes passionais e ao mesmo tempo veiculava posições impregnadas por valores e representações de gênero, influenciados também pelos processos econômicos, políticos e culturais da primeira República e parte da Era Vargas. Os crimes passionais retratados, através das suas cenas trágicas, mostraram situações que o discurso moralizador não alcançava, ao mesmo tempo em que desnu-

dou a fragilidade das relações familiares, o que contrariava os padrões ideais de gênero que se tentava impor naquele momento. Assim, nas entrelinhas dos textos impressos jornalísticos, réus, vítimas, testemunhas, os dramas passionais emergiram de múltiplas situações de conflitos que ultrapassavam, em alguns casos, a ideia jurídica da perturbação de sentidos motivada por paixões extremadas.

Tentou-se demonstrar, no decorrer deste trabalho, a partir da conjugação de reflexões teóricas e dados empíricos trabalhados em notícia de jornais possibilidades de reflexões teóricas mais profundas e oportunidades para o levantamento de problemáticas que, de forma alguma, encerraram as possíveis aproximações sobre os crimes passionais e as relações de gênero que marcaram o cotidiano de homens e mulheres envolvidos nos dramas de paixão.

Referências

ALMEIDA, Suely Sousa. *Violência de gênero: Público X Privado*. São Paulo: Campus, 1996

BORELLI, Andréa. *Matei por amor*. As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo: Brasiliense. 1979.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Ensaio jurídico*. Rio de Janeiro: Laumert, 1936.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Salvador: EDUFBA, 2003.

FERRI, Enrico. *O delito passionnal na civilização contemporânea*. São Paulo: Saraiva, 1934.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MATTOSO, Katia. *A Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *Pelas ruas da Bahia: criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912–1937)*. Salvador: UFBA [Dissertação de Mestrado em História], 2004.

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850– 1920: Um estudo de modernização urbana*. Salvador: UFBA. [Dissertação de Mestrado em História], 1992.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

*Curraleiro, crioulo, peduro:
a pecuária como fator da formação
socioeconômica do semi-árido*

*Erivaldo Fagundes Neves**

Resumo

Origens dos rebanhos bovinos brasileiros; a pecuária como atividade econômica que interiorizou a colonização e promoveu o povoamento do semi-árido; os principais agentes do desenvolvimento da pecuária colonial.

Os primeiros espécimes de bovino do Novo Mundo, um lote de 32 bezerros e bezerras, foram transportados de Castela por Cristóvão Colombo, na sua segunda viagem, em 1493. Com esses bezerros também desembarcaram cabras, ovelhas, porcos e sementes de laranja, limão, cidra, melão e hortaliças, nas ilhas caribenhas de Cuba, Porto Rico e Haiti (DIAS, 2006: 6) e, desse modo, a pecuária associou-se à policultura no continente, antes do estabelecimento da monocultura canavieira. Na América Portuguesa, o gado vacum foi introduzido durante o governo de Tomé de Souza (1549-1552), através das capitanias da Bahia, de Pernambuco e de São Vicente (SANTOS FILHO, 1956: 207; DIAS, 2006: 8). A chegada despertou muita curiosidade dos indígenas, que conheciam a anta ou *tapiuruçu* como o maior animal da terra (SOUSA, [s. d.], I: 127)].

* Doutor em História pela UFPE; Professor Pleno da UEFS; erivaldo@uefs.br

As reses iniciais da Bahia foram transportadas das ilhas de Cabo Verde, depois de Pernambuco (SOUSA, [s. d.], II: 301]). Os equinos e asininos foram conduzidos também de Cabo Verde; ovinos, caprinos, suínos e galináceos, de Portugal peninsular, da ilha da Madeira e também de Cabo Verde. A caravela *Galga* (ou *Galega*?) fizera várias vezes esse transporte. O gado aportado na Bahia multiplicou-se rapidamente. Garcia d'Ávila, que recebera duas vacas no valor de quatro mil réis que o governo colonial lhe devia por serviços prestados como almoxarife, em 1552 já solicitava mais terras ao governador-geral, de quem talvez fosse filho bastardo, para expandir seu criatório de “perto de 200 cabeças de gado, fora porcos, cabras e éguas” (SILVA, 1919: I, 234-243; CALMON, 1983: 23-24; PESSOA, 2003: 147-152). Esse rápido crescimento do seu rebanho indica que ele adquirira gado de outros beneficiários dos primeiros lotes chegados. Em pouco tempo d'Ávila era proprietário de 10 fazendas, que se expandiam por cerca de 15 léguas de terras (SOUSA, [s. d.], I: 130; BANDEIRA, 2000: 99), nas quais criava milhares de cabeças de gado e se destacava entre os homens mais ricos da capitania.

Crônicas históricas coloniais registram que seus descendentes imediatos, além do patrimônio fundiário que herdaram, receberam sesmarias e se apossaram de terras indígenas, de modo que estenderam seus domínios, talvez com exagero, para mais de 260 léguas pelo rio São Francisco acima e mais de 80 léguas, por ele abaixo (ANTONIL, 1982: 200). Dados posteriores indicam que possuíam terras “da Bahia até o Piauí, em uma extensão de 200 quilômetros” (FREIRE, 1906:

21). Francisco Dias d'Ávila (CALMON, 1983; BANDEIRA, 2000.), neto e principal herdeiro de Garcia d'Ávila, competiu com Antônio Guedes de Brito (COSTA FILHO, 1958, *RIHGB*, 241; PIRES, 1979; NEVES, 1998/2008; NEVES, 2003; NEVES, 2005), na ocupação e posse de vastas áreas do semi-árido e no estabelecimento de fazendas de gado, no final do século XVII e início do seguinte. Desde então, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica do vale do São Francisco e dos sertões intermediários do litoral.

Jesuítas e capuchinos estabeleceram missões no Médio São Francisco, onde tiveram divergências e conflitos com sesmeiros e seus arrendatários, de maior intensidade com os d'Ávila. O gado devorava as lavouras dos índios que se dispersavam em busca da sobrevivência, de modo que inviabilizava a ação missionária. Sob diversos pretextos, como roubos de gado e agressões a vaqueiros, agentes da Casa da Torre de Tatuapara atacavam e destruíam aldeamentos da catequese indígena. Missionários e pecuaristas trocaram ásperas acusações e, em várias ocasiões, recorreram às autoridades civis e eclesiásticas, coloniais e metropolitanas (LEITE, 1945, VIII-IX; NANTES, 1979; PESSOA, 2003).

Na transição para o século XVIII, haveria nos sertões da Bahia mais de 500 criatórios. Somente na borda direita do São Francisco encontravam-se 106 fazendas de gado estabelecidas por Antônio Guedes de Brito e arrendatários de suas terras. Na margem esquerda haveria muito mais, de propriedade dos descendentes de Garcia d'Ávila e seus rendeiros. Em toda a Bahia os rebanhos superavam a meio milhão de reses e em Pernambuco, que nessa época incor-

porava o oeste da Bahia e os atuais estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, a mais de 800 mil cabeças de gado. A Bahia exportava para o Reino até 50 mil meios de sola anuais, Pernambuco cerca de 40 mil e de todo o Brasil seguiriam para Portugal, mais de 110 mil (ANTONIL, 1982: 199-201). Remetia-se ainda muito couro sem o controle do fisco, disfarçado como embalagens de açúcar, tabaco, algodão e outros produtos coloniais.

O gado brasileiro resultou de cruzamentos das raças *mirandesa*, de Miranda no Douro, *galega* da Galícia, *barrosã*¹ de Barroso, em Traz-os-Montes, *maranesa* de Marão, *beirã* ou *beiroa* de Beira, todos submetidos a sucessivas mestiçagens espontâneas, sem qualquer controle genético, e à atrofia física, em consequência das adversidades climáticas e precariedades alimentares de forrageiras nativas. Esse gado desenvolveu-se no Brasil com as características do *caracu*², *franqueiro*³ ou *pedreiro*, do *curraleiro*⁴, este também conhecido como *pantaneiro* ou *cuiabano*, além do *bruxo*, do *mocho* e de outras variedades ou denominações regionais

¹ O gado *barrosão* tem o pelo castanho, branco-avermelhado, da cor de café-com-leite ou de barro. Na memória social permaneceu a figura do “boi barroso”, lembrada pelo cancionero popular.

² O gado *caracu*, de pelo curto e cor arruivada, mais ou menos uniforme, robusto, de pernas e chifres curtos, e originara da mestiçagem de raças européias nos sertões cearenses e baianos, consolidada em Minas Gerais, onde ficara isolado de outros cruzamentos, no século XVIII, após a decadência da mineração (SANTOS FILHO, 1956: 208; PIERSON, 1972, II: 423, nota 14).

³ Raça caracterizada pelo grande porte físico e amplo par de chifres.

⁴ O *curraleiro*, também identificado como *crioulo* descende da raça *mirandesa*, variedade *beiroa*, trazida pelos primeiros colonizadores portugueses, cruzadas no Brasil com outras castas, que se caracteriza pelo tipo miúdo, pelagem ou padrão definido, mas com predomínio da cor amarelo-laranja ou baio.

como: *araçá*, *lageano*, *china*, *junqueiro*⁵, *caldeano*, *turuca*, *peduro*, *nilo*⁶ e *crioulo* (SIMONSEN, 1978: 165-166; DIAS, 2006: 56). No Alto Sertão da Bahia, Inocêncio Pinheiro Canaguçu denominou de *mourano* o gado que criava na fazenda Santo Amaro, do qual obtivera 55 crias em 1828 e 56 no ano seguinte. Seriam animais descendentes do gado *marano*, da raça *maranesa*, derivada da *barrosã*, que ainda conservavam características originais (SANTOS FILHO, 1956: 208).

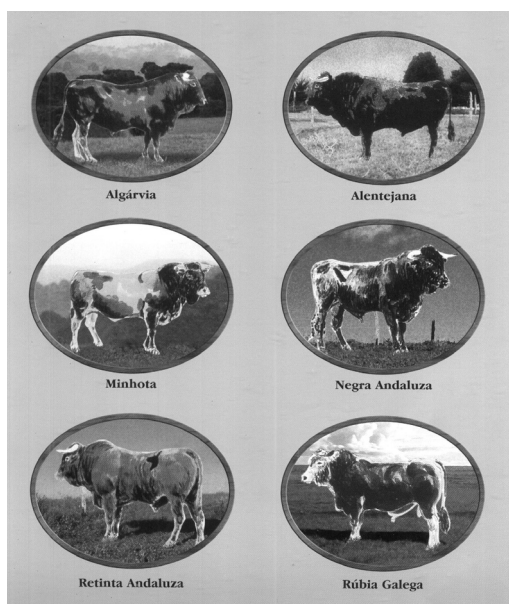


Figura 1 – Espécimes de raças ibéricas importadas para o Brasil Colônia

Fotos: DIAS, 2006: 58

⁵ Gado resultante da adaptação e cruzamentos espontâneos da raça caracu.

⁶ Gado da cara branca e pelagem de outra coloração.

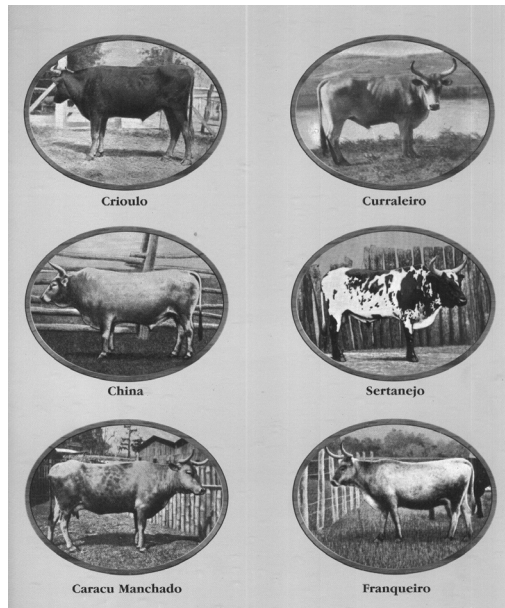


Figura 2 – Espécimes do gado que resultou de raças ibéricas no Brasil
Fotos: DIAS, 2006: 59

A interiorização da pecuária resultou de uma série de fatores. Na primeira metade do século XVII, as invasões holandesas precipitaram o afastamento dos rebanhos do litoral; na segunda, a expansão canavieira impôs a separação das atividades pecuaristas e monocultoras, e compeliu o deslocamento do gado para o sertão (ANDRADE, 1996: 99-108). Acrescenta-se que, depois de se proibir a criação de gado a menos de 10 léguas da costa atlântica, o governo colonial, num alvará de 27 de fevereiro de 1701, admitiu, nessa faixa costeira, somente os animais de serviço nos engenhos e fazendas, em pastos fechados com cercas para não

causar prejuízo às lavouras (LINHARES, 1996: 109-121; VARNHAGEN, 1981, 2, III: 262, nota 78).

Após a expulsão dos invasores holandeses, grupos organizados conquistaram os territórios indígenas e os sertões foram paulatinamente ocupados por colonizadores portugueses, em grande parte, cristãos novos (mourões, hebreus e ciganos), e seus agentes. O avanço para o interior deveu-se às condições naturais de clima favorável e pastagens nativas e a razões de natureza econômica, proporcionadas por um mercado litorâneo de carnes, couros de animais para o trabalho nos engenhos e no transporte de cargas, em permanente elasticidade, impulsionado pelo desenvolvimento da agroexportação (ABREU, 1976: 124; MAGALHÃES, 1878: 145), através de feiras como a de Capoame, nos séculos XVII e XVIII, onde se edificaram as sedes municipais de Camaçari e Dias d'Ávila e a de Santana dos Olhos d'Água, nos séculos XIX e XX, no entorno da qual se ergueu a cidade de Feira de Santana.

A pecuária extensiva constituiu-se num dos principais fatores da ocupação do interior, porque o gado dispensava a proximidade do litoral, a si próprio transportava em longas jornadas, adaptava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, dependia de pouca mão-de-obra e de pequeno investimento de capital, multiplicava-se sem interstício, fornecia boa e constante alimentação de alto valor nutritivo. Os rebanhos bovinos ocuparam inicialmente o Recôncavo da baía de Todos os Santos e o litoral norte, de onde avançaram para a margem direita do São Francisco após a conquista de Sergipe, em 1590, e pela esquerda, a partir de Pernambuco (ABREU,

1976: 124; MAGALHÃES, 1978: 145). Desses dois pontos de irradiação subiu o curso do grande rio do semi-árido e através dos seus afluentes disseminou-se pelos sertões, onde se expandiu livremente. No final do século XVII, Antônio Guedes de Brito ocupou o Médio São Francisco com fazendas de gado e, no início do seguinte, sua filha Isabel Maria disputava a posse de terras com mineradores paulistas nas margens do rio das Velhas, onde seu gado já pastava sob a administração de Manoel Nunes Viana, caudilho dos emboabas na guerra contra os paulistas (1707-1709) (MATA-MACHADO, 1991: 40; NEVES, 2003: 235-240; NEVES, 2005: 221-226) e ocupava aqueles sertões da capitania de Porto Seguro até o vale do Jequitinhonha, onde tinha Pedro Leolino Mariz como procurador.

A expansão pecuarista desenvolveu-se a partir das regiões açucareiras (Bahia e Pernambuco) em três fases, como vislumbrou Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, 1973, 88-89) sem, entretanto, as suas supostas “relações feudais no pastoreio”: na primeira, o gado se constituía na peça essencial da propriedade escravista, que dependia do fornecimento de alimentos, particularmente ao escravo, da força de tração para transporte e moagem da cana e também para o deslocamento de mercadorias em pequenas distâncias; na segunda, quando o couro se tornou fundamental como matéria-prima e objeto de exportação, a separação entre o engenho e o curral fora consequência da multiplicação dos rebanhos, da expansão dos canaviais e da incompatibilidade entre a criação extensiva de gado e a grande lavoura canavieira; e na terceira, rompeu-se a articulação direta da pecuária com a monocultura, mas

permaneceram os vínculos de interdependência econômica ou de interatividade do gado com a cana-de-açúcar.

Francisco Dias D'Ávila na margem esquerda do São Francisco e Antônio Guedes de Brito na direita, dispensaram, em finais do século XVII, as formalidades legais de concessão e confirmação de sesmarias. Com exércitos particulares expulsaram, mataram e submeteram indígenas para se apossarem de vastos territórios, sem admitir compartilhamento de ninguém que não fosse seu rendeiro ou comprador de gleba dos seus domínios. Absenteístas, esses hiper-latifundiários delegavam a gestão de suas fazendas a administradores remunerados anualmente pelo sistema de "sorte". Esses gestores da pecuária do semi-árido arrendavam terras e também se estabeleciam como fazendeiros. Em qualquer situação, o gado ficava aos cuidados de vaqueiros escravizados (NEVES, 1998/2008, 251).

Outros fazendeiros da Bahia, como Domingos Afonso Sertão, entre o final do século XVII e início do seguinte, obtiveram sesmarias e ocuparam amplos territórios com fazendas de gado, que se estenderam pelo sul do Piauí (Alto Parnaíba e Canindé), do Ceará (Cariri) e do Maranhão (Bons Pastos), e dessas áreas para toda a região posteriormente denominada Nordeste, na exploração de campos naturais de pastos nativos que proporcionaram o desenvolvimento da pecuária extensiva e itinerante (CABRAL, 1992: 57-74). Boiadas tangidas dessas regiões para a feira de Capoame atravessavam o São Francisco em Bom Jardim (Ibotirama) (DELGADO. In: FRAIRE, 1906; 503-509; VIANNA, 1935: 169-203; NEVES & MIGUEL (Org.), 2007: 59-125).

Nos trânsitos de boiadas e tropas estabeleceram-se núcleos populacionais pelo sertão, onde era possível o abastecimento permanente de água. Formou-se, desse modo, no sertão semi-árido, uma sociedade pecuarista, com a predominância do latifúndio, cujos proprietários viviam quase sempre em Olinda e Salvador, que também comportava sítios aforados a pequenos criadores (ANDRADE, 1996: 103). No viver em interação com a criação de gado, ocupou-se o território como nos deslocamentos de grupos humanos na Antiguidade européia, pelas margens dos rios. Através do São Francisco, como uma coluna vertebral, e de seus afluentes como vias vicinais a ela articuladas, a pecuária motivou o início do povoamento dos sertões, continuado em ritmo impactante pela mineração. O gado foi, portanto, o principal fator interveniente, tanto da conquista do território, quanto da sua ocupação econômica, organização das atividades produtivas e formação social sertaneja. As fazendas de gado constituíram-se nos primeiros núcleos de assentamento de grupos humanos, embriões de futuras cidades, que promoveram o povoamento colonizador do interior para o litoral, onde permanecia estagnado numa faixa de aproximadamente 10 léguas, por dois séculos.

Em nenhuma outra região brasileira a conquista territorial, o povoamento e a ocupação econômica do interior, processaram-se tão rapidamente, embora de forma rarefeita, por uma área de tamanha extensão, quanto na que, em meados do século XX, passaram a denominá-la de Nordeste (BERNARDES, v. 13, n. 36, p. 69-78, mai./ago. 1999). A criação extensiva de gado no semi-árido sempre encontrou

alguns obstáculos, como as consequências das secas sazonais, queimadas dos campos de pastagens, feras vorazes, cobras peçonhentas, ervas venenosas, zoonoses contagiosas, bicheiras de umbigo nas crias e em consequência de ferimentos ou mordidas de morcegos hematófagos, transmissores da raiva ou hidrofobia, e a escassez de sal (MATOS, 1981: 307). Estes problemas sempre exigiram permanente vigilância. O último deles tem como alternativa os barreiros ou lambedouros em barrancos de rios e riachos, onde o gado lambe o barro para obter a eflorescência salino-salitrosa que supre a carência do cloreto de sódio e outros nutrientes minerais.

Nessas circunstâncias, agravadas pelas secas sazonais, e a subsequente escassez de água e pasto, a pecuária consolidou-se com baixos índices de produtividade, contudo, em quantidade mais que suficiente para o abastecimento dos núcleos povoados do litoral norte, desde o Maranhão até a Bahia. Cada rês adulta fornecia, em média, 120 quilos de carne desossada. A multiplicação dos rebanhos deveu-se, não apenas à elasticidade dos mercados litorâneos, dinamizados pela produção açucareira, também foi estimulado pela facilidade com que se arrendavam terras e se estabeleciam fazendas. Com apenas uma rude casa de enchimento ou taipa, coberta de palhas ou cascas de árvores, uma aguada, toscos currais e algumas reses, ocupavam-se léguas de terra (PRADO JÚNIOR, 1976: 44-45).

Um observador alemão que publicou, em 1820, um “guia” para orientar seus conterrâneos sobre o Brasil, identificou na “falta de pastos naturais” o principal fator impeditivo da expansão da pecuária nas províncias do Rio de Janeiro,

Minas Gerais e São Paulo. Chamava-se de pasto “uma ração fraca”, que crescia em áreas de onde suprimiam árvores e arbustos para possibilitar o crescimento do capim nativo, consumido pelo “gado bovino, impelido apenas e tão-somente pela fome”. Seria necessário “plantar pastos artificiais”, com “despesas consideráveis” (WEECH, 1992: 161).

No semi-árido, do Médio São e da Serra Geral da Bahia, em finais do período colonial, a maioria da população vivia em condições de absoluta miséria, amenizada com a introdução da cotonicultura. Os homens livres limitavam suas aspirações ao arrendamento de uma gleba para nela armar uma palhoça, cultivar ao redor algumas plantas frutíferas, plantar uma roça de feijão e mandioca, criar pequenos rebanhos bovinos, equinos (SPIX, 1981, II: 129) e de miúças (ovinos, caprinos, suínos e galináceos). Somente os bem sucedidos edificavam moradias sólidas e amplas. Raras casas de fazendeiros tinham paredes de adobe e coberturas de telhas no século XVIII. Essas edificações difundiram-se a partir de meados do século XIX, sob impulso da consolidação da economia nacional e dos seus efeitos sobre a regional. Os primeiros habitantes, que se ocupavam quase exclusivamente com a pecuária, passaram, desde então, a dedicar-se também ao cultivo do algodão e de cereais, sem, contudo, deixar a criação de gado em segundo plano.

Desconhece-se qual fora a primeira fazenda estabelecida nos baixios do Médio São Francisco e planaltos da Serra Geral. Sabe-se, apenas, que o movimento de conquista e ocupação desses territórios dos indígenas deslocou-se de norte para sul, pela margem direita do grande rio. Nas

caatingas e gerais da Serra Geral, ou mais amplamente, no Alto Sertão da Bahia, a primeira unidade agrária parece ter sido Brejo das Caraibas, também identificada como Brejo Grande, Brejo de Matias João ou simplesmente Brejo, no rio Caraibas de Fora, um dos formadores do rio das Rãs. Esse latifúndio, estabelecido por Antônio Gonçalves Figueira, na última década do século XVII, em terras ocupadas por Antônio Guedes de Brito, estendia-se por áreas atualmente nas jurisdições municipais de Guanambi, Matina, Igaporã e Caetitê. Nele se instalou o primeiro engenho de açúcar desses sertões da Bahia e, desde que Figueira transferiu seus negócios para as fazendas Itaquí, Olho d'Água e Montes Claros (FRANCO, 1989: 165-166), nos rios, Pardo e Verde Grande, passou ao domínio de Pedro Leolino Mariz e deste ao de Matias João da Costa. O fracionamento de Brejo das Caraibas deu origem a várias fazendas.

Nas primeiras décadas do século XVIII, antes das descobertas de ouro nas cabeceiras do rio de Contas, negros, mulatos, índios e mamelucos que habitavam esses sertões, ocupavam-se primordialmente com a pecuária. Ao inspecionar as condições de segurança dos garimpos do rio de Contas, contra eventuais invasores estrangeiros, o coronel mestre de campo de engenheiros, Miguel Pereira da Costa encontrou, em 1720, nesse sertão, “alguns moradores a largas distâncias uns dos outros, já de annos alli estabelecidos com suas famílias e fazendas de pouco gado e menos mantimentos” (COSTA. In: NEVES & MIGUEL (Org.), 2007: 33-52). Na proporção em que a pecuária expandiu a partir da borda direita do Médio São Francisco, os sertões adjacentes

atraíram aventureiros diversos e desventurados do ouro do rio das Velhas e do rio de Contas, que passaram a arrendar e comprar terras para plantar algodão, cereais e principalmente para criar gado. Na margem esquerda do “Velho Chico”, que esteve sob jurisdição de Pernambuco entre 1712 e 1827, o ritmo de ocupação econômica foi mais lento.

No início década de 1730, Joaquim Quaresma Delgado (DELGADO. In: FREIRE, 1906: 503-509; VIANNA, 1935: 169-203; NEVES & MIGUEL (Org.). 2007: 59-125.) anotou mais de uma centena de fazendas de gado e respectivos fazendeiros dos sertões da Bahia nos seus roteiros de expedição sertanista. Reportou-se mais à existência de ranchos que de casas e ressaltou a pouca dedicação às lavouras. Na margem direita do São Francisco, desde a confluência do rio Verde Grande à do Paramirim, destacou: Barra do Verde Grande e Cachoeirinha do padre Miguel de Lima; Malhada, Riacho e Canabrava do Dr. João Calmon; Boa Vista de “D. Joanna” (da Silva Guedes de Brito); Parateca e Rio das Rãs de Pascoal Pereira; Batalha, Volta, Campos de São João e “Itibiruba” (Itaberaba) de “D. Joanna”; Picada de José de Souza; Mocambo, Campo Grande, Curralinho, Santo Antônio do Urubu e Riacho dos Porcos de “D. Joanna”; Santo Onofre, Capoeiras Várzeas e Boqueirão de Francisco Vieira Lima; Morrinhos dos “padres de São Francisco de Távora”; Genipapo e Juazeiro de Antônio Velho Maciel; Santa Clara e Barra de Antônio Teixeira Marinho; e Ema do sargento-mor José de Magalhães.

Nas ribeiras do Paramirim, Quaresma Delgado registrou: Santa Isabel do tenente Barnabé Cardoso; Gravatá e Serra

Negra, sem indicação de titulares; Flores, Lagoa, Picada, Juazeiro, Cachoeira e Patos de João de Melo; Riacho de Santa Apolônia de Francisco do Amaral; Brejo do capitão Francisco de Souza; e Queimadas de Henrique Pereira. No curso do Santo Onofre encontrou: Pé de Serra, Quebra-Focinho e Morrinhos de Antônio de Souza (da Costa); Mocambo de José Fernandes; Jardim de Manoel Ribeiro; Lagoa de André Pacheco Pimenta. Numa das nascentes do rio das Rãs visitou: Hospício de “D. Joanna”; Brejo das Carnaúbas de Pedro Leolino Mariz; Capão do Rancho e Barrocas sem indicação de titulares; São Domingos de Inácio da Cruz Prates. No vetor do rio São João: Campos e Lagoa de Paulo de Barros (depois Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda e, finalmente, Lagoa do Timóteo) e Caetité do capitão Estevão Pinheiro (de Azevedo). Na cabeceira do rio do Antônio: Lagoa do Coelho de Nicolau de Souza. Nas origens do Rio Gavião: Almas, Conceição, Curralinho e Brejinho, das quais não indicou titulares.

Quase todas essas unidades agrárias encontravam-se arrendadas. Restavam algumas sob a administração direta de Joana Guedes de Brito. Todas elas passaram, desde o século XVIII, por fracionamentos multiplicadores que enriqueceram a toponímia regional (NEVES, 2003: 290-437). Boa Vista, por exemplo, nas nascentes dos rios Santo Onofre, São João e das Rãs, sofreu várias divisões, ainda no século XVIII. Uma delas, Canabrava (depois Canabrava de Vicente Ferreira e mais tarde Canabrava dos Caldeiras), foi ocupada inicialmente por Manoel Nunes Távora e Sebastiana Pereira da Cruz. Esta, uma “mulher mameluca e solteira”, concorreu para o empreendimento de conquista da terra indígena com

pólvora, chumbo, duas vacas e adquiriu, por 30 mil réis, em 1716, a posse da parte denominada Morro do Chapéu (APMRC. Livro de Notas n. 9, f. 125). Em 1749 ela doou aos netos Luís e Ana Caldeira a posse de uma gleba de Boa Vista, e em 1751 transferiu sua parte de Canabrava para Manoel Nunes Távora, com 25 cabeças de gado vacum, roças e casas. Esses posseiros pagavam rendas anuais da fazenda Boa Vista, de dois mil e 500 réis para Joana da Silva Guedes de Brito. Dois anos depois, Sebastiana Pereira da Cruz vendeu o restante da sua posse ao capitão Raimundo Pereira Nunes (APMRC. Livro n. 9, f. 82; f. 168).

O padre José Machado de Couto, que comprara a posse de Francisco Gonçalves de Araújo, adquiriu, em 1789, a propriedade de “partes da fazenda do Caeteté, de Manoel de Saldanha da Gama, entre Lagoinha, ponta da serra da Jurema, fazendas Lagoa e Cachoeira e o riacho da Vereda, e doou à sua neta Ana do Bonfim casada com José Godinho de Pinho, com 50 reses e seis escravos” (APMRC. Livro n. 2, f. 74). O mesmo padre doou, em 1792, para Bonifácio José Machado do Couto, outra parte da fazenda Caetité, comprada de Francisco Gonçalves de Araújo, que se apossara judicialmente dela numa disputa com Manoel de Saldanha, na qual se edificava, na época, a igreja matriz da freguesia de Caetité e se fundava a arraial (APMRC. Livro, n. 2, f. 76), para o qual se transferiu o núcleo populacional do sítio Caetité, 12 quilômetros ao leste.

A fazenda Campo Seco ou Brejo do Campo Seco, no rio do Antônio, foi arrendada por João Antunes Moreira e transferida hereditariamente ao seu filho, padre André Antunes da

Maia que vendeu a sua posse em 1749, para José de Souza Meira, morador em Santo Antônio do Urubu, cujo espólio passou, em 1755, para Miguel Lourenço de Almeida, que se casara com a filha do primeiro casamento da mulher de Souza Meira e o filho deste, Francisco de Souza Meira (APMRC. E-1, P-2, C-12, M-21, D-107; LEITE, citado por: SANTOS FILHO, 1956: 5). Antônio Pinheiro Pinto, genro e sucessor de Lourenço de Almeida, registrou no seu “livro do gado” de 1792 a 1821, o nascimento médio de 142 bezerros anuais, com maior incidência em 1804, quando ferrou 358 vitelos. Desde então, até 1819, a média caiu consideravelmente e voltou a crescer em 1820. Essa oscilação sugere venda e recomposição do rebanho e, eventualmente, perda por morte, como correu na grande seca que assolou o sertão entre 1806 a 1808. Inocêncio Pinheiro Canguçu, herdeiro de Pinheiro Pinto, criou gado em Campo Seco, Jardim, Pedra Branca, Santa Rosa, Santa Rita, Santo Amaro e Tabuleiro. Entre 1822 e 1829 ferrou uma média anual de 287 bezerros, com maior produção em 1829, quando nasceram 577 (SANTOS FILHO, 1956: 234).

O preço médio de um boi em Campo Seco, entre 1775 e 1821, limitou-se a cinco mil 309 réis e o de uma vaca, cinco mil 840 mil réis (SANTOS FILHO, 1956, p. 233). Ao longo do século XVIII, pagava-se no sertão por uma rês, na compra de um rebanho, ou pelo gado “alto e mallo”, como diziam na época, entre dois e cinco mil réis, um cavalo de serviço, nove a 15 mil réis, uma égua três a cinco mil réis. A oscilação dos preços devia-se à localização das fazendas, que poderia implicar em maior dificuldade e elevação do custo de

deslocamento. Nas proximidades de Caetité e Rio de Contas, por exemplo, os animais obtinham melhor preço que nos baixios do São Francisco ou no sertão da Ressaca. No curso do século XIX, multiplicaram-se os fazendeiros e reduziram-se as extensões das fazendas, embora permanecessem alguns grandes latifúndios ou titulares de várias unidades agrárias, e esse processo manteve o Alto Sertão da Bahia como um imenso campo livre, no qual, independente de propriedade ou posse da terra, pastavam rebanhos de grandes fazendeiros e de pequenos sitiantes, num sistema de coletivização dos pastos naturais, sem interferir no direito agrário.

O lisbonense Antônio Xavier de Carvalho Cotrim (NEVES, v. 19, p. 111-140, 2001) empregava, em 1752, sete escravos e cinco cavalos, na criação de 450 cabeças de gado vacuum na fazenda “Caetaté”, do sogro Estevão Pinheiro de Azevedo, 100 reses “de três parições vencidas na fazenda do Rio de São Francisco” e mais as partes que lhe caberiam de “três parições vencidas” na mesma fazenda, “de seu quarto de 150 cabeças”. Cotrim administrava uma fazenda de Joana da Silva Guedes de Brito em Santo Antônio do Urubu (Paratinga) (APMRC. E. 01, Cx. 11, P. 02). Nesse aglomerado humano ribeirinho, que se tornou um dos principais pontos de partida para a ocupação econômica dos sertões da Bahia, se confinavam degradados portugueses, como o próprio Carvalho Cotrim e, para a patrulha deles, designaram-se familiares do Santo Ofício, como Miguel Lourenço de Almeida, cujas famílias entrelaçaram-se através do casamento de Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, filho do ex-degradado com Lauriana Maria de Santo Antônio, filha do ex-patrulheiro da Inquisição.

Natural do norte de Portugal, Matias João da Costa morreu com avançada idade em Brejo das Carnaíbas, fazenda da qual pagava rendas a Joana da Silva Guedes de Brito. O valor dos seus bens ultrapassou, em 1758, a 14 contos de réis, uma fortuna que evidencia o sucesso de um empreendedor pioneiro com amplo raio de ação no Alto Sertão da Bahia. Residia em Brejo das Carnaíbas, onde cultivava cana, mandioca e algum milho e criava 200 reses. Suas atividades agropecuaristas estendiam-se por várias unidades agrárias próprias e arrendadas. Na fazenda Ressaca, borda do rio Gavião, criava 300 cabeças de gado, na fazenda Conquista 300 reses e 42 éguas. Possuía ainda a fazenda Olho d'Água e os sítios: Barra, Nossa Senhora da Vitória, Catolés, Espírito Santo, Santo Antônio e um “na outra banda do rio Pardo”, “infestado de gentio”. Em todos criava muito gado (APMRC. Inventários, 1758-1763; NEVES, v. 19, p. 111-140, 2001).

Estevão Pinheiro de Azevedo, outro fazendeiro com amplo campo de ação, criava gado em várias ribeiras. No rio Gorutuba, tributário do Verde Grande, pagara rendas à filha e depois à neta de Antônio Guedes de Brito das fazendas Olhos d'Água, Jaíba, Boa Vista e Iriti (FRANCO, 1989: 165-166; DELGADO. In: FREIRE, 1906: 503-509; VIANNA, 1935: 171-185; NEVES & MIGUEL (Org.). 2007: 93-109). Em 1730, vivia com a família no “cytio do Caytité”, nascentes do São João, onde faleceu em 1759, depois que seus bens já haviam dissipado com o seu envelhecimento. Restavam a casa de morada, os sítios Queimadas do Pau-a-Pique⁷, com

⁷ Queimadas do Pau-a-Pique encontra-se na margem direita do alto Paraguaçu, onde se instituiu o município de Marcionílio Souza, extremada com a fazenda

terras próprias, arrendado “por dez mil réis a hum crioulo por nome Gonçalo Pinheiro” e Serra do Campo Seco, contíguo às fazendas Campo Seco e Bom Jesus (APMRC. Inventários, C. 14, E. 1, P. 3), no rio do Antônio. Também no “sítio do Caytaté Velho”⁸, em 1765, Francisco de Souza Porto possuía 25 equinos, 40 cabeças de gado vacum, e na fazenda Rio das Rãs, mais 200 reses (APB. 02.0532.0978.08). Francisco de Brito Gondim viveu na fazenda Alegre e nela ainda plantava roças e criava 34 equinos e 70 bovinos, quando morreu, em 1773 (APB. 02.0532.0878.06). Como os dois anteriores, também pagava renda da terra a Joana da Silva Guedes de Brito.

Em Candeal no rio Gavião, Francisco José Ribeiro, outro pequeno criador, pagava renda da terra onde vivia, em 1789, numa casa coberta de palha, plantava roças e criava 17 equinos e 72 cabeças de gado (APB. 02.0574.1026.05). Em Boa Vista, ainda no rio Gavião, Crispim da Rocha Pinto possuía, em 1792, casa, roça de mandioca e de algodão, produto do qual armazenava duas cargas (12 arrobas)⁹, 30 equinos e gado (APB. 03.1216.1685.07), cuja quantidade ficou incógnita,

Pau-a-Pique, de Manoel Nunes Viana, caudilho dos emboabas, no rio das Velhas, de quem Pinheiro de Azevedo fora amigo e aliado na guerra contra os paulistas.

⁸ Essa denominação sugere que o arraial (o novo Caetité), elevado a freguesia e distrito de Santa Ana do Caetité, em 1754, já se transferira para o Alegre. Entretanto, sabe-se que o padre José Machado de Couto doou, em 1792, para Bonifácio José Machado do Couto, uma parte da fazenda Caetité, comprada de Francisco Gonçalves de Araújo, que se apossara judicialmente dela numa disputa com Manoel de Saldanha quando se edificava a igreja matriz da freguesia de Caetité e se fundava a arraial (APMRC. Livro de Notas, n. 2, f. 76).

⁹ Uma arroba no Alto Sertão da Bahia correspondia a 16 quilogramas.

em consequência da voracidade de insetos que danificaram o documento. Criadores do rio Gavião comercializavam muito gado. Modesto Vaz da Costa, por exemplo, vendeu ao capitão Estevão Inácio da Costa, com suas posses de terras em Gavião e Santa Cruz da Canabrava, 100 reses, em 1799 (APMRC. Livro n. 2, f. 207).

Para pagamento de dívidas do espólio de José Vicente Ferreira de Souza, as fazendas Cachoeira e Lajes, no distrito de Caetité foram hipotecadas em 1795. Levadas à hasta pública no Juízo de Órfãos de Rio de Contas, em 1800, Lajes foi arrematada por Antônio Gonçalves Viana e Cachoeira, com 456 cabeças de gado, 396 equinos e uma casa coberta de palha, com dois currais, por Francisco de Brito Gondim (filho) (APB. 02.0578.1030.05; APB. 03.1229.1698.15).

Nos gerais e caatingas de Caetité pastavam grandes rebanhos. Entretanto, nessa época, a economia regional começou a diversificar. O emprego prioritário de algodão como fibra têxtil pela Revolução Industrial Inglesa estimulou a sua produção nas regiões tropicais (ANDRADE, 1996: 105). Em consequência, impulsionou a ocupação de vazios econômicos nos sertões semi-áridos do Brasil onde, paralelamente à pecuária e alternada com pastagens, desenvolveu-se a cotonicultura.

Em princípio do século XIX, o gado *crioulo*, *curraleiro* ou *peduro*, mais caracterizado como tipo de rês que uma raça bovina, já se apresentava com pequeno porte, pouco peso, carne magra, e escassa produção de leite. Ostentava grandes chifres, pernas finas e cascos resistentes, próprio para palmilhar os solos recrestados e pedregosos das caatingas e

os arenosos e ardentes dos baixios. Bem adaptado ao meio, resistia a doenças e suportava os rigores de prolongadas estiagens periódicas, embora na fazenda Campo Seco tenham sucumbido 300 reses na grande seca de 1808, que devastou a pecuária regional (SANTOS FILHO, 1956: 208).

Nessa época, a criação de muares era “desenvolvida em São Paulo, com conhecimento e muito sucesso”. Os ovinos eram geralmente desprezados. Quando criados, sobretudo em Minas Gerais, serviam “meramente de alimento para seu dono”, que não aproveitavam a sua “lã grosseira” (WEECH, 1992: 164-165), processo já iniciado apenas nos pampas gaúchos. O preço de uma ovelha no Rio de Janeiro oscilava entre dois e três mil réis. Criavam-se porcos em todo o Brasil, para o generalizado consumo doméstico de toucinho.

No Alto Sertão da Bahia, os preços pouco se elevaram, comparativamente aos da segunda metade do século anterior. Uma rês adulta, na compra de um rebanho, custava de três a seis mil réis; um cavalo de serviço, de 12 a 15 mil réis; uma égua, entre três e cinco mil réis; um boi manso, de cinco a sete mil réis; e uma mula de 15 a 20 mil réis. Um dos criadores dos maiores rebanhos alto-sertanejos, Francisco de Souza Meira criava, em 1814, três mil e 500 cabeças de gado vacum, 221 equinos e 28 muares, nas fazendas: Bom Jesus e Serra das Bestas no rio do Antônio; Canabrava, Lagoa Vermelha, Aguilhadas e Dourada, no rio Verde Pequeno; Gameleira e Pedra na ribeira do Urucuia (APB. 02.0566.1013.01). Francisco Xavier de Carvalho Cotrim possuía, em 1818, nas fazendas Cerquinha no rio Santo Onofre, Campo Seco no rio do Antônio, Isabel e Brejo dos Padres no rio das Rãs,

um criatório de 336 cabeças de gado, 28 equinos e muares e plantava algodão, produto do qual armazenava 223 arrobas (APEB. 02.0589.1041.03).

Bento Garcia Leal possuía, em 1823, nas fazendas Barrocas, São Domingos, Vargem Grande e Gargatuá, no rio Carnaíbas de Dentro, 600 cabeças de gado vacum; em Riacho e Canabrava, no rio Verde Grande, 2.100 reses e 133 equinos; em Vargens e Lagoa Clara, no rio Santo Onofre, mais 2.400 cabeças de gado vacum. Nessas terras, com o emprego de duas centenas de escravos, Garcia Leal também plantava muitas lavouras para o autoabastecimento de suas fazendas e comercialização de excedentes. Ele intermediava, com alguns concorrentes, o comércio regional de algodão. Naquele ano de 1823, despachara 209 cargas de algodão descaroçado para os correspondentes no porto de São Félix no Recôncavo; guardava nos seus depósitos mais 80 cargas do produto dessa malvacea em caroço; e tinha um crédito na Casa de Pedro Rodrigues Bandeira, em Salvador, correspondente a 2.200 arrobas de algodão enviadas para a Inglaterra. Mais de 55 toneladas, em plumas, como sempre se comercializou o algodão desses sertões, onde o caroço constituía precioso recurso forrageiro para o gado nas secas sazonais. Garcia Leal armazenava ainda quase nove toneladas de algodão sem descaroçar (APB. 02.0589.1041.14).

Quando morreu, em 1809, o sexto conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres, criava muitos milhares de bovinos e equinos em várias regiões da Bahia e de Minas Gerais. Somente em oito fazendas do Médio São Francisco, foram inventariados em 1832: 2.084 reses, 45 cavalos de

serviço e 36 éguas, em Boa Vista; 1.611 bovinos e 36 cavalos, em Batalha; 880 cabeças de gado vacuum, 400 éguas e 34 cavalos, em Volta; 1.494 reses e 45 cavalos, em Campos de São João; 1.454 cabeças de gado e 45 cavalos, em Itaberaba; 1.564 bovinos e 41 cavalos, em Campo Grande; 2.105 reses e 44 cavalos, em Curralinho; e 2.129 bovinos e 54 cavalos, em Santo Antônio (do Urubu) (APB. 01.0089.1027.01; *ANALIS do APB*, n. 28, p. 41-75, 1945).

Após sua morte, os herdeiros comercializaram todos os seus imóveis brasileiros, adquiridos, em geral, pelos seus procuradores, administradores de suas fazendas e arrendatários de suas terras. O procurador Manoel Moreira da Trindade, por exemplo, comprou várias fazendas, algumas das quais (Campo Grande, Campos de São João, Volta e Boa Vista) ficaram na meação da sua viúva, Joana de São João Castro, e integrou o espólio do segundo consorte desta, José Antônio da Silva Castro, em 1844 (APEB. 03.1021.1490.01). O casal Castro possuía ainda as terras em Brejo das Carnaúbas, Serra do Malhado, Juazeiro, Olho d'Água e Santa Rosa, em Urubu; Tabocas, Gameleira e Canabrava, em Caetité; Gerais do Pedreiro, Cachoeira, Santa Rita e Cuité, em Macaúbas; Favela, Carrapato, Capivara, Olho d'Água, Bois, Palma, Agreste, Furados, em Rio de Contas; Retiros, Sobrado, Mocambo, Cabaceira, Pindoba, Volta, Boa Vista e Lapa, em Cachoeira; e Canabrava, Campo do Gado, Campo Alegre, em Feira de Santana. Em algumas delas o tenente-coronel Silva Castro plantava lavouras e em quase todas, criava muito gado vacuum e cavalar.

Outro procurador da Casa da Ponte, Plácido de Souza Fagundes, proprietário de Barra dos Araças, Curralinho do

Olho d'Água, Boa Vista e Lagoa Clara em Macaúbas, adquiriu a fazenda Itaberaba, onde hoje se encontra a cidade de Bom Jesus da Lapa, no qual criava, em 1862, 680 reses e 63 equinos (APEB. 07.3269.03). Nas outras terras seus rebanhos eram menores.

Nas fazendas Caculé e Rio do Antônio, Manoel da Cruz Prates empreendia, em 1835, um criatório de mil cabeças de gado vacum, 96 éguas, além de bois mansos, cavalos e muares de montaria e carga. Plantava roças de mandioca, algodão e milho. Nos paióis guardava algumas cargas¹⁰ de algodão em caroço e outras em lã, prontas para exportação (APEB. 02.0564.1016.13). Seus filhos não prosperaram tanto, apenas o capitão Bernardino de Brito Gondim acumulou fortuna na pecuária e nos negócios, especialmente de empréstimos hipotecários, facilitados pela ausência de instituições bancárias.

Na segunda metade do século XIX, os preços evoluíram mais que nos períodos anteriores. Uma rês aleatória foi avaliada nos inventários entre 10 e 20 mil réis; um cavalo 20 a 30 mil réis; uma égua 15 a 20 mil réis; um boi manso 15 a 25 mil réis, uma mula 20 a 30 mil réis, um burro 15 a 20 mil réis, e um jumento, 10 a 15 mil réis (APB. 02.0868.1337.20)¹¹.

Nas ribeiras do Gavião, do Brumado, do Antônio, do São João e das Rãs, em terras de Morrinhos, Terçado, Riacho

¹⁰ Uma carga correspondente à porção de mercadorias transportável por um animal cargueiro, dividida em dois fardos ou costais de três arrobas. No Alto Sertão da Bahia equivalia a seis *arrobas* ou a 96 quilos.

¹¹ No inventário de Florinda de Barros Silva (APB. 02.0868.1337.20), em 1875, atribuíram a um jumento o valor de 30 mil réis e a um jumento pastor de éguas, de 250 mil-réis. Aparentemente uma avaliação superestimada.

Seco, Soledade, Deus me Livre, São José, Santa Maria, Salgado, Boa Vista, São Domingos e Quatis, Francisco Xavier da Costa criava, em 1855, 1.100 cabeças de gado vacum, 52 equinos e 29 muares (inclusive uma tropa arriada). Entre as suas lavouras destacavam-se as de mandioca, com várias roças, e de arroz, do qual armazenava 100 alqueires¹², em casca (APB. 01.0306.0583.02).

Detentora de uma razoável fortuna, a viúva Florinda de Barros Silva, residente na fazenda Pedra Redonda (parte de Caetitê Velho) em 1875, era proprietária de mais de duas dezenas de imóveis e um criatório de 500 reses, 19 bois mansos para cangalha e carro; 18 cavalos de serviços, 18 éguas, 12 jumentos (dois deles pastores de égua) e 10 burros. Plantava milho, mandioca e outros gêneros de lavoura, e guardava muitas jóias de ouro e utensílios de prata, além de mais de nove contos de réis em moedas de ouro e prata entesouradas (APB. 02.0868.1337.20).

As partilhas de terras nas sucessões hereditárias e as subsequentes comercializações, no século XX mantiveram a tendência anterior de crescimento quantitativo dos criadores e redução numérica de reses por criatório. O crescimento populacional e a melhoria dos transportes proporcionaram a expansão da agricultura e fechamento das lavouras com cercas, que privatizaram as pastagens naturais, antes de livre uso, confinaram o gado em mangas de pasto e restringiram os espaços dos pequenos criadores aos limites das suas terras. Entretanto, a tradição de grandes rebanhos manteve-se nos

¹² O alqueire sertanejo corresponde a 160 litros.

baixios do São Francisco, em alguns dos antigos latifúndios que resistiram ao processo de fracionamento. Deocleciano Pires Teixeira, por exemplo, criava, em 1930, na fazenda Curralinho, mil cabeças de gado e 30 de equinos, inclusive de serviços e outras mil reses, 40 equinos e oito muares em Rio das Rãs (APB. 08.3550.02), duas das tradicionais fazendas da borda sanfranciscana.

Nessa pecuária extensiva do Alto Sertão da Bahia, o gado *crioulo*, *curraleiro* ou *peduro*, criado solto em campos abertos, foi atrofiado pela caótica zootecnia do cruzamento espontâneo e pelas precárias pastagens nativas de uma região de grandes áreas ocupadas pela vegetação xerófila e espinhenta das caatingas ou pelos gerais e cerrados do tipo savana. As condições ambientais que impunham ao gado extensas caminhadas em busca de água e pasto proporcionam-lhe longas pernas finas e enervadas; os solos silicosos e secos das caatingas desenvolveram-lhe cascos resistentes; muito sol e calor, com frequentes quedas bruscas da temperatura às noites, dificultaram-lhe a oxigenação do sangue, causaram-lhe depressão e restringiu a produção de leite, cuja média diária chegava a menos de um

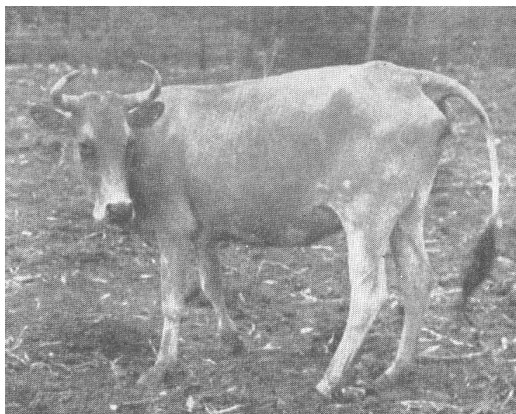


Figura 3 – Vaca peduro
Foto: MACEDO, 1952: 32-33.

litro, embora houvesse vacas do tipo *peduro*, excepcionalmente capazes de produzir até oito litros por dia.

Nas secas prolongadas, as espécies forrageiras nativas da caatinga, constituídas de gramíneas e ciperáceas, escasseavam e nessas emergências, socorria-se o gado com palmitos de aricuri ou licuri e cactáceas, como o mandacaru e o xique-xique, depois de queimados os espinhos, costume que permaneceu com a introdução do cultivo da palma, no século XX. Acrescenta-se a esses fatores as precipitações pluviométricas irregulares e mal distribuídas, com frequentes estiagens prolongadas e consequente escassez de água e de pasto. Esses fenômenos morfológicos e fisiológicos refletiram no porte, na pelagem, textura do pêlo, espessura da pele e fizeram surgir um tipo de animal pequeno e de pouco pelo. Até meados do século XX, predominavam variedades crioulas, das quais se obteve melhores resultados depois do cruzamento com o zebu, cuja rusticidade teria provado melhor nos pastos naturais (SAMPAIO, 1925: 39; MACEDO, 1952; SANTOS FILHO, 1956: 207; PETRONE, 1993, t. 1, v. 2: 218-227; NEVES, 1998/2008: 177), produzido tipos de maior desenvolvimento físico e mais precocidade, quando alimentado adequadamente.

O zebu, espécime bovina indiana, corpulenta, com giba, corcova ou cupim, chegou ao Brasil pela primeira vez, em 1826, num lote importado do Egito pelo imperador Pedro I, para a fazenda imperial Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Essa fazenda, oferecida ao filho pelo rei João VI, era muito mal administrada. Embora se criassem milhares de cabeças de gado e empregassem 1.500 escravos, não atendia nem a

demanda de manteiga da corte imperial, que importava esse produto salgado da Inglaterra (WEECH, 1992: 163).

Embora ocorressem outras importações da Alemanha ou diretamente da Índia, no final do século XIX, o gado zebu somente se difundiu no Brasil a partir de 1906, quando fazendeiros do Triângulo Mineiro (Uberaba) adquiriram reprodutores e matrizes e passaram a comercializar as crias e, posteriormente, o sêmen, com a propagação do método de inseminação artificial. A melhoria genética do gado no semi-árido, a partir de meados do século XX, resultou mestiçagem através dos cruzamentos de raças importadas, como *guzerat*, *gir*, *nelore*, *sindi*, *kangayam* e outras. As espécies leiteiras tiveram origens diferentes. A *guernsey* foi importada em 1889, pelo barão de Nova Friburgo; a *jersey*, de origem inglesa, pelo diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, em 1896; a *lakenfel*, de cor preta, cintada de branco, da Holanda por Eduardo Augusto Torres Cotrim, em 1910, a *prado-suíço*, pelo Serviço de Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura, que trouxe 60 cabeças em 1934 (DIAS, 2006: 57-63).

Referências

1 – Manuscritas

APMRC. Livro de Notas n. 2, f. 74, cópia de escritura particular, 2 fev. 1789.

APMRC. Livro de Notas, n. 2, f. 76, cópia de escritura particular, 20 ago. 1792.

APMRC. Livro de Notas, n. 2, f. 207, cópia de escritura particular, 8 jul. 1799.

APMRC. Livro de Notas n. 9 (1747-1752), f. 82, escritura de doação de posse, 2 jul. 1749; f. 168, escritura de venda e compra, 3 ago. 1751.

APMRC. Livro de Notas n. 9 (1747-1752), f. 87, escritura de venda e compra, 30 jun. 1749.

APMRC. Livro de Notas n. 9 (1747-1752), f. 125, “Cópia de um escrito de venda”, 10 ago. 1716.

AMRC, E. 01, Cx. 11, P. 02, inventário de Angélica Maria de Jesus (inventariada como Ângela), Caetaté, 2 out. 1752.

APMRC. C. 14, E. 1, P. 3, inventário de Estevão Pinheiro de Azevedo, “Cytio do Caytité”, 2 fev. 1759.

APMRC, E-1, P-2, C-12, M-21, D-107, inventário de José de Souza Meira, Campo Seco do Riacho do Antônio, 18 fev. 1755.

APB. 01.0089.1027.01, inventário do sexto conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, autuado em 1832, com testamento de 22 mai. 1809.

APB. 01.0306.0583.02, inventário de Francisco Xavier da Costa, Condeúba, 22 out. 1855.

APB, 02.0532.0878.06, inventário de Francisco de Brito Gondim, Alegre, 11 out. 1773.

APB, 02.0532.0978.08, inventário de Francisco de Souza Porto, Queimadinha, 9 jan. 1765.

APB. 02.0564.1016.13, inventário de Tereza Maria de Jesus, Caculé, 17 nov. 1835.

APB. 02.0566.1013.01, inventário de Francisco de Souza Meira, Bom Jesus, 7 jul. 1914.

APB. 02.0574.1026.05, inventário de Francisco José Ribeiro, Candéal da fazenda Santo Antônio da Barra, freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, 14 jul. 1789.

APB. 02.0578.1030.05, inventário de José Vicente Ferreira de Souza, Caetité Velho, 07 mai. 1800.

APB. 02.0589.1041.03, inventário de Francisco Xavier de Carvalho Cotrim, Brejo dos Padres, 29 out. 1818.

APB. 02.0589.1041.14, inventário de Nazária Borges de Carvalho, Rega Pé, 9 out. 1823.

APB. 02.0868.1337.20, inventário de Florinda de Barros Silva, Pedra Redonda, 9 fev. 1875.

APB. 03.1021.1490.01, inventário de Joana de São João Castro, continuado com o de José Antônio da Silva Castro, Cajueiro, 4 jul. 1844.

APB. 03.1216.1685.07, inventário de Crispim da Rocha Pinto, São Bento, 22 set. 1792.

APB. 03.1229.1698.15, inventário de José Vicente Ferreira de Souza, Lajes, 3 jul. 1795.

APB. 07.3269.03, inventário de Plácido de Souza Fagundes, Currálinho, Macaúbas, 17 nov. 1862.

APB. 08.3550.02, inventário de Deocleciano Pires Teixeira, Caetité, 9 mar. 1831.

2 – Impressas

ANais do Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador, n. 28, p. 41-75, 1945. Cópia do inventário de João de Saldanha da Gama, sexto conde da Ponte, autuado em 1832, com testamento de 22 mai. 1809.

ANTONIL, André João [Giovanni Antonio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. (1. ed. 1711). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1982.

COSTA, Miguel Pereira da. Viagem das minas do Rio de Contas. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 33-52.

DELGADO, Joaquim Quaresma. Roteiro de Quaresma. (IGHB. Índex de Varias Notícias. Manuscrito n. 346). In: FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998; In: VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Nacional, 1935; In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 59-125.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. 1. v. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1906.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1945, VIII e IX.

MACEDO, Jozé Roberto. *Fazendas de gado no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1952.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1981.

NANTES, Martinho de. *Relação de uma missão no rio São Francisco*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

SAMPAIO, Theodoro. *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925, p. 39.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anot. Brás do Amaral. Bahia:

Imprensa Oficial do Estado, 1919, v. 1.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Martins, [s. d.], 2v.

SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Nacional, 1935.

3 – Monografias, Dissertações e Teses

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e prosperidade no Nordeste colonial*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

4 – Artigos de Periódicos

BERNARDES, Nilo. As caatingas. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 36, mai./ago, 1999.

COSTA FILHO, Miguel. Dois séculos de um latifúndio. Rio de Janeiro: Livraria São José e Departamento de Imprensa Nacional, 1958. (Separata da *Revista do IHGB*, v. 241).

NEVES, Erivaldo Fagundes. História de família: origens portuguesas de grupos de consanguinidade do Alto Sertão da Bahia. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 19, p. 111-148, 2001.

5 – Livros

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, 1. ed. 1906.

ANDRADE, Manoel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP; ABPHE, 1996, p. 99-108.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

DIAS, João Castanho. *500 anos do leite no Brasil*. São Paulo: Calandra, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tomás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP; ABPHE, 1996, p. 109-121.

MATA-MACHADO. Bernardo Novais de. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. ver. e ampl. (1. ed. 1998), Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Apêndice: titularidade e exploração da terra. In: _____. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

PETRONE, Tereza Scherer. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, t. 1, v. 2, p. 218-227, 1993.

PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972. 3 v.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [S. n.]. (Composição e impressão, Belo Horizonte: Minas Gráfica), 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo* (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Nacional, 1956.

SIMONSEN, Roberto Cocharne. *História econômica do Brasil (1520-1820)*. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

VARNHAGEM Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edit. da USP, 1981, v. 2, t. III, p. 262, nota 78, de Rodolfo Garcia.

WEECH, J. Friedrich Von. A agricultura e o comércio no sistema colonial. São Paulo: Martins Fontes, 1992

A grande rede de açudes do semi-árido brasileiro

*Eng^a Manoel Bomfim Ribeiro**

Resumo

A história da açudagem no Nordeste teve início no século XVIII quando da grande seca de 1777/9. A população da região vinha aumentando desde o final do século XVI e era grande o desenvolvimento da pecuária bovina. As pastagens eram nativas, os campos ainda não estavam desnudos e a alimentação para o gado era farta. As chuvas eram periódicas torrenciais e tempestuosas, o mesmo regime de hoje com a mesma climatologia. Os rios eram intermitentes e sazonais, correndo num curto período de 4 a 5 meses. A população se valia de pequenos e esparsos olhos d'água e de cacimbas escavadas nos leitos dos rios secos. Os nordestinos, sofrendo cada vez mais os transtornos da escassez de água, procuravam meios de levantar pequenos barreiros de acumulação. A inventiva do sertanejo criou bacias de reservação que foram se transformando em açudes. O efeito multiplicador foi positivo pelos excelentes resultados de acumular água para os longos períodos estivais. Cada sertanejo desejava ter um açudeco. As técnicas foram se desenvolvendo com relativa rapidez e, já na primeira metade do século XIX, desencadeou-se o processo construtivo da média açudagem com técnicas cada vez mais aprimoradas. O século XX foi da tecnologia avançada quando construímos cerca de 70.000 açudes,

* Sócio do IGHB

envolvendo os poderes oficiais. O Nordeste, já então, criou a escola dos grandes barramentos e passamos a deter e a possuir os melhores barrageiros do mundo.

Histórico

As grandes secas do século XVIII, principalmente a de 1777/9, trouxeram uma grande preocupação para a Corte Imperial. As do período finissecular, 1798/9, foram terríveis em desgraça desarticulando a família sertaneja segundo relatos do velho potiguar Theófilo Guerra.

Alguma coisa teria que ser feita, quando milhares de vidas eram ceifadas por absoluta falta de reservação de água. As chuvas no Nordeste foram sempre concentradas num curto período e com quedas tempestuosas. Quando Cabral chegou aqui, estas precipitações já tinham este mesmo comportamento. Os rios temporários e intermitentes se assoberbavam indômitos causando grandes prejuízos e alguns dias após secavam, sem deixar nenhuma água acumulada. Alguns são riachos efêmeros escoando suas águas com grande rapidez.

A criatividade e a imaginação do sertanejo fizeram pequenos barramentos na rede filamentar de afluentes para juntar água. Tudo no braço e com juntas de boi no arrasto dos materiais. Na Índia, na China e em Cartago já existiam açudes de reservação de água construídos com técnicas relativamente boas. Como não tínhamos meios de comunicação, nada sabíamos por aqui.

Os resultados dos trabalhos dos nossos sertanejos foram excelentes. Apareceu um verdadeiro adensamento dessas obras empíricas e com uma sensível evolução técnica. Os açudes iam surgindo gradativamente em inúmeras propriedades, alguns até de porte médio. Com a forte radiação solar, os sertanejos procuravam proteger as suas aguadas contra a evaporação. A melhor solução era aprofundar os seus açudes. Aprenderam, com o sofrimento, que as reações endógenas da evaporação eram o grande e verdadeiro causador das secas.

Com a avassaladora seca de 1877 a 79, já no século XIX, o governo Imperial criou a Comissão Exploradora chefiada pelo barão de Capanema tendo entre os seus membros o poeta maranhense Gonçalves Dias.

Foi nesta seca tirana que teve início a emigração de um grande número de famílias nordestinas para a febre do látex da borracha na região amazônica. Foi um triste êxodo. Para dar uma breve idéia do desastre social da hecatombe provocada por esta grande seca, basta ver que morreram mais de 500.000 vidas no Ceará e nas cercanias, sendo 150.000 por inanição, 100.000 causadas pela febre tifóide, 80.000 de varíola e 180.000 de fome e ingestão de alimentos venenosos.

As ruas de Fortaleza eram tomadas de um cheiro forte e nauseabundo. Mossoró, no Rio Grande do Norte, tinha, naquela época, uma população de 4.000 habitantes e foi invadida por 25.000 flagelados andrajosos, maltrapilhos que morriam aos montes de fome e peste.

São lembranças terríveis do passado e que não voltam jamais, mas despertou na sociedade brasileira, sobretudo

nordestina, uma vontade hercúlea e patriótica de banir aquele quadro triste e desumano do nosso Semi-Árido.

Foi quando a sociedade ruralista se convenceu definitivamente da importância do açude como grande solução de salvar vidas, retardando a chegada das águas ao mar. Sentindo os seus efeitos benéficos nas suas propriedades, salvando o gado apesar das grandes estiagens, cada fazendeiro foi vendo os benefícios no seu vizinho e houve, então, uma verdadeira nucleação na construção destes reservatórios.

Um grande envolvimento surgiu em diversos setores da sociedade, nos órgãos oficiais, prefeituras, governos de estado, governo federal, particulares, todo mundo. O *pool* era construir açudes. Estes reservatórios iam surgindo da noite para o dia, as técnicas construtivas melhoravam a cada nova obra. Equipes de técnicos vasculhavam os sertões pesquisando as pequenas bacias hidrográficas dos riachos intermitentes, determinando locais propícios e com boas ombreiras para a construção de açudes. Não era de boa gente quem não tivesse um bom açude. Theófilo Guerra, profundo conhecedor do Semi-Árido, dizia: “*No sertão vale mais deixar à família um bom açude do que um rico e belo palácio*”.

Surgiram os açudes de Cooperação que consistia numa participação entre o governo e o proprietário da terra. Oficialmente meio a meio, mas, na grande maioria, o dono da terra entrava só com a alimentação e mais alguma ajuda. O Governo participava com o maior peso e valia a pena fazer isto. Foi uma grande ajuda ao fazendeiro minimizando, sensivelmente, os terríveis efeitos das secas. E os reservatórios se multiplicaram e o Semi-Árido foi sendo pontilhado de pequenos, médios e grandes pólos hídricos.

A infra-estrutura hídrica foi crescendo a olhos vistos tornando-se já eficaz para salvar vidas. Se o Nordeste ainda é vulnerável às secas, que sempre tem retorno apocalíptico, não vemos mais o flagelado miserável caminhando pelas estradas, arrastando a filharada toda maltrapilha a estender a mão ao viandante. É o milagre do açude ou da pequena aguada que prende o sertanejo e a família no seu eito de terra.

Quando o presidente Médici esteve no Nordeste em 1970, há 39 anos atrás, chorou ao ver o dantesco quadro das secas e discursou em Recife: “Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos. Vi a paisagem árida, a poeira, o calor. Vi as frentes de trabalho. Falei ao flagelado. Vi seus farrapos, apertei sua mão. Vi crianças abandonadas ao longo do caminho. Nada, em toda minha vida, me chocou tanto. Não me conformo! Isto não pode continuar.” Causou-lhe espécie, também, a paciência apostolar do matuto.

Hoje, com os rápidos meios de comunicação, o sistema viário implantado, a locomoção fácil, as telecomunicações por toda parte e, sobretudo, a fantástica rede de açudes construída ao longo do século XX pelos bravos nordestinos, não existe mais na região as imagens chocantes daquele longo período negro que já pertence ao passado.

Açudes projetados

Cada açude construído era uma benesse, era uma salvação. Naquele século em que a vegetação nativa era intensa e ainda dominava os campos, a pastagem era farta, o gado crioulo vivia na solta e um bom açude era uma grande pro-

teção para a vida da fazenda. Os políticos, representantes naturais da sociedade, por sua vez, exigiam ações práticas do Governo para a construção de mais reservatórios. O lema era “*construindo açudes o desenvolvimento da região virá por corolário*”.

Por determinação do Governo Imperial os engenheiros da Corte foram requisitados, vieram outros de Portugal e os levantamentos técnicos começaram a ser elaborados com estudos topográficos, projetos em pranchetas, dimensionamentos de volume e cálculos de estabilidade.

A tecnologia na construção de açudes se aprimorou, cálculos de índices de evaporação, centenas de pluviômetros instalados determinando os níveis de precipitação, postos de hidrometria nos rios principais, estudos de geologia para a seleção dos materiais mais argilosos para uso nos maciços das obras, estudos de infiltração e retenção das águas no solo, *run-off*, isto é, o índice de escoamento das águas de superfície nos talvegues dos riachos.

Com este aprimoramento técnico os nossos açudes se caracterizaram pela sua segurança e pela sua estabilidade. Raríssimos casos de insucesso.

Cada açude é um pólo hídrico gerando pólos hídricos secundários que por sua vez geram pólos econômicos. É como um polvo com os seus tentáculos espalhados em todas as direções levando água aos quatro ventos para as comunidades nas suas áreas de influência a 2, 5, 10, 20 km ou mais, dependendo da sua capacidade volumétrica. Um açude exerce milagres quando em funcionamento pleno. E o açudamento tomou conta do sertão.

No Semi-Árido há extensas áreas em que o relevo topográfico não oferece condições para a construção de açudes e, portanto, se impõe a perfuração de poços ou outro sistema não clássico como a barragem submersa ou o implúvio, hoje batizado e consagrado pelo nome de cisterna.

E assim, nesta grande corrida construtiva, chegamos ao final do século XX, com o fantástico número de 70.000 açudes (LARAQUE, 1989) espalhados por todos os quadrantes do Semi-Árido brasileiro. Alguns estudiosos estimam em cerca de 100 a 120.000 açudes particulares ou mais, são estimativas, não há estatística precisa.

Os grandes reservatórios públicos oficiais acumulando um fabuloso cubo hídrico, com os açudes particulares, somam 37 km³ de água. Água demais! Volume equivalente a 15 vezes a baía da Guanabara. A baía da Guanabara é a 2^a maior do Brasil e a 3^a maior do mundo. Mesmo havendo uma forte evaporação de até 50%, nos restam 18,50 km³ ou 18,50 bilhões de m³, água, sobejamente suficiente para todos os fins, deixando, ainda, grandes reservas estocadas e estratégicas para quaisquer secas excepcionais que possam ocorrer como devem ocorrer entre o ano de 2010 e 2011, segundo a curva de Fourier.

É necessário esclarecer que deste total de açudes particulares cerca de 60% são *anuais*, não suportam dois anos sem novas chuvas, não podem estruturar uma propriedade, não é uma base hídrica confiável porque quando chega setembro, outubro e novembro, meses de maior incidência solar, as suas águas se evaporam. São pequenas obras empíricas, sem projetos, construídas no braço, uma açudagem primitiva, mas

de muita valia porque ajudam muito na labuta do ruralista. Recebem mais a denominação de aguadas.

Cerca de 20%, entretanto, são açudes *inter-anuais*, com profundidade entre 5 a 10 metros, suportando as secas normais, mas nunca as excepcionais. São cerca de 15.000 açudes que, anualmente, recebem um remonte de águas das nuvens derramadeiras na ciclomia das chuvas, total ou parcialmente, e que ajudam realmente, na vida econômica do fazendeiro. Há propriedades dispendo de quatro, seis ou mais açudes, garantindo a vida da fazenda pelo ano inteiro.

Os restantes 20%, em torno de 14 a 15.000, estes sim, são açudes *plurianuais* suportando as grandes travessias estivais, não secam jamais, apesar das grandes secas que ocorrem a cada 26 anos (senóide de Fourier). São grandes e médios reservatórios construídos com rigoroso aprimoramento técnico e acumulando mais de 90% das águas existentes no Semi-Árido, algo em torno de 30 bilhões de metros cúbicos.

Agora nos fala um filho do Seridó-RN, profundo conhecedor do sertão e grande incentivador da açudagem, Phelippe Guerra; Ele diz textualmente: “Todo esforço empregado em um açude será produtivo, pois é sobre a açudagem que repousa a garantia dos haveres do sertanejo, a estabilidade da sua fortuna, suas fontes de receita, o futuro da família e a prosperidade do Estado. É pela construção de açudes que devemos pugnar, bradar, erguer uma propaganda tenaz, ampla, até levar a convicção aos que duvidam, energia aos fracos, estímulo aos descuidosos” (Seccas contra a Secca, p. 127– Phelippe Guerra-1909)

RELAÇÃO DE AÇUDES OFICIAIS – SEMI-ÁRIDO					
Estado	Área (km²)	S. Árido (km²)	%	Açudes	
				Nº	Volume (m³)
Ceará	148.016	136.526	92,24	228	18.460.000.000
Paraíba	56.372	55.119	97,78	122	3.900.000.000
R. G. Norte	53.015	48.031	90,60	48	4.500.000.000
Pernambuco	98.281	87.484	89,01	133	n3.200.000.000
Total	355.684	327.160	-----	531	30.060.000.000
Sergipe	21.994	10.395	47,26	10	19.000.000
Alagoas	27.652	12.266	44,36	22	60.000.000
Bahia	559.951	320.211	57,18	13	990.000.000
M. Gerais	583.248	57.328	9,83	4	7.000.000
Piauí	250.934	297.019	85,50	22	1.650.000.000
Total	1.443.77	697.219	-----	71	2.726.000.000
Total geral	1.799.46	1.024.379			

Área total do Semi-Árido 1.024.379 km²

Semi-Árido dos 4 estados 327.160 km² (32%) Média de chuvas 680mm

Semi-Árido dos 5 estados 697.219 km² (68%) Média de chuvas 480mm

Os reservatórios do Semi-Árido acumulam um total de 37 bilhões de m³ de água. Os 531 açudes dos 4 estados, já acumulam 30 bilhões. O restante, os 7 bilhões, estão distribuídos em açudes menores públicos e particulares.

Estes 4 estados ocupam 32% do Semi-Árido mas possuem 82% das suas águas. Os outros 5 estados, com 68% destas áreas, só acumulam 2,7 bilhões de m³, uma fatia de 9% sobre os 30 bilhões. Melhor ainda, só o volume acumulado no Castanhão é 2 ½ vezes o volume acumulado nos outros 5 estados do Semi-Árido.

A precipitação nos referidos 4 estados é de 680 mm/a em média e nos 5 estados é de 480 mm/a bastante inferior.

O caso do estado da Bahia é emblemático; Possui 31% do Polígono seco, (320,211 km²), é o semi-árido mais seco com chuvas de 480 mm/a e não possui nem 1 bilhão de m³ de água acumulada e representa somente 14% do volume do Castanhão. Proporcionalmente deveria ter 29 bilhões de m³ de água acumulados em reservatórios.

Os grandes reservatórios dos rios perenes São Francisco e Parnaíba não pertencem a esta análise. Sobradinho 35 bilhões, Itaparica 12 bilhões, Xingó 3,8 bilhões, Moxotó 1,2 bilhão e Boa Esperança 5 bilhões, totalizando 57 bilhões de metros cúbicos de água. São reservatórios construídos para aumentar e assegurar a geração de energia hidroelétrica do Nordeste prestando-se, todavia, para outros usos como piscicultura, turismo e navegação, não devendo ter usos consuntivos como irrigação e abastecimento a não ser em casos excepcionais.

Alguns açudes, os maiores, possuem hidrelétricas montadas gerando energia nos 365 dias do ano e muitos outros possuem projetos de irrigação porque, logicamente, são açudes que não secam. Não se pode implantar um projeto de irrigação num açude que seca, seria fracasso certo. Existem inúmeros açudes no Semi-Árido que acumulam 1, 2, 3, 4 milhões de m³, considerados pequenos, mas que têm projetos de irrigação e não secam porque, embora com pequenas bacias hidráulicas, são dotados de boas profundidades.

O grande mal é que a maioria dos nossos açudes está

ociosa, não cumpre a missão para a qual foi construído. São grandes espelhos evaporativos soltos e abandonados na amplidão geográfica do Semi-Árido, “*verdadeiros cemitérios de água*” de que nos fala o economista paraibano e ex-ministro Máilson da Nóbrega. São pouco aproveitados, sofrendo tão somente os drásticos efeitos da evaporação, mas que, anualmente, se recuperam total ou parcialmente com as chuvas do período.

O rendimento das nossas águas açudadas varia de uma para outra dependendo de vários fatores. Quando o sistema adutor é completo o rendimento pode chegar até 60% do volume acumulado. Em média a utilização do reservatório chega a 30 ou 40%. A vazão só pode ir até ao nível da galeria de descarga, respeitando o volume morto que é o responsável ecológico pela fauna potâmica do açude.

Construímos a maior rede de açudes do mundo em regiões áridas e semi-áridas, com grande qualificação técnica, e temos o dever de usá-la na sua plenitude através as obras complementares. Só existem algumas poucas, parcialmente construídas. As adutoras são essenciais para a função dos açudes, é a sua razão de vida. Elas funcionam como vasos anastomosantes fazendo a interligação dos diversos sistemas hídricos como, sabiamente, já vem ocorrendo em alguns açudes do estado do Ceará. No Semi-Árido quando os açudes deixam de funcionar recebem o bem posto nome de “*calamidade hídrica*”.

Efeitos da evaporação

Os bons açudes do Semi-Árido não secam. A evaporação nesta região é realmente drástica e descomunal. Chega a 3.000 mm/ano. Em qualquer açude sobe pelos ares, anualmente, uma coluna líquida de até 3 metros de água. Está bem próximo da evaporação processada no Mar Vermelho situado entre dois desertos, o da Núbia e o Arábico.

Esta nossa região, por estar bem próxima da linha do equador, detém um clima megatérmico de alto poder evaporante onde o ardentíssimo sol é um verdugo, é uma grelha ardente. Um açude com a profundidade de 3 metros simplesmente seca. Com 6 metros não merece confiança. Necessita ter acima de 8 a 10 metros de profundidade para ser uma base hídrica e econômica.

As águas evaporadas são perdas irreversíveis. São transferidas para a atmosfera e retornam na cadeia do ciclo hidrológico, em forma de chuva, caindo em qualquer outro lugar da terra ou até no mesmo.

Os nossos açudes são projetados considerando-se todos os fatores climatológicos, radiação solar, pluviosidade, evaporação e índices de infiltração, escoamento, geologia, hidrologia, etc. Os barrageiros do Nordeste são considerados os melhores do mundo. Os nossos açudes, os 531 relacionados acima, têm 20, 30, 40, 50 metros ou mais de profundidade. Não secam jamais.

Salinização dos açudes

Estes açudes, todos eles, sobretudo os de volumes menores, sofrem os graves problemas de salinização, isto porque 70% do Semi-Árido estão, impiedosamente, sob o escudo cristalino, onde predominam as terras salíferas. As águas de enxurradas, carregadas no período de chuvas para os riachos secos, transportam estes sais para as bacias hidráulicas dos reservatórios. Estas águas acumuladas, geralmente com pouco uso, são evaporadas pelo sol inclemente da região. E é na evaporação que está o maior consumo das águas dos nossos açudes. Quando a evaporação é muito intensa, o sódio acompanha o movimento de subida da água por capilaridade vindo se concentrar na superfície do manancial.

A salinidade destes corpos d'água está na razão direta da taxa de evaporação que determina a concentração de sal. Por esta razão os mares tropicais são mais salinizados que os polares.

Os sais são sólidos, não evaporam e se concentram. Quando, entretanto, a água é usada viajando pelas tubulações para atingir as suas finalidades de servir às comunidades, não ocorrem estas concentrações de sais, minimizando os seus efeitos. Ficam sempre abaixo de 500 ppm, dentro dos níveis de tolerância recomendados pela OMS. Esta é mais uma fortíssima razão para se explorar, ao máximo, a potencialidade hídrica da grande rede de açudes do Semi-Árido brasileiro. O açude não pode ser ocioso, suas águas necessitam viajar. Haja adutoras.

Convém observar que o mecanismo de salinização das *águas subterrâneas* é bem mais complexo e depende muito das suas formações litológicas. As águas podem chegar aos aquíferos já salinizadas, o que é bastante raro ou adquirirem os sais durante o seu tempo de residência no aquífero. Os aquíferos do Nordeste, entretanto, têm uma excelente qualidade de potabilidade, somente as formações mais profundas da bacia do Tucano-BA possuem teores salinos mais elevados.

Irrigação

O DNOCS possui no Semi-Árido 27 perímetros irrigados, verdadeiras conquistas contra o meio adverso, mas entremeados de alguns insucessos, sobretudo, pelos elevados teores de sais. Por capilaridade estes sais sobem à superfície e se depositam à flor da terra, deixando esta esbranquiçada, formando pequenas ilhas de desertos salinos. O perímetro irrigado do Vaza-Barris-BA é um exemplo típico como suas terras que se tornaram estéreis. As águas dos açudes da nossa região exigem sempre cuidados quanto à salinização e este perigo aumenta quando se relaxa nos cuidados com a drenagem profunda. O DNOCS não estimulou a irrigação usando as águas dos lençóis subterrâneas, mas as águas superficiais, o que teríamos projetos mais vitoriosos dado à melhor qualidade e pureza das suas águas.

Na Índia e nos EUA a irrigação por poços profundos é mais usada do que por açudes. Nas regiões de Punjab, Madras e Bombaim, a irrigação por poços tem uma alta incidência,

bem como na Califórnia. O grande perigo da irrigação através dos açudes é a salinização das suas terras. Os sais tornam o solo infértil quando os teores são elevados. Os sulfatos são menos prejudiciais que os cloretos e carbonatos. Os sais de sódio são bem mais nocivos para o desenvolvimento das culturas por causa das suas qualidades causticas.

Conclusão

Na praça dos Três Poderes, em Brasília, a praça da Democracia, assistimos, constantemente, protestos e reivindicações das mais diversas classes; dos sem terras, dos sem tetos, dos sem empréstimos agrícolas, dos índios do Norte reivindicando mais terras, das associações, das federações, dos travestis, dos professores, das esposas de militares e outras mais. Só nunca assistimos os protestos dos Sem Água, logo a água que é vital na sua essencialidade. O nordestino não precisa disto. Precisa, sim, das obras complementares, de um robusto sistema de adutoras para distribuição das grandes reservas hídricas estocadas na sua fantástica rede de açudes.

Esta é, pois, a nossa *grande rede de açudes* que o incansável braço nordestino implantou no Semi-Árido brasileiro durante uma centúria, vencendo todos os obstáculos técnicos e materiais. Solos ingratos, pouco argilosos com 70% das suas terras amortalhadas por um extenso capeamento cristalino. Programas governamentais iniciados bombasticamente e drasticamente interrompidos sem nenhum respeito à sociedade sertaneja. Falta de recursos, de dotações orçamentárias

contingenciadas, dificuldades mil, mas se buscava sempre um meio de prosseguir na implantação de mais reservatórios, motivados, nós, os nordestinos, por um sentimento patriótico e uma soberana convicção em busca das soluções hídricas para esta grande região do Brasil.

Conclusão final: **Não se morre mais de sede no Semi-Árido brasileiro.**

Leis e índios na América Portuguesa dos Filipes: mudanças no tratamento legal?

*Maria Isabel de Siqueira**

Resumo

Procuramos nesta comunicação refletir sobre a relação dos agentes do poder real e os nativos, na colônia portuguesa, por meio da legislação pertinente durante o governo dos Filipes, em Portugal. Os governadores-gerais tinham a responsabilidade de zelar por legislações que controlavam a colônia e amparavam juridicamente os índios. O que seria amparar o nativo e controlar a colônia? No governo dos Filipes foi diferente? Analisaremos as leis que refletiram esta difícil relação privilegiando uma abordagem temática circunscrita ao processo de produção legislativa e não a sua recepção na sociedade em questão, embora o corte temporal faça referências a períodos específicos.

No processo de centralização e de unificação territorial do poder o rei encarnou o ideal nacional, possuindo de direito e de fato os atributos da soberania, explicitados, entre outros, no poder de decretar leis – ponto em que foi realmente soberano – prestar justiça, arrecadar impostos, manter um exército

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO – Programa de Pós Graduação em História. bbelhistoria@globlo.com

permanente e nomear funcionários especializados.¹ Apesar das monarquias guardarem certas diferenças, repousavam, em quase todos os reinos, sobre os mesmos princípios fundamentais e tinham as mesmas necessidades criando tipos semelhantes de instituições com o propósito de prolongar a ação centralizadora de seus Estados.

Desde o final do século XV, Portugal mantinha um modelo de exercício do poder no qual o monarca representava a “cabeça do reino”, ou seja, era “aquele que coordenava a função dos restantes órgãos e membros,”² que o ajudavam na manutenção da sua ação política por meio de seus tribunais e conselhos,³ tornando-se a matriz de governo do Antigo Regime.

Os mecanismos institucionais desenvolvidos tanto por Portugal quanto pela Espanha objetivando a centralização do poder, ao se beneficiarem da ampliação do poder político, controlaram a fé, os homens, a administração e a justiça. Para

¹ MOUSNIER, R. História Geral das civilizações: os séculos XVI e XVII. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. t. IV, v. 1, p. 118.

² SUBTIL, J. Manuel. As estruturas políticas da unificação: a administração central da Coroa. In: MATTOSO, J. História de Portugal: a formação da nacionalidade no espaço ibérico. Lisboa: Estampa, 1997. v. 2, p. 75.

³ No século XVI, associados aos especialistas foram institucionalizados órgãos próprios para o desempenho régio, os tribunais e conselhos. No século XVII, já sob a dominação espanhola, o aparelho político-administrativo foi formado pelos Conselhos do Estado, da Fazenda, da Índia e da Mesa de Consciência e Ordens; por três tribunais superiores – a Casa da Suplicação, da Relação do Porto e o Desembargo do Paço –, pela Junta dos Contos e por três organismos sediados fora do reino – o Conselho de Portugal, da Relação da Índia e da Relação do Brasil – o que demonstrava a existência de “um campo de centralidade político-administrativa”, como ressalta J. Manuel Subtil.

que tal fato fosse possível, um corpo de pessoas especializadas se fez presente com o propósito não só de manter os súditos no dever, mas também para incrementar seus recursos financeiros fundamentais em prol de uma política externa ativa. Inseridas neste contexto, as possessões ultramarinas refletiram, grosso modo, os objetivos das metrópoles, que se apoiavam no rei, que legislava, e em órgãos e pessoas fiéis para servi-lo e executarem as suas ordens.

Com efeito, o Estado português, ao se projetar nas terras conquistadas por intermédio dos “delegados do poder real” – os governadores-gerais – assumiram a responsabilidade de zelar por uma legislação que procurava amparar juridicamente o indígena e controlar a Colônia. Esses “braços do poder real” na Colônia foram os representantes militares, judiciais e administrativos do poder e os seus instrumentos jurídicos – os Regimentos dos Governadores – refletiam normas dirigidas àquela autoridade e não ao cargo em exercício. Neste sentido, atendiam a questões acontecidas no momento, tanto que era comum repetir-se a mesma ordem num novo documento jurídico, fazendo-se referência à autoridade anterior quando não a havia cumprido. Estas prerrogativas eram vitais para a manutenção dos impérios e não passaram despercebidas quando da união das duas Coroas sob o domínio da Espanha. É neste sentido que objetivamos refletir sobre a relação dos agentes do poder real na Colônia e os nativos por meio da legislação pertinente durante o período do governo dos Filipes, em Portugal. Embora o corte temporal faça referência a períodos específicos, privilegiamos a abordagem temática

circunscrita ao processo de produção legislativa e não a sua recepção na sociedade em questão.

Incorporada ao aparato da administração portuguesa, a colônia portuguesa na América foi regida pelas extensões do poder real, não sendo consideradas as suas especificidades. Estava em jogo a realização da centralização política que se materializava por meio de uma administração que prescindiu da cultura indígena em sua organização, uma vez que os nativos não tiveram condições de impor seus costumes e suas leis, participando mais na “humilde condição de objeto do que de direito real, ou seja, objetos de proteção jurídica”⁴.

Nos primeiros momentos da conquista os instrumentos legais que ratificavam os direitos de Portugal sobre as terras conquistadas na América atendiam aos interesses da Coroa e recaíam sobre a exploração do produto que era rentável no momento, o pau-brasil. Portanto, o nativo foi utilizado não só na derrubada da madeira, mas também como peça exótica e objeto sexual para os europeus, fato que se tornava possível pela sua captura com a “boa intenção” de evitar a prática da antropofagia.⁵

A prática escravista foi registrada, neste período, pela inclusão de nativos, na Nau Bretoa (1511), quando do transporte da madeira para Europa e na autorização para importação de índios concedida aos detentores dos primeiros contratos

⁴ WOLKMER, A. C. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 42.

⁵ DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 65.

reais de afretamento.⁶ Efetivamente, ambos os casos parecem atender não só ao desejo de expor aos índios como raridade, mas também de utilizá-los como mão-de-obra.

Para que Portugal pudesse garantir o domínio português na colônia conquistada, por meio da ocupação do território, necessitava conceder vantagens aos que se aventuravam no empreendimento e, por isto, a captura e escravização de índios foi parte integrante da exploração nas capitanias. As Cartas de Doação das capitanias descaracterizavam implicitamente o índio como súdito da Coroa, quando deixava claro que a divisão das terras estava sendo feita em prol do serviço da religião, em seu bem próprio, dos seus reinos, dos naturais e de seus súditos⁷, estabelecendo, assim, uma separação entre os indígenas e os súditos portugueses. Até mesmo as Ordenações Manuelinas respaldavam esta situação ao explicitarem o amparo jurídico na Colônia apenas aos “nobres e peões, que eram regidos pelas Ordenações e equiparados aos peninsulares”.⁸ Fica evidenciada a condição de não súdito dos nativos encontrados, até mesmo porque a prática portuguesa com os povos considerados culturalmente inferiores foi a de escravização pelas formas legitimadas do resgate ou da guerra justa.

⁶ DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 65.

⁷ Carta de Doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho de 25 de setembro de 1534. In: MENDONÇA, M. C de. Raízes da formação administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1, p. 131.

⁸ SANTOS, Lavinia, Cavalcanti M. T. dos. *Guerreros antropófagos: la visión europea Del indígena brasileño t la obra del jesuita José de Anchieta* (1534-1597). La Laguna (Tenerife): Instituto de Estudios Canarios, 1997, p. 75.

Na Colônia portuguesa da América a possibilidade de escravizar os nativos foi sancionada pela própria Coroa que assegurava aos donatários esse direito “em um número ilimitado e a autorização para a venda de certa quota no mercado de Lisboa (geralmente limitada a trinta e nove por ano)”.⁹ Embora o direito à guerra justa estivesse sujeito ao que cada autoridade – aquela que representava o poder do rei na Colônia – entendia por recusa ou rebeldia dos nativos, parece evidente que Portugal tinha conhecimento de serem as insubordinações indígenas causadas pela exploração desenfreada do nativo em trabalhos forçados.¹⁰

Portanto, nos primeiros momentos da conquista, a relação mantida pelas autoridades, que representavam o rei na Colônia, com os indígenas pode ser traduzida, desde a Nau Bretoa, por um regime jurídico, onde o índio estava sob a proteção da Coroa que pretendia institucionalizar o seu projeto expansionista. Entretanto, ao atender aos interesses do Estado português em expansão os índios foram caçados “a ferro e fogo”,¹¹ sem direitos e muito menos liberdade, mas passíveis de muitos deveres.

A possibilidade dos donatários escravizarem quantos índios pudesse pode ter sido o princípio da desestabilização do sistema das capitanias, pois não afeitos ao tipo de trabalho, os índios resistiam e fugiam, voltando depois para destruir

⁹ SIMONSEN, R. P. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Brasiliana, 10), p. 83.

¹⁰ MONTEIRO, J. M. p. 35

¹¹ DEAN, W., op. cit. p. 194.

os núcleos de colonização.¹² E é por isso que o Regimento de 1548 entregue a Tomé de Sousa dava início a uma política indigenista, expressando a intenção da metrópole em reforçar a submissão e a exploração dos índios. Visava o rei o desenvolvimento da Colônia, ordenando ao governador que tomasse as providências cabíveis, atendendo ao Regimento, no sentido de controlar os índios e defender a terra.

As medidas que o governador-geral deveria implementar demonstravam uma continuidade na condução política dos negócios referentes aos índios que oscilava em torno da conversão à fé e da rebeldia dos nativos. A negação da fé ou a manutenção da atitude de rebeldia permitiam que se desse prosseguimento a uma série de ações legitimadas pelo Regimento que iam ao encontro dos interesses metropolitanos. Legitimou-se a guerra justa e a dominação das populações nativas pela religião como também a escravização ou até mesmo a morte dos rebeldes porque serviam de mau exemplo aos outros; porém exigia-se que o nativo não fosse oprimido. Como conciliar as necessidades da Coroa com o bom tratamento do índio?

Por época das donatarias, a captura de índios foi uma constante. Por isto é provável que no Regimento de 1548, o governador ou seus ajudantes diretos deveriam dar a licença para a realização de incursões ao interior, a fim de não se repetir o desastre causado pelo apresamento desenfreado dos nativos. A historiografia assinala que a continuidade da política dos aldeamentos, já esboçado pelo Regimento de 1548, ao

¹² MAURO, F. v. 1, p. 202.

encomendar e mandar que o governador regularizasse a moradia dos índios em povoações encontrou resistência por parte dos colonos. Os pedidos de Manoel da Nóbrega ao segundo governador-geral, Duarte da Costa (1553-1557), para que se organizassem aldeamentos indígenas foram infrutíferos. Cedia o governador às pressões dos colonos, dizendo que esta prerrogativa era da alçada do rei. Os fazendeiros resistiam aos assentamentos indígenas¹³ que os impossibilitavam de obter quantos cativos desejassem. Estava estabelecida uma situação conflituosa do ponto de vista do governador e de outras autoridades coloniais, principalmente no que dissesse respeito à escravidão do nativo. Uma vez que o governador tinha a incumbência de pacificar e melhorar as relações com os índios, isto não seria obtido com o seu apresamento e escravidão.

Somente com Mem de Sá (1557-1572) pareceu ser possível se proteger os índios contra as injustiças quando da implementação, nos aldeamentos jesuíticos, da figura dos meirinhos índios.¹⁴ Parecia uma tentativa de se caminhar para autodeterminação dos nativos. Entretanto, como era da competência deles apenas aplicar as sanções decretadas pelos padres, representavam mais uma forma de controle das populações indígenas já cristianizadas. Dois outros momentos demonstraram a atuação do governador no cumprimento das suas atribuições. Um deles foi o aprisionamento de um cacique que persistia nas práticas do canibalismo, descumprindo o programa civilizatório instituído; o outro

¹³ THOMAS, G. p. 82.

¹⁴ Ibid., p. 85.

foi a demarcação das terras para o povoamento dos índios do Colégio dos Jesuítas da Bahia (1558). Fato este que levou ao confronto entre jesuítas e colonos que buscavam defender seu “direito” de dispor dos nativos como bem entendesse, e demonstrou a determinação da maior autoridade colonial em fazer prevalecer sua política.¹⁵

Como resultado das discussões na metrópole e na colônia a respeito do tratamento dispensado ao índio, surgiu a lei de 20 de março de 1570¹⁶ tratando da liberdade dos indígenas. Textualmente o rei discordava dos modos ilícitos utilizados para escravizar os nativos no Brasil, por isso resolveu conceder liberdade a todos os nativos, excetuando-se os que fossem feitos cativos oficialmente por meio da guerra justa, os salteadores e os que praticavam a antropofagia. Mais uma vez ficava a critério da autoridade colonial decidir em que caso a guerra era justa, o que consistia motivo suficiente para se legitimar a escravidão controlada do nativo. Fato este comprovado pela determinação de se registrar em livros no prazo de dois meses, os nomes dos índios feitos cativos, proibindo-se os resgates.

A escravidão controlada não encontrou eco junto aos colonos, tanto que suas reclamações foram ouvidas pelo rei, que determinou aos governadores do Brasil – Luis de Brito, em Salvador e Antônio Salema, no Rio de Janeiro (1573-1578) – a formação de uma Junta em 1574, para deliberarem

¹⁵ THOMAS, G. op. cit. p. 85

¹⁶ Lei de 20 de março de 1570 sobre a liberdade dos gentios. In: MENDONÇA, M. C. de. Raízes da formação administrativa do Brasil, p. 335.

acerca da escravização dos nativos.¹⁷ No cômputo geral, entre outras medidas, reafirmou-se a guerra justa, acertou-se que o índio poderia vender-se a si mesmo como escravo, desde que com vinte e um anos e a captura de nativos com licença da autoridade competente.

Nas bases da política desenvolvida pelo governador-geral Teles Barreto (1583-1587)¹⁸ – primeiro governador nomeado pelos Filipes – como o apoio aos colonos contra os indígenas, estava o cerne da questão que gerou a intranquilidade no interior da Colônia. Desta ocasião constam algumas consultas ao rei sobre o problema indígena, o que deu ensejo a Lei de 24 de fevereiro de 1587¹⁹ inaugurando a política indigenista do período Filipino para a Colônia portuguesa na América. Além de ratificar a lei sobre a liberdade dos índios de 1570, a preocupação central da norma foi a de regulamentar a ida dos colonos ao interior para apresar nativos, que deveriam ser repartidos entre os moradores, remunerados por seus trabalhos, mas não constrangidos a trabalhar. Efetivamente a lei considerava o nativo um homem livre na medida em que eles poderiam mudar de local de trabalho, caso as circunstâncias assim o exigissem. A lei reitera a responsabilidade do governador-geral em colocar em prática o cumprimento da norma – condição vital para a manutenção do projeto colonizador –, pois exige a sua presença na repartição dos nativos e na concessão das licenças para o aprisionamento dos índios.

¹⁷ THOMAS, G. op. cit., p. 107.

¹⁸ THOMAS, G., op. cit., p. 113-120.

¹⁹ Lei que Sua Majestade passou sobre os índios do Brasil que não podem ser cativos e declara os que o podem ser. In: THOMAS, G., op. cit., p. 222.

No Regimento entregue a Francisco Giraldes²⁰ em 1588, além das normas que regulamentavam as estratégias para a defesa da terra, houve a reafirmação da liberdade do índio e das disposições anteriormente elaboradas para a sua proteção. Neste sentido, ao governador cabia zelar pela sua evangelização sem agravos nem vexações, na concessão por mais quinze anos da isenção do dízimo, na doação de terras para seus roçados com o objetivo claro na lei de conseguir voluntariamente adesão dos nativos não cristianizados. Estava em jogo o aproveitamento econômico da Colônia, por isso o governador, no atendimento à lei, deveria desenvolver uma conduta governamental dirigida à manutenção das boas relações com os índios, utilizando-se de todos os meios para não chegar a fazer a guerra. Por motivos de força maior, Francisco Giraldes não exerceu as funções para o qual foi designado, no entanto, seu Regimento representou um avanço no que se refere ao tratamento dos nativos.

No governo de Francisco de Sousa (1591-1602)²¹ as boas relações com os jesuítas foram resultados da sua intenção de proteger os aldeamentos e das medidas de facilitação ao trabalho missionário. Para realização desses objetivos, o governador se preocupou com a “captação pacífica” dos nativos. Entretanto, a realidade mostrava-se adversa, na medida em que as normas para a escravidão eram explícitas, mas a interpretação a que estavam sujeitas levava à sua ineficácia. Pareceres de ouvidores, de um jesuíta provincial e ex-ouvidores²² e entre

²⁰ THOMAS, G., op. cit., p. 259.

²¹ SERRÃO, J.V. p. 83.

²² SANTOS, Lavinia M T. dos., op. cit., p. 86.

outros, enviados ao rei retratam os problemas provenientes da escassez da mão-de-obra, devido não só a morte dos nativos, mas também à agressividade com que eles reagiam. Outra preocupação era a aproximação do índio com os estrangeiros. Na tentativa de solucionar estas questões, os governadores do *Brasil*²³ lembravam ao rei as medidas empreendidas nas colônias hispano-americanas, onde era proibido se fazer cativo o gentio sob a alegação de qualquer motivo. Entretanto havia uma contradição nesta sugestão, pois na mesma correspondência, os governadores sugeriam que somente os jesuítas poderiam descer ao interior para buscar gentios.

O resultado das consultas ao rei foi a Lei de 11 de novembro de 1595²⁴ que pode ser interpretada como mais uma tentativa de sanar os problemas relacionados aos nativos. O ponto central da lei é o de impedir que os colonos forjassem razões injustas para o apresamento do índio, por isso esta decisão passa a ser da competência exclusiva do rei. Um passo a mais em direção à liberdade do indígena estava sendo dado. Entretanto, a necessidade de braços para o trabalho ainda ditava as regras e a lei de 26.07.1596²⁵ nos seus dez artigos parecem querer compatibilizar a liberdade apregoada pela lei e o trabalho que se revestia em escravo, não se coadunando com as medidas determinadas pela política indigenista.

²³ Carta dos Senhores Governadores para Sua Majestade de 12.3.1595, reunida sob o título de Sobre as cousas do estado do Brasil. In: SANTOS, Lavínia, op. cit., p. 222.

²⁴ Lei sobre se não poderem cativar os gentios das partes do Brasil e viverem em sua liberdade, salvo no caso declarado na dita lei. In: THOMAS, G., op. Cit., p. 224.

²⁵ Lei da liberdade dos índios. In: MENDONÇA, M. C. de, op. cit., p. 331.

Na condição de representante real na Colônia, o governador, com parecer dos religiosos, assinalava os lugares onde os nativos iriam lavrar as suas terras e vender seus produtos, concedia licenças para os colonos irem às ditas povoações, elegia o procurador dos gentios de cada povoação favorecendo, na medida da “razão e justiça”, as questões trazidas por eles. Enfim, expressamente o rei mandava ao “Governador das ditas partes do Brasil” que “[...] cumpra e faça cumprir mui inteiramente, e guardar este meu Alvará e Regimento [...]”.²⁶

O governo de Diogo Botelho (1602-1607)²⁷ deixou transparecer que a solução para os ataques indígenas que ameaçavam a vida dos colonos era apoiar a ação destes nas expedições de captura aos nativos. Com isto, nada mais estariam fazendo do que acatar as determinações reais de pacificar e aldear. A situação, na prática, se apresentava por meio das reclamações, ao governador, dos colonos contra o poder dos jesuítas. E essas reclamações encontravam ressonância, porque o governador Botelho solicitara à Coroa a substituição dos jesuítas por civis na administração das aldeias e a introdução do sistema espanhol das “encomiendas”.²⁸ Apesar do provável interesse do rei nos planos do governador, a sugestão foi apreciada pelo Conselho da Índia.²⁹ A questão da liberdade do nativo continuava a ser um

²⁶ Lei da liberdade dos índios. In: MENDONÇA, M. C. de, op. cit., p. 333.

²⁷ SERRÃO, J.V., op. cit., p. 86.

²⁸ THOMAS, G., op. cit., p. 13-140.

²⁹ Carta de Filipe III a Diogo Botelho, Lisboa, 19.03.1605, apud THOMAS,

ponto em discussão, devido à autorização real, em 1603, para que a expedição de Pero Coelho incluísse as regiões ainda consideradas bravias aos domínios da Coroa. No entanto foi prática corrente tanto a escravização dos índios – justificada pela guerra justa – quanto a posição severa da Coroa de, pelo menos na lei, não admitir esse tipo de situação.

Em 1608, Francisco de Sousa foi nomeado governador da Repartição do Sul e para levar adiante o seu projeto de encontrar os metais, o governador promove idas ao interior, a fim de obter mão-de-obra barata, a indígena. Nas propostas de Francisco de Sousa à Coroa, reconhecia-se uma atitude conivente com os colonos. Como autoridade colonial, o governador acata a lei, mas, na prática, a sua atitude era o reflexo da realidade à qual estavam sujeitos os portugueses aqui na Colônia e, por isto, compartilhava em certa medida com os interesses do colonizador na terra.

O governador Diogo de Menezes e Siqueira (1608-1612)³⁰ propôs ao rei que os índios administrassem internamente as aldeias, sob a supervisão dos civis e fossem tributados, uma vez que, por lei, eles recebiam uma remuneração; que os jesuítas catequizessem reproduzindo, desta maneira, a convivência anteriormente mencionada.

Na vigência desses governos, uma nova lei sobre a liberdade dos índios foi a solução apresentada por Filipe

G., op. cit., nota 80, p. 141. O autor esclarece que o Conselho da Índia foi criado em 25 de julho de 1604/1613, em substituição à Mesa da Consciência e Ordens e ao Desembargo do Paço na administração dos negócios ultramarinos, visando a uma performance mais estrita e unitária do ultramar português.

³⁰ THOMAS, G., op. cit., p. 146.

III às aflições dos colonos. Esta lei de 30 de julho de 1609³¹ representou uma declaração irrestrita da liberdade de todos os nativos. As dificuldades que as autoridades locais encontraram em manter o cumprimento à lei de 1609, devido à atitude irredutível dos colonos, levaram a elaboração de mais uma lei, a de 10 de setembro de 1611³². Dos seus oito artigos, os cinco primeiros tratam de problemas relacionados à liberdade *versus* escravidão, na medida em que o governo metropolitano era quem determinaria a necessidade de se cativar índios pagãos por meio da guerra justa.

O atendimento aos interesses dos colonos ficou transparente quando da volta oficial dos resgates, restritos aos índios que se encontravam sujeitos à prática da antropofagia. Ao governador cabia fixar o preço para venda do escravo que, após dez anos, recuperaria sua liberdade como também eleger pessoa idônea para ser capitão da aldeia. Enfim, estava nas mãos do governador-geral decisões que, na prática, pela demora das soluções do rei acerca da liceidade da captura dos nativos, não impedia que fossem escravizados indevidamente.

A mudança no governo da Colônia, com a entrada de Gaspar de Lemos (1613-1617) não modificou a orientação político-jurídica no que se relacionava aos nativos. Até mesmo o empenho do governador junto a Filipe III, advogando em favor da causa jesuítica, por acreditar que o Estado estava mais seguro com os padres da Companhia de Jesus à frente

³¹ THOMAS, G., op., cit., p. 226-227.

³² Índios – Lei de sua liberdade. In: MENDONÇA, M. C. de, op. cit., p. 323.

das aldeias³³ não surtiu o efeito desejado, pois a lei de 1611 seguiu sendo o instrumento jurídico norteador da política indigenista em vigor até 1640 e posterior à Restauração.

Neste Regimento³⁴ as medidas legais que contemplavam a política indigenista não foram inovadoras. Eram medidas já firmadas em outros regimentos e visavam resgatar a ordem na Colônia. Cumprindo um dos dispositivos, o governador, em 1615, autorizou a fundação de aldeias para a defesa das costas brasileiras contra os ataques estrangeiros, contando para isso com os índios trazidos do interior. A “proteção” aos índios dada pelos governadores sofreu reveses a partir da segunda metade do século XVII, quando da intensificação das invasões que o território sofreu. Isto porque estas incursões eram temidas pelo monarca espanhol, afinal as costas brasileiras representavam a entrada das ricas colônias espanholas para os intrusos holandeses. A permanência holandesa na Colônia parece ter sido a responsável pelo recrutamento intenso de mão-de-obra indígena para os engenhos, pela falta de escravos negros, fato que comprometia a manutenção das medidas legais que previam a “proteção” dos nativos.

Considerações finais

Portanto, apesar das reais intenções para com os nativos, objetivadas na preocupação com a sua liberdade, o governo

³³ LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, op., cit., v. 5, p. 22.

³⁴ Regimento de Gaspar de Sousa, de 6/10/1612 (inédito). In: MENDONÇA, M. C. de, op. cit., p. 413.

se mostrava sempre aberto a negociações das quais pudessem resultar um aumento do seu erário. É neste sentido que a relação de governadores e índios no tempo dos Filipes se pronunciou por uma continuidade legislativa da condução de uma política governamental inclinada à liberdade do indígena, com um senão: os gentios foram tratados dentro de uma liberdade controlada, pois permaneceram tutelados pelo Estado. Haja vista que a idéia dos aldeamentos sempre foi uma constante e independente da proteção dos índios estarem sob os auspícios dos jesuítas ou controlada por civis, a figura jurídica da tutela mantinha-se nas mãos do governador porque cabia a ele definir quais índios seriam aldeados.

Referências

Fontes Impressas

Carta de Doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho de 25 de setembro de 1534. In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Carta dos Senhores Governadores para Sua Majestade de 12/3/1595, reunida sob o título de Sobre as cousas do estado do Brasil. In: SANTOS, Lavínia, Cavalcanti M. T. dos. *Guerreros antropófagos: la visión europea Del indígena brasileño t la obra del jesuita José de Anchieta (1534-1597)*. La Laguna (Tenerife): Instituto de Estudios Canarios, 1997..

Carta de Filipe III a Diogo Botelho, Lisboa, 19/3/1605, In: THOMAS, G., *A política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

Gentios da terra são livres. Alvará de 30 de julho de 1609. In:

THOMAS, G., *A política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

Índios – Lei de sua liberdade (10 de setembro de 1611). In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Lei da liberdade dos índios (26 de julho de 1596). In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Lei de 20 de março de 1570 sobre a liberdade dos gentios. In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Lei que Sua Majestade passou sobre os índios do Brasil que não podem ser cativos e declara os que o podem ser (24 de fevereiro de 1587). In: THOMAS, G. *A política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

Lei sobre se não poderem cativar os gentios das partes do Brasil e viverem em sua liberdade, salvo no caso declarado na dita lei. (11 de novembro de 1595). In: THOMAS, G., *A política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

Regimento de Francisco Giraldes (8 de março de 1588) In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Regimento de Gaspar de Souza, de 6/10/1612 (inédito). In: MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Regimento de Tomé de Souza (17 de setembro de 1548). In:

MENDONÇA, M. C. de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972, t. 1.

Obras consultadas

MOUSNIER, R. *História Geral das civilizações: os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. t. IV, v. 1.

SUBTIL, J. Manuel. *As estruturas políticas da unificação: a administração central da Coroa*. In: MATTOSO, J. *História de Portugal: a formação da nacionalidade no espaço ibérico*. Lisboa: Estampa, 1997. v. 2.

WOLKMER, A. C. *História do direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Lavínia, Cavalcanti M. T. dos. *Guerreros antropófagos: la visión europea del indígena brasileño y la obra del jesuita José de Anchieta (1534-1597)*. La Laguna (Tenerife): Instituto de Estudios Canarios, 1997..

SIMONSEN, R. P. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Brasiliana, 10).

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAURO, F. *Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670*. Lisboa: Estampa, v. 11997.

THOMAS, G. *A política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Loyola, 1982.

SERRÃO, J. V. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Brasiliana, 336).

Cadeias e presos da relação da Bahia (1750-1808)

*Roque Felipe de Oliveira Filho**

Resumo

Análise da situação das cadeias no Brasil na segunda metade do século XVIII e a condição dos presos encarcerados nestas unidades que faziam parte do sistema prisional, cuja instância superior era o Tribunal da Relação da Bahia, bem como dos funcionários que ali exerciam seus ofícios.

Introdução

Uma sentença de encarceramento na cadeia da Bahia equivalia a uma sentença de morte.

A. J. R. Russell-Wood

A intenção de abordar as cadeias e os seus presos decorreu do fato de encontrarmos, nos documentos utilizados na confecção de nossa tese de doutoramento, um grande número de processos, citações, alvarás e documentos avulsos que apresentavam informações a respeito do cotidiano das cadeias implantadas no Brasil, das atribuições e das formas como era cumprida a legislação relativa às carceragens, assim como sobre os litígios interpostos a partir da atuação dos oficiais destas.

Os problemas prisionais se constituem, na historiografia recente, em temática privilegiada, pois dela podemos extrair as discussões em torno do cotidiano interno das cadeias, das

doenças que grassavam naquele ambiente e mesmo sobre a acomodação dos presos, fossem eles homens, mulheres ou crianças, que ocupavam o mesmo espaço físico em condições insalubres.

As informações que chegaram aos historiadores da nossa época sobre a condição das cadeias estabelecidas no Brasil em seu período colonial descrevem uma situação de precariedade, principalmente nas condições materiais de conservação das edificações, isto é, a própria construção prisional, o que poderia justificar o grande número de processos que solicitavam a concessão de alvarás de fiança que teriam, para além de sua finalidade específica, ou seja, a concessão do perdão real, também a função de livrar o réu dos vexames que poderiam advir de um período de encarceramento.

Segundo Russell-Wood (1981), as condições das cadeias no século XVIII eram lamentáveis, uma vez que havia, dentro do sistema judicial, um grande descaso com as pessoas aprisionadas. Os presos recebiam poucos auxílios das autoridades locais, e não era raro o preso morrer por contaminação de doenças adquiridas naqueles lugares, oriundas das superlotações ou referentes às condições higiênicas existentes e mesmo, em muitos casos, falecerem por mera desnutrição, pois apesar de estar prevista nas Ordenações Filipinas a aplicação de uma determinada quantia em dinheiro para a alimentação de algumas categorias de presos¹, tal obrigação poderia ser

¹ Ordenações Filipinas. Título XXXIII. § 11. As Ordenações Filipinas previam, por exemplo, que um escravo deveria ser alimentado nas cadeias do Reino sendo que ao seu senhor caberia, no entanto, o reembolso de tais valores ao findar dos processos crime.

burlada pelos carcereiros responsáveis. A alimentação, no entanto, poderia ser fornecida por instituições de caridade da cidade, como acontecia com aquela fornecida pela Santa Casa de Misericórdia, sendo que aqueles presos que não possuíam quem os alimentasse estavam mais expostos às carências do encarceramento realizado pelo Estado português.

Os regimentos internos

Quando pensamos em estudar o Tribunal da Relação da Bahia, não imaginávamos que iríamos nos deparar com uma documentação tão extensa como a que abordava as cadeias instaladas no Brasil. Apesar de constituir elemento fundamental para o estabelecimento de processos judiciais, em qualquer sistema jurídico, o estudo da legislação pertinente a esses espaços de punição por excelência ainda encontra-se pouco desenvolvido pela historiografia.

A análise da legislação que orientava a administração das cadeias estava dividida, basicamente, entre artigos que regulamentam o cotidiano das cadeias e que possuíam como característica a função de normatizar as atividades administrativas dos carcereiros e dos demais funcionários que exerciam alguma função ligada à manutenção dos presos, e aqueles que imputavam punições consideradas adequadas àqueles que infringissem alguma de suas regras.

As Ordenações Filipinas, em seus Livros I e V, abordavam os elementos fundamentais da legislação portuguesa no tocante à administração das cadeias e os procedimentos que deveriam ser adotados com os presos, como visto a seguir:

1. **Livro I**

- a) Título XXII – Do meirinho das cadeias;
- b) Título XXXIII – Do carcereiro da Corte;
- c) Título XXXIV – Das carceragens da Corte;
- d) Título LXXVII – Dos carcereiros das cidades e vilas e das carceragens;
- e) Lei de 10 de dezembro de 1602: Aumenta a responsabilidade dos carcereiros, e as penas em que incorrem, facilitando a fuga de presos;

2. **Livro V**

- a) Título VI – Do crime de Lesa Majestade;
- b) Título XLVIII – Dos que tiram os presos do poder da justiça, ou das prisões, em que estão, e dos presos que assi são tirados, ou fogem da cadêa;
- c) Título CXXI – Que ao tempo da prisão se faça acto do habito e tonsura do preso;
- d) Título CXLII – Per que maneira se trarão os degredados das cadêas do Reino à cadêa de Lisboa;
- e) Alvará de 28 de abril de 1681: Do Regimento dos Carcereiros.

Vemos na exposição dos Títulos das Ordenações uma preocupação recorrente com o estabelecimento de regras que impedissem a fuga de presos, principalmente aquelas que ocorriam com o auxílio dos carcereiros, pois estes eram crimes cometidos com frequência tanto na metrópole como nas localidades sob sua tutela. Por ser esta uma prática muito frequente, é certo que isso justificasse uma preocupação com

um agente da burocracia que se posicionava contrário a ela ao permitir, facilitar ou mesmo organizar a fuga de presos sob a sua guarda.

Do estudo dos documentos da Ouvidoria Geral do Crime da Relação da Bahia, em que os crimes descritos estavam relacionados às cadeias ou aos seus presos, encontramos, basicamente, delitos relacionados à fuga de presos das cadeias, e crimes cometidos pelos carcereiros no exercício de sua função. Para o primeiro caso, identificamos três formas possíveis para que ocorresse a fuga de um preso:

- a) o preso conseguir fugir através de seus próprios meios;
- b) que o carcereiro concorresse no auxílio da fuga;
- c) um preso poderia ser tirado de uma cadeia por alguma força paramilitar externa.

Os delitos administrativos associados aos carcereiros poderiam ser qualificados de diferentes formas, sendo os mais frequentes os litígios sobre a utilização de serviços dos presos sem a devida autorização da Relação ou os referentes à alimentação das pessoas encarceradas. A utilização de presos em obras públicas ou não, foi uma tônica que permeou as cadeias, pois a escassez de mão-de-obra motivava a se fazer uso daquela disponível. Da mesma forma, é possível entender que apropriar-se dos recursos destinados à alimentação dos presos poderia estar relacionado ao papel que o preso possuía na sociedade colonial no Brasil.

As Ordenações Filipinas não se limitavam, no entanto, em estabelecer uma legislação apenas sobre os espaços de

encarceramento. Havia por parte da Coroa portuguesa a preocupação em criar regras que estabeleceriam os procedimentos burocráticos que deveriam ser seguidos em relação aos presos que habitavam suas cadeias, como vemos a seguir:

- a) Título CXIX – Como serão presos os malfeitores;
- b) Título CXX – Em que maneira os Fidalgos e Cavaleiros, e semelhantes pessoas devem ser presos;
- c) Título CXXIV – Da ordem do juízo nos feitos crime;
- d) Título CXXV – Como se correrá a folha dos que forem presos por feito crime;

A leitura do primeiro Título apresentado referente à forma com que as pessoas poderiam ser presas não expõe, no entanto, toda a propriedade contida na lei. No *caput* da legislação apresentada encontramos a regulamentação de que ninguém poderia ser preso sem que houvesse um procedimento judicial que assim o mandasse.

Nenhum julgador, Alcaide, Meirinho, e pessoa que tiver cargo na Justiça, prenda, ou mande prender pessoa alguma, se não as de que for querelado de taes querela, porque segundo as nossas Ordenações mandamos prender, ou contra elle, se acharem culpas de devassa, porque devão ser presos, ou por taes cousas que, segundo nossas Ordenações, o mereção ser.²

² Ordenações Filipinas. Livro V.

Esse procedimento, instituído pelas Ordenações, poderia revelar a ocorrência de prisões realizadas sem a autorização dos tribunais instituídos pela Coroa portuguesa, e provavelmente com motivação duvidosa. Para o período estudado, encontramos vários processos em que verificamos que uma rixa entre dois clãs diferentes acabava por ter soluções que passavam ao largo dos tribunais. No caso apresentado acima temos o inverso. O encarceramento poderia ser resultante da pressão exercida sobre as pessoas ligadas à justiça com vistas à resolução de determinado litígio ainda não apresentado. Numa sociedade onde as relações pessoais possuíam força para fazer valer ou não a aplicação da justiça, o fato de um indivíduo pressionar para a prisão de outrem ou mesmo impedir a devida prisão foi um problema identificado pelo legislador ao prever nas Ordenações as penas para tais crimes.

As penas previstas para o delito citado seriam o pagamento de “dez cruzados” para os presos nas cadeias e o estabelecimento de um processo judicial para avaliar a extensão do crime. Percebemos, no entanto, a importância, pelo menos relativa, que a justiça da época dava para a necessidade do estabelecimento de procedimentos judiciais que possuíssem a processualidade adequada às causas julgadas.

Em seu cotidiano, no entanto, a justiça nem sempre caminhou de acordo com a lei. Mesmo se observarmos que qualquer pessoa poderia dar início a uma querela, o que por si só já seria motivo para o estabelecimento de uma prisão, após a análise do juizado competente, poderíamos imaginar que em uma sociedade em que argumentos como má reputação ou má fama eram levadas em consideração nos

julgamentos para se conceder, ou remover, uma pessoa de um determinado cargo, e mesmo mantê-la na cadeia, como citado anteriormente, a ocorrência de prisões fora dessa regra não nos parece improvável³.

Por outro lado, as Ordenações continuavam plenamente coerentes com o seu espírito na medida em que definia formas diferentes de se aprisionar estratos variados da sociedade. Isso é justamente o que coloca o título CXX do Livro V das Ordenações onde “os Fidalgos de Solar, ou assentados em nossos livros, e os nossos Desembargadores, e os Doutores em Leis” e pessoas do mesmo gênero não fossem presos em ferros exceto nos casos em que a pena assentada fosse de morte natural.⁴ Estava posto numa sociedade onde o estatuto jurídico para os livres se diferenciava daquele aplicado à escravidão, a previsão de tal preocupação buscava, ainda, reforçar as diferenças sociais e pontuar o papel de um “homem bom” na sociedade e, conseqüentemente, a legislação não permitiria que sua punição pudesse aproximá-lo de um escravo ou um livre pobre negro.

Nos diversos documentos encontrados a respeito dos presos e dos julgamentos na Relação da Bahia, uma parcela das pessoas citadas em devassas e querelas esperava por seu julgamento dentro das cadeias da Relação.

³ Há, no entanto, outro título das Ordenações que tenta regulamentar tais denúncias consideradas maliciosas (Livro V – Título CXVIII – *Dos que querelão maliciosamente, ou não provão suas querelas e denúncias*) onde ao acusante, no caso, é condenado as custas do processo e às perdas que o réu por ventura tiver.

⁴ Existe aqui ainda a diferença de que Fidalgos de “grandes Estados” e poder só poderiam ser presos com a licença do Rei.

Tal situação nos remete a uma questão: que uma quantidade significativa da população, nas diversas cidades da Bahia, teve de uma forma ou de outra, seus nomes envolvidos nas causas julgadas pelo Tribunal, o que nos leva imediatamente a querer avaliar o cotidiano jurídico que levava a estes encarceramentos, bem como a relação da população com este mesmo ordenamento.

Analisando, nesse sentido, a procedência dos réus listados nos processos trabalhados e percebemos que a Relação da Bahia abarcava processos de uma grande extensão territorial sendo que aguardar o andamento do julgamento dos processos nas cadeias contribuiu para o aprisionamento de uma grande quantidade de pessoas. Não necessariamente, no entanto, todas as pessoas que foram presas, ou julgadas, acabavam condenadas e apenadas, fosse pela simples possibilidade de essa pessoa ser considerada inocente, seja pela concessão de Alvarás de Fiança e Perdão de um determinado delito, ou ainda, até mesmo pela demora nos julgamentos.

O réu preso “João Ribeiro das Neves, Capitão Mór da aldeia de Jequiriça”, acusado de excesso contra os índios “seus subalternos”, foi inocentado do processo que sofreu conforme o seguinte documento:

Sentença:

Acórdão da Relação, vistos estes autos, libelo de justiça contrariedade do réu, testemunhas de culpa, e as de defesa, e como não, só por este, mas por uma grande parte daqueles se convencem de falsos os delitos arguidos no réu, assim como o que em comprovação dele juraram alguns índios inimigos

do mesmo réu, que tanto por esse princípio, como por se acharem seus ditos convencidos de falsos [...] por outros não. Suspeitos não merecem crédito algum a vista de que do dilatado tempo em prisão com que tem purgado [...] algum excesso que cometesse contra os índios seus subalternos, se acha nos termos deste absolvido portanto e mais nos autos o absolvem do pedido no libelo da justiça e tão somente os condenam nas custas. Bahia 19 de maio de 1768.⁵

Carcereiros e carceragens

Iniciamos esta exposição analisando o quadro administrativo que servia junto às cadeias da Corte e das colônias e que possuíam como função principal fazer cumprir as determinações contidas nas Ordenações Filipinas e na legislação promulgada posteriormente a esta. Dentre os funcionários responsabilizados pelas cadeias e seus presos encontramos duas funções especializadas nesse serviço: o Carcereiro e o Meirinho das Cadeias

Segundo Ferreira (1952, p. 225), estava previsto nas Ordenações do Reino que na Relação do Estado do Brasil “haveria um meirinho da Casa, que serviria também de meirinho das cadeias. Usaria ele o regimento dado ao meirinho das cadeias da corte, no que se pudesse aplicar. Teria ele especial cuidado em prender os delinquentes, e de acudir às brigas e arruídos”.

⁵ APEB. Maço 175. Doc. 06.

O Meirinho possuía a função de prender as pessoas acusadas de praticar algum delito cível ou crime, assim como deveria fiscalizar a atuação do carcereiro da cidade.⁶ Para isso possuía uma tropa de 12 homens para cumprir seu ofício. Seria também encarregado de levar os presos às audiências no Tribunal.

Ao carcereiro da Corte, com as funções também transferidas para os carcereiros da Colônia, competia a guarda dos presos nos cárceres, bem como sua conferência duas vezes ao dia; a transferência dos mesmos para outras cadeias; evitar a ocorrência de jogos de azar entre os presos; proibir que homens, de fora ou mesmo presos, dormissem com mulheres presas; levar o preso, duas vezes ao dia, a um banheiro; e ainda manter a alimentação das pessoas encarceradas quando assim for demandado.

Nenhuma legislação, em parte alguma do mundo, se estabelece a partir do vazio ou de elementos míticos. Nas funções apresentadas acima, retirando-se delas as que envolviam as atividades cotidianas de toda cadeia, como contar os presos para identificar algum tipo de fuga, também encontramos itens que demonstram que mesmo a Coroa poderia não estar muito satisfeita com os seus oficiais, quando incluía aí, a proibição de jogos de azar ou de que os presos tivessem algum tipo de encontro com mulheres. Se estas observações constam da legislação referida, tais fatos já teriam sido observados, com alguma frequência, nas diversas carceragens.

⁶ Ordenações Filipinas. Título XXII.

No regulamento das carceragens da Corte, estão descritos itens que abrangem os custos de entrada e saída dos presos das prisões, bem como a partilha dos mesmos. Cabe ressaltar que vários dos itens apresentados aqui também podem ser encontrados no Regimento dos carcereiros de 1681, como vemos abaixo.

Que os carcereiros de cada um dos presos que se mandarem soltar levarão novecentos réis, e o mesmo dos que forem presos fora de horas depois do sino sem armas, levarão somente meia carceragem; E sendo algum preso por erro, ou sem mandato do juiz e sem culpa e por isso mandado soltar por despacho, ou alvará, não lavarão dele carceragem; e o carcereiro da prisão para onde foi (mudado) (assevarão) inteiras, quando for mandado soltar. Dos escravos presos, ou seja, por culpas, ou por serem penhorados a seu senhor, e não haver depositários a eles, ou por fugidos, ou por ordem de seus senhores, sendo soltos levarão seiscentos réis somente: E não requerendo seu senhor dar-lhe de comer, o carcereiro lhe assistirá com o sustento [...], e receberá de ele por cada escravo por dia sessenta réis.⁷

A manutenção, ao longo do tempo, de elementos da legislação nos permite inferir que os problemas apresentados permaneciam e que era necessária a ação do Estado para conter os desmandos dentro das cadeias. A presença do Estado pode ser observada na presença do Estado nas atividades de maior e de menor importância dentro das cadeias.

⁷ APEB. Maço 176. Doc. 40.

Referindo-nos às custas dos presos nas cadeias da Relação, percebemos que tais proventos constituíam outra fonte de discordância entre carcereiros e a justiça na Bahia. Nas Ordenações, em seu título XXXIV, do Livro I, Das Carceragens da Corte, encontram-se definidas as custas dos presos ingressos nas cadeias de Portugal e da Colônia sob o seguinte aspecto:

Todo homem, que for preso na cadeia da Corte, pague dez réis de entrada, por quais o carcereiro há de dar candeia, com que se iluminem os presos de noite, e mais água para beber. E pagará dez réis quando o soltarem para quem os desferrar, e sessenta réis de carceragem.⁸

Apesar da objetividade com que se apresenta a regulamentação das Ordenações, pudemos encontrar ainda o requerimento de um carcereiro da cadeia pública. O carcereiro pretendia receber por cada preso a carceragem de todos que chegavam até a soltura, pedido este que ao final do processo lhe foi negado, alegando-se o alvará de 10 de outubro de 1757, “que é regimento das assinaturas e emolumentos dos Ministros de varas e de todos os oficiais de justiça e carcereiros da beira mar deste Estado do Brasil” que determina o seguinte:

Sobre o requerimento e certidões juntas do carcereiro desta cidade devo, como V.Ex.a. me ordena, informar que as carceragens são custas

⁸ Ordenações Filipinas. Livro I.

que pagam os réus quando são julgados em culpa e nela convencidos judicialmente, a nesta conformidade o Alvará de 10 de outubro de 1757 que é o regimento das assinaturas e emolumentos dos Ministros de varas e de todos os oficiais de justiça e carcereiros da beira mar deste Estado do Brasil. E sendo algum preso por erro, ou sem mandato do juiz e sem culpa e por isso mandado soltar por despacho ou alvará, não levarão dele carceragem⁹.

No entanto, se o Estado Português queixava-se da atuação dos carcereiros, também estes demandavam contra a Coroa em respeito às condições das cadeias nas cidades, como podemos ver no requerimento de Teodósio Rodrigues Neto, carcereiro das cadeias da Relação, que no ano de 1790 solicitava providências para a segurança das ditas cadeias, pois não seria possível atender à tamanha responsabilidade com as condições materiais oferecidas pelo Estado.

O carcereiro, ou o advogado ou escrivão, ou quem quer que tenha redigido o documento, faz menção à necessidade de se conservar os presos nas cadeias para a boa administração da justiça nos seguintes termos:

Se a boa administração da justiça tem uma grande parte na punição dos delitos, por que o castigo dos maus e conservação dos bons, igualmente compete em benefício do público que os delinquentes se conservem em boa segurança até que sejam julgados e dadas as suas sentenças¹⁰.

⁹ APEB. Maço 176. Doc. 40.

¹⁰ APEB. Maço 177. Doc. 33.

Neste mesmo documento, o carcereiro queixava-se que, devido às “fraquezas” com que foram construídas as cadeias, existem muitas tentativas de fuga. Sugere ainda o mesmo Teodósio determinadas reformas que deveriam ser realizadas para a melhor conservação e assistência aos presos daquela Relação. O carcereiro além de apontar os locais com problemas e que facilitavam as fugas, apresentava o tipo de material a ser utilizado para melhorar as condições de edificações das cadeias, pois as paredes estreitas poderiam ser arrombadas facilmente, devendo ser construídas de bons materiais e em espessura tal que dificultasse a ação dos presos.

A parede do dito segredo chamado oratório que é um fraco frontal devesse sem perda de tempo fazer-se uma parede por dentro, de boa e grossas madeiras, o puder ser feita de pedra e cal, por não ter por baixo parede que possa sustentar este maior peso para dificultar outra semelhante ação; assim como consertar os mais segredos com a fortaleza possível por estarem arruinados, por serem de tabique.

Para acautelar o eminente perigo da enxovia estar (junto) com os açougue se deve abrir um arco na parede que bota para “o pátio”, e outro em que bota para a rua de traz da dita cadeia pondo-se-lhe umas grades que bastara de madeira para se descobrir a parede da enxovia, e não ser oculta esta ao suplicante de noite, quando faz a sua ronda. Assim mais o ferro de sua fechadura grande da cadeia das mulheres que se acha quebrado, a escada da enxovia que necessita de concerto e seis pedaços de correntes para os segredos de cima por

serem feitos de estuque com falta de fortaleza, e seis cadeados grandes para as mesmas.

Assim mais a obra de uma parede que se deve fazer na sala livre a que pode ser de estuque e com boa sortidão de madeira, e uma porta de grades para evitar igualmente a grande indecência e a falta de religião de se dar a sagrada comunhão [...] da desobriga aos presos que se faz por uma das grades da mesma enxovia vindo com esta pequena obra a ficar com segurança devida, a poderem os presos a subirem acima e comungarem com a devida decência sem perigo algum.

Porque quando o dano ou perigo é grande deve ser pronto e ficar o remédio, não se dando este desde já protesta os suplicantes em sua defesa e falta de segurança que a cadeia tem. Bahia 19 de abril de 1790. Teodósio Rois Netto¹¹.

Deste documento podemos ressaltar, ainda, a preocupação com os espaços dentro das cadeias, sua função na arquitetura e o uso dos espaços pelos presos, evidenciando os ritos católicos realizados no interior das cadeias e a preocupação em dotá-las daquilo que era necessário para o atendimento das necessidades do preso durante o período em que o mesmo estivesse encarcerado. A manutenção do preso se constituiu em preocupação, de uma forma geral, do legislador, pois as Ordenações poderiam conferir um determinado auxílio para a pessoa presa como podemos ver a seguir:

¹¹ Documento APEB. Maço 177. Doc 33.

E aos scravos, que estiverem presos, a que seus senhores não quizerem dar de comer, o carcereiro lho dará, e poderá gastar com cada hum até vinte réis por dia ¹²; e morrendo o scravo, lhe serão pagos os dias ao dito respeito pela fazenda de seu senhor. E sendo livre por sentença, não será solto, até que o senhor pague os ditos gastos.¹³

A concessão de um determinado auxílio a um escravo que atravessava um processo judicial tinha a intenção de preservar a mão de obra utilizada na formação da riqueza dos senhores de engenho e do Estado português. Se, como consta da lei, o erário público teria sido ressarcido pelos donos dos escravos, não foi possível observar em nossas pesquisas, inclusive porque o proprietário de escravos, no período em que realizamos nosso estudo, ainda poderia realizar a recomposição do plantel sem enfrentar os entraves surgidos ao longo do século XIX, com a proibição do tráfico, pois se o escravo era um elemento caro, o seu custo de manutenção nas cadeias da Relação, a depender do período de encarceramento, poderia ser superior ao seu preço de mercado, tornando-se mais viável a substituição do escravo.

Em concordância com as informações apresentadas acima, dos auxílios concedidos a determinadas pessoas encarceradas, encontramos nos documentos da seção colonial do Arquivo Público do Estado da Bahia uma petição em que o carcereiro Ignácio Rabello de Novaes teria sido incumbido

¹² Existe, no entanto, um documento de 1757 que indica que esse valor – até 20 réis – fora aumentado para a quantia de 60 réis.

¹³ Ordenações Filipinas. Livro I, Título XXXIII.

pelo Ouvidor Geral do Crime a fornecer alimentação de boa qualidade até a quantia de doze vinténs a determinado preso que não é nomeado no processo, como vemos a seguir:

Portaria

O carcereiro atual da cadeia desta capital Ignácio Rabello de Novais ficara munido da obrigação e cuidados de assistir o preso que ontem recebeu [...] o desembargador Ouvidor Geral do Crime [...] que será de boa qualidade e abastada qualidade por [...] ser o preso e para o que se determina a quantia de doze vinténs por dia que se mandou pagar ao referido carcereiro a todo o tempo que o requerer com a conta corrente dos gêneros em que se fizer a despesa. Bahia e de fevereiro doze de 1763. Rubrica dos Senhores Governadores.¹⁴

Analisando-se as condições de permanência dos presos nas carceragens, percebemos uma diferença de tratamento em acordo com as condições sociais de cada pessoa, o que se constitui em norma para as Ordenações Filipinas. Nesse sentido, existe documentação a respeito deste preso, não nomeado em nenhum momento, que recebe um tratamento bastante especial das cadeias da Relação, pelo menos no que tange ao aspecto de sua alimentação.

Fora ordenado ao carcereiro que desse provimento à alimentação do preso até a quantia de 12 vinténs por dia, os quais em muito excederam chegando à importância de 28\$575 réis, o que daria o valor de duzentos e quarenta réis por dia, na média, aos quais o mesmo solicitava indeniza-

¹⁴ APEB, maço 175, doc. 01.

ção, uma vez que o preso havia sido remetido às cadeias de Lisboa.

Restam-nos outras questões como: o preso poderia receber alguma visita e realizar alguma atividade que envolvesse o oferecimento de alimentos a outrem? O preso necessitava de alimentação especial por enfrentar algum problema de saúde? Ou porque o preso possuía uma condição social que exigisse um tratamento especial? São algumas das conjecturas que orientam o nosso raciocínio.

Para melhor exemplificar a dieta do preso, apresentamos uma parte do documento, o qual apresenta um detalhamento exemplar, a qualidade das refeições que foram oferecidas para esta pessoa:

Fev.12 Janta

1 Posta de Vermelho	\$0.80
1 Prato de feijão preparado.....	\$0.20
1 Prato de arroz com repolho.....	\$0.20
Azeite e vinagre para molho.....	\$0.40
[...]	\$0.20
Banana da terra	\$0.05

Ceia no dia

1 Posta de Vermelho	\$0.80
Azeite e vinagre para molho.....	\$0.20
1 Prato de bananas da terra assadas cobertas com açúcar	\$0.20
1 Dose de azeite para cozinhar	\$0.30 ¹⁵

¹⁵ APEB, Maço 175. Doc. 01.

Do cardápio apresentado podemos inferir que o peixe servido ao preso era uma espécie capturada em rede em águas mais fundas e largamente encontrado na Bahia de Todos os Santos. Os grãos oferecidos faziam parte da dieta da sociedade, destacando-se, entretanto, os condimentos e óleos para o preparo dos alimentos, como o azeite e o vinagre, representando a marca da culinária portuguesa no cardápio.

Para além dos pratos, chama a atenção para a presença da banana da terra e do açúcar na dieta alimentar, isso porque o açúcar era uma especiaria cujo preço estava marcado pelo mercado de exportações. Mesmo com as diferenças já apontadas, impostas pelas Ordenações, entre fidalgos e a população em geral, não explicitadas na legislação citada, havia a concessão de outros privilégios, cobertos pelo erário público, às pessoas que se entendesse fossem merecedoras destes. O que, no entanto, não deixaria de provocar algum desentendimento entre os Desembargadores da Relação, na medida em que a autorização dada pelo Ouvidor Geral do Crime, em referência à solicitação do carcereiro, é refutada e negada pelo Provedor da Fazenda, Manoel de Mattos Pegado, sugerindo ainda este que o pagamento da referida conta se desse por meio de outra repartição, sendo que no desfecho de tal processo teve êxito o Ouvidor Geral do Crime.

Ex.mo Ilmos. Governadores
[...] certifique sem ordem [...] [...] da Fazenda Real
quantia alguma é certo pelo que se informa o [...] da
Fazenda não [...] para semelhante despesa e
suposto que o suplicante junta a portaria de doze
de fevereiro que este governo lhe mandou passar

para ficar na obrigação de assistir o preso que se recolhido ao segredo por ordem do Desembargador Ouvidor Geral do Crime com o sustento diário que servia de boa qualidade [...] doze vinténs por dia que se lhe mandariam pagar a todo tempo em que requeresse com conta corrente, com a qual vem o suplicante a fonte limpa [...] da Fazenda Real a quantia de vinte mil oitocentos e oitenta reis que por não ter ordem para esta despesa, a “duvida” que se faça pela provedoria mor, lembrando-me que ainda que os presos que estão a ordem de Sua Majestade não há lembrança que se fizesse a despesa diária pela provedoria mor [...] com a abundância e qualidade que se lê na conta que o suplicante junta parece me porem que a satisfação de tal despesa seja feita por outra repartição. Bahia vinte e três de setembro de 1763. Manoel de Mattos Pegado Ser [...].¹⁶

Em outro caso vemos que também os Desembargadores poderiam se desentender por meio das sentenças passadas, como demonstra o processo em que um desembargador manda suspender o embarque de um preso degredado para Angola, pelos “detestáveis crimes de furtos e falsidades”, o que causa revolta em outro desembargador que mandou escrever a petição encontrada, em que questiona a ordem do Chanceler nos seguintes termos:

Tendo do expediente ordenado com meu ofício mandar passar as guias, e fazer remeter os réus condenados em degredo, para os lugares de seus

¹⁶ APEB. Maço 175. Doc. 01.

respectivos extermínios, se me apresenta agora o despacho que V. Ex.a foi servido proferir uma petição de Miguel da Costa Ferreira a quem eu tinha mandado passar a do estilo e entregar ao Capitão que assinou o termo de o apresentar em Angola pelo que manda suspender o embarque do mesmo no navio que esta a partir amanhã para o dito degredo para onde foi este réu condenado em degredo perpétuo pelos detestáveis crimes de furtos e falsidades. Reconheço a veneração e respeitosa veneração que se deve aos mandatos de V. Ex.a., mas com a mesma veneração e respeitosa reverência me deve V. Ex.a. permitir expor que não só mutila V. Ex.a. a jurisdição ordinária, que me compete, e S. Majestade manda não alienar, mas abre um exemplo de perniciosas consequências.¹⁷

O documento demonstra, assim, que além de não necessariamente serem cumpridas as ordens do Rei, insurgidas nas Ordenações, ainda se criava um conflito entre os diversos magistrados que atuavam na Relação, evidenciando que as relações estabelecidas entre os magistrados eram suscetíveis às divergências na aplicação da lei, como também no trato das questões envolvendo interesses pessoais entre as partes. Infelizmente não encontramos o final do processo em que poderíamos avaliar a conclusão do caso; de qualquer sorte, vale o seu destaque, visto que ele aponta para as divergências existentes no interior do Tribunal, fosse ela em relação ao entendimento de uma determinada lei, ou mesmo, na concessão de privilégios para algumas pessoas com inserção social.

¹⁷ APEB. Maço 175. Doc. 05.

Ainda nos referindo à condição das carceragens, existia para determinadas pessoas da sociedade a possibilidade de que as mesmas, em razão de motivos específicos, ficassem sob a guarda de um determinado indivíduo, que assumia as responsabilidades de fiel carcereiro:

Ex.mo e Il.mo Sr.

Em cumprimento do que V. Ex.a. e Srs. me ordenaram na carta de 30 ao passado, removi o Des. José Luiz França da prisão da Fortaleza de São Pedro em que estava para o pôr na que V. Ex.a me destinaram, no despacho proferido na petição que o mesmo Des. fez a V. Ex.a, mas como Frutuoso Vicente Vianna o duvidasse receber na sua casa com a guarda militar que V. Ex.a. me destinaram e o deplorável estado em que o dito Des. se acha me não permitisse toma-lo a reconduzir para a primeira prisão o pus em outra casa da mesma rua direita de São Bento, com a guarda destinada, assinando o dito Frutuoso Vicente Vianna o termo de fiel carcereiro que ponho na presença de V. Ex.a. e Srs. que me determinarão o que forem servidos. Bahia a primeiro de junho de 1765.¹⁸

A fuga de presos

No que tange às regulamentações a respeito das fugas de presos, fossem estas auxiliadas por carcereiros ou não, encontramos regulamentações tanto nas Ordenações Filipinas como também nos vários processos encontrados no Arquivo

¹⁸ APEB. Maço 175. Doc. 03.

Público do Estado da Bahia (APEB), não sendo este um delito incomum no período estudado.

O Título LXXVII, do Livro I das Ordenações, “Dos Carcereiros das Vilas e das Carceragens”, que trata das penas para os carcereiros que deixavam ocorrer fuga de presos, fossem estas devido à falta de zelo do oficial, ou porque estes auxiliavam na escapada do detento, determinava, nestes casos, a pena de morte natural¹⁹ a estes carcereiros, representando uma falta grave no exercício dessa função.

Em outros casos, como o de soltura de presos sem mandato da justiça, as penas poderiam variar entre penas pecuniárias, ou então com a perda do ofício, e ainda açoites e degredos. Em 14 de agosto de 1785, a ausência do carcereiro e do meirinho nas cadeias da Relação favoreceu a fuga de presos, o que resultou na prisão do carcereiro, segundo estabelecido na legislação, e a nomeação de uma outra pessoa para aquela função.

Por ocasião da fugida de um preso da cadeia desta Relação na noite antecedente e para o dia de ontem, a que se procedeu a exames e achando-se certa a dita fugida, foi preso o carcereiro e mandando procurar o meirinho da Relação e das cadeias dela Francisco Antônio Lobo para a guarda da dita cadeia, não apareceu por dia, nem, noite o que assim “sucede faltando a suas obrigações e audiências deste juízo e “saindo” para

¹⁹ A legislação portuguesa considerava como Morte Natural aquela efetivada através de enforcamento, garrotes, ou outra forma qualquer decidida em Relação.

onde lhe parecia sem dar parte e licença dele nem deixar os seus homens que tem obrigação [...] e os ter sempre prontos e assistirem na Relação, e nos referidos termos encarregarei da guarda aos [...] deste juízo enquanto Vossa Excelência [...] providencia na conformidade da sobredita lei e na consideração dos [...] ordenam se de parte a Vossa Excelência para punir a falta do meirinho e de seus homens nas auditorias da Relação e na ocasião presente pela dita fugida do dito preso José Francisco Monteiro e prisão do carcereiro. Bahia 17 de agosto de 1785”.²⁰

A leitura deste documento evidencia como as normas ditadas pelas Ordenações eram facilmente burladas pela burocracia da Colônia, na medida em que é relatado que o meirinho da Relação e das cadeias Francisco Antônio Lobo, nos dias em que se deu a fuga, pouco frequentava as carceragens a ele incumbidas, “faltando as suas obrigações e audiências daquele juízo”, sendo o mesmo responsabilizado e preso pela fugida citada em decorrência de seu desleixo em relação aos presos que estavam sob custódia daquela cadeia pública.

A ajuda dos carcereiros em fugas era um sério problema na Colônia, e também nas cadeias do Reino, pois era recorrente a edição de medidas cada vez mais punitivas a respeito do assunto, como, por exemplo, o Alvará de 28 de abril de 1681, em que a Coroa procurava normatizar alguns elementos a respeito da atuação sobre os carcereiros que

²⁰ APEB, maço 177, doc. 04.

concediam “licenças” para saída de presos da carceragem, bem como estipular que a função de carcereiro seria provida por apenas três anos, após os quais seria necessária nova provisão, avaliando-se o desempenho do funcionário nos respectivos anos.²¹

A “fraqueza” de determinadas cadeias incentivavam outro problema enfrentado pelos diversos carcereiros, no que tangia à investida contra as cadeias para a retirada de presos, que ocorriam em várias partes da Colônia, como vemos na fala do Ouvidor Geral do Crime quando solicita a prisão dos “facinorosos que arrombaram a cadeia do povoado de Estância em Sergipe Del Rei”.

Cabe aqui ressaltar, como dito anteriormente, que as Ordenações previam tal crime em seu Título XLVIII – “Dos que tirão os presos do poder da justiça, ou das prisões, em que estão, e dos presos que assi são tirados, ou fogem da cadêa”, prevendo uma diferença dos que tiravam presos em poder dos oficiais de justiça e das cadeias. Os que tiravam presos dos oficiais de justiça seriam apenados com açoites e degredo de dois anos para a África. Os que arrombavam as cadeias teriam imputadas as penas de morte natural, perdendo todos os seus bens na ausência de herdeiros legítimos, caso o réu já estivesse julgado e condenado em juízo.

No processo citado, um grupo de pessoas entrou na cadeia daquela localidade, procurando enganar o carcereiro com a ideia de que conduziam uma pessoa para ser presa, intentando assim que o carcereiro abrisse as portas da mes-

²¹ Ordenações Filipinas. Aditamentos. Livro V. Página 1331.

ma cadeia. Como o mesmo se recusasse, o bando passou a destruir a cadeia extraindo dela 13 réus com “culpas graves” que aguardavam para serem transferidos para a cadeia da Relação da Bahia.

Na noite de 09 de março do corrente ano entrou pelo povoado de Estancia que é termo da vila de Santa Luzia de Sergipe Del Rei uma escolta de facinorosos armados de todo gênero de armas de-fesas levando industriosamente preso a um dos da mesma comitiva, a título de negro fugido entregar ao carcereiro da cadeia da mesma povoação, e no ato em que este recebesse e abrisse a porta para recolher lhe tomar as chaves e soltar os presos que iam deliberados a tirar, como efetivam executaram sem embargo de lhes não aproveitar a referida indústria, pela cautela e desconfiança do mesmo carcereiro prevenindo aos mesmos presos que iam tirar de armas que para isso levavam e de machados com que estes e aqueles cortavam as fortes madeiras que serviam de segurança da dita cadeia que escalaram extraindo desta 13 réus de culpas graves que o carcereiro daquela comarca tinha feito reconduzir de diferentes partes da mesma para serem remetidos nas primeiras embarcações para a desta Relação.²²

Nesse acontecimento não nos parece ter havido qualquer mediação ou ajuda do carcereiro, mas apresentava a fragilidade na guarda dos presos, apesar de tantos artigos da lei que regulamentam as carceragens. Há também que notar

²² APEB. Maço 175. Doc. 07

a diferença que existia entre as cadeias de Salvador com as localizadas no interior da Bahia, não necessariamente nas suas edificações, mas nos efetivos de tropas ali alocadas, como também pela influência que um senhor de posses na região poderia ter no exercício dos poderes locais.

Vemos, não obstante, certa agilidade na administração da justiça, pois tendo o delito ocorrido em 09 de março de 1768, a devassa e a relação dos réus imputados nela ocorreu em 03 de junho do mesmo ano, o que demonstra que os processos também seriam julgados no tempo que representasse o interesse nele estabelecido. No entanto, no mesmo documento foram apresentadas outras relações de réus também imputados no mesmo crime, ou seja, o de arrombamento de cadeias de outras cidades e vilas da Colônia, não ficando explícito se essas pessoas constituíam um bando ou eram eventos isolados.

Ainda no que tange à fuga de presos, encontramos documentos referentes a pessoas que eram imputadas pelo fabrico de instrumentos utilizados para a fuga, como é o caso de José da Cunha Vianna, mestre ferreiro e serralheiro. Neste caso, além do delito já descrito, o réu seria considerado “uzeiro e vezeiro a fazer e haver falsas, para com elas se cometer furtos, como foi a um clérigo na ladeira da Preguiça, e a um mercado defronte da Sé, por cujos falsos esteve preso por duas vezes”.²³

O panorama das cadeias da Relação na virada do século XVIII para o XIX não permanecerá inalterado. O advento da

²³ APEB. Maço 175. Doc. 11.

Independência trará um discurso referente à recuperação dos homens na cadeia, inexistente para o período anterior, em prevenção ao crime, e dados estatísticos²⁴ que infelizmente não encontramos para o período estudado.

Referências

FERREIRA, Waldemar Martins. *História do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1952.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília: Editora da Unb: 1981.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

²⁴ Arquivo Municipal de Salvador (AMS). Actas e Mais Objetos da Comissão de Visita das Prisões Cíveis e Militares.

Inês de Castro, a que depois de morta foi rainha

Waldir Freitas Oliveira*

RESUMO

O autor, neste artigo, procura reviver um dos maiores mitos da História e da Literatura portuguesa, havendo para fazê-lo, reunido o que de mais importante foi publicado, nos últimos anos, sobre um tema que até hoje se constitui em modo de encanto, tanto para os portugueses como para os europeus.

*O caso triste, e dino de memória
que do sepulcro os homens desenterra,
aconteceu da mísera e mesquinha
que depois de morta, foi rainha.*

CAMÕES. *Luís de. Os Lusíadas.*
Canto III, 118.

Entre a realidade e o mito desdobra-se a História. Não há razão plausível para vir-se a indagar se o mito criou a História ou se o mito nasceu da História. Um e outro se interpenetram, se mesclam ao longo do tempo e acabam por tornar-se uma unidade da qual não será mais possível separá-los para devolvê-los às suas identidades próprias. Tornam-se, desse modo, uma coisa só.

* Membro da Academia de Letras da Bahia.

Inútil será, portanto, uma vez formada e fortalecida a lenda, apurar o que é ou não verdade, na História que a comporta. *Existe*, em verdade, tudo aquilo em que se acredita; tal ocorrendo, a princípio, na mente de cada um; e, a seguir, nas mentes de muitos, na comunidade, vindo a crença individual a tornar-se coletiva. Jung percebeu esta verdade e sobre ela construiu sua teoria dos símbolos. O conceito por ele criado do “inconsciente coletivo”, assumindo a figuração através de “arquetipos”, é, sem dúvida, queiram ou não os que dele discordam, um dos fundamentos básicos para a compreensão da psicologia comportamental dos povos. E quando Erich Fromm dele partiu para sua concepção de um “inconsciente social”, nada mais fez senão trilhar, seguindo mais à frente, o caminho antes percorrido pelo psicanalista alemão.

Se *mitos* e *arquetipos* se confundem, tal tema, contudo, não será aqui tratado. Ainda não existe, a nosso ver, base teórica suficientemente sólida para sobre ela fincar-se o conceito do *mito*; apesar do muito que já se escreveu, em todo o mundo, a seu respeito, ao longo da segunda metade do século passado e continua sobre ele a ser escrito, no atual. E se abrimos aqui uma honrosa exceção para citar a *Breve História do Mito*, de autoria de Karen Armstrong¹, destacando-a entre as obras recentemente publicadas a esse respeito, é por considerá-la uma excelente condensação de tudo o que foi dito antes sobre ele.

Preferimos, contudo, procedendo de modo mais emocional que racional, mais poético que prático, continuar re-

¹ ARMSTRONG, Karen. *Breve história do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

petindo sobre o mito, as palavras cheias de sentido mágico, de Fernando Pessoa, quando afirmou, tratando da *presença* de Ulisses na História de Lisboa, que “o mito é o nada que é tudo.”; e que o herói grego “por não ser existindo // sem existir nos bastou // por não ter vindo foi vindo // e nos criou”. Para concluir dizendo que “assim a lenda se escorre // a entrar na realidade // e a fecundá-la decorre. // Em baixo, a vida, metade // de nada, morre.”²

Começamos, então, a falar da realidade de Inês de Castro. Para, em primeiro lugar, informar que a grande heroína mítica das letras portuguesas, não nasceu em Portugal; e loura que era, pouco se assemelhava, do ponto de vista físico, ao tipo comum da mulher portuguesa. Que ela passou, contudo, a ser *portuguesa*, é fato incontestável; havendo sido mesmo, rainha, mesmo depois de morta, desse país.

Confessemos, contudo, de início, o nosso receio ao começar a escrever sobre esse tema, tanto já foi ele tratado por grandes especialistas da Teoria Literária ou da Literatura Comparada, tanto em Portugal como no mundo inteiro; deixando claro aqui estarmos tão somente a registrar sua presença nos cenários da História e da Literatura portuguesa, visando com isso fornecer aos que pouca atenção lhe dispensaram, maiores informações a seu respeito, tão viva e atuante continua ela a figurar na obra de vários eruditos² ou no linguajar simples do

³ Dentre os que já escreveram sobre o tema, justo será destacar a obra de Maria Leonor Machado de Souza, com dois trabalhos magistrais e, até certo ponto, definitivos sobre ele – *Inês de Castro na literatura portuguesa* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. 1984) e *Inês de Castro. Um tema português na Europa*. (Lisboa: Edições 70, 1987).

povo, que frente a uma situação desesperadora, não hesita em repetir, sem que saiba a razão de estar a fazê-lo, ao reconhecer de nada adiantar continuar tentando alcançar o que se pretendia, a expressão – “Inês é morta”.

Desejamos, contudo, refletir sobre um determinado ponto: – aquele onde indagamos sobre se acaso não houvesse sido a estória de Inês de Castro cantada em versos, com toda a sua genialidade, por Luiz de Camões, em *Os Lusíadas*, teria tido força suficiente para manter-se na memória coletiva do povo português, com a forma fulgurante que ainda ostenta, continuando a empolgar, até hoje, todos os que ouvem contar a sua estória. A nós parece haver sido em torno dos versos de Camões, que se agrupou, permitindo que seja ainda lembrado, tudo o que antes fora escrito sobre seu infausto amor com o infante D. Pedro, o filho de D. Afonso IV, rei de Portugal; e a esse grande conjunto de escritos, continuou a juntar-se o tanto que sobre ele foi dito depois, sob a forma de poemas, romances, peças de teatro, cantatas e óperas, e até de filmes. cremos, pois, haver sido Camões, a mola propulsora que transformou a trágica estória dessa castelhana loura, num dos pontos mais altos do imaginário lusitano.

De Camões partiremos, pois, lembrando a “linda Inês”, como ele nos contou que ela era, em seu primoroso poema, em estrofes repletas de grandeza poética que continuavam sendo repetidas, em todo o mundo, como exemplo maior de narrativa de um romance de amor com um final doloroso, ao gosto do público da sua época, e, por mais incrível que possa parecer, ao dos que hoje ainda gostam de ouvir estórias de amores desse tipo.

Assinala Camões no Canto III do seu poema, a estória de Inês de Castro, e passa a descrevê-la, ao longo de 18 estrofes; na primeira delas relembrando

O caso triste e dino de memória
que do sepulcro os homens desenterra,
aconteceu da mísera e mesquinha
que depois de ser morta foi rainha.

(CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, 1989, p. 99).

Da sua narrativa, sendo, por certo, os seguintes versos, os mais repetidos por todos os que ali foram buscá-la ou relembrá-la:

*Estavas, linda Inês, posta em sossego,
de teus anos colhendo doces frutos,
naquele engano da alma, ledó e cego,
que a Fortuna não deixa durar muito,
nos saudosos campos do Mondego,
de teus fermosos olhos nunca enxuto,
aos montes ensinando e às ervinhas
o nome que no peito escrito tinhas.*

(Opus cit., p. 89).

E ele nos contou, também, que após haver sido ela assassinada pelos que foram encarregados, de tal missão, pelo rei D. Afonso IV, que

As filhas do Mondego a morte escura
longo tempo chorando memoraram.

e, por memória eterna, em fonte pura
as lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que inda dura,
dos amores de Inês, que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores.
Que lágrimas são a água e o nome Amores
(Opus cit., p. 92)

Caminhemos, agora, ainda que em parte apenas, em direção ao que nos foi contado nas *Trovas que Garcia de Resende fez à morte de D. Inês de Castro que el-rei D. Afonso, o Quarto, de Portugal, matou em Coimbra por o príncipe D. Pedro a ter como mulher e, pólo bem que lhe queria, nem queria casar* – que foram conhecidas, com certeza, por Luís de Camões, tanto as repetia na época, a gente simples de Portugal, e que nelas teria se inspirado para compor a sua narrativa. Começando pela fala posta pelo autor, nos lábios da própria Inês de Castro, a contar-nos quem era e como haviam se enamorado, ela e o infante D. Pedro, numa linguagem simples e primorosa, como a possuía aquele poeta português:

*Eu era moça, menina,
per nome Dona Inês
de Castro, e de tal doutrina
e vertudes, qu'era dina
do meu mal ser ó revés.
Vivia sem me lembrar
que paixam podia dar
nem dá-la ninguém a mim;
foi-m'o princepe olhar,
por seu nojo e minha fim.*

*Começou-m'a desejar,
trabalhou por me servir;
Fortuna foi ordenar
dous corações conformar
a ua vontade vir.*

*Conheceu-me, conheci-o,
quis-me bem e eu a ele,
perdeu-me, também perdi-o;
nunca té morte foi frio
o bem que, triste, pus nele.*

*Dei-lhe minha liberdade,
nem senti perda de fama;
pus nele minha verdade
quis fazer sua vontade,
sendo mui fremosa dama.
Por m'estas obras pagar
nunca jamais quis casar;
pelo qual aconselhado
foi el-rei qu'era forçado
pelo seu, de me matar.*

(Garcia de Resende. *Cancioneiro Geral*, V., 357-364)

De Inês de Castro, precisamos, porém, saber a história de sua vida, tanto quanto a da sua morte; e nesse ponto, iremos valer-nos das crônicas da época, entre elas, da *Crônica de D. Pedro*, escrita por Fernão Lopes, o cronista oficial do reino, que como ele próprio afirmou, cuidou de “escrever verdade, sem outra mistura”, e de outros documentos da mesma época.

Por eles ficamos sabendo que Inês de Castro chegou a Portugal, em 1340, com quinze anos de idade, fazendo parte do séquito que acompanhava Dona Constança Manoel, nobre nascida em Castela, que ali chegara para casar-se com o infante D. Pedro, conforme planejara e cuidara de realizar, seu pai, o rei D. Afonso IV.

Já rejeitara o infante, um primeiro casamento, também urdido pelo rei, nesses mesmos moldes, isto é, sem que fosse ele consultado a respeito; mas não teve, dessa vez, como negar-se a aceitar aquele casamento, do qual resultariam três filhos, entre os quais, o do que viria a ser o nono rei de Portugal, D. Fernando I.

Apaixonou-se, contudo, D. Pedro, não por sua futura esposa, mas por uma linda adolescente loura e de olhos verdes, que acompanhara Dona Constança, e não hesitou em dela aproximar-se, passando com ela a manter relações amorosas.

Inês de Castro nascera em Castela, em 1325, e era filha de um nobre galego, por sinal, primo do infante D. Pedro, D. Pedro Fernández de Castro, e da portuguesa Dona Aldonça Suárez de Valladares. E os rumores que começaram a circular sobre os frequentes encontros amorosos que ocorriam entre ela e o infante, sob o teto do seu próprio lar, inquietaram o rei D. Afonso IV, que forçou a jovem Inês a exilar-se, indo ela abrigar-se no castelo de Albuquerque, no reino de Castela, situado nas proximidades da fronteira desse reino com o de Portugal, a pouca distância do Alentejo.

De nada adiantou, contudo, havê-la o rei, exilado de Portugal; pois o infante continuou indo até o castelo de

Albuquerque, para com ela encontrar-se. Até quando, em 1354, quando da morte de Dona Constança, ao dar à luz, o seu terceiro filho, ele retirou Inês de Castro do castelo onde se encontrava e a trouxe para morar com ele, embora não houvesse tomado a decisão de com ela casar-se.

Foi então que o rei D. Afonso IV, insatisfeito com aquela situação, não pelo caráter que assumira de um romance em condição de adultério, mas pela inquietação que lhe trazia imaginar a possibilidade de virem os irmãos de Inês de Castro, Álvaro Pires de Castro e Fernando de Castro, influentes na Corte do reino de Castela, a pleitear, no futuro, os direitos ao trono português, destinado, com a sua morte, a ser ocupado por D. Pedro, alegando supostos direitos de um dos seus filhos com Inês de Castro, negando, desse modo, o direito à sucessão de D. Fernando, o primogênito do casamento de D. Pedro com Dona Constança; o que poderia resultar num possível domínio do reino de Castela sobre o de Portugal.

Há de entender-se até que ponto os casamentos reais, naquela época, eram decisivos para os destinos de países que há esse tempo, tentavam construir ou consolidar suas identidades nacionais. Na península ibérica, os pequenos reinos eram ainda numerosos, como frutos resultantes de antigos domínios feudais, com os nobres que os haviam tido como seus domínios, indo se transformando, pouco a pouco, em reis. E desse modo, as linhas sucessórias dos tronos existentes eram traçadas de modo a assegurar, no futuro, autonomias por vezes arduamente conquistadas; pelo que, um casamento que pudesse vir a provocar, por algum motivo, o rompimento do rumo desejado por esses reis, era considerado um risco

que não devia ser corrido. Tendo sido assim que os irmãos Castro, de Castela, passaram a ser vistos como ameaça à segurança do reino de Portugal, destinado, como vimos, a ser governado por D. Fernando, filho primogênito de D. Pedro com Dona Constança, e não por um dos seus filhos com Inês de Castro. E decidiu, então, o rei Afonso IV, para solucionar, a tempo, uma futura questão, após ter aceitado as razões que lhe apresentaram três dos seus conselheiros – Pedro Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, mandar matar a companheira de seu filho, quando de uma das suas habituais ausências do palácio onde com ela vivia, em Coimbra, aquele mesmo onde residira a piedosa rainha Dona Isabel de Aragão, canonizada após a sua morte. E nele havendo os seus algozes, encontrado Inês, sozinha, somente em companhia dos seus filhos, ali a assassinaram, a 7 de janeiro de 1355.

Garcia de Rezende reproduz a cena da sua execução, dando a palavra à própria vítima. Disse, então, através da fala de Inês:

*Dois cavaleiros irosos,
Que tais palavras lh'ouviram,
Mui crus e nam piadosos,
Perversos, desamorosos,
Contra mim rijos se viram,
Com as espadas na mam,
M'atravessam o coração,
A confissam me tolheram:
Esse é o galardam
Que meus amores me deram.”*

O corpo de Inês de Castro foi então sepultado na igreja de Santa Clara, localizada no próprio Paço de Santa Clara, onde foi encontrado pelo infante, quando do seu regresso. E foi tanta a revolta que dele se apossou, que reunindo suas forças marchou para o norte, dispondo-se a enfrentar as que eram comandadas pelo seu pai e soberano; havendo a sua mãe, a rainha Dona Beatriz, interferido, então, na luta prestes a ser travada entre pai e filho, tendo conseguido a reconciliação entre eles, que foi obtida através da cessão pelo rei, ao infante, de poderes extraordinários de mando, que o colocaram, praticamente, na condição de soberano reinando ao seu lado, em cumprimento às condições estabelecidas em documento por eles dois firmado em Marco de Canaveses, a 15 de agosto de 1355. Havendo, ainda, D. Afonso IV, recebido do filho, a promessa de não tentar vingar-se dos assassinos que, a seu mando, haviam matado a sua amante.

Com a morte, em 1357, de D. Afonso IV, tornou-se o infante, rei de Portugal, com o título de D. Pedro I. E não havendo cumprido a promessa feita ao pai, tratou de conseguir, através de uma troca de prisioneiros negociada com o rei Pedro, o Cru, de Castela, que lhe fossem entregues dois dos assassinos de Inês de Castro – Pedro Coelho e Álvaro Gonçalves; não tendo conseguido aprisionar Diego Lopes Pacheco, que, prudentemente, logo após a ascensão ao trono português, de D. Pedro, fugira de Castela para o reino de Aragão e, posteriormente, para a França.

Desde então, a lenda penetra na História; e torna-se impossível apurar, com segurança, o que aconteceu realmente, empolgado o rei português por seu desejo enorme de vin-

gança; e mostrando-se, segundo se conta, ainda apaixonado pela sua querida Inês, dispôs-se a compensá-la, de alguma forma, mesmo depois de morta, pelo seu sacrifício.

Temos, então, algumas certezas – a de haverem sido os dois assassinos de Inês de Castro, capturados por D. Pedro I e executados em Santarém, em sua presença; a um deles havendo sido arrancado o coração pelo peito; ao outro, isso tendo sido feito pelas costas.³

A lenda afirma ainda, haver D. Pedro, mordido, enquanto fazia a sua refeição, os corações que foram arrancados dos peitos dos assassinos de Inês de Castro. Acreditamos, contudo, terem sido as notícias a esse respeito, criadas pelo imaginário popular. Sabemos, porém, com certeza, que ele determinou fosse o corpo da sua amante trasladado do túmulo onde se encontrava, na igreja de Santa Clara, em Coimbra, para o mosteiro de Alcobaça, em imponente desfile funerário ocorrido a 2 de abril de 1361, do qual participaram todos os integrantes da nobreza portuguesa, carregando cada um deles, um círio aceso. E Fernão Lopes, que viveu até depois desse acontecimento, descreveu tal cortejo, evidenciando-lhe as proporções de grandeza; Disse, então, o cronista, que D. Pedro

⁴ FERNÃO LOPES. *Crônica de D. Pedro I*. – “A maneira de sua morte, seendo dita pelo meudo, seeria mui estranha e crua de contar, ca mandou tirar o coração pellos peitos a Pero Coelho, e a Álvaro Gomçallves pellas espadoas.; e quaes palavras ouve, e aquel que lho tirava que tal officio avia pouco em costume, seeria bem doorida cousa douvir, emfim mandouhos. queimar; e todo feito ante os paaços omde el pousava, de guisa que comendo olhava quamto mandava fazer”. Disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/lopes.htm>

[...] fez trazer o seu corpo do mosteiro de Samta Clara de Coimbra, hu jazia, ho mais homrradamente que se fazer pode, ca ella viinha em huumas andas, muito bem corregidas pera tal tempo, as quaaes tragiam grandes cavalleiros, acompanhadas de grandes fidalgos, e muita outra gente, e donas, e domzellas, e muita creelezia. Pelo caminho estavom muitos homeens com çirios nas mãos, de tal guisa hordenados, que sempre o seu corpo foi por todo o caminho per entre çirios açosos; e assi chegaram ataa o dito moesteiro, que eram dalli dezassete legoas, omde com muitas missas e gram solenidade foi posto em aquel muimento e foi esta a mais homrrada trelladaçom que ataa aquel tempo em Portugal fora vista. ⁴

Antes, em Alcobaça, mandara ele construir, no mosteiro ali existente, dois túmulos, em pedra calcária alva; um deles destinado a receber os despojos de Inês de Castro, o outro, destinado aos seus próprios, quando da sua morte, que veio a ocorrer a 12 de junho de 1360; ambos tendo sido ricamente decorados nos frontais e nas laterais, com extensas sequências de alto-relevos; trazendo, sobrepostas às suas coberturas, as estátuas, respectivamente, de D. Pedro I e Inês de Castro, ela ostentando a coroa de rainha; tendo, segundo a lenda, sido eles colocados em posição vertical, um frente ao outro, a fim de que, quando ressuscitassem, no Juízo Final, pudessem os amantes ver-se, um ao outro, de frente, olhos nos olhos.

⁵ *Idem, ibidem*

São eles reconhecidos por todos os especialistas em arte funerária, como obras de arte de extremo valor; somente tendo sido concluídos em 1360. E no mosteiro de Alcobaça, continuam presentes, não dispostos, um frente ao outro, mas lado a lado, ocupados pelos despojos de Inês de Castro e D. Pedro I, sendo considerados como os dois mais importantes monumentos tumulares, nos moldes da arte gótica, existentes em Portugal; sem que houvessem sido encontrados registros sobre quem os teria esculpido; existindo, porém, a suposição de haver sido o trabalho de sua execução realizado por artistas estrangeiros, provavelmente franceses.

De novo, a lenda interfere e faz sentir seu peso. Conta-se, então, que D. Pedro I coroou, ao final do desfile funerário, o cadáver de Inês de Castro, tornando-a, desse modo, oficialmente, rainha, alegando haver com ela se casado secretamente; e mais, que teria obrigado toda a corte a desfilarem frente ao seu cadáver coroado, beijando o que restava da sua mão direita. Não há, no entanto, como comprovar que tal haja acontecido; parecendo impossível a realização de tal ato macabro, desde que a transladação do corpo de Inês de Castro, de Coimbra para Alcobaça, deu-se cinco anos depois do seu assassinato e sepultamento em Coimbra.

É tão ampla a bibliografia a respeito de Inês de Castro, nela estando incluídas tanto as obras escritas em seu louvor como sobre o seu trágico romance, que não se torna conveniente, em trabalho desse porte, mencioná-las por completo. Destacaremos, então, as mais notáveis, surgidas ao longo do tempo, entre elas, a primeira tragédia clássica portuguesa, intitulada *A Castro*, de autoria de Antônio Ferreira, escrita e

publicada em Lisboa, em 1587, tanto quanto os versos que lhe dedicou Bocage; devendo, ainda, destacar-se haver Victor Hugo, aos dezessete anos, escrito em 1820, uma peça teatral com o título *Inês de Castro*, na qual, contudo, a capacidade de criação do autor desfigurou, por completo, a estória de amor vivida por D. Pedro I e a sua amada, tornando-os, praticamente irreconhecíveis; havendo essa peça, que somente foi publicada, em Paris, após a morte do autor, em 1863, sido traduzida para o português por Gomes Monteiro e publicada em Lisboa, em 1943.

Dentre os trabalhos de caráter literário ou histórico sobre Inês de Castro, torna-se, contudo, necessário, destacar, sem desdouro de outros, o romance *Adivinhas de Pedro e Inês*, que foi publicado em 1986, em Portugal, pela historiadora e ficcionista Agustina Bessa-Luís, e mais que todas, duas obras que se tornaram indispensáveis ao estudo de Inês de Castro, de autoria de maior autoridade mundial sobre a sua vida e história, Maria Leonor Machado de Souza – *Inês de Castro na literatura portuguesa* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, 1984) e *Inês de Castro, Um tema português na Europa* (Lisboa: Edições 70, 1987), esta sendo considerada a mais completa obra até hoje publicada sobre essa personagem.

Antes de dar, enfim, por concluído este nosso despretensioso registro e tomando por base, os textos dessa autora, assinalemos que também no Brasil, o tema – *Inês de Castro* – chegou a ser tratado. Desse modo, registra Maria Leonor Machado de Souza, que os poetas brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, publicou, em 1830, o poema –

“Nênia à morte de Ignez de Castro” e Francisco Gonçalves Braga, em 1852, em Pernambuco, o poema em forma de romance, “Ignez de Castro”. Assinala, ainda, o fato de haver sido no Brasil, que foi publicada a primeira antologia *inesiana*, tendo isso acontecido no Rio de Janeiro, em 1843, nela encontrando-se reunidas as estrofes 118 a 135 de *Os Lusíadas*, a *Cantata* composta em 1838, por Manuel Maria du Bocage (1765-1805), as *Cartas de D. Inês de Castro ao Príncipe D. Pedro*, poema incluído no tomo 2º das *Composições Poéticas* de Curvo Semedo (1766-1838), e mais catorze sonetos, onze dos quais, de autoria de Antônio Ribeiro dos Santos; também havendo ela registrado, haverem sido publicados, no Brasil, no curso do século XX, dois trabalhos de valor, referentes ao tema – as estrofes integrantes dos cantos II e IX, agrupadas sob o título de “Permanência de Inês”, em *Invenção de Orfeu*, de autoria de Jorge de Lima, publicado em 1952, e o drama *Inês de Castro*, escrito por Gondim da Fonseca, publicado em 1956⁶; neste havendo tentado o saudoso e combativo jornalista brasileiro, realizar uma análise freudiana do modo de comportar-se de D. Pedro; devendo assinalar-se, contudo, não haver esse seu trabalho merecido grande atenção em nosso país; com ele havendo acontecido o contrário do que ocorreu com o de Jorge de Lima, que continua a ser considerado um dos mais importantes livros de poesia surgidos no Brasil, no século passado. Registrando, ainda, como o tema “Inês de Castro” alcançou, a partir de Portugal, grande repercussão no

⁶ LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952 (Nova edição em 1980, pela Nova Fronteira, no Rio de Janeiro). FONSECA, Gondim da. *Inês de Castro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

estrangeiro, havendo, na Espanha, inspirado, no século XVII, Mejia de la Cerda, levando-o a escrever a peça *Tragedia famosa de Doña Inès de Castro, Reina de Portugal*, publicada em 1612, e Luis Vélez de Guevara, o autor da *Comedia famosa Reynar después de morir*, publicada em 1652, ao mesmo tempo, em Lisboa e Madri; enquanto na França, a Condessa de Genlis, publicou, em 1817, a novela *D. Inès de Castro*, por ela denominada “romance histórico”, que foi traduzida para o português por Caetano Lopes de Moura, brasileiro, natural da Bahia, e publicada em Lisboa e Paris, em 1837, e levou, ainda na França, como já registramos, Victor Hugo a escrever, ainda na adolescência, em 1820, a peça *Inès de Castro*, traduzida para o português, em 1943, por Gomes Monteiro, e Henri de Montherland, em 1942, a redigir a peça *La Reine morte*, que, dada sua grande aceitação, foi editada 144 vezes, até 1949, somente, contudo, havendo sido traduzida para o português e apresentada em Lisboa, em 1960, tendo sido, porém, encenada em vários países da Europa, traduzida que foi para o alemão, para o espanhol e para o inglês, passando a ser a peça teatral sobre o tema, mais famosa no mundo.

Sem devermos, a essa altura, esquecer a realização recente, a 6 de março de 2006, na Universidade de Paris X – Nanterre, de um Colóquio Internacional, sob o título – “*Inès de Castro, du personnage au mythe, échos dans la culture portugaise et européenne*”; havendo sido as comunicações nele apresentadas, reunidas e editadas, com igual título, em Paris, em 2008, pelas Éditions Lusophone.⁶ Dele havendo

⁷ CRISTOVÃO, Adelaide, SOARES JESEL, Carla, MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idelette e ESTEVES, José Manuel da Costa.(organizateurs).

participado estudiosos do tema “Inês de Castro”, de várias nacionalidades; destacando-se, a nosso ver, desse grande conjunto, em razão da sua originalidade, tanto o trabalho apresentado por Anne-Marie Pascal, “maître de conférences” na Universidade de Lyon 2, no qual foram analisadas as variações iconográficas acerca do tema, desde as primeiras representações mitificadas a respeito dos túmulos de D. Pedro I e Inês de Castro, até a que reproduz a cena macabra do coroamento do seu cadáver, como a idealizou, em 1949, o pintor Pierre-Charles Comte; como dois outros que tratam da execução de Pedro Coelho, um dos assassinos de Inês de Castro, no curso da qual teria D. Pedro I, segundo a lenda, como assinalamos, em ato de vingança, mordido o coração que lhe fora arrancado do peito; ambos escritos tomando por tema o texto do conto “Teorema”, de autoria do poeta e ficcionista português Herberto Helder, integrante do seu livro *Os Passos em volta*, nele apresentados, respectivamente, por Maria Ana Ramos e Ilda Mendes dos Santos, sob os títulos – “Só o coração... e depois trinca-o ferozmente... Um motivo

Inês de Castro, du personnage au mythe, échos dans la culture portugaise et européenne. Paris: Éditions Lusophone, 2008. Quanto aos autores dos trabalhos por nós destacados, registramos a presença de Maria Ana Ramos, integrante do *Romanisch Seminar* da Universidade de Zurich, e de Ilda Mendes dos Santos, “maître de conférences” na “UFR d’études ibériques et latino-américaines”, na *Sorbonne Nouvelle Paris 3*. E informamos, ainda, que o livro de contos – *Os Passos em Volta*, de autoria de Herberto Helder, foi publicado em Lisboa, em 1963 (Lisboa: Portugalia, 1963), havendo sido ali reeditado, numerosas vezes, com constantes revisões do seu texto, pelo próprio autor, havendo sido traduzido e publicado em Paris, em 1991, sob o título *Pas en rond* (Paris: Helder, 1991).

medieval em Herberto Helder”, e “Nouveau banquet pour Inês... Un ‘Théoreme’ de Herberto Helder” ⁷

Concluiremos, então, ingressando, por nossa vez, no mundo da fantasia; valendo-nos de versos extraídos do poema “Saudades de Inês de Castro”, de Lucilla Nogueira, que se mostraram capazes de permitir-nos a visão imaginária da figura da rainha morta e coroada, a desfilar, em noites encantadas, pelas ruas da pequena cidade onde foi sepultada, nas horas em que tudo em torno ao mosteiro e ao seu túmulo, se transforma em silêncio povoado de magia. E então, “o nada que é tudo” –, como disse Fernando Pessoa, escorre e penetra na realidade, por uma necessidade da alma:

*Quando tudo adormece
eu me levanto
e caminho nas ruas
de Alcobaça.*⁸

Referência

ARMSTRONG, Karen. *Breve história do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BESSA-LUIS, Agustina. *Adivinhas de Pedro e Luis*. Guimarães, 1997.

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, 1989.

COUTINHO, B. Xavier. *Camões e as artes plásticas*. Subsídios para a iconografia camoneana. Porto: Figueirinhas, 1946-48.

⁸ NOGUEIRA, Lucilla. “Saudades de Inês de Castro”. In *Inês de Castro, du personnage au mythe, échos dans la culture portugaise et européenne*. Paris: Editions Lusophones, 2008.

FONSECA, Gondim da. *Inês de Castro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

HUGO, Victor. *Inês de Castro*. Tradução e prefácio de Gomes Monteiro. Lisboa: Guimarães & Cia. 1943.

INÊS de Castro, du personnage au mythe, échos dans la culture portugaise et européenne. Paris: Éditions Lusophones, 2008.

LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956.

LOPES, Fernão. *Cronica de D. Pedro I*. Download disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/lopes.htm>.

MARTINS, Mario. *Alegorias, símbolos e exemplos morais*. Lisboa: Brotéria, 1975.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

RESENDE, Garcia de. “Trouas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Ynes de Castro”. In *Cancioneiro Geral*, 1516. Ed. facsimilada. Coimbra. Centro de Estudos Românicos.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Inês de Castro na literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação. 1984.

_____. *Inês de Castro. Um tema português na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1987.

A identidade tecida pela palavra

Yeda Pessoa de Castro*

Resumo

O maior centro de resistência e defesa cultural do negro-africano transplantado para as Américas em escravidão por mais de três séculos consecutivos está na religião que tem sido apoiada por um repertório linguístico de matriz africana e de natureza litúrgica como meio de expressão simbólica e transmissão de seus valores religiosos ancestrais.

Tal repertório, conhecido como língua-de-santo entre as religiões afro-brasileiras, é constituído por um sistema lexical de diferentes línguas africanas que foram faladas no Brasil sob regime colonial e escravista, e um dos critérios marcantes da identidade etno-religiosa de matriz africana entre as denominadas nações-de-candomblé na Bahia e de seus seguidores se encontra nas diferenças de procedência meramente formais desse repertório linguístico, seja ele de base nagô-queto, mina-jeje ou congo-angola.

Em tal contexto, cada palavra-de-santo deixa de ser apenas um significante para tornar-se, ela mesma, um dos elementos construtivos do tecido de uma nova realidade elaborada como meio de valorizar e atualizar a herança cultural dos seus falantes e afirmar a sua identidade etno-religiosa no bojo da etnicidade de natureza brasileira mestiça.

Introdução

Embora se reconheça que na religião está o maior centro de resistência e defesa cultural que foi oferecido pelo negro-africano transplantado para as Américas em escravidão, nem sempre igual importância é atribuída ao fato de que, juntamente com a religião, persiste um repertório linguístico de matriz africana como meio de expressão simbólica e veículo de transmissão de seus valores religiosos, éticos e estéticos ancestrais.

As religiões afro-brasileiras nascidas na escravidão, genericamente chamadas de Candomblé na Bahia, Xangô em Pernambuco e Tambor no Maranhão, cada qual é um tipo de organização sócio-religiosa baseada em padrões comuns de tradições negro-africanas, em um sistema de crenças, modo de adoração e língua. Neste contexto, *língua* deve ser entendida mais como veículo de competência simbólica do que propriamente linguística. O seu uso é circunscrito a um sistema lexical de base africana relacionado ao universo religioso dos recintos sagrados onde se desenrolam as cerimônias do culto e já modificado em contato com o sistema linguístico do português no Brasil.

Esses elementos do sistema – crenças, modos de adoração e língua – estão de tal maneira estruturalmente associados que um dos critérios marcantes de distinção entre as denominadas nações-de-candomblé na Bahia tem como principal componente as marcas lexicais de um repertório linguístico de matriz africana específico das cerimônias ritualísticas em geral e de cada “nação” em particular.

Em tal repertório há predominância de termos das seguintes línguas faladas na África Subsaariana, em territórios onde o tráfico transatlântico para o Brasil prevaleceu ao longo de mais de três séculos consecutivos:

- ewe-fon do grupo de línguas gbe faladas em Gana, Togo e Benim, com destaque para a língua fon do antigo reino do Daomé e o gun entre as que se denominam de *jeje* e *mina*, *jeje-mahi*, *jeje-mundubi*, *mina-savalu*, etc.;
- banto, da extensa família linguística da África sub-equatorial, destacando-se as línguas do Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa e Angola entre as conhecidas por *congo*– *angola*, *congo-munjolo*, *congo-cabinda*, etc.
- iorubá, língua única que reúne dialetos falados na Nigéria ocidental e o nagô, do reino de Queto, no Benim atual, entre as que se dizem *nagô*– *queto* ou *ijexá*, *nagô-tadô*, *nagô-vodunce*, *nagô-muçurumim*, etc.

Denominações brasileiras e regiões de origem

Denominação brasileira da “nação”	<i>jeje mina</i> <i>jeje-mundubi</i> <i>jeje-mahi</i> <i>mina-savalu</i>	<i>nagô queto ijexá</i> <i>nagô-tadô</i> <i>nagô-muçurumim</i> <i>nagô-vodunce</i>	<i>angola</i> <i>congo-angola</i> <i>congo-munjolo</i> <i>congo-cabinda</i>
Grupo linguístico	Gbe	Iorubóide	Banto
Línguas	fon, gun, mahi, ewe, mina....	iorubá (<i>nagô</i> , <i>ijexá</i> , <i>egbá</i> , <i>ijebu</i> ,.....)	quimbundo, quicongo, umbundo, tchokwe...
Países	Benim Gana Togo	Benim Nigéria	Angola Congo-Brazzaville Congo-Kinshasa
Região geográfica	Golfo de Benim – África do Oeste		África Sub-equatorial

Nação	Grupo Linguístico	Línguas de Origem
Jeje-Mina (1, 2, 3)	Ewe-Fon ou Gbe	Ewe, Fon, Gun, Mahi, Mina...
Nagô-Queto-Ijexá (3, 4)	Iorubá	nagô, queto, ijexá, oyó...
Congo-Angola	Banto	Quicongo, Quimbundo, Umbundo...



A linguagem religiosa afro-brasileira

O termo *candomblé*, do banto *ka.ndómb.ilé > *ka.n.domb.élé, ação de rezar, de verbal de “ku.domb.a > ku.lomb.a”, rezar, invocar, está empregado com o sentido corrente que toma entre seus seguidores. Designa os grupos sócio-religiosos dirigidos por uma classe sacerdotal, cuja autoridade suprema é popularmente chamada em português de mãe-de-santo ou pai-de-santo, mas que recebe, entre seus adeptos, o título genérico de *rumbono* e *doné/doté* (ewe-fon), entre as “nações” *jeje-mina*; respectivamente de *ialorixá* ou *babalorixá* (iorubá), entre as “nações” *nagô-queto* e de

nêngua ou *tata* (banto), entre as ”nações” *congo-angola*. Esses grupos se caracterizam por um sistema de crenças associadas ao fenômeno de possessão e transe místico provocado por divindades comumente denominadas de santos, mas conhecidas pelo nome genérico de *vodum* (ewe-fon), entre as “nações” *jeje-mina*; de *orixá* (iorubá), entre as “nações” *nagô-queto*; de *inquice* (banto), entre as “nações” *congo-angola*.

Marcas lexicais diferenciadoras

“Nação”	<i>jeje-mina</i> GBE	<i>nagô-queto</i> IORUBÁ	<i>congo-angola</i> BANTO
Deus Supremo	Maú-Lisa	Olorum	Zambi
Divindade –Santo	Vodum	Orixá	Inquice
mãe-de-santo	rumbono/ /doné	ialorixá	mameto/nêngua
pai-de-santo	rumbon(d)o	babalorixá	tateto/ tatá
iniciado, noviço	vodunce	iaô	Muzenza
o mais velho	ebome/evame	ebome	Macota
Leigo	beto	cossi	Abantó
terreiro (templo)	rondemo	ilê	unzó/canzuá
santuário, altar	peji	(peji)	Baquice
atabaque	rum	ilu	(z)ingoma

A característica fundamental no aprendizado das práticas rituais no candomblé é o processo iniciático e participante. Durante o período de reclusão, o noviço passa por uma série de ritos esotéricos (banhos rituais, raspagem de cabeça, etc.), ao mesmo tempo em que começa a adquirir um complexo código de símbolos materiais (substâncias, folhas, frutos,

raízes, etc.) e de gestos, associados a um repertório linguístico específico das cerimônias que se desenrolam na intimidade dos contextos sagrados de cada terreiro. Esse repertório, chamado de *língua-de-santo*, compreende sistemas lexicais de antigos falares negro-africanos no Brasil, vindo a constituir uma língua de aspecto sagrado, mas não declaradamente de natureza sobrenatural.

São palavras que descrevem a organização sócio-religiosa do grupo, os objetos sagrados, a cozinha ritualística, cânticos, saudações e expressões referentes a crenças, costumes específicos, cerimônias e ritos litúrgicos, todas apoiadas em um tipo consuetudinário de comportamento bem conhecido dos seus participantes por experiência pessoal e apreendido por tradição oral. Nesse vocabulário, de estrutura ligada a certas formulações simbólicas, não há metáforas, sinonímia precisa, pois cada *palavra-de-santo* é mantida dentro da fidelidade ritual do apelo, da denominação dos referentes. Para os fiéis, o que mais importa, durante as práticas rituais, é demonstrar a sua competência simbólica, ou seja, saber, por exemplo, em que momento deve ser entoada uma cantiga e não o significado literal da cantiga, à semelhança de se cantar a ladainha em latim durante cultos populares em louvor a certos santos católicos, como nas trezenas de Santo Antônio no mês de junho, sem que seus participantes tenham compreensão da língua latina.

Entre os candomblés, seus seguidores podem compreender o sentido denotativo de certos termos, expressões, trechos de cânticos e saudações, mas ignoram as alusões e implicações mais profundas que cada um deles contém. Esse

conhecimento, que faz parte dos fundamentos litúrgicos, é fator determinante de ascensão sócio-religiosa na hierarquia do grupo e do domínio exclusivo da sua classe sacerdotal, porque nele se acha guardada a noção maior de segredo do culto. Como lembra a Ialorixá Stella de Oxossi, no provérbio em iorubá do seu livro *Òwe: Ogberinko mo mààriwo*, o não iniciado não pode conhecer o segredo do *mariwô*, ou seja, os segredos de uma religião devem ser conhecidos apenas pelos seus sacerdotes (*cf. Òwe*, provérbio 11, 2007)).

Neste plano de entendimento, achamos a idéia de aspecto conativo e não-referencial da mensagem, a partir do momento em que a orientação da mensagem encontra seu destinatário na sua forma mais pura do vocativo e das fórmulas imperativas que diferem, fundamentalmente, das sentenças afirmativas porque, do ponto de vista lógico, essas (as afirmativas) podem e aquelas não podem ser submetidas à prova de verdade (*cf. Jakobson*, 1946: 127). Sendo assim, o repertório específico da liturgia dos candomblés se conservou estranho ao domínio da língua portuguesa, enquanto seu vocabulário necessariamente se cristalizou mais, tendendo a se modificar menos, no momento em que foi aceito pela comunidade sócio-religiosa como meio primordial de interlocução com suas divindades, e o acesso ao seu conhecimento fator preponderante de integração e identidade etno-religiosa do grupo. Vale lembrar, de passagem, que a troca do latim pelas línguas nacionais nas cerimônias da Igreja Católica foi acompanhada da mudança de partes do ritual litúrgico. Por exemplo, no caso da celebração da missa, o aspecto conativo para mais referencial na comunicação entre sacerdote e fiéis,

uma atitude que, a princípio, chegou a ser re-interpretada popularmente como um ato de dessacralização da Igreja Católica, por ter abandonado a celebração em latim, sua língua de matriz consagrada.

Tal consciência linguística reflete-se também na linguagem de comunicação usual do *povo-de-santo*, os adeptos do candomblé, na atitude habitualmente tomada por qualquer um deles diante de uma palavra, uma expressão ou um cântico que pretendem não entender sob o pretexto de dizer “minha nação não pega”. Em outros termos, o fato mesmo de saber que se trata do repertório linguístico considerado de outra “nação” que não é aquela que se pratica, referente a outras divindades e representando uma variedade do culto, implica exatamente em uma conscientização da realidade linguística e cultural de que se faz parte como membro da sociedade envolvente.

Consequentemente, a noção coletiva de identidade etno-religiosa equacionada pelo binômio nação-de-candomblé e língua-de-santo, que poderia ser traduzido pela máxima poética “minha pátria é minha língua” é observada nas manifestações religiosas afro-brasileiras, independentemente de suas denominações. Por exemplo, devido ao prestígio sociológico de que gozam certos candomblés de tradição nagô-queto na cidade do Salvador que tem sido objeto de investigação científica frequente e de atração cada vez maior da classe intelectual e artística não só do Brasil, os orixás do panteão iorubá tornaram-se mais conhecidos e passaram a ser cultuados pelos mais diversos tipos de terreiro em todo o país, mas com consciência, por parte dos seus integrantes,

de que se trata de divindades da “nação” nagô-queto. De sua parte, entre os cânticos da umbanda, considerada a religião brasileira do século XX, encontra-se um “ponto cantado para obrigar um espírito a falar direito”, ou seja, de acordo com sua “nação-de-santo”, no presente caso, na língua de Zambi, Deus Supremo do mundo banto ou da “calunga”:

*O dia amanheceu na calunga!
Tu tem que falá
Na língua de Zambi! (Zespo 1951:68)*

Vocabulário religioso

Os itens de maior ocorrência são:

1. nomes de divindades: Oxum, Xangô, Nanã, Angorô, Dandalunda.
2. nomes iniciáticos: Nanance, Kayodê, Oyafumin, Sambadiamongo.
3. Nomes da hierarquia sócio-religiosa: ogã, alabê, muzenza.
4. nomes de parentesco religioso: Dofona, Ialorixá, Tateto.
5. nomes de objetos, lugares, flora, fauna, cozinha: cafua, pemba, alumã.
6. nomes e expressões referentes a diversas funções sexuais, fisiológicas, à gravidez, à doença e à morte: menga, furunfã, bilongo.

7. expressões de exorcismo, de saudação, de bendição, de pedido, de permissão, de interdição, de negação, de reverência: mocoíú, agô, colunfé.

Esse vocabulário é a fonte permanente de diferentes tipos de aportes lexicais de matriz africana que são apropriados pelo português brasileiro e enriquecem o vocabulário da língua portuguesa, a partir da frequência com que são correntes no falar cotidiano do povo-de-santo e popularizados através da mídia por compositores da MPB, de blocos afros e afoxés, de sambas-enredo, além de telenovelas produzidas no Brasil com temas regionais. Entre esses aportes, destaque para o nome dos orixás (Iemanjá, Xangô, Oxum, Oxóssi, Ogum, Iansã, Oxalá) e para a palavra *axé* que de fundamento sagrado dos terreiros passou a denominar um estilo de música criado na Bahia nos anos 80 e que já faz parte do patrimônio linguístico brasileiro como saudação votiva de boa-sorte, energia, força, proteção divina. Ainda convém ressaltar o fato de que a música popular brasileira é, hoje, o seu principal meio de divulgação, em razão de muitos dos seus compositores serem membros de comunidades afro-religiosas de nação queto, tendo acesso à língua-de-santo do terreiro que frequentam, a exemplo de Vinicius de Moraes, Caymmi, atualmente, Gilberto Gil, Caetano, Gerônimo, Ildásio Tavares, e tantos outros de igual grandeza.

Categoria dos aportes

1. APORTES LEXICAIS p.d., palavras africanas que foram apropriadas pela língua portuguesa em diversas áreas culturais para designar noções novas e objetos novos tangíveis(cf. Pessoa de Castro 2005:105).

- 1.1. *Simples*: samba, muvuca, quizila, carimbo, caçula, cachaça, jiló, maxixe, cochilo, bunda, xingar, quiabo, moqueca, forrobodó...
Essa categoria também inclui compostos de matriz africana que são transferidos numa forma inanalísável: “ka.ndomb.ile” > candomblé, “iyá l’orishá” > ialorixá.
- 1.2. *Compostos*: Ganga Zumba, Ilê Axé Opô Afonjá, Nana Borocô...
2. DECALQUES, palavras em português que tomaram um sentido especial:
 - 2.1. por tradução direta de uma palavra africana simples ou composta:
 - 2.1.1. *Simples*: despacho > oferenda = ebó, terreiro > templo = ilê, unzó)...
 - 2.1.2. *Compostas*: mãe-de-santo (ialorixá), pai-de-santo (baborixá), dois-dois, (ibeji, mabaça = gêmeos)...
 - 2.2. em substituição a uma palavra africana considerada tabu pela comunidade religiosa, a exemplo do termo *O Velho*, em lugar do nome da entidade africana tida como anciã e protetora contra varíola e doenças da pele, seja Imbalanganze (banto), Omolu (iorubá) ou Xapanã (jeje-mina). Daí, flor-do-Velho para designar as pipocas que lhe são consagradas como oferendas pelo seu aspecto mágico-simpático. O caroço do milho espoca à semelhança de uma flor que lembra o rompimento de uma ferida variólica e, assim, elas se transformam em uma espécie de anticorpos de acordo com o princípio homeopático e imunológico da vacina, segundo o qual “similia similibus curantur”, os semelhantes são curados pelos semelhantes.
3. HÍBRIDOS, palavras compostas de um elemento africano e um ou mais elementos do português: espada-de-ogum, cafundó-de-judas, samba-de-roda,...

Nessa categoria estão todos os derivados de uma palavra africana com radical estendido com prefixos e sufixos do sistema linguístico do português, a exemplo de moleque > molecagem, cachimbo > cachimbada, dengo > dengoso, samba > sambista, caçula > caçulinha, molambo > esmolambar, bunda > desbunde,...

Casos de contaminação fonossemântica

Na categoria de *decalque* ainda podemos considerar os casos resultantes de *contaminação fonossemântica* dos itens lexicais africanos por palavras da língua portuguesa, provocando o surgimento de variantes lexicais do termo importado, geralmente sob a forma de aportes híbridos compostos que ocorrem:

1. a partir de reinterpretções do significado dos nomes de entidades:
 - 1.a. Pomba Gira, a mensageira dos caminhos < (Banto) *mpombanjila*.
O lado feminino de Exu, uma recriação brasileira, concebida como uma mensageira de comportamento treloucado, a partir de um processo de contaminação fonossemântica com os termos “pomba”(a ave mensageira) e “gira” (amalucada), em português Brasileiro.
 - 1.b. Arrobobo > arco-do-boi, o arco-íris < (Fon) *awobobo*, saudação para Oxumaré ou Besseim, divindade representada pelo arco-íris e, segundo a crença popular, o arco-íris ou arco-da-velha engole o gado que bebe água na sua fonte.
2. com extensão de significado, quando o termo importado passa de aporte simples para um híbrido composto, ora na qualidade de adjetivo, ora modificado por constituintes em português:
 - 2.a. abóbora-moranga < (Banto) *moranga*, espécie de abóbora
 - 2.b. macaco-simão, macaco tido como ladrão e astuto, personagem

do cancionero popular infantil < (Banto) *simango*, espécie de macaco.

- 2.c. Cemitério da Cacuia, no Rio de Janeiro < (Banto) *kakuya*, cemitério.

Casos de polissemia

As transformações semânticas são evidentemente produzidas pela mudança de contexto sociocultural. Os casos mais frequentes são os de polissemia, uma extensão lógica e gradual no sentido do termo importado.

Tomemos o exemplo dos termos *ebó* (iorubá) e *bozó* (banto), oferenda propiciatória enviada aos deuses e despacho (português), *o envio*. Como essas oferendas (pipocas, farofa de dendê, garrafa de cachaça, um galo e outros elementos) são geralmente enviadas ou despachadas para encruzilhadas de ruas ou logradouros públicos, gradativamente, *ebó*, *bozó* e *despacho* começam a tomar, no entendimento alheio, o sentido de “feitiçaria”, por força do parâmetro sociologicamente postulado pelo cristianismo.

Casos de homonímia

Já os casos de *homonímia* (Weinreich 1953, Haugen 1950 “loan-homonyms”), quando se produz um “salto” no sentido do item importado, parecem ocorrer com menor frequência. Podemos talvez citar, como exemplo, o caso já comentado da palavra *axé* e do termo *xibungo*, que, no Brasil, passou a significar o pederasta, a propósito da figura

idealizada para o *quibungo*, personagem fantástica de um antigo ciclo de contos populares da região canavieira do Recôncavo baiano. Trata-se de um lobo fantástico, com um enorme buraco nas costas por onde costuma comer criança rebelde que encontre acordada durante suas incursões noturnas pelas redondezas, uma espécie de bicho-papão dos contos e acalantos infantis.

Xibungo e *quibungo* provêm do banto “*mbungu*”. Os dois termos significam “lobo, cão selvagem”, e denominam um animal conhecido do mundo negro-africano, com as mesmas características e intenções do quibungo baiano, ou seja, “ávidos por comida e, impelidos pela fome, invadem choupanas, matando e devorando quantos imersos no sono não se podem defender”, na descrição feita por Cavazzi em 1687 (cf. Cavazzi 1937: 61). No entanto, deve ser observado que o prefixo banto /shi-/, além de ser um aumentativo (“shibungu”, um lobo muito grande), pode acrescentar uma conotação depreciativa ao substantivo, nesse caso, provavelmente sustentada pela imagem projetada como “o lobo mau”, o comedor de crianças do mundo europeu, o que favoreceu o “salto” dado pelo termo *xibungo* para tomar, no Brasil, o significado de homossexual pedófilo, e ser empregado em determinadas situações de maneira ostensivamente insultuosa ou ainda sarcástica sob a forma de “seu xibunguinho”. Enquanto isso, porém, persiste a crença no Recôncavo de que “negro-velho” vira *lobisomem* ou *quibungo*, uma tradição também do imaginário africano.

Na direção contrária, ou seja, de vocábulos do português que sofreram processo semelhante provocado por importa-

ções africanas, está o caso do termo *benjamim*, que quer dizer “o mais jovem dos filhos”. No Brasil, perdeu esse sentido ao ser deslocado pelo uso corrente da palavra banto *caçula*, consequência provável da ação socializadora da mulher negra no papel que lhe foi imposto como “mãe-preta” dos filhos brancos da família colonial brasileira. Quanto ao termo português, “benjamim” passou a significar tão somente, no Brasil, uma pequena peça usada como interceptor de corrente elétrica (cf. Pessoa de Castro, 1980).

Adaptação morfológica e evolução fonética

De tudo isso, o que chamou nossa atenção foi constatar que, na maioria dos casos estudados, ocorria uma adaptação morfológica (morfemas de gênero e número do português) mais do que uma evolução fonética das palavras importadas diante das semelhanças casuais, mas notáveis, do sistema linguístico das línguas negro-africanas identificadas com o sistema do português brasileiro. Entre elas, sete vogais orais (a ê, é i o ô u) e a estrutura silábica consoante+vogal (CV) onde se observa a conservação do centro vocálico de cada sílaba, fazendo com que as vogais sejam nitidamente pronunciadas e não haja sílabas terminadas em consoantes o que provavelmente possibilitou o afastamento da modalidade brasileira da pronúncia atual, muito consonantal, do português europeu. Compare, por exemplo, *pneu x pineu* na pronúncia brasileira, *ritmo x rítimo*, *advogado x adivogado* (cf. Pessoa de Castro, 2001:19).

Diferente do português onde as vogais são tônicas (T) e átonas (A) (cf. mares x marés), as línguas negro-africanas são tonais. Ou seja, em suas palavras as vogais variam de acordo com um sistema tritonal para lhes atribuir diferentes significações. Os tons alto e baixo são marcados, respectivamente, pelos sinais diacríticos (') e (`), como no iorubá *ilú* (cidade) e *ilu* (tambor). Na passagem dos termos importados pelo português observa-se, então, a mudança do sistema tonal africano para a oposição correspondente de intensidade entre vogal tônica e átona da língua portuguesa. Em uma sílaba, uma vogal de tom alto transforma-se em uma vogal tônica, enquanto uma vogal de tom médio ou de tom baixo transforma-se em uma vogal átona:

Exs. “yorubá” → iorubá = M+B+H → A+A+T

“òrìshà” → orixá = B+B+B → B+B+H → A+A+T

“Shàngó” → Xangô = B+H → A+T

Concluindo

Quanto ao silêncio imposto pela academia no Brasil às línguas negro-africanas e à consequente desvalorização de seus falantes como partícipes que foram da formação do português brasileiro, deve-se ao preconceito que ali se instalou de não se querer admitir que línguas então ágrafas, faladas por negros escravizados – por isso geralmente tratadas como dialetos no sentido depreciativo do termo – pudessem ter interferido na prestigiada língua literária de Camões e contribuído para afastar o português do Brasil do de Portugal.

O fato é que aquele indivíduo negro-africano trazido para o Brasil em escravidão não era mudo. Falava línguas articuladamente humanas como qualquer outra de literatura consagrada, a exemplo do português que lhe foi imposto como segunda língua e instrumento de opressão. No que pese aquelas línguas não serem mais faladas como línguas plenas no Brasil, as crenças religiosas que trouxeram, ao se consolidarem entre nós como centro maior de resistência e defesa cultural dos valores tradicionais negro-africanos, foram sustentaram por suas matrizes lexicais como meio de expressão e transmissão simbólica desses mesmos valores. Se é verdadeiro que a língua substancia o espaço identitário de um povo e compõe o seu patrimônio imaterial, nesse repertório cada *palavra-de-santo* deixa de ser apenas um significante para tornar-se ela mesma um dos elementos construtivos do tecido de uma nova realidade. Realidade essa elaborada como meio de valorizar e atualizar a herança cultural dos seus falantes e afirmar a sua identidade etno-religiosa no bojo da constituição de uma etnicidade envolvente de natureza brasileiro-mestiça.

Como entendo que é continuamente necessário reescrever a história, não apenas por meio de conceitos vigentes à época, mas também à luz de novas preocupações e semear conhecimentos novos, a história de negro no Brasil não começou no processo da escravidão transatlântica. Ele não nasceu do ventre de um porão de um navio negreiro, como na dramática imagem poética de Capinam na canção Yayá Massamba. Nasceu, sim, do ventre de uma mulher africana, mãe negra que o pariu, amamentou e lhe ensinou a falar

palavras que não foram perdidas ao vento no vazio, fossem elas de origem banto, jeje-mina ou nagô-queto-ijexá. Essas vozes transformaram o Brasil na segunda maior potência melano africana do mundo.

Há um ditado angolano em língua quimbundo que diz:

Kifua o dimi, mwenyu u fua we!

Morre a língua, a alma morre também.

Referências

CAVAZZI, Giovani Antonio de Montecucullo. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Trad. G. M. de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar ([1687] 1937).

HAUGEN, Einar. The analysis of linguistic borrowing. *Language* 26, p. 210-232, ([1950] 1964).

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, (1964).

MINGAS, Amélia. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Campo das Letras, (2000).

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Contos populares da Bahia: aspectos da obra de João da Silva Campos*. Salvador: DAC/ Prefeitura Municipal (1978).

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, (1980).

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *No canto do acalanto*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/ UFBA, (Série Ensaios/Pesquisa 12) (1990).

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks ([2001] 2005).

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact* New York: Linguistic Circle (1953).

ZESPO, Emanuel. *Pontos cantados e riscados da Umbanda*, 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Espiritualista Ltda. (1951).

Perfil de Jorge Calmon

*Depoimento de Lizir Arcanjo Alves**

Anda em moda publicar-se o perfil de personalidades que de um modo ou de outro tenham se destacado no cenário nacional ou regional. Em que consiste o *perfil*? Trata-se de uma forma mais rápida e econômica de se esboçar a biografia de alguém, recolhendo os traços que melhor o representaram. A biografia exige uma pesquisa abrangente, demorada e trabalhosa, enquanto o perfil para que seja bem delineado é preciso ter-se a habilidade da síntese consistente, que apreenda a essência da pessoa, para que esse trabalho não resulte em efeito contrário – o da caricatura. Este depoimento foi motivado por uma consulta que me fez um repórter encarregado de traçar o perfil do jornalista Jorge Calmon.

A tarefa de produzir um perfil será tanto mais difícil quanto mais longa e produtiva tenha sido a vida do personagem objeto da análise. Como é o caso de Jorge Calmon, que viveu 91 anos, tendo trabalhado ativamente desde os 19 anos de idade, desempenhando múltiplas funções, como jornalista, professor, político. Na política, encerrou carreira de deputado, em 1954, depois que seu irmão Pedro Calmon perdeu as eleições para governador da Bahia. Como professor, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Bahia. Na distribuição das disciplinas coube-lhe a de História

* Doutora em Letras. Pesquisadora e membro do IGHB.

da Bahia, mas levado pelo desejo de estudar um campo mais vasto do conhecimento, fez troca com Aloísio de Carvalho Filho pela de História da América. Ao longo do tempo, foi reunindo livros sobre o assunto, adquiridos em viagens a diversos países do continente americano. Tinha um apego muito grande a essa biblioteca, oferecida ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (ver artigo seu em “A Tarde”, 13 de junho de 2006). Mas foi como jornalista que se destacou na vida baiana, sempre no mesmo jornal em que se iniciara em 1934, como auxiliar de arquivo, passando a repórter, redator, secretário de redação, redator-chefe e diretor, e para o qual colaborou até o fim da sua vida. No entanto, não foi essa a sua vocação primeira.

Para explicar como isso se deu, começo por evocar Machado de Assis, um dos romancistas relido por Jorge quando se aproximava dos 90 anos de idade. Dizia Machado, antecipando Jung, que o homem tem duas almas, uma voltada para o interior e outra voltada para o exterior. Frequentemente, para se dar bem na vida, ele precisa aprisionar sua alma interior em benefício da *persona* (na expressão de Jung), voltada para o mundo exterior, e adaptada a circunstâncias diversas: morais, sociais, políticas. Houve um momento em que Jorge escreveu o seguinte: “Somos, todos nós, obrigados a conduzir o nosso comportamento de acordo com as circunstâncias e limitações. Seria extremamente agradável se, ao revés, pudessemos ser livres cada minuto, e, assim, nos entregarmos aos impulsos e desejos, gozando da vida as coisas boas que ela oferece. Todavia, não pode ser assim. E, já que não pode ser, temos de dar a ‘volta por cima’, como se diz por aí, e

procurar, inteligentemente, a substituição do interesse, das emoções. É o processo a que o velho Freud deu o nome de ‘sublimação’. Tenho as minhas sublimações.” Num artigo, publicado em 2005, ele contou que o padre Torrend, certa vez, o havia advertido para que levasse as coisas mais a sério, mas naquele momento ainda não tinha idade para isso. Quando passou a ter, ficou “menos feliz”. Isso corrobora a ideia de como era exigido ao homem sacrificar sua felicidade pessoal para entrar em harmonia com o mundo que o cercava. No seu caso, a parcela de responsabilidade que lhe cabia era a de corresponder a uma identidade que já recebera pronta ao nascer e que fora selecionada entre outras para que a família a seguisse de acordo com o que melhor ditasse a necessidade de sobrevivência numa sociedade de extrema competição. Valho-me, para este depoimento, de fragmentos de artigos, crônicas e discursos que Jorge publicou ao longo da vida, e de anotações de conversas que teve visando deixar subsídios para esclarecer determinados acontecimentos que deveriam fazer parte de uma possível biografia.

Os pais

Em alguns dos seus escritos Jorge Calmon lembrou o fato de ter nascido e se criado em “ambiente de muita pobreza”. Costumava, no entanto, omitir, talvez por humildade, a outra face da história, a de ter nascido “pobre em berço nobre”, como afirmava seu irmão Pedro. De fato, o historiador escreveu certa vez que o grande nome de sua mãe – Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt

– lembrava a corte imperial de que tanto falava, os avós viscondes que a criara, o prestígio do trono e uma cultura diversa à simplicidade da vida que levava na Bahia. Seu pai – Pedro Calmon Freire de Bittencourt – outrora muito rico e que havia perdido a fortuna em 1897, esquecera a fidalguia da família, e resignara-se à nova condição. Pedro começou a trabalhar aos 15 anos, auxiliando seu pai, na Secretaria das Obras Contra as Secas. Em 1922, seguiu para o Rio de Janeiro, com o padrinho Miguel Calmon, que o conduziu na vida na capital federal, abrindo-lhe as portas do futuro, e a quem ele sempre foi muito grato.

Jorge não se cansava de comentar o modo cavalheiro como o pai procedera ao perder toda a fortuna, entregando aos credores a massa falida, e dando a todos uma lição de honestidade, que se tornou histórica, e mereceu comentários elogiosos por muito tempo no meio baiano. Não chegou a recuperar absolutamente nada do que havia perdido, nem mesmo ficou com uma casa para morar com os filhos, quando estes começaram a nascer. Diz Pedro Calmon que ele fez “da pobreza altiva um exemplo da temperança, de renúncia e de bondade”, e preencheu sua velhice melancólica com a admiração carinhosa dos filhos, tendo vindo a falecer em 1941. É desse pai, vencido e melancólico, a padecer repetidas crises de dispnéia, que Jorge mais se lembrava, sobretudo da frase que ele repetia: “Viver assim é bom!” Referia-se a ele sempre com extrema ternura, mencionando o fato de que mesmo não tendo nenhuma herança para deixar, via o pai manifestar sua felicidade somente por contemplar os filhos ao seu redor, cuidando dele com extremo carinho, todos já encaminhados na

vida, apesar dos percalços enfrentados. Seu pai era o modelo moral a seguir. Certa vez, em meio a uma crise política, em Salvador, Jorge assim se pronunciou: “Quero que meus filhos ostentem o meu nome com orgulho, o mesmo orgulho com que recebi de meu pai, esse Cel. Pedro Calmon ainda hoje lembrado no sudoeste baiano, o que, sendo rico, se despojou de tudo, menos da dignidade, para ser pobre, mas honrado” (*A Tarde*, 11 nov. 1955, p. 2). Jorge dizia que uma das últimas alegrias da sua vida era sentar-se na cadeira de balanço que havia pertencido a seu pai, onde o vira tantas vezes balançar no colo a irmã Maria Tereza. Essa cadeira foi herdada do seu avô materno, o barão Moniz de Aragão, por sua filha Maria Romana, que a legou, em testamento, ao filho Nicolau. Este, por sua vez, pediu aos filhos que, depois de sua morte, a dessem a Jorge. Não sabia por onde andava a cadeira depois que deixara a casa da Vitória, vivia pedindo que descobrisse seu paradeiro. Finalmente, reencontrada no porão do edifício para onde havia anteriormente se mudado, recuperou a cadeira, que estava com a palha estragada e o assento mofado. Quis pessoalmente procurar um profissional que fizesse a reforma, e depois de pronta, foi sentado nessa cadeira que concedeu, em outubro de 2006, a última entrevista, para um documentário que estava sendo feito em homenagem a Simões Filho.

Quanto à sua mãe, Jorge a teve sempre como seu anjo da guarda. Ela exerceu o papel que deveria ser o do pai, porque este vivia fragilizado pelas derrotas da vida e pela saúde debilitada. A mãe, 20 anos mais nova que o marido, foi quem serviu de modelo de força para a organização psíquica dos filhos. D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de

Bittencourt nasceu em Petrópolis, em março de 1877. Era filha dos barões Moniz de Aragão, neta dos viscondes de Nogueira da Gama, mordomo-mor do Palácio Imperial, e bisneta da condessa de Itapagipe, camareira-mor do Paço Imperial, que ajudara tanto na criação de D. Maria da Glória, futura rainha de Portugal, quanto na de D. Pedro II, desde o tempo do Primeiro Reinado ao da Regência. Romaninha, como era chamada, orgulhava-se, pois, de sua ascendência e sentia saudades da vida de luxo e da convivência com o poder que desfrutara até o dia em que a monarquia foi derrubada e a família teve que sair pelos fundos da casa da Mordomia, enquanto a frente era apedrejada pelos republicanos. A vinda para a Bahia, em junho de 1890, não fora uma escolha, mas uma imposição do seu pai, o barão Moniz de Aragão. Em 1894, casou-se com o rico agricultor e próspero comerciante coronel Pedro Calmon Freire de Bittencourt. Em 1897, morreu-lhe o avô que a criara, e em 1898 seu pai, que tinha 60 anos. Nesse mesmo ano, vê seu marido perder toda a riqueza, vítima da crise que abalou o país, depois da revolta da Armada. Ela tinha apenas 21 anos e, pela segunda vez, em menos de 10 anos, via seu mundo desabar. Na próxima década mais perdas haveria de sofrer, a de quatro dos seus filhos homens: Sertório, Egas, Armando e Edmundo, sendo que um deles morreu de maneira trágica, queimado em consequência de uma brincadeira com álcool.

A jornada para reencontrar um porto seguro na vida foi longa e difícil. A família viveu anos de sacrifício, humilhações e muito trabalho. Primeiro, o coronel Pedro Calmon Freire de Bittencourt tentou recomeçar a vida, no Amazonas,

aonde chegou a ser diretor da colônia Campos Sales. Retornaram à Bahia, em 1900, não sem antes perderem preciosos objetos de família, esquecidos no Pará, em casa de uma família onde se hospedaram. Várias décadas depois, Jorge e Pedro ainda tentaram localizar os bens perdidos aos quais sua mãe era muito apegada. Por volta de 1905, mudaram para a Vila de Jequié, onde o coronel fundou uma firma de extração, compra e venda de borracha de leite de maniçoba e mangabeira. O projeto também não prosperou.

Voltaram para Salvador, passando a viver na Rua do Genipapeiro, numa casa emprestada por D. Maria dos Prazeres Góes Calmon, a “vovó Zezé” como a chamavam, que ali havia residido até 1906. Nessa mesma casa, nasceram cinco dos dez filhos do casal Calmon de Bittencourt, inclusive Jorge, e aí morreram dois deles, Armando e Edmundo. Em 9 de janeiro de 1918, mudaram para outra casa, situada na Rua Conselheiro Almeida Couto, também emprestada, pelo comerciante Artur Machado. Conta Pedro Calmon, em seu diário de adolescente, que foi com “o coração constrangido” que deixaram aquela casa, depois de terem ali vivido por 13 anos. A nova residência era, na verdade, uma espécie de anexo de um casarão, onde, no tempo da escravidão, dormiam os escravos domésticos. Possuía um quarto apenas, abaixo de uma escada, um sótão, um banheiro e uma sala, onde os meninos dormiam. Da casa em que nasceu Jorge não tinha muita lembrança, pois saiu de lá aos três anos e meio, mas sobre a da Rua Conselheiro Almeida Couto escreveu algumas reminiscências em artigo de outubro de 2000. Ainda moraram na Rua Jogo do Carneiro, 37, defronte da casa da

família de Simões Filho. Como esse fosse um assunto de que costumava comentar, sugeri-lhe que escrevesse uma espécie de memória dessas casas, e colocasse no papel esses sentimentos que estavam aflorando do inconsciente. Abri um arquivo no computador, a que dei o título de “As casas onde morei”; ele sentou-se e durante algum tempo contemplou a tela vazia e não conseguiu escrever nada. A data ficou gravada: 8 de setembro de 2005. Como essas reminiscências continuassem constantes, reuni vários fragmentos de artigos e discursos em que ele tratava do assunto e reiterei a sugestão, em abril de 2006, dizendo-lhe que assim já tinha um ponto de partida para efetuar uma espécie de catarse. Novamente, não conseguiu expressar na escrita suas emoções. O homem forte que foi no trato com o mundo exterior desaparecia quando se tratava de lidar com o mundo interior. Jorge se comovia quando recordava a vida precária que os pais levaram. Ele sentia a necessidade de falar, mas não conseguia escrever sobre a dor que a criança ainda carregava consigo. De certa forma demonstrava sentimento de culpa de não ter escrito até então um livro sobre a vida dos pais. A sugestão fora dada pelo irmão Pedro, e está registrada numa carta de 1938, em que lhe pedia que tentasse com muito jeito colher depoimento do pai sobre o seu passado. Jorge ainda guardava algumas páginas do que conseguira anotar, mas nunca encontrara o tempo necessário para efetivar o projeto. Ao perceber que a oportunidade já havia passado, ele disse que precisaria ter outra vida para fazer tudo que ainda almejava. O que ele pretendia com o projeto era mostrar o exemplo de como uma família pode ressurgir das cinzas, graças ao

esforço e à determinação de uma personalidade forte, como foi a de sua mãe.

A grande admiração que D. Romana despertou nos filhos justifica-se no fato de ter sido quem sustentou a família com seu trabalho, dando aulas de piano e de desenho, e até tricotando sapatinhos de lã para vender. Somente em março de 1911, o marido conseguiu um emprego público, na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, mas seu salário mal dava para os remédios. É nesse momento que, em vez de se entregar ao desespero, essa mulher que havia sido criada para ser dama da corte, mostra sua fibra e o espírito forte de que era constituída, justificando o título que no futuro seus filhos iriam atribuir-lhe de “heroína”. Mulher senhorial, ela foi a responsável pela defesa da família contra todos os infortúnios, conduzindo-a com energia, com o firme propósito de recuperar não somente as condições financeiras, mas, sobretudo, prestígio e poder a que se acostumara desde a infância. Em agosto de 1919, D. Maria Romana conseguiu, depois de muitas tentativas, ser nomeada professora substituta da cadeira de Prendas Domésticas da Escola Normal, cargo que exerceu durante 26 anos. Diz Jorge, em discurso de agradecimento a uma homenagem que lhe foi prestada por essa Escola: “À jovem fidalga, nascida e criada na Corte do Sr. D. Pedro II, estava disposto, no imprevisto curso dos acontecimentos, que haveria de preencher modesto lugar numa escola para educação de moças”. E foi “com um vestido modesto que ela penetrou os umbrais da antiga Escola Normal, em Nazaré”. Apesar da condição inferior em que vivia, “fez-se forte, indo buscar em fontes insuspeitadas do

seu próprio ser as reservas exigidas pela magnitude da empresa. Lutou com admirável tenacidade e energia”. E assim define sua mãe: “singular figura de mulher”, “a comunhão de todas as virtudes”, “símbolo de pureza moral, bondade e extremado devotamento”.

De certo, não seria com os modestos cargos públicos que o casal poderia aspirar à recuperação da fortuna. No plano do livro que pensava escrever sobre a vida de seus pais, Jorge deu ao capítulo 10 o título de “Os filhos são a nossa segunda vida”. Essa era a frase que ouvia dos pais. Não tendo eles mais idade e força para tudo recuperar, caberia aos filhos fazê-lo. E esse encargo lhes foi passado. D. Maria Romana procurou educar e conduzir os filhos para carreiras com a qual eles pudessem obter não apenas um emprego para sobreviver, mas também se destacar no meio social e viver por seus pais a vida que lhes fora vetada pelo infortúnio. Determinou que todos os filhos homens cursassem a Faculdade de Direito e as filhas a Escola Normal. A carreira jurídica era então a porta mais acertada para alcançar uma posição de relevo tanto na vida social quanto na política. Nicolau, o filho mais velho, apesar da declarada vocação para fazendeiro, seguiu as ordens maternas e fez brilhante carreira, tendo chegado ao posto de presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. O segundo dos filhos sobreviventes, Pedro Calmon, foi o que realizou em mais alto grau os desejos de ascensão que sua mãe alimentava, alcançando ainda muito jovem relevantes postos na capital do país. Foi deputado estadual e federal e, aos 33 anos, entrou para a Academia Brasileira de Letras, um momento de suprema glória para seus pais. D. Maria Romana

ainda o veria ser eleito e reeleito reitor da Universidade do Brasil e, por duas vezes, ministro da Educação.

O menino

Jorge era o filho caçula e não contou, na infância, com a companhia dos seus irmãos homens, dada a diferença de idade. Nicolau e Pedro já eram adolescentes, quando ele nasceu, em 1915. Quando Pedro se mudou para o Rio, tinha apenas seis anos, e Nicolau, o irmão mais velho, pouco tempo depois de formado, casou-se e foi morar no interior da Bahia. Cresceu junto às três irmãs, o pai quase sempre doente e a mãe na luta quotidiana para nutrir a família. Foi um menino solitário, nervoso, a ponto de ter precisado ficar um ano afastado da escola, a conselho médico. Sua mãe tratava-o com chá de cidreira. Por isso, quando idoso, recusava sempre se lhe oferecia esse chá: “cidreira eu não quero, tomei muito em criança, porque era menino nervoso”; e repetia toda a história. Creio, porém, que fosse apenas um menino assustado, até mesmo um pouco triste, devido às cenas de crises de dispnéia de seu pai a que assistia. Um pai que já caminhava para os setenta anos, na década de 1920. Esse período marcou sobremaneira a vida interior do adulto Jorge Calmon, tornando-se o foco principal de suas mais remotas lembranças.

Duas cenas ficaram raízes na sua memória: a figura de um pai abatido pela desesperança, sentado numa cadeira de balanço, e a outra, em contraste com esta, a das caminhadas que fazia de mãos dadas com sua mãe, a descer e subir a

ladeira da Montanha, em direção à Caixa Econômica Federal, onde ela empenhava as jóias, obtendo daí o sustento da família. O dinheiro recebido colocava-o numa lata, que ficava no armário da cozinha. Surpreendentemente, Jorge conservou-a sempre consigo. Em certo dia de 2004, quando trabalhávamos na organização do seu arquivo, abriu a porta do armário de aço que ficava no seu gabinete, à direita da mesa, e mostrou-me a velha lata: “Veja, Lizir, a lata onde minha mãe guardava o dinheiro que ganhava! Não sei que milagre ela fazia, pois sempre havia algum dinheiro aqui para as despesas”. Comoveu-me o apego de Jorge a esse objeto já tão antigo e enferrujado, assim conservado não para que remoesse as dificuldades passadas, mas como símbolo de sua superação, para manter viva a imagem de uma mãe corajosa, determinada, lutadora. Uma mãe de quem ele foi o mais constante e devotado companheiro, até 1959, data de seu falecimento. A ladeira da Montanha por onde o menino andou tornou-se objeto dos cuidados do jornalista, como é possível se ler em artigo de 20 de fevereiro de 2005, em que se queixava do estado de abandono em que ela se encontrava. Sempre que por ali passava de carro, vinha-lhe à memória o percurso que, quando criança, fazia a pé e de mãos dadas com sua mãe.

Jorge lembrava-se, porém sem traumas, de muitas frustrações da sua infância. Dizia que não sabia andar de bicicleta porque seus pais não tiveram condições de comprar uma. Não pôde, também, jogar futebol na rua como qualquer criança normal, porque, segundo as convenções da época, não era coisa de gente nobre. A propósito, ele contou em um artigo

de como foi retirado do colégio de Hugo Baltazar, porque a mãe o surpreendera no Campo da Pólvora, jogando bola. O famoso educador baiano ficou indignado com o motivo da sua transferência e quis defender o estabelecimento. Reuniu todos os alunos na presença do menino Jorge e fez um discurso, para que ficasse esclarecido que o comportamento dele nada tinha a ver com os ensinamentos que ali recebia. Relembrando essa pública humilhação, Jorge disse que chorou “como um bezerro desmamado”. Ao ouvi-lo contar isso, disse-lhe que achava as cenas cruéis, tanto a da sua mãe, arrastando-o pela rua afora, na vista dos seus amiguinhos, e a do professor, que o expôs a outro vexame, e perguntei-lhe se não havia guardado algum tipo de ressentimento. Respondeu-me: “Qual nada! Coitada de minha mãe!” Ele a perdoava de qualquer atitude mais enérgica que houvesse tomado na vida, em função do muito que sofreu para criar e educar os filhos. Mas sentia-se compensado por ter jogado no time do Colégio Antônio Vieira, na importante função de goleiro, reserva de Orlando Villas-Boas. Ria-se muito com essas lembranças.

Outras, porém, foram as pendências que ficaram no seu inconsciente, sonhos da meninice e da adolescência que somente com a aproximação da velhice seriam ativados e exigiriam sua compensação. Quando criança, aproximadamente aos oito anos de idade, Jorge passava com sua mãe pelo centro da cidade, quando parou diante de uma loja de brinquedos e pediu que ela comprasse um pequeno navio que estava exposto na vitrine. Na pobreza em que viviam, seria impossível atender-lhe e a mãe prometeu que no futuro ainda

haveria de dar-lhe muitos outros brinquedos. O “pequenino filho” (expressão usada pela mãe, na anotação que fez desse acontecimento) muito chorou, enquanto ela voltava para casa compungida por não poder satisfazer-lhe o desejo.

Não sei se algum dia Jorge conseguiu ter seu navio de brinquedo, não se lembrava disso, mas a paixão pelo mar manifestou-a aos 16 anos. Acabara de concluir o quarto ano ginásial, quando o pai lhe pediu que escolhesse uma carreira a seguir. Sua resposta foi que queria ser marinheiro. A ideia foi muito bem aceita, pois seu pai desejava ver continuada a tradição de família de ter alguém se distinguindo na carreira das armas. Orgulhava-se de seu avô Manoel Gonçalves Maia de Bittencourt, que fora comandante do Batalhão dos Periquitos, durante a guerra da independência da Bahia, e de seu tio Alexandre Maia de Bittencourt, que havia participado das lutas contra o Paraguai, de onde retornara general. Do lado materno, não era menor o orgulho de seus antepassados. D. Maria Romana era sobrinha-bisneta do capitão João Egídio Calmon, que foi comandante de uma das brigadas de cavalaria que lutou na Batalha do Passo do Rosário em 1827, e sobrinha-neta de Francisco Xavier Calmon Cabral, que foi Marechal do Exército, ajudante de ordens de D. Pedro II, na campanha de 1865, contra o Paraguai. E, por último, havia seu único irmão, capitão de fragata Nicolau Moniz Barreto de Aragão, que ainda jovem, aspirante da marinha, acompanhara o comandante da Revolta da Armada, Almirante Saldanha da Gama, numa arriscada aventura pelos mares e nos campos do sul do país.

O coronel Pedro Calmon Freire de Bittencourt acreditava que o filho caçula trazia no sangue a tradicional bravura e seria muito feliz na carreira, para honra da família. Porém, fosse pelas circunstâncias da vida, a falta de condições financeiras que o permitissem sair de Salvador para cursar a Escola Naval no Rio de Janeiro, ou pela obstinação da mãe em fazer com que todos os filhos homens seguissem a carreira jurídica, a vida de Jorge tomou outro rumo, aquele que estava mais próximo de sua realidade. Pelas mãos fraternas de Pedro Calmon, que era correspondente de “A Tarde”, no Rio de Janeiro, entrou nesse jornal, em agosto de 1934, aos dezenove anos, para dele somente sair, aos 80 anos de idade, em janeiro de 1996.

Ao irmão Pedro, Jorge deveu tudo que foi na vida. Reconhecia isso e tinha por ele verdadeira devoção. Desde criança foi o modelo que teve para seguir, pois quando saía da linha da disciplina traçada por sua mãe, ouvia-a dizer: “Jorge, lembre-se de que você é irmão de Pedrinho!” Além disso, teria de formar sua personalidade lembrando-se que era um “Calmon”. Sobrenome escolhido para prevalecer sobre os demais, por iniciativa de sua própria mãe, que avaliava bem as conveniências a serem atendidas, tendo em vista seu firme propósito de reconquistar a posição perdida com a derrocada que sofrera. Jorge contava (e está publicado em algum lugar) que a princípio, a ordem dos sobrenomes dos filhos era Moniz Calmon de Bittencourt, mas depois de ter-lhe morrido os primeiros filhos, sua mãe começou a achar que Moniz era nome que dava azar e inverteu a ordem, passando “Calmon” ao primeiro plano. Mas havia também uma outra razão. Este

sobrenome era o que se mantinha em evidência, sobretudo graças à carreira política dos três filhos de D. Maria dos Prazeres de Góes Calmon: Antônio, Francisco e Miguel. Foram essas pessoas que ampararam os primos pobres, com extrema dedicação, até que todos se foram, precocemente, na primeira metade da década de 1930. A “vovó Zezé” seguiu por último, tendo visto morrer, antes, todos os seus filhos.

Como já foi dito acima, foi pelas mãos de Miguel Calmon que Pedro seguiu para o Rio de Janeiro, para ser seu secretário particular. Na Bahia, ele já havia se iniciado no jornalismo desde os 18 anos, trabalhando no *Imparcial*, enquanto cursava a Faculdade de Direito. No Rio, continuou a atividade de jornalista, na *Gazeta de Notícias*. Do padrinho recebeu como afirma nas *Memórias*, “o grande estímulo, pela vida adiante”. Retribuiu-lhe o benefício com a biografia, publicada 60 anos depois da sua chegada ao Rio. Pedro Calmon viria a exercer sobre o irmão Jorge a mesma influência que, por sua vez, recebeu de seu primo e padrinho Miguel Calmon. Com a diferença que este acompanhou de perto a formação e desenvolvimento do seu protegido, enquanto os dois irmãos viveram sempre separados e praticamente começaram a se conhecer através de cartas.

Em fevereiro de 1922, Jorge tinha seis anos apenas. Pedro voltou a Salvador, em 1923, para o centenário da Independência da Bahia. Depois, as viagens tornaram-se raras, porque era preciso dedicar-se aos trabalhos e ao preparo para os concursos visando maior segurança no futuro. As viagens naquele tempo eram feitas de navio e duravam três dias, não havia também regularidade nas datas da passagem

dos mesmos pelos portos, o que tornava difícil uma programação de ida e volta. Esse foi um dos motivos porque não pôde acompanhar de perto o crescimento de Jorge; quando o reviu já era um rapaz, estudante da Faculdade de Direito. Iniciava, então, uma fase produtiva, ao participar ativamente de movimentos culturais estudantis, como secretário geral e diretor do periódico da Associação Universitária Baiana. Por essa época escreveu a Pedro, consultando-o sobre a ideia que o grupo teve de fundar uma Casa do Estudante Baiano e a partir daí desenvolveu-se entre eles uma intensa correspondência que durou 50 anos.

Ao iniciar a organização do arquivo de Jorge, a primeira coisa que ele pediu foi que localizasse, em meio a dezenas de caixas abarrotadas de papéis e livros, as cartas que lhe haviam escrito o irmão Pedro e Simões Filho, pois gostaria de publicá-las, para que servissem de “lição substanciosa” para os mais jovens, pois atestam a maneira como ele foi orientado ao iniciar-se na vida adulta. Reuni as cartas que encontrei, até quando me foi possível fazê-lo, e comecei a organizá-las pelas datas, a fim de que ele as fosse relendo e esclarecendo alguns dos assuntos ali tratados. O pensamento que Jorge expôs quando revelou o desejo dessa publicação já o havia manifestado há muito tempo, no discurso feito na Escola Normal, ao justificar porque fazia questão de referir-se ao passado sofrido de sua mãe: “Os mais proveitosos ensinamentos são aqueles que a realidade das coisas se encarrega de ministrar. A apresentação de exemplos, que esclareçam e conduzam a uma salutar imitação, só poderá reverter em benefício para as novas gerações”.

Da mesma forma, ele queria mostrar que a ascensão e a estabilidade num determinado posto dependem muitas vezes de um longo aprendizado adquirido com a experiência dos mais velhos. Observava no cotidiano do seu trabalho que muitos jornalistas mal começavam a carreira já pediam uma promoção. Ele precisou de 14 anos de aprendizado junto a Simões Filho até tornar-se merecedor da mais alta promoção. A correspondência revela como foi que esses dois grandes homens do jornalismo baiano conjugaram trabalho e amizade, numa relação triangular, porque lado a lado caminhava o irmão Pedro Calmon, também amigo e colaborador de Simões Filho. Foi a partir da releitura das cartas que Jorge passou a evocar, com mais frequência em seus artigos para “A Tarde”, fatos e pessoas de décadas passadas (quem folhear a coleção do jornal de 2004 a 2006 poderá constatar isso). O trabalho era lento, devido ao estado de conservação das mesmas, algumas manchadas pelo tempo, semidestruídas pelas traças, ou pela minha dificuldade às vezes de entender a caligrafia dos remetentes, pois eu as lia para Jorge, que não podia manusear os papéis mofados. Aos poucos, ele ia lembrando certos detalhes e circunstâncias de muitos dos assuntos ali tratados e eu anotava os comentários que fazia, e algumas revelações importantes para biografia de todos eles. Infelizmente, ainda não tínhamos concluído a tarefa, quando ele faleceu, mas deixou registrado num artigo (17 de janeiro de 2006) o modo como isso transcorria. Depois de sua ausência, contei com a valiosa e compreensiva colaboração das filhas de Simões Filho, Vera Simões Bainville e Regina Simões de Mello Leitão, a primeira me ajudando a entender melhor a caligrafia do pai, e ambas me fornecendo detalhes importantes, relativos aos

assuntos tratados. Fica aqui registrado o meu agradecimento e reconhecimento pelo respeito com que cultivam a memória de seu pai e a de Jorge Calmon. Em relação às cartas de seu irmão, muito tem me auxiliado o seu sobrinho Pedro Calmon Filho, que tem lido essa correspondência com entusiasmo e comoção, ao mesmo tempo em que presta valiosa contribuição para o esclarecimento de muitos dos seus conteúdos.

Em 31 de junho de 2005, Jorge revelou em artigo que deveria escrever a biografia do Dr. Simões e a estava protelando por “íngrata indolência”. Afirma: “É um compromisso, meu depoimento sobre Simões Filho, que conheci tão de perto e me deu tantas provas de estima e confiança.” Numa determinada época chegou a reunir alguns depoimentos de familiares para essa finalidade, mas nunca chegou a concretizá-la. Acredito que foi justamente a proximidade e a intensa saudade que sentia de seu protetor que o impediram de encontrar a medida certa do distanciamento necessário para exercer o papel de biógrafo, assim como também não conseguiu concretizar o projeto de escrever a biografia dos seus pais. Por essa razão, sinto-me no dever de revelar o que ele não realizou, não exatamente por “indolência”, palavra que usava sempre que se sentia indisposto, mas devido às saudades que o passado lhe despertava. Esclareço que só gostava de falar das boas lembranças e muito me ensinou sobre esse modo de viver. Quando eu me aborrecia com qualquer injustiça sofrida e atropelos do cotidiano, ele me dizia: “Lizir, passe a borracha nas coisas desagradáveis da vida, a gente só é feliz quando pensa somente nas coisas positivas.” Assim ele viveu, e nesse mesmo artigo acima citado disse:

Algumas lembranças serão boas e haverá prazer em ressuscitá-las, enquanto outras serão amargas e merecem mesmo ser olvidadas. De mim, prefiro as agradáveis, enquanto às outras, procuro dar-lhes por destino o esquecimento. É um recurso de autodefesa, espontâneo, saneador, que me tem permitido a serenidade com que vou transitando pelos caminhos da vida.

Quanto a esse aspecto e da mesma forma que em relação a outros, na sua vida, seguia os ensinamentos do irmão Pedro Calmon, que, num discurso de 1973, agradecendo as homenagens pelo seu jubileu literário, declarou qual era seu modo de viver: “de coração lavado, esquecendo tudo o que a vida reserva em sofrimento, para evocar tudo o que contém de consolador”.

Simões Filho e Pedro Calmon

Não é possível avaliar a importância de Simões Filho na vida de Jorge Calmon sem associá-la a do seu irmão Pedro, que foi quem aproximou os dois e coordenou, digamos assim, a boa relação que vieram a desenvolver. Sem a orientação segura deste a história seria completamente outra. Foi em maio de 1934, que, no Rio de Janeiro, Pedro pediu a Simões que arranjasse algum lugar no jornal para Jorge ir se iniciando na vida. Já fazia quatro anos que não via o irmão. Da última vez que estivera na Bahia, foi no aniversário de 15 anos de Jorge. Deu-lhe um chapéu de presente. Embora de longe, começava a procurar algum trabalho remunerado

com que o irmão ajudasse nas despesas da casa, praticamente sustentada pelo salário de professora de D. Maria Romana e uma pequena mesada que lhe enviava do Rio. Os estudos de Jorge no colégio foram custeados com uma herança em dinheiro na poupança que lhe deixara a madrinha, Dra. Práguer Fróes, falecida em 1931. A irmã Maria Tereza também já trabalhava no Tribunal Regional de Justiça Eleitoral. Foi ela quem pagou o curso de datilografia de Jorge. Era com imensa ternura e gratidão que se lembrava da ajuda que essas mulheres lhe haviam dado naqueles tempos difíceis. Ao comunicar ao irmão o seu propósito, Pedro faz-lhe, em carta de 26 de junho de 1933, as primeiras recomendações de como deveria se conduzir na vida:

Jorge, caro irmão: A idéia da Casa do Estudante é boa e devo felicitá-lo pela confiança que os seus colegas lhe depositaram, apesar de ser você calouro. Continue a trabalhar, a encarar seriamente os casos que lhe couberem, a honrar a sua pouca idade com o estudo, que há de distingui-lo. Gostei da redação da sua carta. Estou às suas ordens para rever-lhe os artigos. V. ainda é fraco na colocação dos pronomes. Leia mais os autores portugueses. Leia Camilo C. Branco e Garrett, que essa leitura valerá mais que qualquer gramática. Os pronomes colocam-se por si, costumava dizer um filólogo, inimigo dos gramáticos; realmente, só com a prática eles se disciplinam e caem certo na forma da frase. Porém um vernáculo esconso é como uma casa desaprumada: a gente lhe foge, de medo a que ela nos desabe a cabeça... Na Bahia infelizmente está se escrevendo muito mal e parece que se lê

cada vez menos. Dê você exemplo e não se submeta à mesquinhez do meio. Para escrever bem só há um remédio infalível: é escrever. Portanto pratique, trabalhe, encha os seus cadernos, e ao cabo de muita tolice fará coisas aproveitáveis.

Recomendo-lhe, sim, coragem, entusiasmo, trabalho. Nada faça mecanicamente; varra do espírito a displicência; convença-se de que nos afirmamos pela vontade de vencer, e sem obediência, perseverança, modéstia e estoicismo não rolamos a pedra do destino. Mexa-se, atire-se, multiplique-se. E vencerá, apesar de sua pouca idade e de sua inexperiência. Acho que você provará bem: não escolha trabalho, a nada se recuse que seja útil à sua tarefa e honroso para o seu caráter, e ponha um pouco da sua alma em quanto fizer (...). Meu irmão: está em suas mãos prosperar. Não perca o ensejo. Que papai lhe diga como eu fazia, e o que eu fazia, muitas vezes ridicularizado, censurado, dissuadido, sem que por isso me desanimasse, muito ao contrário. Quem principia cedo, mais cedo atingirá a meta; e quem começa tarde, nem sempre acha paciência para vencer as dificuldades que se agravam com os anos. Adquira o hábito de escrever diariamente alguma coisa. Eu tenho esse velho costume e a ele devo a rapidez com que redijo, sem a qual não poderia escrever com a vida ocupada e material que levo. Já aprendeu a escrever à máquina? É indispensável. Os artigos para A Tarde eu os faço em 10 minutos diretamente na máquina, e por isso não me roubam maior tempo, nem tenho de confiá-los à imperícia do copista, que retarda e encarece. Uma máquina de escrever é o nosso secretário barato e fiel: principalmente para quem tem a má letra que nós temos.

Jorge começou a trabalhar n'A TARDE, em 13 de

agosto de 1934, uma sexta-feira. Por isso dizia não acreditar no azar que essa data inspira, porque se sentia um homem realizado na carreira. A princípio, sua atividade consistia em auxiliar de arquivo. Mas o primeiro salário somente o teria a partir de 1º de fevereiro de 1935, já então como repórter. Jorge aceitou o trabalho provisoriamente, não estava muito satisfeito tendo que se dividir entre o trabalho no jornal e as aulas na Faculdade. Seguindo, porém, os conselhos do irmão, anima-se a escrever e publica sua primeira matéria assinada em maio de 1935, intitulada “A data negra”, a propósito da Abolição da Escravatura. Em agosto, Simões Filho contou a Pedro, no Rio de Janeiro, que gostou muito do desempenho do novo repórter, ao acompanhar o julgamento de um criminoso, no Fórum da cidade, embora tenha reclamado de ter passado toda a madrugada trabalhando. Naturalmente, ele repassou a informação a Jorge. E assim foi que as coisas passaram a funcionar: Pedro atuava sempre como receptor das impressões de um e de outro e costurava as relações entre eles. Se Jorge se queixava de alguma atitude do patrão, Pedro dizia-lhe como proceder para não contrariá-lo. Foi assim que evitou uma reação desastrada que por certo teria mudado o rumo da vida do irmão caçula.

O fato em questão já foi mencionado por Jorge em algumas de suas entrevistas. Em 1936, desentendeu-se com Simões Filho por causa de uma reportagem que fizera sobre Luís Carlos Prestes. O assunto foi discutido, mas nenhuma das partes cedeu. A matéria não foi publicada e Simões Filho comentou com um amigo que Jorge era “muito cabeça dura” (ele próprio conta isso em artigo publicado em 4 de outubro

2005). Os detalhes dessa história e seu desdobramento, Jorge revelou quando localizei no seu arquivo os originais dessa reportagem inédita. Páginas de papel de rascunho amareladas e manchadas pelo tempo e uma caligrafia absolutamente indecifrável tornam a leitura quase impossível. Comecei a digitar o texto e pedi sua ajuda para traduzir os garranchos, mas nem com a lupa ele mesmo entendia o que havia escrito há quase setenta anos. O texto deveria fazer parte de uma coletânea de seus artigos, ensaios e reportagens que eu estava organizando e que ele vinha revisando. Estranhei que naquele caso a letra fosse tão pior que a de outros textos. Explicou-me que foi devido às circunstâncias e a ansiedade com que escrevera, com muito sono, madrugada afora, para no dia seguinte, logo cedo, apresentar a Simões Filho. Achava que a reportagem teria muita repercussão e ele ficaria famoso, mas, pelo contrário, saiu desapontado com sua recusa. O aborrecimento foi tamanho que chegou a pensar em sair d'A TARDE e ir trabalhar n'*O Estado da Bahia*, convidado por seu amigo Evaldo Simas Pereira, o mesmo que já lhe havia proposto, antes, fundarem juntos um jornal, ideia essa que não havia prosperado. A sorte foi que, como tudo que fazia, contou ao irmão sobre suas pretensões. A resposta, datada de 2 de março de 1936, foi dura e decisiva. Disse-lhe Pedro:

Não aprovo os seus arrufos com o Dr. Simões. Trate-o com a deferência precisa e seja fiel à A Tarde, pois nela você granjeará prática, nome, princípio de carreira e ambiente, de que virá a necessitar. Não pense em deixá-la, nem se entusiasme por outro jornal, nem dê de si a im-

pressão de uma individualidade vaidosa, que tem de atritar-se a cada momento com os superiores hierárquicos. A coerência, meu caro, é a vitória. Você encaminha-se bem, e passo fora da fileira é passo à retaguarda. Assim penso e a isso devo o pouco que sou por esforço próprio. “O Estado da Bahia” é fogo de artifício: luz e fumaça que duram pouco. Não creio nisso: a Bahia se cansa depressa das novidades e volta aos seus hábitos, Diário, Tarde...

Pedro, nessa hora, salvou-lhe o futuro. Com o passar do tempo e a convivência, Jorge veria Simões Filho como um segundo pai, reconhecendo-lhe a afeição e a confiança com que o distinguia. Em 1949, foi promovido a redator-chefe, como resultado, segundo ele, de duas edições especiais do jornal que havia preparado, a do centenário de nascimento de Castro Alves, em 1947, e a do quarto centenário da Cidade do Salvador, em março de 1949. Era também muito agradecido aos sucessores de Simões Filho: Regina, Renato e Vera, pela continuidade da confiança que o pai lhe tinha, e que, em 1972, acrescentaram-lhe o cargo de diretor de A TARDE.

A lealdade e devoção de Jorge para com o seu patrão e amigo duraram toda sua vida. Qualquer um que trabalhou a seu lado pode testemunhar sobre isso. Tenho as minhas recordações dessa histórica amizade. Ele tinha defronte a si, na parede de sua sala em A TARDE, um retrato de Simões Filho. Flagrei-o muitas vezes, as mãos paradas sobre a máquina de escrever e o olhar voltado para o retrato, como que buscando inspiração ou fazendo-lhe alguma consulta. Certo dia, ao chegar, não encontrou o retrato. Pediu que investigasse

o sumiço. Fui perguntar a Indaiá Magalhães, chefe do arquivo e nossa vizinha de sala, o que havia acontecido. Disse-me ela que, na tarde anterior, a faxineira, ao varrer a sala, havia derrubado o retrato, e a moldura de vidro se quebrou. Ela o havia encaminhado para o devido reparo. Ao comunicar-lhe o ocorrido, indignou-se: “veja o ponto a que chegou este jornal, um funcionário desatento derruba o fundador!” No dia seguinte, o retrato ainda não havia retornado. Não gostou. Foi à redação fazer a costumeira ronda de cumprimento aos colegas. Retornou contrariado com alguma coisa que não havia saído bem no jornal do dia. Virou-se para mim e falou: “avise a Indaiá que se amanhã eu não encontrar aqui o retrato de Dr. Simões, volto para casa e não trabalho”. Outras vezes, ouvia-o desabafar: “qualquer dia desses pego o retrato do Dr. Simões e vou-me embora”. De fato, quando deixou o jornal, levou consigo o retrato e colocou-o no seu gabinete, em casa, na parede defronte de si, acima do computador, de onde podia continuar a contemplá-lo, enquanto redigia.

No seu último dia de trabalho na redação de A TARDE, telefonou-me uma jornalista dizendo que ele acabara de sair de lá bastante emocionado e que ela estava preocupada com isso. Ao chegar em casa, ele disse que havia saído pelas escadas, porque não quis que as pessoas o vissem chorando no elevador. Estava, realmente, bastante comovido e os olhos vermelhos. Apesar de ter sido uma decisão necessária e amadurecida por algum tempo, deixar a casa de Simões Filho foi um parto doloroso para ele. De imediato, disse que ia ao cemitério conversar com o Dr. Simões. No estado emocional em que se encontrava, temi o que lhe poderia acontecer e

ofereci-me para ir junto. Recusou minha companhia, alegando que precisava falar sozinho com Dr. Simões. Insisti, mas de nada adiantou. Ao retornar dessa visita estava mais sereno. Indaguei como se sentira, disse que bem, que havia dito ao Dr. Simões que havia cumprido sua missão e que não podendo mais continuar, estava lhe entregando o jornal. Esse comportamento tinha muito a ver com o modo como agia em muitas coisas na vida, somente pela intuição. Foram inúmeras as vezes em que o ouvi pronunciar as mesmas palavras, quando tomava certas decisões ou fazia julgamentos de pessoas, dizendo simplesmente que era “por intuição”.

A última visita que fez à Redação de A TARDE foi filmada por Roberto Gaguinho para o documentário “Memória da Imprensa Baiana”. A caminhada pela redação foi um dos momentos que mais o emocionou, ele estava melancólico, o que pode ser constatado pelo seu semblante na cena final. Terminada a filmagem, estávamos de saída quando ele viu de longe o retrato de Simões Filho pendurado torto na parede. Disse-me: “veja! O retrato de Simões está torto”. Dirigiu-se naquela direção, mas uma mesa impedia a passagem até a parede. Então ele chamou um jornalista que se encontrava do outro lado e perguntou-lhe se trabalhava naquele setor. Tendo respondido afirmativamente, disse-lhe “meu filho, conserte ali o retrato do Dr. Simões e de vez quando dê uma olhada para que isso não aconteça outra vez”. Quando o documentário ficou pronto, Roberto deu-lhe uma cópia para que ele a assistisse. Relutou em vê-lo e quando resolveu assisti-lo ficou muito emocionado justamente quando chegou à cena final, ao rever-se caminhando pela redação de A TARDE. Jorge dizia

que não costumava sonhar e quando isso acontecia não conseguia lembrar-se, mas poucos meses antes de seu falecimento, contou dois sonhos. No primeiro deles disse ter passado toda a noite trabalhando na redação do jornal, “mas não a atual, e sim a do tempo do Dr. Simões, na Praça Casto Alves, e distribuía as tarefas aos colegas”. Quanto ao segundo, foi um sonho com Dr. Simões e Juracy Magalhães, durante o qual havia tentado convencer os dois a se reconciliarem. Perguntei-lhe se havia conseguido. Disse que não. Voltei a perguntar: e na vida real, alguma vez você tentou isso? Ele respondeu que nunca, porque Dr. Simões não queria, para ele “inimigo, uma vez inimigo, sempre inimigo”.

O jornalista

Seguir o jornalismo não foi uma decisão pessoal de Jorge Calmon, mas foi a profissão com a qual acabou se identificando de maneira a mais completa. Embora tenha em primeiro lugar se afirmado como professor universitário, sendo um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Bahia, com o passar do tempo foi se entregando definitivamente ao exercício da atividade jornalística, o que fazia com grande paixão. Nem durante as férias tirava folga do ofício. Nas viagens, a princípio, levava sempre consigo um caderno de capa dura, no qual redigia as crônicas que mandava para o jornal. Como sua letra era miúda, eu copiava no papel ofício e enviava pelo fax para A TARDE. Depois de ter ganhado um lap top dos colegas do jornal, aprendeu a usá-lo para demonstrar que havia ficado satisfeito com o presente e pas-

sou a levá-lo nas viagens seguintes. Digitava com um dedo só. Mas era só isso, não contasse com ele para entender de internet. Depois de pronto o texto, cabia a mim revisá-lo e enviar por meu e-mail para a redação do jornal.

Depois de ter se afastado do cargo de diretor-redator-chefe de A TARDE, Jorge continuou a escrever um artigo semanal, cujos assuntos variavam de acordo com os acontecimentos, desde os locais aos de interesse internacional. Lia diariamente três jornais, duas revistas semanais, uma delas a *Time*, e assistia aos jornais televisivos. Estava sempre pronto a emitir opinião sobre qualquer tema. Nos últimos meses de sua vida, já não escrevia regularmente, porque não tinha muita disposição para ficar sentado diante do computador, dizia que era preciso que o assunto fosse muito apetitoso para motivá-lo. Assim foi com o último, publicado em 24 de outubro de 2006. Acabara de ler os jornais do dia que destacavam a decisão do Senado norte-americano de apoiar a construção de um muro ao longo da fronteira com o México. Pediu que ligasse o computador. Sentou-se à mesa e quando levantou o artigo estava pronto para que eu o encaminhasse ao jornal. Deu-lhe o título de “O muro e a estátua”, questionando o contraste suscitado pelo simbolismo que representavam o muro a ser erguido e a estátua da Liberdade já existente nos Estados Unidos. Esse artigo dá a dimensão exata da lucidez e da competência com que esse homem, aos 91 anos de idade, ainda desempenhava sua tarefa.

Ao começar a envelhecer Jorge deu-se conta de que havia algo a recuperar em função de sua alma interior, ainda insatisfeita e sacrificada. Como Bentinho, personagem de

Machado de Assis, ele procurou atar as duas pontas da vida. Nesse período, andava muito voltado às lembranças da sua infância, sobretudo girando em torno do ambiente da família e das pessoas que ajudaram seus pais na hora mais difícil. Ele soube cultivar, como ninguém seria capaz, o sentimento da gratidão. Vivía dizendo que precisava escrever um artigo sobre a “vovó Zezé”. Já havia se referido há pouco tempo ao seu filho Antônio Calmon, em alguns artigos publicados. Tinha sido um grande amigo e companheiro de seu pai quando este se encontrava doente, às vezes passando até a noite ao pé da cama dele. Por ocasião do centenário do nascimento desse político, fez o discurso comemorativo no IGHB. Pretendia ampliar o ensaio para um livro e para isso reuni num envelope as pesquisas que ele havia feito.

Quando foi operado e depois de ter saído da UTI para o quarto do hospital, Jorge pediu que comprasse um caderno de capa dura e levasse naquele dia, porque ele queria ditar uns artigos. Disse-me: “durante o período de semiconsciência em que estive na UTI, vieram-me à mente vários assuntos para artigos, e preciso escrever sobre vovó Zezé”. Ao voltar, à noite, com o caderno ele já se encontrava com dificuldade respiratória e no dia seguinte voltaria para a UTI. O caderno ficou vazio. Não sei quais foram os outros assuntos, mas tenho usado esse mesmo caderno para fazer anotações sobre a bondosa senhora de quem ele se lembrava com tanta ternura e gratidão. Consultei seus antigos trabalhos e a obra de Pedro Calmon (em cujo *Diário* faz constantes referências a ela), procurei também alguns parentes que me deram importantes informações e já posso vislumbrar o perfil dessa senhora

que foi tão admirada e querida pelos irmãos Pedro e Jorge Calmon. Uma coisa, porém, me deixou muito marcada até hoje, sobre a qual não sei o que concluir. Foi o fato de ao se aproximar da fronteira da vida, Jorge ter fixado sua memória na pessoa em cuja casa nasceu, como que fechando o ciclo da sua existência. Aproximadamente, entre dois e três anos antes, num momento de forte emoção, ele havia falado que os laços verdadeiramente indissolúveis são aqueles constituídos pelo coração. Pude testemunhar, no ocaso de sua vida, como seu coração produziu uma cadeia de laços afetivos que o cercou de paz e alegria nos seus instantes finais: seu pai com a melancólica felicidade (de quem repetia a frase “Viver assim é bom!”); a mãe, “uma verdadeira heroína” cujo espírito ele dizia que o acompanhava sempre; o irmão Pedro, de quem era devoto admirador; Simões Filho (seu “segundo pai”); sua irmã Maria Dulce (de quem se lembrava cuidando dele em pequeno, sobretudo limpando suas orelhas) a irmã Maria Tereza, sua companheira de brincadeiras, na infância; Otávio Mangabeira, o grande estadista, de quem vivia a lembrar casos e mais casos anedóticos; dos amigos, sentia muita falta de Luiz Vianna Filho (de quem se lembrava, sempre com muita graça, contando-lhe a história do gênio a quem alguém pedira 80 anos de vida e depois achara “tão pouquinho!”); e de Josaphat Marinho (para este encabeçou um movimento para construir-lhe um mausoléu). Escrevendo um dia sobre Castro Alves, Jorge afirmou que “a morte do imortal é mero acidente”, pois a obra que fica “conserva a vibração do seu espírito.” Foi assim que ele próprio viveu a reta final, conservando consigo a vibração do espírito da-

queles a quem muito devia de tudo de mais feliz que havia conseguido realizar na vida.

O marinheiro

Muito se especulou quando Jorge deixou a direção do jornal “A Tarde”, que motivo o teria levado a tomar essa decisão. Alguns repórteres, quando o entrevistavam, insistiam em retomar o assunto. A verdadeira razão é que ele sentia já ter cumprido seu dever para com o fundador Simões Filho e queria então se dar um tempo, antes de morrer para realizar os sonhos do menino e do adolescente que ainda carregava dentro de si. Acreditava que não passaria dos 82 ou 83 anos, mesma idade em que seus pais e irmãos tinham falecido. Queria viver de acordo com suas próprias escolhas, e permitir-se uma “higiene mental” (para usar aqui suas próprias palavras). Confessou que um dos seus sonhos a ser concretizado era viajar de navio. Teve a oportunidade de realizar quatro cruzeiros, o último dos quais em outubro de 2004, quando conheceu o Egito, realizando um sonho de criança, tanto ficara empolgado com uma exposição de slides de uma viagem feita a esse país pelo filho de sua madrinha, Heitor Fróes. Quando faleceu, já estava programado o que deveria ser o quinto, com saída para janeiro de 2007. Operado do fêmur, em fins de novembro de 2006, perguntou ao médico, se teria condições de viajar ainda que fosse de cadeira de rodas. Em nenhum momento entregou-se ao desânimo nem pensou no pior. Mesmo quando não conseguia acompanhar o ritmo das excursões, não se abatia por isso. Aos 91 anos, planejava realizar outro cruzeiro que saísse do porto de Bar-

celona e insistia em voltar ao Egito para conhecer o interior das pirâmides. Suas grandes alegrias passaram a ser as viagens para o exterior, muitas delas descritas nas crônicas e artigos que escrevia para o jornal e foram reunidas no livro *Promessas se pagam com pedra e cal*, de 1999. Um dos seus desejos era visitar lugares ligados ao universo da disciplina de História da América e, especialmente, alguns por onde havia passado seu descobridor – Cristóvão Colombo. Em Sevilha, tirou foto junto ao túmulo onde supostamente foi enterrado, que fica no interior da catedral; em Salamanca, escreveu artigo sobre o que aí sucedera a Colombo; em Granada, visitou os túmulos dos reis que o apoiaram e, finalmente, em Gênova, num dia chuvoso e frio, viu a casa em que ele havia crescido.

Na Grécia, Jorge comemorou a chegada dos 80 anos, com muita alegria e nenhum complexo de velhice. Costumava dizer que isso não era assunto de seu interesse, pois estava na primeira idade. E foi com esse pensamento que surpreendeu o grupo de turistas com os quais subimos a colina de Lindos, na ilha de Rodes. Sendo o mais velho do grupo, foi-lhe oferecido um burro para a íngreme subida. Recusou e mandou que me dessem tal transporte, pois a octogenária ali era eu. De fato, subi de burro e ele a pé. Ao alcançarmos a Acrópole, todos bateram palmas para ele, pela demonstração de resistência física. O entusiasmo com que completou a escalada ficou registrado numa foto em que mostra seu largo sorriso de vencedor. Jorge tinha o hábito de levar consigo, em todas as viagens, uma longa lista com os nomes de pessoas amigas e de parentes, para quem deveria trazer lembranças dos lugares por onde passava. O problema era que, em muitos

casos, os presentes escolhidos eram volumosos, obrigando sempre a comprar mais uma mala, no retorno, para comportar toda a bagagem. Em Atenas, decidiu comprar estátuas, em tamanho natural, de todos os deuses do Olimpo. Queria trazê-los para a sede da fazenda, em Ibirapitanga. Achei a ideia absurda, não entendia o que aquelas divindades gregas iriam fazer no meio dos cacauzeiros, no sul da Bahia, mas acompanhei-o numa peregrinação pelos arredores de Atenas, juntamente com Vera Moudaki, nossa agente de viagem, que nos levou a diversas lojas de estatuários. Depois de muita consulta e conversas sobre embalagem, o envio através de transporte marítimo, e toda a burocracia a ser obedecida para tal negociação, sem contar o altíssimo custo que tal desejo acarretaria, Jorge chegou à conclusão de que o empreendimento seria muito complicado. Mas não desistiu de carregar consigo o Olimpo grego, substituindo aquele por miniaturas de mármore. Percorremos a pé o antigo bairro de Plaka, em busca dos 12 deuses. Só encontramos 10 deles, que, afinal comprados e embalados, necessitavam de uma nova maleta para carregá-los. Os deuses foram parar numa vitrine na sala do apartamento que foi sua penúltima residência. De vez em quando, Jorge lembrava: “preciso voltar à Grécia para comprar os dois deuses que faltam”.

Por sua vez, as viagens de navio não constituíam um mero desejo de turista. Navegar tinha um significado mais profundo, resgatava com isso a trajetória do marinheiro que não conseguira ser, cuja primeira manifestação havia ocorrido na sua infância, diante de uma loja de brinquedos. Quando no último cruzeiro pelo Mediterrâneo, em 2004, perguntei-lhe

por que fizera tanta questão de viajar e não saía da cabine, ele respondeu que “*estar* num navio” era o bastante para se sentir feliz. Somente hoje, depois de muito refletir sobre fatos passados, posso compreender essa declaração, pois esse *estar* na nave o remetia ao centro do mundo interior, afastando-o cada vez mais do cais que o prendia ao mundo exterior, ao peso das obrigações e compromissos os mais diversos. Quando saía da cabine, gostava de ficar na popa olhando o horizonte, o rastro borbulhante das águas revoltas do mar sem fronteiras. Qual seria o velocino que o argonauta Jorge buscava? É possível que a navegação lhe sugerisse a própria busca da imortalidade, tanto dizia ser a morte uma injustiça. Que novas terras ainda desejava descobrir? O certo é que buscava incessantemente novas alegrias, novas sensações. Havia sempre um plano de viagem a ser realizada em alto mar, não importando o destino. Não teria sido à toa que seu primeiro ensaio, de 1936, tratasse exatamente de uma longa viagem marítima, a que intitulou de “A galera Belisário”, em que narrava a desastrada aventura da rebelião africana ocorrida num navio negreiro, na travessia entre África e Brasil. Foi assim, pois, que Jorge Calmon carregou dentro de si sua história psicológica – a infância não vivida, os sonhos de jovem não realizados – para resgatá-la na velhice, até que, infelizmente, teve que fazer a última viagem, desta vez programada pelo destino para o dia 18 de dezembro de 2006.

Os edifícios do Colégio dos Jesuítas em Salvador/Bahia ao longo dos anos 1549 a 1760

*Pe. Carlos Bresciani SJ**

Resumo

Informações sobre os edifícios do antigo Colégio Jesuítico de Salvador e suas modificações desde a chegada dos primeiros Jesuítas em 1549 até a expulsão deles em 1760.

Introdução¹

Os primeiros Jesuítas chegaram ao Brasil na Armada do primeiro Governador-geral, Tomé de Souza, Armada esta que era constituída de três naus (*Salvador, Ajuda, Conceição*), duas caravelas e um bergantim. Um conjunto de cerca de mil pesso-

* Jesuíta, Diretor da COHIBA – Comissão da História Inaciana da Bahia

¹ Serão frequentemente citadas as seguintes fontes históricas:

- a) LEITE, Serafim *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro e Lisboa. 10 vol. 1938 – 1950. Será citado assim: LEITE, História... Vol.e pag.
- b) Cartas Jesuíticas;
 - I. NÓBREGA, Manuel *Cartas*. Itatiaia. BH. 1988. Citado assim: CB, p.
 - II. *Cartas avulsas*. Officina Industrial Graphica, RJ, 1931. Citado: CA p.
 - III. ANCHIETA, Joseph de. *Cartas...* Civilização Brasileira S.A. RJ.1933. Citado assim: Anchieta, *Cartas...* p.
- c) *Monumenta Brasiliae*. Roma. Archivum historicum Societatis Jesu. 5 vol. Citado: MB, vol.. p. .

as entre chefes, funcionários, oficiais, soldados e degredados. Chegaram ao Porto da Barra aos 29 de março de 1549.

Os Jesuítas eram os seguintes.

Pe. Manoel da Nóbrega, português, superior do grupo, nascido aos 18 de outubro de 1517; entrou já Sacerdote na Companhia de Jesus aos 21 de novembro de 1544. Faleceu no Rio de Janeiro aos 18 de outubro de 1570. *Pe. Antônio Pires*, português, nascido em 1519, ingressou já sacerdote na Companhia aos 6 de março de 1548. Faleceu na Bahia aos 27 de março de 1572. *Pe. Leonardo Nunes*, português, entrou Sacerdote na Companhia aos 6 de fevereiro de 1548. Morreu naufrago rumo a Portugal em 30 de junho de 1554. *Pe. João de Azpilcueta Navarro*, da Navarra, entrou Sacerdote na Companhia, em Portugal, aos 22 de dezembro de 1545. Faleceu na Bahia aos 30 de abril de 1557. *Ir. Vicente Rodrigues*, português, nascido em 1528; ingressou na Companhia aos 15 de novembro de 1545. Foi ordenado Sacerdote no Brasil e terminará seus dias no Rio de Janeiro aos 9 de junho de 1600. *Ir. Diogo Jácome*, português; entrou na Companhia aos 18 de outubro de 1548. Foi ordenado Sacerdote no Brasil em 1562 e faleceu no Espírito Santo, aos 10 de abril de 1565.

A primeira morada

Situa-se na Vila Velha² ou povoado do Pereira. Dela nos informa o mesmo Pe. Manuel da Nóbrega na primeira carta

² Vila Velha chamava-se propriamente o local onde o primeiro Donatário da Capitania da Bahia, FRANCISCO PEREIRA COUTINHO, em 1536, se tinha assentado com seus homens. Devia ser outeiro de Santo Antônio da Barra ou

que do Brasil, em data de 10 de abril 1549, escreveu a seu superior, o Pe. Simão Rodrigues, Provincial de Portugal:

“Chegamos a esta Bahia a 29 dias do mês de Março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria; **e achamos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos em umas casas a par dela**, que não foi pouca consolação para nós, para dizermos Missas e confessarmos; e nisso nos ocupamos agora”.³

Nessas casas, que não podiam ser senão de taipa e cobertas de palha, se assentaram os seis primeiros Jesuítas e permaneceram nelas por todo o mês de abril, período em que a Armada sob o comando de Tomé de Sousa teve que completar o desembarque de pessoas e de materiais, tomar conhecimento do lugar e acordos com os nativos, visitar e escolher dentro da Bahia um lugar idôneo onde construir a cidade-fortaleza, segundo as indicações do Regimento que El-rei, D. João III, dera.

outro outeiro mais perto. Ele foi bem acolhido por Caramuru (cf. nota 5), que continuou morar nas suas habitações situadas no atual bairro da Graça.

Inicialmente, Francisco Pereira viveu em paz com os índios, mas, passados uns anos, estes começaram a hostilizar o Donatário, que se viu forçado a abandonar, em 1546, a sua Vila e refugiar-se em Porto Seguro. Informado que os índios queriam voltar às pazes, embarcou com Caramuru, mas encalhou nos recifes da ilha de Itaparica; os índios da ilha, adversários de Vila Velha, o trucidaram com os seus. Era o ano de 1547. Diogo Álvares, o Caramuru, voltou à sua morada, na Graça. Encontrou a povoação do Pereira abandonada e despojada de todas as suas defesas. El-Rei D. João III, informado de tudo isso, voltou sua atenção à Bahia e decidiu escolhê-la para instalar nela o primeiro Governador-geral do Brasil.

³ CB 71. MB I, 109

O que fizeram os seis Jesuítas nesta primeira morada? É sempre o Pe. Nóbrega, que na citada carta diz: “Somente darei conta a V.R. da nossa chegada a esta terra, e do que nela fazemos e esperamos fazer em o Senhor Nosso:

- a) “O primeiro Domingo que dissemos Missa foi a Quarta dominga de Quadragésima. Disse eu Missa cedo e todos os Padres e Irmãos confirmaram os Votos que tínhamos feitos e outros de novo⁴, com muita devoção e conhecimento de Nosso Senhor, segundo, pelo exterior, é lícito conhecer”;
- b) “Confessar-se toda a gente da armada, digo a que vinha nos outros navios, porque os nossos determinamos de os confessar na nau”;
- c) “Eu (Nóbrega) prego ao Governador e a sua gente na nova cidade que se começa, e o Pe. Navarro à gente da Terra (*quer dizer, os outros portugueses que já estavam na terra*), Espero em Nosso Senhor fazer-se fruto, posto que a gente da terra vive toda no pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras (*indígenas*) das quais estão cheios de filhos, e é grande mal. Nenhum deles se vem confessar ainda; queira Nosso Senhor que o façam depois”;

⁴ Talvez alguns emitiram os primeiros votos? O Pe. Antônio Pires e o Pe. Leonardo Nunes tinham pouco mais de um ano de Companhia, o Ir. Diogo Jácome apenas 7 meses!

- d) “O Ir. Vicente Rijo (*Rodrigues*) ensina a doutrina aos meninos cada dia, e também tem escola de ler e escrever. Parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quais têm grandes desejos de aprender, e, perguntados se querem, mostram grandes desejos”;
- e) “Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na fé até serem hábeis para o batismo. Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós, senão que não têm com que se cubram como nós, e este só inconveniente têm. Se ouvem tanger a Missa, já acodem, e quanto nos vêm fazer, tudo fazem: assentam-se de joelhos, batem nos peitos, alevantam as mãos ao céu”;
- f) “Trabalhamos de saber a língua deles e nisso o Pe. Navarro nos leva vantagem a todos”;
- g) “Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua e í-los doutrinando pouco a pouco”;
- h) “Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor, não posso achar língua (*intérprete*) que mo saiba dizer, porque são eles tão brutos que (nem vocábulos têm). Espero de as tirar o melhor que puder com um homem que nesta terra se criou de moço, o qual agora anda mui ocupado com o que o Governador lhe manda e não está aqui. Este homem com um seu genro é o que

mais confirma as pazes com esta gente, por serem eles amigos antigos”. *Este homem é evidentemente Diogo Álvares, o Caramuru* ⁵.

- i) “Também achamos um Principal deles (*índios*) já cristão batizado... anda muito fervente e grande nosso amigo; demo-lhe um barrete vermelho, que nos ficou do mar, e umas calças. Não tem ainda notícia de nossa fé, ensinamo-lha; madrugua muito cedo a tomar lição e depois vai aos moços a ajudá-los às obras. Este diz que fará cristãos a seus irmãos e

⁵ Diogo Álvares, o CARAMURU. Português, naufragou em 1509 na altura do Rio Vermelho. Refugiou-se na cavidade de um penhasco, onde os nativos o surpreenderam ainda coberto de algas. Tê-lo-iam morto, como de costume, se uma índia não tivesse suplicado em favor dele. Foi chamado de Caramuru, que é nome de um peixe geralmente encontrado no oco da rocha misturado com sargaço; nesta forma foi encontrado também Diogo Álvares.

Com um arcabuz, resto do navio destroçado, Caramuru abateu uma ave em vôo; os índios pasmaram e passaram a reverenciá-lo como o “homem do fogo”. Vivía em plena paz no meio deles. De uma primeira índia teve duas filhas, Filipa e Madalena, que casaram lá pelo ano de 1534

Em 1526, foi à França com uma outra índia, que, em Saint Maló, aos 30 de julho de 1528, foi batizada com o nome de Catarina, era o nome de sua madrinha, Catherine des Granches. De volta ao Brasil tiveram filhas, que casaram com portugueses chegados em 1549. A Catarina Álvares se deve aquela “maneira de igreja”, que Pe. Nóbrega encontrou ao desembarcar, dedicada a Nossa Senhora da Graça, uma imagem que se salvou num naufrágio e correspondia exatamente à Senhora que Catarina vira num sonho. Costuma-se chamar Catarina Paraguassú, mas este Paraguassú lhe foi acrescentado mais tarde; a primeira vez aparece com este nome na Crônica do Pe. Simão de Vasconcelos, séc. XVII. Catarina Álvares faleceu em 1586 e foi sepultada na Igreja da Graça.

A Caramuru, El Rei, D.João III, enviara carta em data 28 de novembro de 1548, anunciando-lhe a vinda do primeiro Governador e convidando-o a preparar-lhe bom acolhimento e prestar-lhe cooperação; e assim foi de fato. Foi muito amigo dos padres; em morte, que se deu aos 5 de outubro de 1557, deixou a eles um legado de “metade de sua terça” em favor do Colégio

mulher e quantos puder. Espero no Senhor que este há de ser um grande meio e exemplo para todos os outros, os quais lhe vão já tendo grande inveja por verem os mimos e favores que lhes fazemos. Um dia comeu conosco à mesa perante dez ou doze ou mais seus, os quais se espantaram do favor que lhe dávamos”.

- j) “Parece-me que não podemos deixar de dar a roupa que trouxemos a esses que querem ser cristãos, repartindo-lha até ficarmos todos iguais a eles, ao menos por não escandalizar aos meus irmãos de Coimbra, se souberem que por falta de alguma siroulas deixa uma alma de ser cristã e conhecer a seu Criador e Senhor, dar-lhes glória”.
- k) Certo, Nosso Senhor quer ser conhecido destas gentes e comunicar com eles os tesouros dos merecimentos de sua paixão, ‘sicut alioquin te audivi profetantem’ (*como, aliás, te ouvi preanunciar*). E, portanto, ‘mi Pater compelle multas intrare naves e venire ad hanc quam plantat Dominus vineam suam’ (*ó meu pai, manda entrar muitos navios e vir aqui a esta vinha que o Senhor está plantando*). Aqui não são necessárias letras mais que para entre os Cristãos nossos, porém virtude e zelo da honra de Nosso Senhor são aqui muito necessários”.
- l) “O Pe. Leonardo Nunes mando aos Ilhéus e Porto Seguro a confessar aquela gente, que tem nome de cristãos, porque me disseram de lá muitas misérias, e assim, a saber, o fruto que na terra se pode fazer.

Leva por companheiro o Diogo Jácome para ensinar a doutrina aos meninos, o que ele sabe bem fazer; eu fiz já ensinar na nau; é um bom filho”;

- m) “Nós todos três⁶ confessaremos esta gente e depois espero que irá um de nós a uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama Pernambuco, e assim em muitas partes apresentaremos e convidaremos com o Crucificado. Esta me parece agora a maior empresa de todas, segundo vejo a gente dócil, somente temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhes dá, porque há homens que há sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres”.
- n) “Dos Sacerdotes ouço coisa feia. Parece-me que devia V.R. de lembrar a Sua Alteza, um Vigário Geral, porque sei que mais moverá o temor da justiça que o amor do Senhor.”⁷

Pe. Nóbrega conclui esta carta exaltando a terra: “achamo-la boa e sã”. Pede ao Pe. Simão Rodrigues que “crie muitos filhos para cá, que todos são necessários”. “O Governador é escolhido por Deus para isto; faz tudo com muito tento e siso. Nosso Senhor o conserve para reger este seu povo de Israel”.

⁶ Pe. Nóbrega, Pe. Antônio Pires e Pe. Navarro.

⁷ MB I, 109 – 115

A segunda morada

Situou-se na cidade-fortaleza que o Governador Tomé de Sousa mandou construir, cujas obras iniciaram com o mês de maio daquele mesmo ano de 1549, no lugar escolhido como o melhor para abrigar todo o pessoal da armada dos seis navios, que aportaram no Porto da Barra.

Os Padres “procuraram, de logo, levantar dentro da cerca de pau a pique, uma pequena ermida, trabalhando por suas próprias mãos por não lhes ser possível contar com os artífices vindos do Reino, todos eles ocupados com as obras de defesa da fortaleza e na edificação das casas do Governo e da Câmara”.

Esta ermida foi dedicada a Nossa Senhora da Ajuda⁸, o nome de uma das naus da Armada de Tomé de Sousa. Bem cedo, esta Igreja da Ajuda passou ao clero secular na pessoa do licenciado Manuel Lourenço.

Deve-se, portanto, pensar que os Padres construíram sua morada não muito longe desta ermida, que foi chamada a “Sé

⁸ Pe. VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus* 2v. Vozes, Petrópolis, 1977. I, p. 198.

Frederico Edelweis, (na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Nº 82, 1958 – 1960, p. 61 – 87) acha que a primeira igreja dentro da primeiríssima cerca de Salvador foi uma ermida chamada “Sé de palha” A Ajuda ergueu-se anos depois (1579?) em lugar da Sé de palha. Tudo isso segundo documentos antigos como a carta do Pe. Manuel da Nóbrega do dia 9 de agosto de 1549 e segundo SOUSA, Gabriel Soares de, em *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Parte II, Tit.2, enquanto o primeiro documento que fala da Ajuda como primeira igreja construída dentro da cidade pelos Jesuítas é a *Crônica..* (Livros I, n. 46) do Pe. Vasconcelos, que é do ano 1663, 114 anos mais tarde! Fica pouco claro o lugar da morada dos Padres nestes meses de 1549

de palha”. Estas construções deviam ser bastante primitivas, dadas a falta de material e a pressa de ter um agasalho; eram mesmo casas de taipa e telhado de palha.

Nos meses, em que eles ficaram aí, dedicam-se pessoalmente a construção, não omitindo suas atividades espirituais. Dentro da cerca da nova cidade, que está surgindo, cuidam dos habitantes com pregação, confissões e SS. Missas. Preocupam-se dos maus costumes dos velhos cristãos não só da Bahia, mas sim, também, da costa do Brasil: estes maus costumes eram o concubinato, a blasfêmia e os “saltos”, caça ao índio para prendê-lo e vendê-lo como escravo em outras regiões do vasto litoral.

Os Padres não descuidam dos índios: comunicam-se com eles por intérprete ou diretamente, como fazia Pe. Navarro, que primeiro consegue dominar a língua brasílica.

Encontram os índios bem dispostos, desejosos de aprender a ler e escrever (que admiram nos brancos), com muita vontade de se tornarem cristãos, mas com séria dificuldade de abandonar costumes atávicos como a poligamia e a antropofagia. Por isso, os padres pretendem dedicar-se mais aos meninos índios para acostumá-los cedo à vida cristã.

As aldeias vizinhas são periodicamente visitadas pelos Padres, sobretudo pelo Pe. Navarro, também pelo Pe. Nóbrega, enquanto está na Bahia. Os índios acolhem os Padres, aqui e acolá constroem casa onde passar a noite, pois é à noite que mais facilmente se reúnem estes índios, ocupados durante o dia na caça ou na pesca.

Pe. Nóbrega em agosto deste ano escreve: “Nós, quatro que somos (os outros dois, Pe. Leonardo Nunes e Ir. Jácome,

desde julho foram enviados a Ilhéus e Porto Seguro), começamos a visitar as aldeias... Aonde chegamos somos acolhidos com muito amor, sobretudo pelos meninos, que instruímos. Muitos já sabem as orações e as ensinam a outros, de modo que de quantos achamos mais seguros, já batizamos cerca de cem pessoas, e começamos com a festa do Espírito Santo (*que foi a 9 de junho*) e haverá de seiscentos a setecentos catecúmenos para batizar proximamente, e alguns andam atrás de nós, nos caminhos, perguntando quando os batizaremos com grande desejo, prometendo de viver como nós dizemos”.⁹

Na solenidade de “Corpus Christi”, 20 de junho, se realizou, sempre na cidade que estava surgindo, a procissão sob o patrocínio da Câmara, “muito solene, em que – escreve o Pe. Nóbrega – jogou toda a artilharia que estava na cerca, as ruas muito enramadas, houve danças e inovações à maneira de Portugal”.¹⁰

Outra grande solenidade, aos 21 de julho, festa do Anjo Custódio de Portugal e Domínios, “onde batizamos muitos. Tivemos Missa cantada com diácono e subdiácono; eu disse Missa e o Pe. Navarro a epístola, outro o evangelho, Leonardo Nunes (*tinha chegado de Porto Seguro para consultar o Pe. Nóbrega*) e outro clérigo com leigos de boas vozes regiam o coro. Fizemos procissão com grande música, a que respondiam as trombetas. Ficaram os índios espantados de tal maneira, que depois pediam ao Pe. Navarro que lhes cantasse assim como na procissão fazia.”¹¹

⁹ MB I, 139

¹⁰ MB I, 129

¹¹ ibidem

A vida dos Padres nesta Segunda morada começa de manhã com uma hora de oração, celebração, serviços de casa, visita aos próximos e, à noite, exame. Às sextas, de noite, depois da pregação sobre a Paixão, “fazemos a disciplina juntamente com muitos da terra”.¹²

Em agosto deste ano de 1549, os seis companheiros eram assim ocupados: o Pe. Leonardo Nunes com o Ir. Diogo Jácome já tinham ido a lhéus e Porto Seguro; Pe. “Navarro faz muito fruto entre estes gentios (nas aldeias vizinhas), lá está toda a semana”; o Ir. Vicente Rodrigues “tem cuidado de todos os batizados”; Pe. Antônio Pires e eu estamos no maior do tempo na cidade para os cristãos, e não será mais que até chegar o Vigário”.¹³

Neste período, construíram também casa e capela numa aldeia de índios, perto da cidade, numa colina com o nome de Monte Calvário, onde hoje é o Carmo. Nela estabeleceu-se o Ir. Vicente Rodrigues, atendendo à Capela, aos neobatizados e ensinando ler e escrever aos meninos. Mas tiveram que se retirar de lá, pois os índios se revoltaram contra os Padres, que repreendiam e impediam a prática da antropofagia. Esta revolta se deu entre abril de 1550 e julho de 1551.

A Sé de Palha é certo que foi entregue a um ‘Licentiatu’, Manuel Lourenço¹⁴, clérigo português, no fim do 1549

¹² MB I, 131 – 132

¹³ MB I, 121. 129 – 130

¹⁴ Uma provisão régia datada em Almeirim aos 18 de fevereiro de 1549 promove este Manuel Lourenço a “vigário da Igreja que novamente mando edificar à honra e louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo na fortaleza da Bahia” (*Documentos Históricos XXXV*, 223 – 224). Outra ordem, de 8 de outubro de 1549 manda “dar ao Prior da cidade uma arroba de cera” (*Doc. Históricos*

ou começo de 1550. Não se sabe se ele já estava no Brasil ou se veio na Armada de Tomé de Sousa, ou em outro navio.

A terceira morada a definitiva e suas sucessivas transformações

Os padres se transferiram no “teso”, fora da cerca primitiva, ao norte, “donde se há de estender a cidade”, escreve Pe. Nóbrega. Seu projeto era constituir aí a morada para os Padres e também para “colégio”, Achava que, embora fora dos muros, podia permanecer em segurança também em caso de revolta dos índios, pois respeitariam a casa dos próprios filhos no colégio.

Eis o texto desta carta datada aos 09 de agosto de 1549:

“Eu trabalhei para escolher um bom lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e somente achei um, que lá vai por mostra a S. A., o qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom; e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças (22,00 m), posto que tenha, ao cumprido da costa (*do mar*), quarenta (88,00 m); e não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa, por ser tudo costa mui íngreme com muita sujeição da cidade. E, portanto, a todos nós parece muito melhor um teso que está logo além da cerca

XXXVII, 416). O mesmo Manuel Lourenço em 3 de agosto de 1550 fala “dos dízimos desta Igreja” e por ser “o primeiro que vim oferecido ao trabalho” requer o lugar e o título de “Deão”.

(a primeira da cidade), para a parte donde se há de estender a cidade, de maneira que, antes de muitos anos, podemos ficar no meio, ou pouco menos, da gente; e está aí logo uma aldeia perto, onde nós começamos a batizar, em a qual já temos nossa habitação. Está (o tesó) sobre o mar, tem água ao redor do Colégio. E dentro dele tem muito lugar para horta e pomares; é perto dos cristãos assim velhos como novos, Somente me põe um inconveniente o Governador: não ficar dentro da cidade e poder haver guerra com o gentio, o que me parece que não convence, porque os que hão de estar no colégio hão de ser filhos de todo este gentio, que nós não temos necessidade de casa, e posto que haja guerra não lhes pode fazer mal. E quando agora nós andamos lá dormimos e comemos, que é tempo de mais temor, e nos parece que estamos seguros, quanto mais depois que a terra mais se povoar. Quanto mais que, primeiro, hão de fazer mal nos engenhos, que hão de estar entre eles e nós, e quando o mal for muito, tudo é recolher à cidade. Mormente que eu creio que ainda que façam mal a todos, que a nós nos guardarão pela afeição que já nos começam a ter; e ainda, havendo guerra, me parecia a mim poder estar seguro entre eles neste começo, quanto mais depois. De maneira que todos somos de opinião que se faça ali, e V.R. (Pe. Simão Rodrigues, em Portugal) devia de trabalhar por lhe fazer dar logo princípio, pois disto resulta tanta glória ao Senhor e proveito a esta terra.

A mais custa é fazer a casa por causa dos oficiais que hão de vir de lá (Portugal); porque a mantença dos estudantes, ainda que sejam 200, é muito pouco, porque com terem cinco escravos que prantem mantimentos e outros que pesquem

com barco e redes, com pouco se manterão; e para se vestir farão um algodoal que há cá muito. Os escravos são cá baratos e os mesmos pais hão de ser cá seus escravos. É grande obra esta e de pouco custo; nós, vindo agora o Vigário, nos passamos para lá, por causa dos convertidos, onde estaremos Vicente Rodrigues e eu, e um soldado (*Simão Gonçalves*) que se meteu conosco para nos servir e está agora em Exercícios, de que eu estou muito contente. Faremos nossa igreja, onde ensinamos aos novos cristãos, e nos domingos e festas visitarei a cidade e pregarei... Cá está um mestre (*Diogo Pires*) para as obras, que é um sobrinho do Luís Dias, Mestre das obras d'El Rei, o qual veio com trinta mil reis de partido. Este não é necessário porque abasta o tio para as obras de S. A.: a este haviam de dar o cuidado de nosso colégio; é bom oficial".¹⁵

O teso, além da primitiva cerca da cidade, corresponde atualmente à área ocupada hoje pela Santa Casa da Misericórdia, pela antiga Sé demolida, pela Praça da Sé e Terreiro de Jesus. O lugar designado para o colégio está pouco depois da antiga Sé. Aí se iniciaram as construções do Colégio, que com o correr dos anos se foram aumentando e modificando paulatinamente segundo as necessidades.

Para preparar as primeiras moradas neste local, foi encarregado, pelo Pe. Nóbrega, o Pe. Antônio Pires (1515 – 1572): entrara já Sacerdote na Companhia em Portugal no ano de 1548¹⁶. Em 1550 a modesta construção de taipa

¹⁵ MB I, 125 – 127.

¹⁶ Pe. Antônio Pires foi “homem de força e hábil de mãos; aprendeu a arte de carpinteiro e presidiu as primeiras construções materiais da Companhia

no teso estava em condição de acolher o segundo grupo de quatro Jesuítas vindos de Portugal com sete órfãos de Lisboa. O mesmo construtor, Pe. Antônio Pires, em carta de 02 de agosto de 1551, nos informa:

“Em a Bahia se deu princípio a uma casa, em que se recolhem e se ensinam meninos dos gentios novamente convertidos, a qual se começou com alguns mestiços da terra e com alguns dos órfãos que de lá (*Portugal*) vieram no galeão. É coisa que fizemos com nossas mãos, ainda que seja de pouca dura”.¹⁷

No mesmo mês o Pe. Nóbrega confirma: “A casa da Bahia, que fizemos para recolher e ensinar os moços, vai muito adiante, sem El Rei ajudar a nenhuma coisa, somente as esmolas do Governador e de outros homens virtuosos. Quis-nos o Senhor deparar um oficial pedreiro¹⁸, e este a vai fazendo pouco a pouco,... tem já feito grande parte da casa e tem também cercado as casas de uma taipa mui forte”.¹⁹

Escrevendo, em 14 de setembro de 1551, ao rei o mesmo Pe. Nóbrega diz: “O Colégio da Bahia seja de V.A. para o favorecer, porque está já bem principiado e haverá nele 20 meninos, pouco mais pouco menos. E mande ao Governador

no Brasil. Foi Reitor, superintendente no Colégio, Mestre de Noviços, Vice Provincial duas vezes, e neste cargo faleceu em 1572.

¹⁷ MB I, 258. CA, 80

¹⁸ O nome deste pedreiro é Nuno Garcia, degredado; pôs-se a serviço dos Padres, que lhe prometiam reduzir o degredo pela metade. Dele se fala ainda em 1555 numa carta que o Governador, Duarte da Costa, escreve ao rei, solicitando, em nome dos Padres, o abono do degredo.

¹⁹ MB I, 271. CB, 116 – 117

que faça casas para os meninos, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são de pouca dura”.²⁰

Em 1552 continuam estas obras, pois do Ir. Vicente Rodrigues sabemos que a elas foi aplicado um “contrário”²¹, que foi resgatado para servir nas obras do Colégio.²²

A Comunidade destas casas era “perto de 40 pessoas entre servidores e homens de trabalho e meninos”. Assim Pe. Francisco Pires em carta de agosto de 1552. Na mesma carta fala da igreja: “Quanto à igreja que temos nesta Bahia até ao presente é aquela que fizemos chegando a esta terra, e por ser de taipa, a mão, e estar já muito danificada, vendo os moradores desta cidade que já se caía e Sua Alteza não a mandava fazer, determinaram todos, especialmente o Governador, a fazer uma nova parte dela, de pedra e cal; e isto se faz com tanto fervor pelo amor que nos tem, que criados e senhores e escravos trazem as pedras nas costas e parece-me, segundo vejo seus desejos, que presto lhe darão fim”²³.

Em 1553, aos 27 de julho, foram pagos a Luís Dias, “que fora Mestre das obras desta cidade”, 17\$000 reis por umas casas para os órfãos ²⁴.

As acomodações eram de pouca duração. Pe. Luís da Grã em dezembro de 1554 nos diz: “Fizemos casas que por duas vezes caíram, e agora quase todas estão coberta de

²⁰ MB I, 293. CB, 126

²¹ “Contrário” é prisioneiro de tribo contrária; no caso, era destinado a ser morto e comido

²² MB I, 319.

²³ MB I, 399

²⁴ Doc. Históricos XIV, 359

telhas, exceto a igreja, “que – como se diz na mesma carta – por ser de taipa, nunca até agora pode chegar a se cobrir, porque, ao fim, tudo há de custar àqueles que lá (*em Portugal*) negociam, porque sem esta ajuda não pode ser... Não sinto muito estar assim para fazer, porque, de outra maneira, será com o colégio que se há de fazer”²⁵.

Portanto, também os moços (filhos de índios, mestiços e órfãos) estavam alojados provisoriamente, esperando o colégio desejado.

O Pe. Antônio Pires, de volta de Pernambuco, foi novamente encarregado desta casa (*MB II, 241*) sendo “talento em construções, bom pedreiro e bom marceneiro”. Em julho de 1555, o companheiro dele, Ambrósio Pires, escreve: “Temos aqui 44 pessoas e entre elas somos dois sacerdotes, eu e o Pe. Antônio Pires, que é um grande varão e verdadeiro amador da virtude, e com as forças corporais que tem, ajudadas pelas espirituais, constrói por suas próprias mãos as paredes dos quartos e faz todas as obras de carpinteiro e com mais perícia do que outro qualquer oficial da terra, o que aprendeu nesta terra ao ver a muita necessidade da nossa casa, e trabalha mais que dois oficiais”²⁶.

Em 1556, com a volta do Pe. Nóbrega vindo de São Vicente reacendeu-se nesta casa o fervor das atividades. Atesta-o o Ir. Antônio Blazquez em data 4 de agosto daquele ano: “Nosso Padre (*Nóbrega*) não há mais de seis dias que chegou a esta cidade, e, neste pouco tempo, há constituído

²⁵ MB II, 144 – 145

²⁶ MB II, 237. CA, 142

que todos os dias se faça a doutrina aos índios em nossa casa, e vai em tanto crescimento que, com ser hoje o terceiro dia, vieram cem pessoas, das quais está muito satisfeito o Irmão (*Antônio Rodrigues*) que os ensina, porque me disse que vê nelas muita reverência para as coisas que lhes dizia. Os meninos e Irmãos da casa andam todos com grande fervor de saberem a língua e parece-me que cedo a saberão, tanto pelo desejo com que a ela se aplicam como porque para a aprender tem uma arte (*de José de Anchieta*) que trouxe o Pe. Provincial (*Nóbrega*). Prazerá à sua Divina Majestade que, com ela e com as mais orações que de São Vicente vieram, aprendamos tudo o que convém para a conversão desta gentildade”²⁷.

Destas casas que estão quase sempre em obras, temos notícias pormenorizadas na carta que Pe. Nóbrega envia ao Pe. Provincial de Portugal em data 02 de setembro de 1557. Expõe quatro conclusões a que vieram de comum acordo os Padres.

“A segunda conclusão é que as casas que temos não lhe vemos maneira para nós e moços estarmos nelas apartados, salvo se rompermos o muro da cidade e fizermos alguma casa da banda de fora do sítio que para o colégio está deputado. E para isto não temos possibilidade para as fazer, nem sei se nos darão licença para romper o muro.

As casas que agora temos são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos (*17,38 m.*) de comprido e vinte e nove (*6,38 m.*) de largo. Fizemos nela as seguintes repartições,

²⁷ MB II, 300 – 301 CA, 154 – 155

quer dizer, um estudo e um dormitório e um corredor, e uma sacristia por razão que outra casa que está no mesmo andar e da mesma grandura nos serve de igreja, por nunca, depois que estamos nesta terra, sermos poderosos para a fazer, o que foi causa de sempre dizermos Missa em nossas casas. Neste dormitório dormimos todos, assim padres como Irmãos, assaz apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa que servem a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão, em uma delas dormem os moços, em outra se lê gramática, em outra se ensina a ler e escrever; todas essas casas assim umas como outras são térreas; tudo isso está em quadra.

O chão que fica entre nós e os moços não é bastante para que, repartindo-se eles e nós, fiquemos agasalhados, maiormente se nele se lhes houvessem de fazer refeitório, despensa e cozinha como será necessário. Todas as mais casas necessárias a uma comunidade nos faltam a nós e a eles, como são umas necessárias, casa d'água e de lenha e outras desta maneira, que cá são muito necessárias e no sítio não há maneira para se fazer, e, sobretudo, não lhe fica serventia para a fonte e coisas necessárias, ultra de não terem igreja, senão a nossa”²⁸.

Este texto suscita uma interrogação. Que se deve entender por “muro da cidade, que se deveria romper para construir além dele outras casas para apartar a comunidade dos Padres daquela dos moços? Uma outra cerca temporânea, como a primeira?

²⁸ MB II, 407 – 408

“A terceira (*conclusão*) – continua a carta do Pe. Nóbrega – é que nos parece que, repartindo-nos, não faltará quem diga a El Rei que bem estamos, e assim, nunca, nem nós nem eles, estaremos agasalhados como convém. Pelo qual nos parece que se devia dizer a Sua Alteza como estamos apertados e que não é possível cabermos neste chão, portanto que a eles ou a nós dê agasalhado. Para nós agora, abastarmos-iam estas casas, que, com muito trabalho nosso e com pouparmos essa pobre esmola d’ El Rei, fizemos, respeitando a pobreza da terra e aos muitos gastos que cá tem S. A. com pouco proveito; mas há de ser com tirar daqui os moços para outra parte, ou não querer que os haja nem casa deles, que seria de todo perder a esperança de se frutificar nesta terra alguma coisa: e por isso o melhor seria dar-lhes este sítio e nós fazerem-nos um pobre agasalhado da banda de fora do muro, no lugar que para isso se escolheu²⁹. E todavia, entretanto que não vem resposta, trabalhemos, quanto for possível, por haver alguma maneira de apartamento”³⁰.

Na mesma carta, mais para frente, fala da igreja: “Uma igreja temos principiada há três ou quatro anos e, por esperar recado d’ El Rei e também por não sermos poderosos para acabar, nem nos pagarem cá nossa esmola, não se acabou, o que é causa de termos pouco encerramento, pois é necessário fizemos igreja de que se fez dormitório; e desta maneira estamos muito devassos e apertados como se disse. Determinamos cobri-la como quer, porque esperamos, no diante, não

²⁹ O amanuense escreveu “escolher”; Pe. Nóbrega, de seu punho, corrigiu “escolheu”.

³⁰ MB II, 408 – 409

haver de servir de igreja por algumas razões: a uma é porque nossa possibilidade como digo não nos deixa fazê-la como convém para igreja: a outra, que esta casa está tão apegada com a Sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra. E, portanto, nos parece bem que se faça de outra banda deste sítio em que estamos, por estar mais afastada da Sé, o que esperamos que S. A. mande fazer, se todavia este sítio houver de ficar conosco”³¹.

Naturalmente a Sé, de que aqui se fala não é a “de palha”, mas a verdadeira e definitiva, para cujos alicerces, em data 5 de setembro de 1552, foram pagos 9\$300 reis ao pedreiro Pero de Carvalhais por 49,5 braças (108,90 m) de alicerces para a Sé desta cidade.³²

Em 1559, Pe. Nóbrega escreve ao Pe. Geral, Pe. Diego Laínez: “Neste Colégio agora reside mui pouca gente, porque os Padres e Irmãos estão repartidos pelas igrejas dentro da gentildade fazendo seu ofício; residem somente os que atendem ao estudo e doutrina desta cidade. Também estão aqui em casa alguns indiozinhos dos gentios, embora poucos por haver falta das provisões para o sustento. Procurei mandar fazer muitos mantimentos nas terras deste colégio por um homem casado que acolá fora se encarrega dos escravos e de toda outra gente desta casa, e a causa porque ordenei isto foi para recolher aqui os moços de melhor engenhos e habilitados que se encontrarem em nossas casas, e a estes ensinar gramática (*latim*) e todo o mais; e, se, com o andar do tempo, mostrassem ter graça por servir a Nosso Senhor,

³¹ MB II, 410

³² Doc. Históricos XXXVIII. p. 78. n. 1180

mandar-se-ia à Espanha por espaço de algum tempo para ver e aprender virtudes, aquelas que fossem necessárias para um operário destas partes”³³.

No mesmo ano de 1559, Antônio Blazquez nos informa que as casas vão crescendo para acolher novos hóspedes, indiozinhos: “Todos estes indiozinhos e alguns maiorzinhos que têm dado de si boas mostras, são todos já cristãos por haver muito tempo que com eles se trabalha e, de sua parte, estar muito adiantados em tudo; pelos quais tem determinado nosso Padre (*Nóbrega*) a estes, que estão mais avantajados em ler e escrever, pô-los na escola de gramática neste Colégio, trazendo das casas onde os Irmãos (*Pero da Costa e João de São Sebastião*) estão, os mais hábeis e de melhores talentos; creio que breve haverá comunidade para que se ajuntem, os quais serão divididos em umas casas a par de nós, tomando conta deles um viúvo) (*Rodrigo de Freitas*), homem honrado, que há dias se tem dedicado a este ofício”³⁴.

Notícias sucessivas dos edifícios, casa da Comunidade, casa dos moços e igreja, só as temos no ano de 1564. É sempre o Pe. Antônio Blazquez que informa: “Quanto ao material desta casa, porque os edifícios eram de taipa e iam cada dia arruinando, se é ordenado que se faça outra casa junto a esta. Pôs-se mão já na obra e se irá cada dia trabalhando nela. A igreja que o Senhor Governador (*Mem de Sá*) mandou fazer vai se aperfeiçoando e acrescentando cada vez mais, mostrando Sua Senhoria, para isto e o mais, muita ajuda e favor... Ultra desta doutrina, (*aos escravos dos brancos*) há

³³ MB III, 115 – 116

³⁴ MB III, 132 – 133. CA, 225 – 226

na casa uma escola, onde se lhes ensina a ler e escrever e bons costumes aos rapazes”³⁵.

“Uma só coisa tem posto, nesta obra, dificuldade, que é tirar um Padre que está em casa que lê gramática, para o permudar para Pernambuco, para dar princípio àquele colégio, e por esta causa será necessário (porque não há remédio de outra maneira) que o Pe. Quirício (*Caxa*) leia uma lição pela manhã, furtando-a às ocupações de pregar; e outro Padre leia à tarde, outra”³⁶.

O mesmo relator, Blazquez, no setembro do mesmo ano: “O estudo nunca nesta terra andou com tanto fervor (entendendo-se entre os nossos Padres e Irmãos, que a gente de fora pouco se dá disso). Têm os Nossos as suas conclusões nos sábados, à tarde, e a elas se acham presentes o Pe. Provincial com outros Padres. No outro sábado, veio o Bispo (*D. Pedro Leitão*) vê-los e também argumentar com eles, e, pela bondade do Senhor, para estudantes brasis fazem-no muito bem. São por todos, entre Padres e Irmãos, onze, e porque a todos se desse o tempo necessário para seus estudos, lê o Ir. Luís de Carvalho pela manhã uma hora de poesia do Livro 2º da Eneida aos mais adiantados, posto que tenha acidentes acostumados (*epilepsia*), mas a caridade e a necessidade fazem com que tome em seus ombros esta carga ainda que seja tanto a seu custo e trabalho, esperando que V.R. (*o Provincial de Portugal*), vendo esta falta, se resolva

³⁵ MB IV, 64 – 65. CA, 412 – 413

³⁶ MB IV, 69 – 70. CA, 415

a mandar-nos dessa Província alguns Irmãos latinos, que ajudem àqueles que pouco podem”³⁷.

“E também se tem especial cuidado com os rapazes que vêm de fora aprender a ler e escrever e bons costumes... Os que vêm, segundo tenho sabido, andarão por uns quarenta, os quais têm a seu cargo o Ir. Sebastião de Pina, ajudando-o o outro, que dá as matérias e os traslados aos moços”³⁸.

“No material da casa se pôs a diligência e cuidado possíveis nos edificios que de novo se começam, porque, como há anos que aqui moramos, e elas todas comumente nesta terra são de palhas, estão muito arruinadas, sobretudo a igreja abria por algumas partes; por esta causa, começaram-se a fazer de novo outras casas ao lado dest’ outras, e nelas se trabalha todos os dias, e iremos assim pouco a pouco, porque a pobreza e nossas posses não podem suportar grandes gastos, pois os nossos Padres e Irmãos são os que andam de quando em quando com o pilão nas mãos, suprindo, às vezes, dos jornaleiros; e assim é preciso, se queremos que, os que depois vierem, achem onde se recolher para seu repouso espiritual, não deixando com isso de pensar que os que o Senhor para cá mandar trarão mais a mira no zelo e salvação das almas, do que na sua própria consolação e interesse; todavia, não é mal haver semelhantes recolhimentos, para neles cobrarem novas forças e alento e saírem, quando a necessidade do próximo o pedir”³⁹.

³⁷ MB IV, 86.– 87. CA, 428 – 429

³⁸ MB IV, 88. CA, 428 – 429

³⁹ MB IV, 90 – 91. CA, 431

É bom transcrever aqui, embora não se refira diretamente aos edifícios, a dotação e fundação deste Colégio de Salvador, feita pelo Rei D. Sebastião (melhor, pelo Regente, o Cardeal Infante D. Henrique) em data 7 de novembro de 1564: “... assentei, com o parecer dos do meu Conselho, de mandar acabar nas ditas partes, um Colégio da dita Companhia, na cidade de Salvador da Capitania de Todos os Santos, onde já está começado; o qual Colégio fosse tal que nele pudesse residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que parece que por agora deve haver nele, pelos diversos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residem, e a que do dito Colégio são enviados para bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor; e para sustentação do dito Colégio e religiosos dele, hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de fato por esta minha carta de doação, doto e aplico uma redízima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem nas ditas partes do Brasil, assim na Capitania da Bahia de Todos os Santos, como nas outras Capitânicas e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do dito Colégio tenham e hajam a dita redízima do primeiro dia de janeiro do ano que vem, de quinhentos e sessenta e cinco (01.01.1565) em diante, para sempre”⁴⁰.

Acompanha este mandato um Alvará, com a mesma data, endereçado ao Governador Mem de Sá para execução do mandato, quer dizer, dê pela redízima quanto for necessário para sessenta pessoas do Colégio de Salvador, para

⁴⁰ LEITE, *História...*, 114 e 540. MB IV, 97

sempre; se a redízima não bastar, supra com a fazenda de Sua Alteza”⁴¹.

No maio do ano de 1565, Pe. Antônio Blazques descreve copiosamente duas grandes festas litúrgicas, que se fizeram na igreja do Colégio. Na primeira festa (*a do Nome de Jesus, ao primeiro de janeiro*), “o Pe. Supraentendente (*Pe. Antônio Pires*) mandou participassem todos os jesuítas, convocando aqueles que se achavam nas aldeias dos índios. Houve Vésperas solenes com cantos (sobretudo dos meninos instruídos pelo Pe. Antônio Rodrigues), com instrumentos, cravo e frautas. A igreja estava bem concertada e ataviada... Veio o Bispo (*Dom Pedro Leitão*) a tempo que estavam na igreja muitos confessores, que não cabiam e o mesmo pelos cubículos, porque concorreu tanta gente dos arredores e povoações dos engenhos, que foi necessário, para que pudessem caber a todos, fazer-se um toldo de velas, para os poderem recolher a todos”⁴². Antes da Missa solene, houve procissão “per nostra castra” quer dizer pelo nosso claustro.

A segunda festa foi a Semana Santa daquele ano. “Os ofícios se fizeram com muita devoção e conserto. A nossa igreja estava bem consertada e, sobretudo, o monumento, no qual, ultra do que sempre tinha, se acrescentou uma obra muito prima e não vista nesta terra até agora, que foi uma parede toda, do alto até acima, de diamantes tirados muito ao natural e que davam muito donaire (*ar*) e graça ao sepulcro”⁴³.

⁴¹ MB IV, 100 – 106

⁴² MB IV, 188 – 189. CA, 436

⁴³ MB IV, 194 – 195. CA, 441

Esta deve ter sido a igreja em que no ano seguinte 1566 foi ordenado Sacerdote José de Anchieta, se não foi na Sé antiga, pelo Bispo D. Pedro Leitão, que fora companheiro de Anchieta durante os estudos em Coimbra.

No mesmo ano de 1565 o Pe. Antônio Pires, superintendente no Colégio, escreve ao Pe. Luís (*Rodrigues*) que estava em Ilhéus: “V.R. mande nos uma grimpa para o nosso campanário”⁴⁴. Grimpa é uma lâmina que girando em volta de um eixo pela ação do vento indica a direção dele.

Em 1566, o Pe. Inácio de Azevedo dando conta ao Pe. Geral, Francisco de Borja, de seu ofício de Visitador, escreve: “Em todas as partes onde residem os Nossos entendo que há falta de edifícios, e há muitos materiais para fazê-los; especialmente aqui (*Bahia*) convém muito fazer-se edificio. Aqui havia-se começado, antes da minha vinda, uma lição de Casos de consciência e outra de latim e há também escola de ler e escrever. Estas lições continuam com a graça do Senhor, porque necessárias para esta terra e muito mais para os Nossos; são muito falhos muitos sacerdotes que aqui se ordenaram; todos estes eu fiz examinar. Há também, neste colégio e pelas outras partes, alguns Irmãos que acabaram os dois anos, que conto chamar aqui para o estudo de latim”⁴⁵.

Ao mesmo Pe. Francisco Borja, Geral, em 1568, escrevia o Pe. Amaro Gonçalves: “Quanto aos estudos, direi somente que há uma classe (*aula ou salão*) muito boa, na qual se lêem duas lições, uma de Casos de consciência e

⁴⁴ MB IV, 263

⁴⁵ MB IV, 369

outra de latim, à qual vêm os Cônegos e dignitários da Sé e outros sacerdotes; outra de latim, à qual vem grande parte dos casuístas. Fez-se também um pátio, pequeno, mas muito apropriado (acomodado) às classes e aos estudantes. Junto da portaria se fez outra casa; a mesma portaria está muito diferente do que costumava ser, com uma sua lâmpada e assento para aqueles que vêm de fora. As demais casas, cubículos, igreja, sacristia, escadas etc. ou se fazem de novo ou se consertam as velhas de maneira que, Deus seja louvado, tudo vai de bem em melhor...

Fez-se também uma cerca junto ao colégio da parte do mar, de que havia muita necessidade, não somente para árvores e horta, de que nesta terra há muita falta, mas também para o bom recolhimento e quietação dos religiosos, posto que isto mais depende de Deus, sem o qual em vão trabalham os que edificam a cidade e por demais são os muros e vigílias (*Ps 126, 1*); porém a gente assim de fora como da casa se edificam muito destas coisas exteriores. Para o Colégio novo, faz-se, com muita diligência, cal, juntam-se pedras, madeira e apetrechos necessários”⁴⁶.

Em 1570 se tinha anunciado a vinda da grande expedição de Pe. Inácio de Azevedo e preparavam-se casas em extraordinária atividade. Havia falta de oficiais e achegas, “que tudo é mais dificultoso de haver nesta terra. E porque não há gente de trabalho nestas partes para alugar por journal, nem os materiais se acham de compra, nos é necessário termos muita escravaria e gente da terra, governada e mantida de

⁴⁶ MB IV, 438 – 439. CA, 491 – 492

nossa mão. Mantemos a um pedreiro com mulher e filhos, que é grande tráfego para o Colégio, e muito maior será quando em boa hora vier o Pe. Inácio de Azevedo com sessenta Irmãos, que nos mandam dizer que há de trazer, e quando se meterem mais oficiais nas obras, porque tudo há de estar a nosso cárrago, vindo alugados de Portugal”⁴⁷.

Entretanto, se iam “preparando com a maior diligência os materiais, como pedras e madeira, que às vezes vinham de dez léguas de distância. Ia um Irmão e, ajudado dos índios, trazia estes materiais na barca do Colégio, e eram de casa os serradores”⁴⁸.

No ano de 1572, aos 2 de março, falece o Governador Mem de Sá e foi enterrado na nova igreja que ele mesmo fez construir a suas despesas pessoais. Pouco depois, aos 23 do mesmo mês, faleceu o Pe. Antônio Pires, Vice Provincial, que sucedeu ao Pe. Nóbrega, Provincial pela segunda vez, que, porém, não exerceu esta função por ter falecido aos 18 de outubro de 1570 ante de receber notícia desta segunda nomeação.

Em 14 de abril de 1572 chegou um grupo de 13 Jesuítas missionários, entre eles o Pe. Inácio Tolosa, que vinha de Portugal nomeado Provincial do Brasil.

Da “História de la fundacion del Collegio de la Baya de todos los Santos, y de sus residencias”, manuscrito da época⁴⁹, encontramos as notícias seguintes, relacionadas com o nosso assunto:

⁴⁷ Pe. Gregório Serrano citado em LEITE, *História...I.*, 51

⁴⁸ LEITE, *História...I.*, p.51

⁴⁹ Annães da Biblioteca Nacional, vol. XIX, 1897, p.93 – 94

“A fábrica do Colégio (*em 1572*) foi adiante; forrou-se logo a igreja nova e passou-se a ela o Santíssimo Sacramento pela Páscoa do Espírito Santo (*23 de maio de 1572*). Nela se começou a ganhar os quatro Jubileus que nosso padre, Francisco de Borja, alcançou para o Brasil”.

“Na igreja velha se fizeram alguns aposentos com os quais os Nossos ficaram mais acomodados”.

“Este ano (*1572*) faleceu o Governador Mem de Sá, devoto da Companhia. Em 14 anos que governou esta terra, se confessou e tomou sempre o Santíssimo Sacramento em nossa casa, e, quatro ou cinco anos antes da morte, o fazia cada oito dias com muita devoção e no mesmo dia que faleceu se confessou geralmente com um dos Nossos. Todos os dias da semana, embora que houvesse tormentas ou grandes chuvas, não deixou de vir e ouvir Missa neste Colégio. Enterrou-se na mesma igreja, que ele mesmo mandara fazer e fez ao Colégio doação das terras de Camamu, que são 12 léguas em quadra com oito águas. Neste mesmo tempo, faleceu Lázaro de Arévalo, mui devoto nosso, que fez doação a este Colégio da Igreja de Nossa Senhora da geada (*Escada*), com as terras que aí tinha e deixou no testamento uma fazenda ao Colégio. Morreu depois de se haver confessado geralmente com o Pe. Reitor e foi enterrado na nossa Igreja...”

“Neste mesmo ano (*1572*) ordenou o Pe. Provincial que se dissesse Missa aos escravos e escravas, aos domingos e festas, e que nela se ensinasse a doutrina, além de que se ensina nos mesmos dias, depois de comer; tirou-se muito fruto disto, porque, antes, poucos ou nenhum deles ouvia Missa. Neste ano, houve muitas confissões assim de brancos como de índios, e muitas gerais de grande serviço para o Senhor”.

Neste ano de 1573 residiram neste Colégio 55, 17 Sacerdotes e os demais Irmãos, incluindo neste número os que residem nas Aldeias... Este ano, se começaram os estudos no princípio do mês de fevereiro por parecer mais conveniente ao Pe. Provincial que as férias fossem desde o dia de Santa Luzia (13 de dezembro) até o dia da Purificação de Nossa Senhora (2 de fevereiro)... acrescentou-se outra escola de latim... No mês de outubro deste ano, 1573, faleceu o Bispo, D. Pedro Leitão, mui devoto da Companhia; confessava-se com os Nossos e guiava-se nas coisas graves, e isto também encomendava a seus Vigários... deixou a este colégio sua livraria, que era muito boa”.⁵⁰

“Neste ano de 1574 residiam neste Colégio, contando os das aldeias, 52, 13 Sacerdotes e os outros, Irmãos... houve dois ou três cubículos ocupados com alguns Padres e Irmãos que se recolhiam a fazer os Exercícios Espirituais, acabando uns, entravam outros, a cobrar novas forças espirituais com muito aproveitamento e consolação de todos... este ano houve 14 Noviços e sete foram recebidos no mesmo ano...”⁵¹.

Os fornecedores de materiais e serviços para as obras encareciam os preços. Recorreu-se ao Rei, D. Sebastião, que prometera fundar o Colégio e ele mesmo – escreve: “Mando ao Ouvidor Geral das partes do Brasil e aos Ouvidores das Capitanias de governança e repartição da Baía de Todos os Santos e mais justiças delas, que dêem e façam dar e vender, com muita diligência, toda a pedra, cal, madeira e mais achegas, que forem necessárias para as obras dos Colégios

⁵⁰ idem, p. 98-99

⁵¹ idem, p. 106

da Companhia de Jesus da dita governança e façam dar e apenar para as mesmas obras todos os pedreiros, carpinteiros, cavouqueiros, carreiros, embarcações, servidores e quaisquer outros oficiais e coisas necessárias, pago tudo pelos preços da terra. Almerim, aos 20 de fevereiro de 1575”.⁵²

Na mesma data, envia El Rei outro alvará ao governador, Luís de Brito e Almeida, em que lhe recomenda facilitar aos Padres aquisição das terras em que as há de fundar o Colégio da Bahia, mandando avaliar pelo seu justo preço, adquirindo-as para o Colégio. Quanto a uma serventia ou rua pública, El Rei pede à Câmara, se não causar muito prejuízo, que haja por bem cedê-la para o Colégio sair perfeito, como convém⁵³.

Pe. Inácio Tolosa, alistando os terrenos⁵⁴ do Colégio, em carta de 6 de abril de 1575 releva:

- “1) O Colégio, conforme a traça, está sobre o mar, até o qual tem terra para cerca, em que se podem plantar árvores, com lhes fazerem um tabuleiro por ser a terra íngreme.
- 2) Tem uns chãos de frente de todo o edificio, da parte da cidade, que servem para terreiro do mesmo Colégio, e para afastar agora no edificio novo um pouco para fora que lhe é necessário, conforme a traça; e, de frente das escolas, tem um pedaço de chão para terreiro daquela parte...

⁵² LEITE, *História...* I, 52.

⁵³ LEITE, *História...* I, 52

⁵⁴ LEITE *História...* I, 152,

- 5) Entre o nosso Colégio e a Sé, temos umas moradas de casas, que têm chãos para quintal sobre o mar...
- 9) Tem mais, defronte do Colégio, um pedaço de chão para se poderem fazer nele umas casas. Esta está incerta, por dizer a Câmara da cidade que é seu.”

Em data dois de maio de 1575, El Rei ordena ao Governador do Brasil, que aplique às obras do Colégio metade do dinheiro das comutações dos degredos, a que tivesse sido condenadas quaisquer pessoas. A outra parte aplicá-la-á o Governador como lhe parecer⁵⁵. Com estas ajudas vindas da Coroa, as obras tinham que ir adiante.

Em 1577 alcançou-se do Pe. Geral, Pe. Everardo Mercuriano, o Irmão Francisco Dias, que dirigira a construção da Igreja e da casa de São Roque da Companhia em Lisboa. Assumiu a direção dos trabalhos do Colégio, que, naqueles anos, foram intensos.

Em 1581 estava já lançada a parte da clausura, virada ao sul. O Pe. Anchieta, que era Provincial, no relatório da província do Brasil em data 1º de janeiro de 1582, escreve o seguinte: “Cresceram muito este ano as obras do Colégio. Uma quarta ala, a que dá para o sul, foi erguida até a perfeita altura desde os alicerces. Recebeu telhado, assoalho, barrote e tudo o mais, exceto o forro, ficando quase completa. Contém quatro salas bastante espaçosas, com as quais acaba de fechar-se todo o corredor. Coisa muito necessária. Já que antes a parte interna da casa era visível, podendo quem quisesse olhar sem impe-

⁵⁵ LEITE, *História...*I, 52, citando *Brás, II, 10* do ARSI (Arquívum Romanum Societatis Jesu)

dimento esse interior, sem que nenhum dos nossos pudesse retirar-se discretamente do seu cubículo.”⁵⁶

Em 1583 concluiu-se quase toda a claustra com bons quartos, a enfermaria, bem orientada (*na ala sul*), que servia não só para os doentes do Colégio, mas para os velhos e cansados de toda a província e a capela interior, reservada aos irmãos, unida, por uma janela na parede, com a mesma enfermaria donde os doentes velhos e cansados viam o altar e assistiam à Missa⁵⁷.

Na “Enformacion de la Provincia del Brasil para Nuestro Padre”⁵⁸ de 31 de dezembro de 1583, temos notícia que parte dos edifícios estão construídos em pedra e cal:

“Nesta cidade temos Colégio, o maior, e seminário da Província, tem casa de provação (*Noviciado*) junto ao Colégio, habitação distinta, e escolas. Está situado em lugar muito amplo, eminente ao mar, tem de novo feito um claustro de pedra e cal e no quarto da parte de Leste fica a Igreja e sacristia; a Igreja é razoável, bem acabada, com seu coro, é bastante por agora para a terra e bem ornada de ricos ornamentos... O outro quarto, da parte do sul, tem por cima Capela e enfermaria de boa grandura; por debaixo, despensa e adega. O quarto da parte de poente tem 19 câmaras, nove por de cima, e por de baixo

⁵⁶ Pe. JOSÉ DE ANCHIETA. Cartas. VI vol. das *Obras completas*. Edições Loyola. São Paulo. 1984 p. 481

⁵⁷ LEITE, *História...*I, 53

⁵⁸ Esta *Enformacion...*foi atribuída, segundo uma cópia de Évora, ao Pe. Anchieta – ver *Anchieta, Cartas*, 413 – mas o original com assinatura autógrafa do Pe. Cristóvão de Gouveia, Visitador, (o estilo, porém, é do seu secretário, Pe. Fernão Cardim) está no ARSI, *Bras* 333 – 339. Ver também LEITE, *História...* VIII. 135 e 280.

dez, com as janelas sobre o mar, com três outras janelas grandes que fazem cruz nos corredores. O quarto da parte Nordeste tem sete câmaras por de cima e seis por de baixo: todas são forradas de cedro e amplas mais que as de Coimbra; os portais de cantaria, e é o edifício bem acomodado, exceto que está por aperfeiçoar e forrar os corredores e guarnecer.

Não tem ainda oficinas novas, nem provação (*nova*), nem escolas (*novas*), por ser tudo velho de taipa, e vai tudo devagar por não se pagar bem as rendas e cento e sessenta ducados de esmola, que El Rei, D. Sebastião, fez para as obras; mas sempre se faz algo.

Vivem neste Colégio sessenta dos Nossos de ordinário. Este Colégio há dotado El Rei, D. Sebastião, com 3.000 ducados de rendas para os sessenta em cada ano, que seus oficiais pagam mui mal, pelo que o Colégio está endividado”.

O Pe. Fernão Cardim em “Tratados da Terra e gente do Brasil”, quase repete o acima citado, acrescentando pormenores que nos ajudam a ter uma idéia de toda a área ocupada pelo Colégio:

“Os Padres tem aqui um Colégio novo quase acabado: é uma quadra formosa, com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos; os mais deles têm a janela para o mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão bom como o de pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portais de pedra, as portas de angelim forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Bahia e vemos os cardumes de peixes e baleias andar saltando na água, os navios estarem tão perto que quase ficam à fala. A Igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos

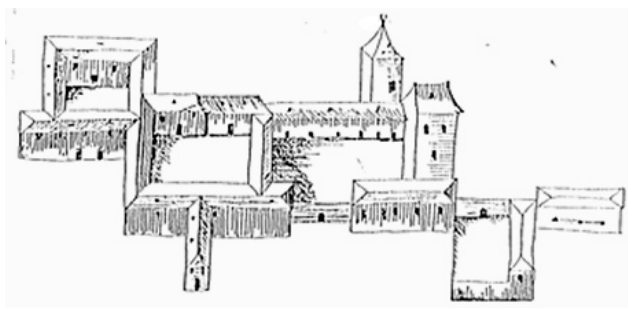
com tela de ouro; tem uma cruz e turíbulo de prata, uma boa custodia para as Endoenças (*Quinta Feira Santa*), muitos e devotos painéis da vida de Cristo e todos os Apóstolos. Todos os três altares têm dosséis com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dourada de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das Onze mil virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos, e uma imagem de Nossa Senhora de São Lucas, mui formosa e devota.

A cerca é muito grande. Bate o mar nela, por dentro se vão os Padres embarcar, tem uma fonte perene de boa água com seu tanque, aonde se vão recrear; está cheia de árvores de espinho, parreiras de Portugal, as quais se as podam a seu tempo, todo o ano estão verdes, com uvas ou maduras ou em agraço... O Colégio tem três mil cruzados de renda e algumas terras donde fazem os mantimentos; residem nele de ordinário sessenta; sustentam-se bem de mantimentos, carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual não se sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos; vestem e calçam como em Portugal; estão bem empregados em uma lição de Teologia, outra de casos, um curso de artes, duas classes de humanidades, escola de ler e escrever; confessam e pregam em nossa Igreja, Sé etc. Outros empregam-se na conversão dos índios. E todo procuram a perfeição com grande cuidado, e serve-se Nosso Senhor muito deste Colégio, ao qual será honra e glória”⁵⁹.

Em outra passagem do mesmo livro, o Pe. Fernão Cardim nos informa:

⁵⁹ CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Companhia Editora Nacional 1939. p. 255 – 257

“Algumas coisas fez o Padre (*Cristóvão Gouveia, Visitador*) dignas de memória e muito aceitas aos deste Colégio: a primeira foi um poço de noventa palmos (*19,80 m*) e sessenta em roda (*13,20 m*), todo empedrado, de boa água, que deu muito alívio a este colégio, que, por estar em um monte alto, carecia de água suficiente para as oficinas. E também fez um eirado sobre colunas de pedra, aberto por todas as partes, e fica eminente ao mar e vaus que estão no porto, que servem de repouso; e é toda a recreação deste colégio, porque dele vêm entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo e ficamos senhores de todo esse recôncavo, que é uma excelente, aprazível e desabafada vista⁶⁰.



Colégio de Jesus da Bahia em 1625. Corresponde, substancialmente, à descrição do Pe. Cristóvão Gouveia e a do Pe. Fernão Cardim de 1583.

Uma outra descrição do Colégio deste período, propriamente do ano de 1587, nos é dada por Gabriel Soares de Sousa:

“Passando além da Sé pelo mesmo rumo do norte, corre outra rua mui larga, também ocupada por lojas de mercadores,

⁶⁰ idem, p. 320

a qual vai dar comsigo em um terreiro mui bem assentado e grande, aonde se representam as festas a cavalo, por ser maior que a praça (*municipal*), o qual está cercado em quadra de nobres casas. E ocupa este terreiro a parte da rua da banda do mar um sumptuoso colégio dos padres da Companhia de Jesus, com uma formosa e alegre igreja (*a terceira, a de Mem de Sá*) onde se serve o culto divino com mui ricos ornamentos, a qual os padres tem sempre mui limpa e cheirosa.

Tem este colégio grandes dormitórios e muito bem acabados, partes dos quais ficam sobre o mar com grande vista; cuja obra é de pedra e cal, com todas as escadas, portas e janelas de pedrarias, com varandas, e cubículos mui bem forrados, e por baixo lageados com muita perfeição, o qual colégio tem grandes cercas até o mar, com água muito boa dentro, e ao longo do mar tem umas terracenas, onde recolhem o que lhe vem embarcado de fora. Tem este colégio ordinariamente oitenta religiosos, que se ocupam em pregar e confessar alguma parte deles, outros ensinam latim, artes, teologia e casos de consciência, com o que tem feito muito fruto na terra; o qual está muito rico, porque tem de S. M. cada ano quatro mil cruzados, e davantagem, importar-lhe-á a outra renda que tem na terra outro tanto; porque têm muitos currais de vacas, onde se afirma, que trazem mais de duas mil vacas de ventre, que nesta terra parem todos os anos, e tem outra muita grangearia de suas roças e fazendas onde tem todas as novidades de mantimentos, que se na terra dão em muita abundança.”⁶¹

⁶¹ SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587* Companhia Editora Nacional. 1938. p. B7 – 138

No período que vai de 1587 a 1624 continuaram as obras de construção e remodelação dos edifícios do Colégio, sempre sob a orientação e segundo a traça do Ir. Francisco Dias, que, às vezes, se ausentava por ser também piloto do navio do Pe. Provincial. Em 1589, o Pe. Visitador, Cristóvão Gouveia, notando mudanças no plano que tinha aprovado, proibiu que em diante se fizessem modificações, pois os planos tinham sido elaborados “com muito cuidado e acordo do Ir. Francisco Dias arquitecto”.⁶²

O edifício das escolas continuou a ficar separado do conjunto principal do Colégio; mas, por iniciativa do Pe. Marçal Beliarte, Provincial (1587-1594), foi restaurado; de fato, em 1590, sendo Reitor do Colégio o Pe. Fernão Cardim (1587-1592), inauguraram-se nele, em forma solene, as aulas, juntamente com várias dependências novas do Colégio⁶³. Nesta solenidade participaram autoridades da cidade, entre elas o Bispo, D. Frei Antônio Barreiros (*Cistercense*), que na ocasião instituiu um prêmio anual de 15 arrobas de açúcar para os alunos melhores.

As casas do Noviciado (*provação*), neste período deviam ter sido abandonadas para passar numa construção nova ligada à ala ou corredor norte da quadra descrita em 1583 pelo Pe. Fernão Cardim. Isto se evidencia confrontando a dita descrição com o mapa da cidade da Bahia (e nele o mapa do Colégio) publicado pelo Pe. Bartolomeu Guerreiro em 1625, mostrado acima.

⁶² LEITE, *História...*I, 55

⁶³ LEITE, *História...*I, 103

Fazia parte integrante do Colégio a Igreja, que neste período continuava a ser a do Governador Mem de Sá inaugurada em 1572; mas se pensava já numa igreja nova. O Pe. Pedro Rodrigues, Provincial (1594-1603), escreve, em 1597, ao Pe. Geral, Pe. Cláudio Acquaviva, que esperava “começar a Igreja (*nova*) deste Colégio da Bahia” e, em resposta o Pe. Geral lhe indica o modo como se há-de-haver nesta construção e as condições com que os benfeitores, que quiserem, poderão edificar capelas dentro dela⁶⁴.

Em 1604 ainda não se tinham iniciado as obras da “Igreja nova”; porém o Pe. Fernão Cardim, no mesmo ano, pensa construir um engenho (o da Assunção, no rio Trindade)⁶⁵, cujas rendas poderiam servir para as despesas da construção da nova Igreja⁶⁶, construção que, de fato, se começou, mas também se interrompeu por dois motivos: pairava a dúvida se o Colégio podia, segundo as Constituições, possuir engenho com rendas fixas; e pela intervenção do Governo e povo, pois a nova Igreja invadia parte do Terreiro de Jesus, que era zona pública.

O Pe. Henrique Gomes, lá por 1615-16, propunha que a nova Igreja do Colégio se construísse no lugar onde estava “o corredor que vai para a portaria, o qual, para este efeito, se havia de derrubar... ficando a Igreja, que se havia de fazer, formando a quadra do Colégio da parte do sul, a qual obra não se realizou por causa da tomada da Bahia pelos Holandeses (1624) e pelas dívidas que no Reino se achou dever o

⁶⁴ LEITE, *História...*I, 28 – 29

⁶⁵ LEITE, *História...*V, 199

⁶⁶ LEITE, *História...*V, 106

Colégio.” No corredor a ser derrubado, “havia duas salas uma das quais serve de livraria, ainda que pequena para isso, e outra de Casa de Hóspedes; os baixos servem de Procuratura e de cubículo do companheiro do procurador, com bem de incomodidades por serem muito úmidas, obscuras e sobterradas e por isso nocivas à saúde”⁶⁷

Na tomada de Salvador pelas armas holandesas, os soldados se estabeleceram no colégio e profanaram a Igreja; fizeram dela depósito ou “adega, em que recolheram muitas das pipas de vinho, que na cidade acharam”⁶⁸.

Os anos sucessivos à saída dos holandeses (1625) se empregaram em restaurar o Colégio e a Igreja, “que a diabólica ousadia dos hereges holandeses, há vinte anos, desfez, destruiu e assolou”.

Mas a idéia de uma igreja nova para o Colégio permanecia viva. Em 1643, tratando-se de uma possível venda de terras de Camamu, sesmária doada à Companhia pelo Governador Mem de Sá, o Pe. Belchior Pires se opôs argumentando que das matas de Camamu vieram as madeiras das casas da Bahia e haviam de sair ainda para a Igreja nova, que se há-de fazer⁶⁹.

Finalmente, em 1654, chegou-se a uma decisão final por iniciativa do Pe. Simão de Vasconcelos. Dele temos dois escritos muito importantes endereçados ao Pe. Geral da

⁶⁷ LEITE, *História..* V, 107 – 108. Ver também o Mapa da cidade do Pe. Bartolomeu Guerreiro do ano 1625.

⁶⁸ Idem, p. 106

⁶⁹ idem, p. 106 – 107

Companhia de Jesus, que o Pe. Serafim Leite na sua *História* reproduz na íntegra.⁷⁰

O primeiro escrito tem este título: “Razões do acordo que se tomou no ano de 1654 sobre o sítio da Igreja nova” e informa sobre os projetos da igreja nova e o sítio onde devia ser construída. Inicialmente, lembra as tentativas feitas desde o ano de 1597 e continua: “Até que agora, no ano de 1654, a nobreza desta cidade, vendo a muita necessidade que o Colégio dela tem de Igreja nova, ofereceram suas esmolas para a fábrica, e, tratando-se do sítio em que ficaria melhor, assentaram se fizesse de tal sorte que a porta principal ficasse fronteira ao meio do Terreiro, que é a principal praça desta cidade, com que, além de ficar a fábrica muito lustrosa, ficaria o Colégio com lugar para se poder melhorar no edifício e recolhimento dos religiosos dele, fazendo-se a Igreja no meio do pátio da clausura principal; e o corredor da portaria...que se havia de derrubar, se fizesse outra vez pela parte do sul, com que ficaria o Colégio com dois pátios...”

“Pôs-se em consulta esta petição dos devotos e amigos da Companhia, na qual assistiram os padres Provincial (*Pe. Francisco Gonçalves 1652 – 1655*), o Reitor (*ou o Pe. Provincial que era também Reitor, ou, mais exatamente, o mesmo Pe. Vasconcelos, que era Vice-reitor do Colégio*), Consultores e mais Padres (exceto o Pe. Belchior Pires que foi de parecer contrário) se fizesse a Igreja no sítio, que pediam os nobres da cidade.”

⁷⁰ LEITE, *História...* V, 107 – 117

São expostas cinco razões em favor deste sítio da igreja e são dadas respostas aos inconvenientes apontados pelo Pe. Belchior Pires, que opinava como sítio da igreja o lado sul da quadra do Colégio, que teria assim um único pátio muito amplo.

O segundo escrito importante do Pe. de Vasconcelos, datado a 5 de outubro de 1655, é uma longa lista de benfeitores e nobres da cidade, que para a nova Igreja já deram suas ofertas e prometeram continuar, a estas condições:

1. “que a igreja se ponha em execução e acabe em breve tempo” e por isso “assentaram todos conosco que a principal da cantaria, como arcos, portadas, tribunas etc. viesse lavrada do Reino”.
2. “que a Igreja se assentasse bem no meio do nosso Terreiro de Jesus”.
3. que lhes fossem concedidos uns favores, como carta de irmandade por parte do Pe. Geral e jazigo próprio na Capela para o benfeitor dela.

As obras da construção da Igreja continuaram ininterruptamente por 15 anos. Tiveram início com o lançamento da primeira pedra, cerimônia brilhante, na presença do Governador Geral Conde de Atouguia, Comandantes Militares, Prelados das Religiões, e grande concurso do povo; discursou o Pe. Provincial, Pe. Simão de Vasconcelos, agradecendo em primeiro lugar a Deus, depois à Nobreza e enfim ao Povo. Esta solenidade se deu antes do dia 29 de julho de 1657⁷¹.

⁷¹ LEITE, *História...* V, 121

Foi aberta ao culto público no ano de 1672 tendo completa a Capela-mor, as duas ao lado dela, e, na nave, as capelas de S. Francisco de Borja, de Santo André e São José. As outras capelas e altares se realizaram ao correr dos anos sucessivos.

Resultou um templo magnífico, competitivo com a Sé em tamanho e beleza; foi o primeiro entre os outros templos de Salvador, que se constituíram, na sua estrutura definitiva, só no século seguinte, XVIII.

Foi realizado o plano do Pe. de Vasconcelos ou o do Pe. Belchior Pires? O Pe. Serafim Leite acha que não prevaleceu o plano de Pe. de Vasconcelos, pois, de fato, a Igreja nova constitui o lado sul do Colégio e não tem a porta principal no meio do Terreiro. Eu acho que foi o do Pe. de Vasconcelos, pois a nova Igreja fica no sítio do corredor que ia do lado do mar à portaria no Terreiro de Jesus. E, sobretudo, porque as “necessárias”, isso é, as privadas do colégio, não mudaram de lugar, ficaram onde aparecem no mapa do Pe. Bartolomeu Guerreiro do ano 1625, isso é no lado oeste da quadra do Colégio, em cima da ribanceira que desce ao mar. De fato o mesmo Pe. de Vasconcelos, no primeiro documento citado acima, afirma que o esgoto delas, que descia subterrâneo ao mar, não podia ser deslocado, pois naquela ribanceira e no cais do porto havia casas e ruas, que não existiam quando foram feitas estas galerias e não se podiam fazer outras⁷². A porta principal da igreja não está no meio do Terreiro. Talvez mudou-se a largura do Terreiro? O lado ou corredor

⁷² LEITE, *História...* V, 109 – 110

do Leste, que devia incluir no seu meio a fachada da Igreja, não foi completado, faltando, portanto, a ala à esquerda da Igreja, que devia correr para o sul. Contemporaneamente à construção da igreja e, sobretudo, nos anos sucessivos, foram organizados outros setores do colégio; a habitação da Comunidade religiosa (quartos dos Padres, dos Escolásticos e dos Irmãos), a Capela doméstica, na qual devia caber cerca de 150 pessoas (era este, mais ou menos, o número dos membros da comunidade naqueles anos), o refeitório com cozinha, copa e dispensa, o Noviciado e o edifício das escolas (“Estudos Gerais”).

Em 1694 estava já construído de recente, ao lado esquerdo da Igreja (olhando-a do Terreiro de Jesus), o edifício dos Estudos Gerais com seis salas de aula; em 1701 já tinha uma arcada ao redor do pátio dele.

Em 1703 um “Official Negreiro Anônimo” escreve no seu Diário: “O Colégio jesuítico soberbo, magnífico, talvez não houvesse em França o que se lhe comparasse. Admirável a sacristia, 100 pés de comprimento sobre 30 de largo; paredes, soalho e forro de jacarandá com deliciosas pinturas... móveis admiráveis, arcazes e armários entalhados, verdadeiras perfeições de marcenaria. Por maior e mais bela que fosse, esta sacristia tinha um ar de simplicidade e distinção, sobretudo notável.”⁷³

O navegador francês Amedeu Francisco Frezier (1682 – 1773) descrevendo a Bahia do ano de 1714, nos diz que na

⁷³ *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*. Vol. 144. ano 1921. p.328.

Igreja dos Jesuítas revestida de mármore trazidos da Europa destacava-se a sacristia muito bella, tanto pela elegância da obra de arcazes e mobiliário em geral, feitos de madeiras preciosas com embutidos de marfim, como pela série de quadrinhos que os acompanham.⁷⁴

Em 1728 o Noviciado passou definitivamente na sua nova sede em Água de Meninos, na Jiquitaia, cidade baixa; sem dúvida foi dado outro destino ao setor por ele ocupado no Colégio.

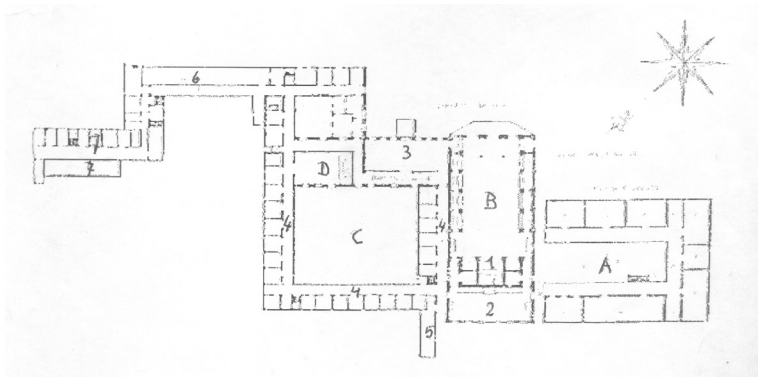
Em 1740 o Pe. João Pereira, Reitor (1740-1744) renova o madeirame do Colégio (pavimentos e telhado); restaura a Capela doméstica e o refeitório com pavimento ladrilhado e forro com talha artística, mais quadros bem moldurados nas paredes representando a Última Ceia do Senhor, Santos Jesuítas e homens ilustres.

Do que resultou destes contínuos trabalhos nos edifícios do Colégio temos quatro mapas (Figuras) bem pormenorizados, realizados no ano de 1758, (pouco antes da expulsão dos Jesuítas), pelo engenheiro José Antônio Caldas, copiados e reduzidos por Inácio José em 1782.: 1ª Figura, o subsolo; 2ª, o plano nobre, ao nível do Terreiro de Jesus; 3ª, o plano superior (primeiro andar); 4ª fachada da Igreja e Colégio⁷⁵.

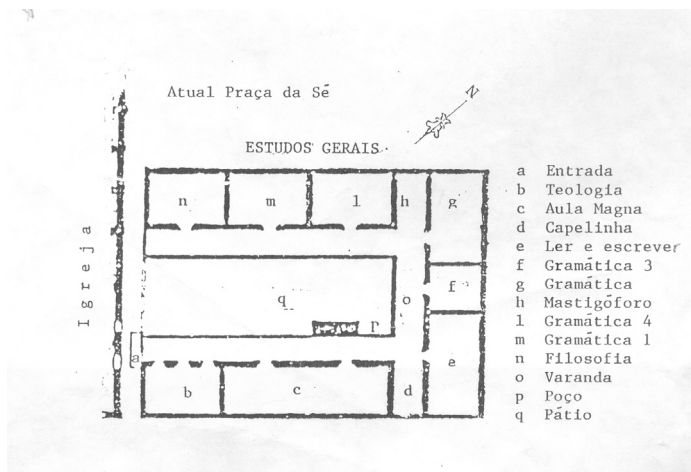
Apresentamos aqui o mapa Figura 2ª, o plano nobre, que corresponde ao nível do Terreiro de Jesus, que é suficiente para ter uma idéia do conjunto: Colégio e Igreja.

⁷⁴ ibidem p. 346

⁷⁵ LEITE, *História...* VII, 417-420: legenda e eplicações das quatro Figuras, que nas fotogravuras delas neste mesmo Vol. VII, não são de fácil leitura.



*A=Pátio dos “Estudos Gerais”. B=Igreja. C=Pátio dos Padres. D=Capela doméstica. 1 = Capela-mor da Igreja. 2 = Sacristia (em cima dela a Biblioteca). # = Portaria. 4 Corredor das celas. 5 = Banheiros. 6 = Enfermaria. 7 = Casa dos Recoletos *Juniore)*



O Colégio existe para a formação dos Jesuítas, futuros missionários dos índios do Brasil; portanto, o elemento central do Colégio são os estudos, que se desenvolvem, so-

bretudo, no edifício dos Estudos Gerais, do qual damos aqui a planta com indicação das salas que o constituem.

É um edifício em forma da letra U deitada, situado à esquerda da Igreja e separado da ela para oferecer entrada aos alunos externos provindo da Rua Direita ou do Colégio, atual Praça da Sé. Os alunos internos, Jesuítas, vinham de seus apartamentos, à direita da Igreja, através de um corredor num plano abaixo da Sacristia

A sala maior é a Aula Magna, *letra c*, com seis grandes e rasgadas janelas em arco que dão para o porto, destinada a atos públicos, como o começo solene do ano letivo com discurso de um dos Professores, disputas públicas, recepção de personagem insignes com dissertações em latim português e também em tupi, não faltando música, cantos e instrumentos. Havia nela uma cátedra artística, que, atualmente, se pode ver no Museu de Arte Sacra em Santa Teresa, Rua de Sodré.

Outra sala ampla, *letra e*, a mais frequentada pelos externos (crianças, jovens e adultos), geralmente uma centena, para o ensino fundamental de ler, escrever e contar.

De todo o conjunto do Colégio do ano de 1758. ficam nos dias de hoje estruturalmente intactos somente: 1) a Igreja, 2) o corredor ao lado dela em três andares: subsolo, 1º andar ao nível da igreja, 2º andar, um e outro com quartos dos Padres; 3) a portaria, atual sala de festas da Faculdade de Medicina, e, acima dela, a sala de recreio dos Padres graves; 4) as paredes da Capela da Comunidade religiosa são as da última parte do atual Museu afro-brasileiro; 5) os locais abaixo da antiga Capela, que constituem hoje o Museu arqueológico e etnológico.

Os últimos dias dos Jesuítas no seu Colégio de Salvador Bahia

Nuvens prenunciadoras de tempestade começaram a aparecer no horizonte para os Jesuítas nos territórios portugueses na dezena dos anos 50 deste século XVIII. Na Bahia culminaram com a expulsão de todos eles de suas casas e suas obras.

No dia 26 de dezembro de 1759, o Colégio foi sitiado por soldados e todos seus habitantes, Padres, Escolásticos e Irmãos, ficaram lá dentro incomunicáveis até o dia 7 de janeiro de 1760, quando chega ao Colégio o desembarcador Berquó acompanhado por destacamento de soldados e polícia. Executava, contra sua vontade, ordem recebida do Governador, o Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha; era um dos últimos atos de seu governo, pois o dia seguinte assumirá o mandato o sucessor, Dom Antônio de Almeida Soares Portugal, Marquês de Lavradio, que estava já no porto no navio em que chegara.

O desembargador reúne na capela doméstica toda a Comunidade, que fica lá dentro, enquanto ele com seus ajudantes revista todos os ambientes, fechando portas e janelas. À noite os reclusos são levados à cidade baixa em grupos de cinco, cada grupo escoltado por soldados com armas em punho., outros soldados ao longo do percurso para evitar ou afastar curiosos. Os presos são levados em barcos ao Noviciado de Jiquitaia ou Águas de Meninos, ampla construção, na qual ficam até mo dia 18 de abril, quando são embarcados no porão de dois navios, que os deixam parte nas masmorras de Lisboa e parte em territórios pontifícios na Itália.

No último dia, o do embarque para o desterro, 124 Jesuítas se recolhem na Capela interna do Noviciado, o PE. Provincial celebra a S. Missa, todos comungam; depois da Missa, diante do Santíssimo Sacramento exposto no altar, cantam o *Te Deum*, ação de graças a Deus por ter a sorte de ser perseguidos pelo Nome de Jesus. Recebem a bênção do seu Senhor na

Eucaristia e abandonam forçosamente a terra de seu anseio missionário.

Referências

ANCHIETA, Joseph. *Cartas Jesuíticas, III. Cartas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. *Obras completas*. São Paulo. Edições Loyola. 1984. (Vol. VI.).

CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

Documentos Históricos. Série. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Biblioteca Nacional. 1928 – 1954 ss.

História de la fundación del Collegio de La Baya de todos los Santos e de suas residências. Rio de Janeiro. Annões da Biblioteca Nacional, vol. XIX, 1897.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 volumes. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro; Lisboa: 1938 – 1950.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas Jesuíticas, I. Cartas do Brasil (1549-1560)* Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VÁRIOS AUTORES. Cartas Jesuíticas. II *Cartas Avulsas*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

VÁRIOS AUTORES, org. por LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. 5 volumes. Roma. Archivum Historicum Societatis Jesu. Roma. 1956 – 1968.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 2 volumes. Petrópolis: Vozes, 1977.

*Padre Antônio Vieira e a Rainha
Cristina Alexandra da Suécia
observações e comentários*

*Gloria Kaiser**

*Por ocasião dos 400 anos do nascimento do Padre Antonio Vieira
6 de fevereiro de 1608, Lisboa – 18 de julho de 1697, Salvador*

“[...] para chegar ao amor, temos de passar pelas trevas...”

Começa com uma citação, com uma sentença do Santo Ofício de Coimbra:

Seja privado para sempre de voz ativa e passiva, e do poder de pregar, e recluso no colégio, ou casa de sua Religião, que o Santo Ofício lhe assinar’ donde, sem ordem sua não sairá; e que por termo por ele assinado, se obrigue a não tratar mais das proposições de que foi arguido no discurso de sua causa, nem de palavra, nem por escrito, sob pena de ser rigorosamente castigado.

Com esta sentença do Santo Ofício de Coimbra terminou em março de 1669 a pena de prisão domiciliar de

* Escritora austríaca, sócia correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Instituto Genealógico da Bahia, membro correspondente da Academia de Letras da Bahia

cinco anos do Padre Antônio Vieira. Por cinco anos o padre jesuíta e suas atividades foram postas à prova quanto a sua obediência e integridade. Cada uma das etapas da sua vida foi escrutinada, o tempo que passou no Colégio dos Jesuítas na Bahia, o Colégio da Companhia de Jesus, seu noviciado, suas atividades como professor de retórica em Olinda, sua ação na luta contra a invasão dos holandeses em Pernambuco e na Bahia, os anos que passou como missionário no Sertão, suas viagens como diplomata do Rei João IV. Não foi possível comprovar um único ato de desobediência do padre contra a Santa Madre Igreja. No caso do Padre Vieira, a questão estava num outro plano: os seus "atos" eram palavras, eram sermões, pois, nos seus sermões, por exemplo, ele desnudava sem piedade os sistemas de exploração e de poder da economia colonial.

Após cinco anos de interrogatórios, audiências, leituras de acusações, elaboração dos discursos de defesa, a condição física do Padre Antônio Vieira encontrava-se num estado deplorável. Ele estava cuspindo sangue, febril, seu hábito preto sobrava em volta do seu corpo emagrecido, no entanto, espiritualmente o homem que então contava com 61 anos estava inteiro. Ele permaneceu forte e lúcido em suas convicções, em suas críticas, e não cedeu nem mesmo nas acusações mais pesadas, por exemplo, no caso em que solicitava que se parasse e voltasse atrás com a expulsão dos judeus de Portugal. Com a expulsão dos judeus de Portugal teve início o declínio do florescente reino lusitano. Antonio Vieira disse: "Agora os ingleses dispunham tanto das riquezas quanto da inteligência!"

O Inquisidor-Mor António da Silva preparou-se durante muitos meses e escolheu a dedo as palavras para a sentença final, consultando os melhores retóricos de Évora, pois ele estava consciente de que tinha no Padre Antônio Vieira um réu que dominava a mais perigosa das armas: a palavra. O objetivo da inquisição era claro: enterrar a imagem cultuada de Antônio Vieira para sempre.

Vieira havia trabalhado como missionário junto aos índios, quando aproveitou o isolamento para traduzir o catecismo para sete línguas nativas; ele também havia viajado pela Europa como diplomata. Em todos os lugares ele proferiu discursos, suas cartas e sermões eram copiados, traduzidos e enviados aos círculos científicos e intelectuais de Paris, Amsterdam, Londres e Estocolmo, onde passavam de mão em mão. Ele havia se tornado uma figura cultuada, de inteligência brilhante e destemida.

Antônio Vieira era conhecido na Europa humanista e havia interesse em se saber da vida, do destino desse padre.

Como acabar com um homem que não se pode queimar na fogueira, por ser ele conhecido em toda a Europa? Calando-o.

E foi exatamente este o objetivo cumprido pela sentença da Santa Inquisição de Coimbra em março de 1669.

Algumas palavras sobre o sermão

No século XVII o sermão e a carta eram estilos literários utilizados para se tecer comentários e divulgar acontecimen-

tos. O sermão e a carta são, na realidade, a forma ancestral da prosa. Além disso, o púlpito nas igrejas era um lugar reservado, em que um pregador podia pronunciar-se quase que livremente.

Jornais quase não existiam. O “primeiro jornal” diz-se ter sido a carta escrita por Cristóvão Colombo e enviada em 1493 ao Tesoureiro Real Rafael Sanchez, em Granada. Esta carta foi traduzida para muitas línguas e distribuída. Depois dessa “primeira carta” e apesar da era da imprensa, o jornalismo estancou. Cem anos mais tarde imprimia-se jornais que circulavam irregularmente, às vezes semestralmente, mas que eram distribuídos em número reduzido e somente para a elite.

Qual seja o segredo de um bom texto, de um bom sermão?

No fundo estamos à procura de “nós mesmos” em todo e qualquer texto.

A mensagem de um texto somente se sobrepõe ao seu tempo, somente se torna atemporal, quando o texto comunica sem rodeios e firulas a verdade inerente ao escritor, ao pregador.

Antônio Vieira nos ensina:

Como devem ser as palavras?

Devem ser como as estrelas. As estrelas são claras, definidas e sublimes. É assim que deve ser o estilo do pregador, do escritor: claro, definido e sublime. De forma que as palavras possam ser compreendidas pelas pessoas sem instrução. E as palavras devem ser tão sublimes, que as pessoas instruídas tirem grande

proveito delas. O camponês encontra nas estrelas indicações para o seu trabalho, o marinheiro para a sua viagem, e o matemático e filósofo para os seus cálculos e observações. É, assim, tão claras, definidas e sublimes que as palavras precisam ser.

Assim, no século XVII, portanto, a maioria das pessoas tinha (por falta de jornais) – a maioria tinha acesso às novidades através dos “jornalistas da religião”, nas nave das igrejas: se o comércio ia melhor ou pior, se alguma personalidade havia falecido, se havia alguma epidemia em algum lugar, se algum aumento de impostos estava por acontecer.

Antônio Vieira praticou esta forma de jornalismo religioso até beirar a perfeição, mas também até aos limites da “liberdade de imprensa”, como diríamos atualmente. Muitas vezes ele pôs de lado todas as regras de estilo quanto a como escrever um sermão, o que significa que ele estava desenvolvendo o seu próprio estilo de sermão. Seus sermões nem sempre partiam de uma passagem bíblica, e sim, tratavam criticamente situações inconvenientes, sem necessariamente relacioná-las ou ilustrá-las com imagens da Bíblia.

A conjugação do ladrão de Antônio Vieira ganhou fama e não perdeu em significado até hoje para o todo mundo: “Eles roubam! A palavra roubar pode ser torcida em todas as direções e de acordo com todas as regras gramaticais. Roubam no indicativo, o tempo real. A primeira indicação é quando exigem ter conhecimento das riquezas que pretendem carregar. Roubam no imperativo, quando dão ordens, pois eles dispõem de um império que admite, aliás que ordena o roubo. Roubam no subjuntivo, o modo das possibilidades,

trocando as suas moedas de cobre por ouro e pedras preciosas. Roubam *ad infinitum*, portanto, é claro que roubem também no infinitivo. Quando somem, deixam suas raízes, os modelos mentais para o roubo futuro. Eles próprios roubam, quer dizer, roubam na primeira pessoa; e roubam a própria criadagem, portanto, a segunda pessoa. Roubam também na terceira pessoa, estes são os que têm um dom especial para roubar. Roubam no presente, pois este é o seu tempo, roubam no passado, pois é de lá que desencavam crimes, desvantagens e dívidas para justificar o direito de roubar. Fazem acordos sobre pássaros que ainda estão voando, portanto roubam também no futuro. Roubam, roubavam, roubaram, roubarão. Teriam roubado muito mais, se houvesse mais o que ser roubado...”

A sentença da Inquisição de Coimbra teve o objetivo de calar a boca do Padre Antônio Vieira, e além do mais ele foi banido para Roma por cinco anos. Sua missão na cela do Palácio dos Anjos seria a de preparar minuciosamente a sua defesa e, mais do que isso, seria a de sofrer a tortura da proibição de pregação e da troca de idéias.

A banição de Antônio Vieira foi uma jogada muito bem articulada pelo Inquisidor-Mor, pois continha uma mensagem política e altamente explosiva num tempo em que Roma era dominada pelo Santo Ofício do Vaticano. (1670!) É óbvio que esta instituição entendia-se acima de todos os inquisidores, afinal de contas os funcionários do Santo Ofício já haviam indiciado um René Descartes e um Nicolau Copérnico.

No entanto, independentemente do jogo de forças para decidir se Espanha, Portugal ou Roma educavam seu reba-

nho a ser o mais cegamente obediente, justamente enquanto Antônio Vieira viajava para Roma a fim de cumprir o seu banimento de cinco anos, era publicado o primeiro volume dos seus Sermões traduzidos para o francês. A divulgação dos seus Sermões não pode ser evitada e a publicação da tradução deixava evidente, que, por exemplo, o seu famoso "Sermão de Santo Antônio aos peixes" seria recebido por um eleitorado interessado.



Algumas frases sobre Christina da Suécia

Penso, seja necessário esboçar a personalidade excepcional, o caráter extraordinário da Rainha Christina da Suécia.

Todos sabemos que a história sempre acaba por impor-se ao pensamento pequeno, que ela sempre acaba por reunir justamente as pessoas necessárias para representar através do destino de uma delas o espírito de toda uma época. Foi assim também em Roma, em setembro de 1669, com o Padre Antônio Vieira e com Christina da Suécia Wasa.

Christina morava no Palazzo Riario, na Via Lungara, “na direção da Catedral de São Pedro”, como ela sempre havia desejado. Era uma mulher que guardava em si os extremos, era chamada (e ainda o é) de Minerva do Norte por alguns e de Hetera por outros. Comumente ela é apresentada como a mulher que através de seus atos irresponsáveis conduziu uma nação inteira ao caos, a Suécia. Por outro lado, ela é admirada

como cientista, denominada de gênio linguístico e também apresentada como filósofa, quem entre outras coisas, levou René Descartes a Estocolmo. Até mesmo a sua aparência é descrita de forma dúbia. Fala-se apaixonadamente de uma bela nórdica de lábios carnudos, cabelo castanho-avermelhado e de olhos verdes, porém também de uma mulher masculinizada, de voz grossa e ombros aleijados.

Conta-se que Christina nasceu em 1626, e que teria sido preparada para sua função de Rainha da Suécia através de uma educação baseada em princípios protestantes e patriarcais. Cresceu falando oito línguas e dominava os cálculos astronômicos mais complicados. Era formada em retórica e foi literalmente treinada a conduzir negociações diplomáticas de forma polida. Ela era destemida nas artes do tiro e da esgrima. Esperava-se dela que assumisse o trono, tivesse filhos e que conduzisse a grandiosidade da Suécia de então à geração seguinte.

Entretanto todos se enganaram com Christina, pois diversas experiências traumáticas fizeram com que ela se distanciasse interiormente de seus mestres e procurasse o seu próprio caminho. Ela continuou mantendo as aparências como uma princesa obediente por muitos anos, enquanto interiormente ia conquistando novos horizontes, formando suas opiniões e o seu mundo espiritual. Com sua força de vontade férrea conseguiu manter o equilíbrio entre os seus dois mundos.

As limitações desmedidas e as lições impostas a ela eram compensadas interiormente pelo oposto: liberação, liberdade, libertinagem foram conceitos que se imprimiram

na sua alma e no seu espírito e que se tornaram o fio condutor de sua vida, conferindo-lhe forças quase titânicas.

Aos seis anos seu amado pai, Rei Gustavo II Adolfo, morreu na guerra e Christina conviveu com a loucura de sua mãe. Eleonora de Brandemburgo, que em seu amor idolatrado e doentio pelo marido, insistia em não separar-se do cadáver do marido. Por esta razão, ele foi enterrado somente um ano e meio após a sua morte.

A guerra devastadora que também levava seu pai não terminava. A matança recíproca de católicos e protestantes espalhava-se por toda a Europa. Christina formulou a sua aversão contra esta guerra na forma de uma – por assim dizer – chantagem: Jamais admitiria tornar-se a rainha de um país em guerra há duas décadas e meia. Esta foi uma declaração proferida por ela aos 18 anos de idade ao parlamento sueco. E sabe-se que dessa forma, Christina definitivamente influenciou o final da Guerra dos 30 Anos que afinal terminou em 1648.

Na vida particular, Christina manteve uma amizade especialmente significativa com Ebba Sparre para logo depois decepcionar-se amargamente (Ebba se casou).

Então Christina apaixonou-se perdidamente pelo jovem diplomata francês Gabriel de Gardio e confiou nele. Ele, porém, logo passou a fazer exigências desmesuradas, por exemplo, queria para si o cargo de Primeiro Ministro da Suécia. Depois do fim deste primeiro grande amor, ele vendeu à escritora de escândalos Madeleine de Scudéry, um diário, “História de Amor da Princesa Sueca”, de forma a revelar todos os detalhes deste amor nas mais altas esferas da Europa. Qual humilhação!

Depois dessa decepção Christina decidiu que jamais se casaria. Além disso, decidiu converter-se à fé católica, por encontrar mais espaço para a liberdade espiritual na Igreja Católica. Para Christina não havia nenhuma incongruência entre "crer" e "saber", apesar de o conflito entre "crer absolutamente" e "querer saber tudo" ter dividido os humanistas do século XVII.

Christina queria ser uma filha obediente da Igreja Católica e, simultaneamente, continuar suas atividades como cientista. Sentia-se espiritualmente melhor na Igreja Católica, pois encontrou ali tanto pecadores quanto santos, um Michelângelo e uma Maria Magdalena. Apesar de muitas intrigas e resistências ela realmente traçou o seu próprio caminho. Em 1654, aos 28 anos, abdicou do trono convertendo-se à fé católica em novembro de 1655, em Innsbruck, na Áustria. Trata-se de um ato inimaginável, um ato único na história da Europa. Após a sua conversão Christina viajou a Roma, onde passou a viver até a sua morte, ausentando-se somente para algumas viagens.

Os primeiros meses de Christina em Roma, em 1656, quase a transtornaram. Não estando acostumada a ficar desocupada, ela acabou por envolver-se seriamente em excessos e em desordem social. De repente sua vida não lhe impunha mais uma agenda de compromissos, nem obrigações, e esta tranquilidade levava-a a um estado de agitação, que a levou até ao fundo do poço. Ela costumava dizer: "Amo a tempestade e temo a calmaria". Christina envolveu-se em uma intriga política que culminou na sua reivindicação do trono de Rainha de Nápoles. Por isso ela viajou a Paris, em 1656, para negociar

com Giulio Mazarin. Em Paris, acabou tendo um breve, mas fatídico caso de amor com o Conde Giovanni Monaldesco, que rapidamente transformou-se num relacionamento de dependência do qual somente conseguiu libertar-se com o fracasso da sua missão política napolitana. O final trágico deste relacionamento foi a ordem de execução dada por Christina em novembro de 1657 ao Conde Monaldesco, no Palácio de Fontainebleu. A Europa inteira ficou tão chocada diante do acontecimento que não houve reações. Na verdade, Christina deveria ter sido julgada – lembremos de Maria Stuart –, pois, em 1657, ela já não era mais rainha há muito tempo, e sim uma pessoa qualquer (uma Toda Mundo, uma pessoa particular), sem direito a “proferir sentenças” ou a “fazer justiça”.

Quando Antônio Vieira chegou a Roma em 1669, Christina contava com 43 anos. Ela estava firmemente integrada ao tecido social de Roma, havia sido fundadora da Accademia Reale, co-fundadora do Squadrone Volante, uma associação em defesa da eleição livre do Papa, e conduzia discussões com seu amigo, o Cardeal Décio Azzolino, em seu salão. Christina dava apoio a artistas, como, por exemplo, a Gianlorenzo Bernini, lutou pela liberdade de moradia dos judeus em Roma, organizou procissões para conscientizar os romanos do perigo que representavam os turcos, enviou dinheiro, muito dinheiro a Viena para ajudar Johann Sobieski na luta contra os turcos. Só para lembrar: em 13 de setembro de 1683 os turcos foram vencidos na periferia de Viena. Interiormente Christina era um ser dividido, que não tinha um interlocutor com quem pudesse discutir no mesmo nível. À noite, andava inquieta pelas vielas e salas, e frequentemente

galopava sem rumo por Roma. Sofria de solidão interior, de um sentimento de desgarramento e sofria pelo peso da culpa que carregava. (A encarregada, a ordenada execução de Monaldesco).

Christina não encontrou o seu caminho para a "cura pelo espírito" como Stefan Zweig denominou estas fases da vida. (*Neste ponto gostaria de lembrar que Stefan Zweig referiu-se ao Padre Antônio Vieira como "uma das figuras mais diplomáticas e geniais de sua época"*).

Algumas folhas de papel com cópias de sermões do Padre Antônio Vieira eram o *vademécum* de Christina e quando ela ouviu que este padre teria vindo parar em Roma, imediatamente manifestou ao Papa Clemente IX (nono) o seu desejo de que o Padre Antônio Vieira viesse a ser o seu pregador pessoal. O Papa não pode preencher o seu desejo, porém antevendo o próprio fim, pretendia provar ao mundo sua visão progressista e a sentença de proibição de pregação e de troca de idéias representava um retorno à Idade Média! Há muito tempo já se discutia na Igreja Católica sobre a liberdade de opinião. Além disso, apesar de ter de cumprir o papel de se mostrar crítico do Padre Antônio Vieira, Clemente IX (nono) no fundo o admirava. *Fata viam invenient*. Até mesmo o Papa encontrou meios e um caminho, uma solução para permitir que estas duas pessoas tão extraordinárias pudessem encontrar-se regularmente. Na escuridão da noite o Padre Antônio Vieira passeava do Palácio dos Anjos ao Palazzo Riario, onde aprendia italiano com Christina e onde eles conduziam as suas discussões.



Os cinco anos de diálogos entre Christina e Antônio Vieira ficaram registrados em forma de correspondência, que aqui reproduzo adaptado à linguagem atual.

Aqui citações de 9 cartas, 9 discursos:

Christina queria discutir mais detalhadamente com Antonio Vieira o seu sermão de agosto de 1642, sobre São Roque e sobre a citação de São Lucas, (segundo seu evangelho – *Beati sunt servi illi*).

E Antonio Vieira explicou:

“Christina! Cara, Querida Amiga! É com prazer que compartilho a minha conclusão sobre São Roque, e conforme sabemos, em cada ato e em cada ser humano moram muitas verdades”.

De fato, é sabido que Roque, filho de uma família nobre de Montpellier, havia herdado um patrimônio (herança) enorme, e que o distribuiu entre os pobres, assim como entre os vassalos de seus parentes. Ao retornar a Montpellier alguns anos mais tarde, usando as mesmas vestimentas com que havia deixado a cidade, não mais foi reconhecido pelos seus parentes. Ao contrário, temiam que se tratasse de um espião político, e ele acabou numa cela de prisão.

Agora lhe pergunto: será realmente possível, que a fisionomia de Roque, o seu olhar, tivesse mudado a ponto de não mais poder ser reconhecido? Na minha opinião, o **seu olhar não** mudara, e sim, a riqueza é que transformara o olhar de seus parentes!

Riqueza e status social transformam a forma de se perceber o mundo. Muitas vezes evitamos reconhecer isto,

e preferimos nem pensar a respeito. Contudo vivenciamos essa realidade todos os dias. Se nosso melhor amigo ascende socialmente, ele nos verá com outros olhos já no dia seguinte, sua percepção do que falamos e a linguagem que usará na comunicação conosco serão diferentes. O que ontem – às vezes – o que ontem era amor passa a ser autoridade e ordem. As pessoas, principalmente aquelas que seguem vivendo a vida ao léu, e que são a maioria, não vêem no outro a pessoa – às vezes – e sim, o status social, a posição social. E quando chamam o seu amigo, estão na verdade chamando o seu status social; quando precisam de um amigo, necessitam somente do seu status social, a influência decorrente desse status.

Roque foi ignorado por aqueles, a quem ele dera a sua fortuna, e isso era doloroso demais. Pois, a falta de reconhecimento é mais doloroso que desamor ou perseguição.

Você, querida Christina, passou por isto (1667) quando há três anos. Você queria visitar novamente a sua pátria. E o Oficial Alfandegário Malär teve negada a sua entrada na Suécia com as palavras: “Christina, Rainha? Nós não temos mais uma rainha desde 1655. Como é a Senhora? Quem é a Senhora?”

E você teve de retornar, nunca mais tendo podido pisar na Suécia desde a sua abdicação.

Como doloroso.

E nessas circunstâncias, não tendo sido reconhecido por ninguém, Roque encontrou o conforto e a amizade de um animal, de um cão que lambia suas feridas, consolava-o e lhe trazia pão.

Depois desse processo de sublimação Roque foi ter com os pestilentos e os curou, curava-os ao desenhar-lhes a cruz de Cristo na testa. Roque não se importava mais com juízos de valor, não se importava mais em não ser reconhecido.

Simplemente punha-se a curar pessoas.

Seguir o exemplo de Roque significa: nem servir, nem dar ordens às pessoas. Devemos sim, viver conforme a vontade de Deus, aliás, viver a vontade de Deus. Só assim alcançaremos a felicidade e a paz interior.

Christina, querida Christina, será que consegui responder de forma satisfatória à sua pergunta em relação à *Beati sunt servi illi*? Minha cela está fria. Levar-lhe-ei este texto sem demora, nas próximas horas; e, como sempre, conto com o seu espírito inquisidor e sua apreciação sagaz nos pontos em que divergir da minha interpretação da vida de São Roque.

“Alegro-me antecipadamente por algumas horas de conversa com você. Muitos louvam sua bela estatura, outros elogiam seus olhos verdes – no entanto, são o seu intelecto e o seu juízo cristalino o que eu mais aprecio em você. Sempre lhe reservarei a minha fiel amizade...”

“Christina, preciso repetir nossa fala de ontem: Jamais devemos nos esconder e apenas olhar para o céu. Só quem olha para a terra é capaz de ver o sofrimento, a miséria e as injustiças. Pois não existe grau acadêmico mais elevado que o do apóstolo Paulo: Doctor Gentium. Este é o título conquistado por quem ajuda o homem onde ele necessita de ajuda, e para tal precisamos servir às virtudes chamadas dever e compromisso.”

“Minha querida Christina, ontem você falou espontaneamente de Stegeborg, das ruas repletas de neve de Estocolmo, dos lincos brincando na neve. E de repente você ordenou a si mesma que se calasse decepcionada pela sua fraqueza. Agora você vive em Roma! Às vezes você gostaria de fugir. No entanto, não há saídas, temos de cumprir a nossa missão. Quando estou em minha cela, refugio-me em pensamentos no céu tropical da Bahia.”

“Christina, minha querida, você sofreu uma queda, fui comunicado. Não se lamente de dores corporais, senão terei de acreditar que o famoso juízo da Raniha da Suécia é apenas um boato. A dor corporal não existe, somente a imaginação e a dor do medo existem. Contraponha essa indisposição à dor sofrida pela sua alma, quando o Cardeal Décio lhe nega o convite a um jantar.

O seu discurso sobre o pender entre duas culturas ficou muito bom. Concordo com você quando diz que somente quem domina a língua de uma outra cultura é capaz de mover-se dentro dela. Nós dois sabemos, que isto não se refere apenas à língua falada. Por mais que estudemos uma língua, jamais venceremos a última fronteira do estranhamento. Nossa linguagem corporal ficará por ser traduzida, a linguagem dos nossos silêncios, a nossa opção por calar-nos permanecerão uma carta selada para aquele, que queira aproximar-se da nossa alma, mas ao qual negamos o acesso a ela.”

“Repito novamente, querida Christina: reconheça o seu pecado (a coisa Monaldesco) e você estará livre, e a serpente da culpa se afastará. Pare de assustar-se consigo mesma,

de questionar-se, pois só nos é dado conhecer a humildade quando conhecemos o pecado, todos os pecados. Alguns precisamos ter experimentado, outros precisam ter passado em nossos pensamentos. O orgulho de nunca ter tropeçado é uma variante da vaidade, da fuga do nosso interior.”

“Ah Christina, minha querida! Podemos ter certeza de que o caminho através da escuridão não é infinito. Quando o silêncio começa a ecoar dentro de nós e nos tornamos mudos a revirar em nossas lembranças quando os dias se transformam em folhagens secas, é quando estamos próximos a atingir o ponto da rocha, de onde desabaremos no abismo, na direção daquele, que foi programado para nós, a cuja alma e espírito só é dado acesso a um. Disso podemos ter certeza.”

“Christina – solidão! Nós a vivenciamos e sofremos sob o seu jugo. Entretanto, ela é o ar que respiramos, o nosso reino, nela é que nos sentimos livres de quem nos dá ordens, e nela nos aconchegamos, sabedores de que nossas conversas, contatos e toda paixão que frequentemente toma conta de nossos corpos não passam de suspiros da alma antes de sermos arremessados novamente na solidão, movidos por mais uma onda da nossa força interior.”

“Minha querida Christina, um grande amigo seu faleceu e você está sofrendo. Eu me uno à sua dor porque sei que de todas as dores que temos de enfrentar, a despedida do corpo é a mais penosa. Você não espere de mim nenhum consolo formal, nenhuma palavra ligeiramente encontrada, pois você

sabe, como eu também, que – para chegarmos ao amor temos de passar pelas trevas. Não nos é dado perguntar quantos estágios nos são reservados, por quantos teremos de passar.

Christina, cale-se e sorria. Um abraço forte e de consolo do seu fiel Antonio Vieira.”



Em maio de 1675 o Padre Antônio Vieira definiu num discurso sua posição em relação a Christina: ”Santidade, confesso minha amizade com Christina da Suécia Wasa, confesso que a atenção dada por mim a esta mulher não diminuiu minha atenção dada a Deus, e que ao contrário a fortaleceu. Reconheço igualmente que sem a atenção de Christina eu não teria sobrevivido os cinco anos passados sem danos à alma e ao espírito.”

Esta manifestação chocou o Papa, que imediatamente mandou que se silenciasse sobre o assunto. Não se falou mais sobre a amizade de Antônio Vieira e Christina e todos as provas foram trancadas em caixas.

Poucos dias depois da confissão de amizade por Christina, em maio de 1675, o Papa Clemente IX libertou o Padre Antônio Vieira pessoalmente de toda a culpa, da proibição de pregação e de trocar idéias. Dessa forma foi anulada a competência da inquisição portuguesa, o que na verdade tornou-se a maior vitória de Antônio Vieira.

À Christina ele escreveu a última carta:

“Minha querida Christina,

minha estadia de meses e anos aqui em Roma está chegando ao final.

Estamos em maio de 1675. Nossos inimigos (nós colecionamos muitos deles) tentarão fazer tudo o que estiver ao seu alcance para apagar e calar essa nossa amizade tão especial.

Nossas cartas serão lacradas e escondidas em caixas, e nossos nomes desaparecerão dos diários do Santo Ofício.

Entretanto, eles não serão capazes de acabar com a nossa amizade. Tudo o que nós pensamos, discutimos e escrevemos permanecerá para sempre.

Minha querida Christina, a saudade nos maltratará, pois nós voltaremos a peregrinar sozinhos. Sejam os agradecidos, no entanto, pelo tempo que nos foi concedido como refúgio da solidão, e lembremo-nos sempre, de que tanto o seu quanto o meu destino é peregrinar sozinhos.

Para sempre seu,

Antonio Vieira.



Os discursos e as cartas de Antônio Vieira encontram-se guardados no Arquivo Segreto Vaticano. No mesmo local também encontra-se o livro, no qual estão anotadas as datas dos encontros dos membros da Accademia Reale, além do

plano com a mesa e a ordem dos participantes em volta da mesa. Antônio Vieira ficava ao lado de Nicolão Pallavicini e de Stephano Pignatelli.

Depois que o Padre Antônio Vieira partiu de Roma,. Christina da Suécia Wasa viveu ali por mais 14 anos, até a sua morte no dia 19 de abril de 1689, aos 63 anos. O Papa Inocência XI determinou que ela fosse enterrada na Catedral de São Pedro. Sua sepultura encontra-se na diagonal oposta à famosa Pietà de Michelangelo. "Fica assim feita a vontade do Padre Antônio Vieira, para quem esta mulher extraordinária significou mais do que a justiça terrena lhe poderia conferir, de aproximá-la da imortalidade."

A leitura da Independência da Bahia em dois tempos

*Nancy Rita Ferreira Vieira**

Este artigo se propõe a discutir uma cena recorrente na tradição das letras baianas: a representação da Independência da Bahia. A leitura aqui proposta põe em destaque as narrativas de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (XIX) e de João Ubaldo Ribeiro (XX), autores afastados no tempo, de sistemas literários e valores diversos, a fim de enfatizar o 2 de Julho como um traço significativo na construção identitária local.

Este texto se propõe a uma mirada entre dois autores completamente afastados no tempo e marcados por inúmeras discontinuidades que, de antemão, criariam uma barreira para que fossem tomados lado a lado. Todavia não houve como fugir ao desejo de lidar com essa aparente contradição. Munida do estudo já realizado acerca da obra da autora baiana Anna Ribeiro e buscando adequar os estudos de arqueologia literária propostos por Foucault, considera-se a emergência dos discursos ligados ao 2 de Julho nas obras da autora e de João Ubaldo Ribeiro. Não seguir os rumos tradicionais das histórias literárias, deslocando os traçados já estabelecidos em busca de outros caminhos que possam dar conta inclusive de autores/as esquecidos/as no tempo é o que se permitiu realizar aqui.

*UFBA

A primeira encarnação de uma alma brasileira se dá após a descida do Poleiro das Almas daquela que, já tendo frequentando o corpo do *caboco* Capiroba, forma o herói da Independência da Bahia, o Alferes José Francisco Brandão Galvão. Assim nos diz João Ubaldo Ribeiro em *Viva o povo brasileiro*. Heróis do 2 de Julho permeiam o imaginário do povo e da literatura baiana expressos em obras e encenações que ainda hoje mantêm vivas o acontecimento histórico.

Ler esse traço presente na literatura baiana impondo direções que põem duas emergências marcadas, a princípio, pela dissimilitude se constitui no interesse dessa investigação: uma do romance *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, tomaremos os capítulos iniciais em que ele situa o processo da Independência da Bahia; e outra de *Helena*, de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, folhetim publicado em *A Bahia*, de junho a outubro de 1901. A heterogeneidade das narrativas pode ser marcada de antemão pelo fato de que os autores e as obras, enquanto formações discursivas pertencem a duas *epistemes*: Anna Ribeiro é uma autora oitocentista, proveniente de um cadinho familiar e cultural que valorizava os índices de heroísmo e da representação literária de veio realista; João Ubaldo Ribeiro é um autor contemporâneo cujo olhar sobre o discurso histórico, ainda que se constitua como traço de permanência, não é repetitivo, ou se constitui em uma repetição diferida de seus precursores.

A perspectiva tomada é a de analisar as duas obras, seguindo o aspecto cronológico, *Helena*, situando a obra de Anna Ribeiro no contexto da sua época, uma vez que temos

que lidar com a lacuna existente na historiografia literária sobre a produção feminina dessa autora; depois *Viva o povo brasileiro*.

Helena é o segundo folhetim publicado por Anna Ribeiro, que iniciou sua carreira literária com *A flha de Jefte*; romance tirado da Sagrada Escritura (1882), seguindo uma estratégia muito comum às mulheres da época que consistia em iniciar sua produção com os auspícios da Igreja, escrevendo textos de caráter religioso; o que lhe valeu a inclusão entre os romances recomendados para a leitura das jovens e senhoras casadas no manual de leitura do frei Sinzig. A segunda publicação, porém, já dá mostras do caminho a ser perseguido pela autora: o traço histórico. Em 1883, ela lança o folhetim *O Anjo do Perdão*, em capítulos diários, na *Gazeta de Notícias da Bahia*, conforme consta nos registros. Nessa narrativa, a ficcionista mantém a perspectiva de tratar da condição feminina e amplia essa temática se assegurando de que o romance da sua época não poderia ser apenas um divertimento para as moças, mas um documento em que se pudessem encontrar retratos de uma época.

Deste modo, os romances e contos de Anna Ribeiro caracterizam uma época e buscam representar fatos relevantes da história da Bahia. Em todos eles, há citações a episódios da Bahia como a Sabinada em *O Anjo do perdão* (1883), a Guerra de Independência da Bahia em *Helena* (1901), a Abolição da escravidão e seus efeitos devastadores na economia do Recôncavo baiano em “Dulce e Alina (Cenas do Recôncavo)”, conto de 1901, e também em *Letícia* (1908), ou mesmo as comemorações das festas do 2 de Julho em *Suzana*.

A autora persegue uma tradição das letras baianas marcada pela retomada do 2 de Julho como símbolo de luta pelos ideais de independência e não subjugação dos interesses dos dominadores, traço identificado na tese de Lizir Arcanjo como sinônimo da não aceitação dos autores no modelo literário da Corte. Em *A flor do deserto, lenda nacional* de Agrário de Menezes¹, publicado em *A Estrea* (1858), o autor narra a história de mais um traidor português, Senhor Antônio (sempre chamado pelo narrador como o Senhor Antônio, em uma clara referência à tirania e ao poder por ele representado); tal papel é representado pelo pai de Lúcia, a jovem que compõe par romântico com o brasileiro Camilo. Para conseguir a mão de Lúcia em casamento, Camilo é coagido por Antônio a abandonar sua família e seus ideais de pátria e lutar junto aos portugueses: “Há uma luta sanguinolenta travada entre Portugal e o Brasil, entre o Senhor e o escravo, entendeis? Aprestai-vos para tomar parte nesse terrível conflito.” (MENEZES, 1858, cópia não paginada).

Com esse convite, o jovem cede ao amor à Lúcia e põe em segundo plano sua honra, seu patriotismo e seu amor filial. Essa opção acaba por trazer uma série de infortúnios, que se inicia com a maldição de sua mãe no leito de morte. A jovem morre, e ele, desesperado e sozinho, encontra abrigo na religião.

Na peça “Os tempos da Independência”; drama histórico (1861) de Constantino do Amaral Tavares, há a reprodução

¹ Cedido pela pesquisadora Lizir Arcanjo, a quem eu agradeço. Tive contato com a parte da Conclusão do texto. *A Estrea; Periódico Litterario e Jurídico*. 1858. p. 6-9.

das lutas pela independência, com a presença de personagens históricos que compõem o pano de fundo para a trama amorosa entre Luís, que luta pela Independência, e Maria, sua noiva. O drama do Padre Roma, mártir da independência, aparece encenado na peça. Símbolo das lutas pela separação de Portugal, o padre será, em 1817, morto por ordem do Conde dos Arcos, mas os ecos de sua proposta estarão presentes em 1822, pela participação de Luís. A presença de portugueses, tomados como traidores, se manterá nesse drama histórico.

Na esteira dessa tradição, estavam os cortejos dedicados ao 2 de Julho, que ainda hoje movimentam a capital baiana e o Recôncavo, com suas cores verde e amarelo a enfeitar as casas e os desfiles de estudantes a representarem os heróis da luta, como se fosse necessário reproduzir a heroicidade do povo baiano e sua condição de diferença face aos outros estados que não tiveram de lutar para garantir sua liberdade.

Nesse sentido, do valor patriótico que a data representa, pode-se enquadrar *Mestra e mãe* de Amélia Rodrigues, contemporânea de Anna Ribeiro. D. Mercês, a mestra, ensina a suas pupilas o valor histórico da data e seu significado para a Bahia, assim como organiza o desfile no qual as meninas e as moças da sua escola se unem aos rapazes da escola “para homens” para participarem das comemorações da pátria. D. Mercês elucida a uma aluna que lhe questiona o sentido de “emancipação política”:

– Quer dizer a independência, a libertação de um povo. A gloriosa nação portuguesa descobriu o Brasil e governou-o longo tempo. Dependiam os

brasileiros de Portugal para todos os seus negócios. Afinal um dia, em 1808, veio o rei português D. João VI residir temporariamente para cá, e ao povo lhe soube tanto ter o governo perto e lhe agradou de tal modo a perspectiva de tornar-se a nação livre e autônoma com monarca seu, que a fizesse respeitar e progredir, que, quando o rei partiu, os brasileiros pediram a seu filho D. Pedro que ficasse e reinasse o Brasil. D. Pedro ficou e proclamou o Brasil independente de Portugal no dia 7 de Setembro de 1822. Consolidou-se o governo do jovem imperador depois de algumas lutas, as tropas lusitanas foram evacuando os pontos que ainda ocupavam e as províncias pacificaram-se. As que estavam na Bahia saíram a 2 de Julho de 1823, depois de renhidos combates em Itaparica, Itapoã, Pirajá, etc, entrando o exército chamado “pacificador”, entre aplausos e flores, na cidade do Salvador. É por isso que os patriotas baianos saúdam sempre com alegria esse aniversário.² (RODRIGUES, p. 270-1)

Com esse propósito, os personagens que tomaram parte das lutas pela independência, submetendo suas vidas pessoais à nação, como sói ocorrer a heróis, terão suas vidas resgatadas no romance. Ao projeto de nação, representando como pano de fundo os acontecimentos da Guerra de Independência (1823) nos Campos de Pirajá, espaço heróico onde foram travadas as lutas contra os portugueses até sua retirada formal em 2 de julho de 1823, data que passa a ser considerada tão

² Nota-se a adesão ao discurso oficial por parte da personagem. Talvez por esse motivo ele passe a ser usado nas aulas de Educação Moral e Cívica que fazem parte do movimento nacionalista da década de 30, encabeçado pelo poder de Getúlio Vargas.

relevante quanto a do Grito do Ipiranga, a data nacional da separação da metrópole, uma história de amor é contada.

A história da nação aparece imbricada com um romance. Eros e Polis friccionam-se em um romance sentimental que funciona como um meio importante para aplacar as tensões ainda presentes na sociedade, após as lutas de 22.

Para Lizir Arcanjo, era “dever de baiano” (não de brasileiro) pôr em relevo a “glória da Bahia”. Assim, particulariza-se a produção local ao fixar-se noutros matizes em relação à produção produzida na Corte:

Assim como nos textos mais expressivos da época afirma-se com frequência que o “povo baiano” sentia o orgulho de ter efetivado a independência da pátria e não admitia o papel de submissão, os literatos sentiam-se também livres de qualquer dependência cultural da Corte, porque dispunham de sua própria história para inspirar as “obras nacionais”. Nesse plano, a Bahia preferia os heróis do 2 de Julho de 1823, a índios “nobres” e “valerosos”, criados pelas leituras dos etnógrafos coloniais que estimularam a imaginação de muitos escritores. (ALVES, 2000, p. 24-25).

Seus romances perseguem uma linha já presente nas letras baianas desde o primeiro quartel do século XIX: a Bahia não entra no projeto de nação pensado pelos românticos do Rio e o seu modelo de literatura estava calcado nos fatos históricos da própria terra, e, enquanto a literatura da capital na “Belle Époque” se fixa como uma literatura “sorriso da sociedade”, conforme expressão do baiano Afrânio

Peixoto, a literatura baiana persegue o filão documentário da terra, derivada do modelo romântico, como propõe Antonio Cândido.

Nas memórias de Anna Ribeiro, *Longos serões do campo; o major Pedro Ribeiro*, publicadas em 1992, a autora justifica o mote do romance *Helena*, que ela considera seu melhor romance: foi tirado da história narrada por seu avô, o major Pedro, sobre João Antônio, um português que seria condenado ao fuzilamento sem qualquer julgamento por ser considerado informante de Madeira, se não fosse por ele e o Major Alcovia, que impedem que isso aconteça: “Quem conheceu o ódio que os brasileiros votavam aos lusitanos pode avaliar os esforços feitos pelos dois generosos oficiais para conseguir que aqueles homens, muitos dos quais rudes e ferozes, pedissem o perdão para um português” (BITTENCOURT, 1992, p. 124).

Esse fato aparece ficcionalizado no folhetim, afinal Fernando, é o personagem denunciado traiçoeiramente por seu amigo, o português Manoel Ribeiro, como informante de Labatut, e, por isso, sofre um atentado ao tentar entrar na cidade para visitar a mulher grávida.

A figura presentificada do avô, seguida pelas reminiscências de menina que recordava dos versos aprendidos na infância nos saraus familiares e dos festejos comemorativos ao dia da Independência, é também o tema a ser contemplado no romance. O nome do Major Pedro Ribeiro está presente em cinco cantos do poema épico *Paraguassu*; epopéia da independência da Bahia, de Ladislau dos Santos Titara, registrando sua participação expressiva nas lutas.

Os versos abaixo dão conta de como o valor da nação é imperativo e deve ser seguido em detrimento dos desejos pessoais, tal como se observa na história de um herói:

Como canta o papagaio?
O papagaio canta assim:

Papagaio verdadeiro
Até na cor é brasileiro
Donde é toda esta gente?
É do Brasil independente.
Amigos bebamos
Sem esmorecer
Que a glória dos bravos
É sempre vencer.

Que livre nasceu,
Que livre será;
E jamais escravo
Se tornará!

Mas, quando a chamada
Tocar o tambor
Corramos à glória
Deixemos o amor.³ (BITTENCOURT, 1992, p. 44. v.2.)

Entende-se, portanto, tal como no universo mítico de construção do herói épico, a posição de Fernando que deixa a esposa, Beatriz, após o casamento, mesmo em possível

³ Anna Ribeiro registra no seu livro de memórias que esses versos eram um dos mais recitados nos jantares festivos de sua época de menina. Não há indicação de autoria.

perigo, porque “um valor mais alto se alevanta”: a luta pela independência. A posição de Fernando é considerada temerária, sendo ele filho de portugueses, mas suas atitudes acabam por fazê-lo aceito entre os demais combatentes.

O tom épico do registro da guerra constitui-se na escolha da autora, com o relato histórico do 2 de julho de 1823, quando o Exército brasileiro entra vitorioso na cidade de Salvador, simbolizando a consolidação da Independência do Brasil. Esta data se transformou, em função das renhidas batalhas travadas nos limites do território baiano com a participação expressiva dos senhores de engenho do Recôncavo baiano – como o Major Pedro Ribeiro, a quem ela se refere como participante das lutas da Independência, mas que não teve a devida notoriedade tal como outros que, segundo ela afirma em seu livro de memórias, foram tomados como grandes heróis injustamente, e que aparece como personagem do romance *Helena* na figura de responsável por Fernando junto à tropa e aquele que o adverte para o perigo de que os moços são vítimas a boa fé evita-os que ajam com prudência. O romance cumpre assim a “correção” histórica familiar ao identificar o patriarca da família.

Este é um folhetim com todas as artimanhas desse estilo de escrita e assim que essa narrativa será marcada por episódios surpreendentes e por mil artifícios que garantam o interesse do leitor, no melhor estilo francês de capa e espada. Beatriz descobre, através de sua ama, que aquele a quem chamava de pai era apenas o responsável pela sua guarda após o assassinato de seu pai em Portugal por se judeu e tal como Fernando tinha muitas posses; decide voltar atrás e casar-se

escondido com ele que sai dos campos de batalha em Pirajá para encontrar-se com ela. O casamento é realizado, o jovem retorna para a batalha, algumas semanas depois o padrinho do casamento Manoel Rodrigues descobre a fortuna de Beatriz, envia uma carta para Fernando exigindo que ele retorne devido à gravidez dela e arma um plano para que ele seja tomado como traidor e assassinado em outubro de 1822.

A autora inicia a segunda fase do romance, quase vinte anos depois, criando uma nova geração de personagens, descendentes daqueles outros. Três histórias que se cruzam em uma mesma narrativa, cercada de segredos, iniciada em Portugal no período da caça aos judeus, passando pela Ásia e retornando a outros países da Europa, é terminada na Bahia, já no século XIX. Mas essa história já não interessa tanto à perspectiva tomada aqui.

Helena representa uma voz que busca a consolidação do discurso histórico. A linguagem elevada impõe-se como uma necessidade na manutenção da vertente épica da literatura baiana que narrou o 2 de Julho e exaltou muitos dos seus heróis. Exemplo dessa linguagem aparece em trechos como o que segue:

Deixemos a heróica cidade abandonada de seus filhos revolver-se nas garras do domínio estrangeiro, porque assim já era olhado por todos os leais brasileiros o poder de Portugal, e transportemo-nos aos campos de Pirajá ocupados pelos intrépidos defensores da independência do Brasil,
[...]

Foi ali [no campo de Pirajá] que os bravos baianos
ao apelo da pátria acudiram solícitos deixando o
lar, a família, os haveres!
Quantos não quebraram até os rijos laços do
sangue! (BITTENCOURT, 1901, cópia não pa-
ginada)

As condições de emergência desse discurso remontam à apropriação da história como discurso da verdade; assim o romance deveria se manter dentro de um cunho documental e amparado pela visão homogênea e totalitária da Independência, em uma voz única, sem tensão que só perde força para a história de amor que será relatada na segunda parte da narrativa.

Nietzsche, lido por Foucault em “Nietzsche, a genealogia e a história” (2001), considera que o século XIX é marcado pela busca histórica e o discurso romântico atende a essa demanda através de seus romances de caráter histórico, consequência da formação das novas nações e do caráter nacionalizante que esses textos irão imprimir. No caso de Anna Ribeiro, a construção desse discurso associado à Bahia, quase que exclusivamente, indica não haver uma idéia de nação presente em seu texto ainda que se possa avaliá-lo pela crítica aos portugueses, mas o traço metonímico é o mais significativo e o processo de Independência é lido como um diferencial.

O olhar colonialista do português aparece representado na conversa entre Fernando, o protagonista da primeira parte da narrativa, e Manoel Rodrigues, português, ao registrar:

O que era o Brasil sem Portugal? Vastas selvas habitadas por selvagens que de homens só tinham a forma. Portugal deu-lhe a cultura, a religião; civilizou-o, e agora, como a víbora ingrata morde o seio que o aquecera!

– Manoel! exclamou com veemência o brasileiro, é nulo todo o benefício que nos rouba a liberdade! Antes o selvagem que vaga na floresta, [...], do que o escravo, que coberto de ouro se roja aos pés de um tirano senhor. (BITTENCOURT, 1901, cópia não paginada).

Também é significativo o fato de a autora apresentar ainda que, de modo paternalista e dentro de uma visão cristã, a presença de outros personagens que não os heróis. Na escolha por esse registro, a autora acaba arranhando a figura de um dos heróis mais celebrados: o General Labatut. O fuzilamento dos negros que fizeram um levante durante as batalhas por esse General, cerca de cinquenta pessoas, aparece criticado em tom de piedade: “Pobres criaturas! Um tal fim depois das torturas da escravidão! Porque pugnavam por sua liberdade, são barbaramente mortas por nós, que também pugnamos pela nossa. Cruel irrisão!” (BITTENCOURT, 1901, cópia não paginada).

Há ainda o registro das mulheres, ainda que nessa busca de representar o cotidiano delas em momentos de crise social, acabe por subordinar a condição colonialista representada na tensão entre metrópole e colônia à condição de subordinação entre os gêneros. Observemos como isso ocorre com o famoso vilão da trama narrativa: Manoel, que conse-

que tripudiar sobre Beatriz, esposa de Fernando, e Nadéia, jovem indiana de Goa, roubando-lhes seus filhos, Sérgio e Helena, respectivamente, e quase matando o primeiro.

Manoel é o representante português que se apropria da vida e riquezas alheias. O que o move é o desejo de apoderar-se das riquezas, como colonizador era-lhe direito adquirido a posse de mulheres e de seus corpos e riqueza. O Império exige o sacrifício das colônias a seu favor, mas fracassa na sua intenção de poder e ambição desmedida.

Os jovens, Sérgio e Helena, residem em casas próximas, isoladas pelo jardim que metaforiza as inúmeras instâncias da trama: separa as casas e as classes de que os jovens são representantes (ele pobre, por ter tido sua fortuna roubada pelo pai de Helena) e indica o conflito entre eles, mas também é o símbolo da nação florescente que se separa do passado representado pelos pais dos protagonistas. Da condição de órfão que sente Sérgio, por desconhecer sua origem de filho do descendente português, nascido no Brasil, participante heróico da luta pela Independência e da mãe portuguesa, nasce o brasileiro:

- Sou um pobre homem enjeitado, e nunca tive o menor indício de quem sejam meus pais.
- Não se desconsola com isto, meu filho. Há pais tão ruins que é uma felicidade não conhecê-los. O homem se faz por si mesmo com trabalho e perseverança. Felizmente a luz civilizadora deste século já vai apagando os injustos e preconceituosos das eras passadas. (BITTENCOURT, 1901, p. 77-78.).

Sérgio não é mais o representante do herói aristocrata, é o homem que conquistou seu próprio espaço, representa o indício do individualismo burguês, presente em muitas obras deste período. Na nova nação constituída por tantos impeditivos tais como na relação entre eles, o par romântico evidencia o traço da miscigenação, com ênfase na etnia e cultura brancas. Helena é a aristocrata graças à origem do seu império, que se enfatiza na escolha do nome grego, e Sérgio é a nobreza do caráter advinda do pai, herói da Independência, e da mãe, ambos, mártires da causa coletiva em detrimento do desejo individual.

A vitalidade poética desse tipo de narrativa de caráter histórico (e mesmo a correção dessa origem da nação brasileira, como exclusivamente de linhagem portuguesa) pode ser vista na literatura contemporânea, em que fatos da memória são conjugados às construções discursivas que dão conta das contra-margens do passado histórico da Bahia, por exemplo, no romance *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro, o qual segue o *boom* da metaficção historiográfica da novelística latino-americana, ao retomar a Ilha de Itaparica, palco dos eventos históricos no período da colonização, seguindo, ainda que de modo carnavalizado, o curioso verso de Botelho de Oliveira, *breve apodo do Brasil*, ao apontar as riquezas da terra, no seu discurso nativista pitoresco. Heróis do 2 de Julho permeiam o imaginário do povo e da literatura baiana expresso em obras e encenações que a cada ano mantêm vivo o acontecimento histórico.

Em *Viva o povo brasileiro*, a narrativa se inicia desconstruindo a figura do Alferes Brandão Galvão, herói da

Independência⁴, o qual aparece representado como alguém que nada fez de memorável e negando-lhe a condição de virilidade aos heróis “sem mesmo ainda conhecer mulher”, morrendo sem saber. Dele, fica o quadro que representa seus minutos antes de morrer “O Alferes Brandão Galvão Perora às Gaivotas” (RIBEIRO, 1984, p. 9); o discurso às gaivotas feito de “palavras nobres contra a tirania e a opressão” (RIBEIRO, 1984, p. 10) é construído tal como sua ascensão à categoria de herói.

O romance contemporâneo retoma certa regularidade do discurso já presente em Anna Ribeiro: a leitura do processo de independência, mas um texto do final do século XX não poderia assumir para si o discurso realista e histórico presente na obra da autora. Aliás, o próprio discurso da História aparece desconstruído em várias passagens do texto como em:

[...] a História não é só essa que está nos livros, até porque muitos dos que escrevem livros mentem mais do que os que contam histórias de Trancoso. [...] toda a História é falsa ou meio falsa e cada geração que chega resolve o que aconteceu antes dela e assim a História dos livros é tão inventada quanto a dos jornais, onde se lê cada pedaço de arrepiar os cabelos. [...] Então toda a história dos papéis é pelo interesse de alguém. (CECANTINI, 1999, p. 114).

A longa citação tomada já ao final da narrativa, falada pelo cego Faustino, denuncia o traço contemporâneo que

⁴ O título de Alferes parece lembrar, de modo jocoso, o personagem Sargento Pedro de livro homônimo de Xavier Marques, publicado em 1910, que também se passa na cidade de Itaparica e retrata as “tradições da Independência”.

desarticula o sentido histórico. Os valores presentes nesse romance opõem-se ao que Foucault chama de modalidades platônicas da história, o privilégio é o da paródia, destruidora e descontínua, rompendo com a tradição de reconhecimento do fato histórico da Bahia; ainda que o registre.

Em função dessa característica, há quem considere o romance “uma espécie de epopéia às avessas” (CECANTINI, 1999, p. 114.), conta-se a história do Brasil com uma ênfase no século XIX, mas que registra o período da colonização e avança até o século XX, remontando momentos históricos significativos do país por uma ótica desconstrutora. A retomada dos mitos históricos se dá de modo descentrado, retirando os possíveis heróis para fazer o registro de que essas narrações épicas são inverossímeis, ou seguindo as palavras de Perilo Ambrósio: “Então conto-lhes um par de histórias, que é de mentiras e patranhas que se faz a narração de guerra” (RIBEIRO, 1984, p. 24). A ênfase é dada ao poder do povo, através da repetição, muitas vezes acintosa, da mentalidade oitocentista através do Barão de Pirapuama e, depois, de Amleto Henrique, que acaba por agredir a noção de subalternidade e se impõe associada aos diversos fatos registrados como uma espécie de “jogo negativo” em que a voz hegemônica aparece contrastada por inúmeras outras vozes.

As fendas construídas por esse discurso geram uma escritura diversa da descrita anteriormente, uma vez que do enaltecimento e do discurso de protecionismo aos negros e desamparados, comuns à narrativa anterior, se demonstra os ecos de resistência através da cultura e da resistência, tanto

se faz esse deslocamento através da aparente subordinação de Nego Leléu, mestre em trapças, seja através da posição de Maria da Fé, em luta constante, que tal como uma revolucionária antiga subordina sua vida pessoal em nome da luta e da resistência; consciências diversas, mas que não admitem a subalternidade.

Manoel Rodrigues com suas tramóias e traições com sua ambição incalculável parece partir da mesma gênese que Perilo Ambrósio; ambos assassinos; em ambos o senso de oportunidade os fará heróis de uma guerra que não lutaram. Neles, há ausência de um ideal patrótico, mas apenas no segundo observamos o traço irônico, o diálogo com os clichês românticos subvertidos: “se lá vi a luz, cá no Brasil foi que vi a vida (...), sendo eu brasileiro mais que por presença aqui, senão porque me sinto tão nativo a estas terras quanto as aves e os bosques.” (RIBEIRO, 1984, p. 25); isso tudo dito após assassinar um escravo para aparentar uma luta da qual não participou e cortar a língua do outro, como se não bastasse o local escolhido pelo autor foi o campo de Pirajá – o campo dos heróis da Independência. Tanto na narrativa oitocentista como nessa, os personagens morreram cruelmente: perdem suas fortunas; o primeiro se suicida; o segundo morre envenenado pelos mesmos escravos que julgava controlar.

João Ubaldo, ao deslocar a sua narrativa da tradição histórica, construindo a tensão entre dominados e dominantes, opera dentro de uma proposta contemporânea de “reversão da história”. No seu romance, pode-se observar o que para Nietzsche se constituiria no uso crítico da história:

Tratava-se de colocar o passado na justiça, de cortar suas raízes com faca, destruir as venerações

tradicionais a fim de libertar o homem e não lhe deixar outra origem senão aquela em que ele quer se reconhecer. (FOUCAULT, 2001, p. 37).

Se em João Ubaldo se pode afirmar com precisão de que o autor trabalha com a refiguração da identidade brasileira; em Anna Ribeiro se pode observar a busca na reprodução do histórico; o que poderia ser tomado como um comprometimento com a representação da sua terra e da necessidade de exprimir a sua importância diante do país que se formava ao longo do século XIX.

Tanto na obra oitocentista quanto na contemporânea nota-se a “fantasia de um povo eleito”, tirado da vertente messiânica portuguesa que acreditava na profecia do apóstolo Daniel da criação do Quinto Império cristão (Cf. MOISÉS, 1987). É este, como se sabe, um lugar-comum na história e na literatura de Portugal: a monarquia portuguesa postulava-se como a guardiã do catolicismo e responsável pela sua propagação, através da constituição de um Império que não fosse apenas reflexo do poder da nação, mas do desejo de Deus realizado pelo povo escolhido por ele nessa nova época.

Quando Portugal perde a independência política, após o desastre da batalha de Alcácer-Quibir esta vertente mística vê-se reforçada pelo mito do sebastianismo, forma de messianismo que equivale na história portuguesa ao arturismo bretão. O binômio Quinto Império/Sebastianismo atingiu tanto a metrópole quanto o Brasil (e a Bahia, muito concretamente), estando presente desde as trovas populares do Bandarra até aos escritos messiânicos do Pe.

Antônio Vieira, sem dúvida o grande teorizador do Quinto Império – influência visível em vários de seus sermões e, acima de tudo, na *História do Futuro* – ou à obra poética de Fernando Pessoa, em especial na sua *Mensagem*. Em Anna Ribeiro, essa idéia aparece presente na escolha da etnia e da religião dos personagens: antecedentes judeus de Sérgio, origem asiática de Helena, morte do português representativo do processo colonizador – tomado aqui na acepção de explorador das colônias – na busca de um tempo de justiça e paz formatada pela associação com o casal formador desse novo tempo de utopia de nação, formado por Helena e Sérgio. Como narrativa de caráter fundacional, no romance *Helena* observa-se o entrelaçamento do nível privado e público, em que a emergência da nação é contígua à da família. Ou mais precisamente, apropriando-me das palavras de Doris Sommer (1994, p. 174):

[...] o Estado antimonárquico fragilmente construído, que precisava de um discurso autolegitimador e encontrou-o no desejo erótico, o tropo para o comportamento associativo, para o livre comércio e para a natureza em geral. Se as hierarquias tradicionais deviam ser legitimamente destruídas, a base ideológica tinha que se transformar; e a base natural tal como era redefinida era não só a qualidade aquisitiva do homem, mas também a sexualidade produtiva, a diferença constitutiva entre os seres humanos, que os torna desejáveis e (re)produtivos.

O que no Brasil, diferentemente das demais ex-colônias latino-americanas, tornava a situação mais grave, é que a

fragilidade do Estado era ainda maior porque continuava nas mãos do Imperador e portugueses e brasileiros formavam a sociedade da época.

Em João Ubaldo Ribeiro, o traço messiânico, tal como assinala Antônio Risério (1999), é reflexo da contracultura dos anos 50, de onde saíram Glauber Rocha e Caetano Veloso, considerados pelo antropólogo como representantes do sebastianismo na tradição baiana, e estaria presente na sua recriação da história do Brasil.

Em um processo de comparação poderíamos elencar a preocupação de ambos os autores (em João Ubaldo, ao menos em *Viva o povo brasileiro*) em situar a participação da Bahia em eventos históricos como a Guerra do Paraguai e o processo de libertação dos escravos, alguns dos elementos da estética romântica presentes nas obras da autora aparecem retomados pelo autor contemporâneo, como no amor de Maria da Fé e Patrício Macário. A ilha de Itaparica, centro dos acontecimentos do romance, também aparece em outro romance de Anna Ribeiro, *Letícia* de 1908. Enfim, as marcas levantadas não pretendem demarcar uma pretensa ingenuidade em dar lugar à narrativa da autora, no entanto descrever que ainda há muito o que se estudar quanto à história literária se os rumos a serem tomados conseguirem escapar da prisão da continuidade e da tradição.

A Independência da Bahia exaltada por Anna Ribeiro e ironizada por João Ubaldo situa-se como uma recorrência temática na literatura baiana, porém com conteúdos diversos e com noções históricas e de apreensão de valores diferenciados. O traço aparece reencenado a partir de uma nova perspectiva, deslocado de seu centro histórico.

Referências

- ALVES, Lizir Arcanjo. *Os tensos laços da nação; conflitos político-literários no Segundo Reinado*. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- AMARAL, Constantino. *Os dramas da independência; drama histórico*. Apres. Lizir Arcanjo Alves. Ed. fac-similar. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000. [Coleção Arquivo do IGHB, 1]
- BERND, Zilá. Literatura comprometida de João Ubaldo Ribeiro. *Ponto & Vírgula*. Secretaria Municipal de Cultura – Coordenação do Livro. (Número especial) (cópia)
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. Helena. *A Bahia*, jun. a out. de 1901.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. *Longos serões do campo*. Org. e notas de Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
- CECCANTINI, João Luís C. T. Brava gente brasileira. In: *CADERNOS da Literatura Brasileira*. n. 7. Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles, março de 1999. p. 103- 129.
- DELEUZE, Giles. Platão e o simulacro. In: _____. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 259-271.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio D'água, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. 16. ed., org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 167-178.

MARQUES, Xavier. *O sargento Pedro*; tradições da Independência. 3. ed. São Paulo: GRD, Brasília: INL, 1976.

MENEZES, Agrário de. *A flor do deserto*, 1858. (cópia digitada).

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RISÉRIO, Antônio. Viva Ubaldo brasileiro. In: *Cadernos da Literatura Brasileira*. n. 7. Rio de Janeiro, Instituto Moreira Salles, março de 1999. p. 91-102.

RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe*. 4. ed. Bahia: Escola Typ. Salesiana. 1929.

SOMMER, Doris. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 158-183.

Discursos e Palestras

Há cento e quinze anos

*Consuelo Ponde de Sena**

Nesta mesma data, há 115 anos, nascia esta instituição, concebida e concretizada por idealistas baianos que sonhavam conceder aos estudiosos da nossa história e das nossas heranças culturais, um lugar de estudo, investigação, manutenção das tradições, além dos debates de idéias.

O IGHB é uma trincheira de luta, por vezes inglória, porque permeada de lutas e de obstáculos quase intransponíveis. Mas é também uma Casa de resistência, que não sucumbe diante das inúmeras crises por que tem passado e diante das circunstâncias desagradáveis que soem ocorrer no dia a dia das instituições.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como as demais instituições congêneres do País, tem por modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Todavia essa é uma vinculação meramente espiritual, porquanto jamais existiu subordinação de qualquer dos institutos estaduais e municipais ao Instituto Brasileiro.

Não nasceu, assim, de uma decisão dos poderes: presidencial, estadual, ou municipal, mas da obstinação de um grupo de intelectuais baianos, empenhados em dotar a Bahia de uma instituição de sentido comunitário.

* Presidente do IGHB

Tendo sido fundado no período republicano, inspirou-se também nos ideais da República. Com efeito, o seu aparecimento ocorreu pouco depois de proclamada a República, a 13 de maio de 1894, incluindo, portanto, um novo sonho de nação, fundamentada embora na doutrina positivista, dominante àquela época. Os fundadores do IGHB, certamente, aspiram à modernização da Bahia, com vistas a acompanhar as modificações que se observavam no País.

Na Bahia, o Instituto teve ainda o propósito de minorar a decadência política do estado que se revelara antes monarquista. Era um sopro novo que buscava sintonizar-se com os novos rumos do país, de modo a se “engajar no projeto nacional de civilização da sociedade, na medida em que a Bahia demonstrava-se capaz de abrigar e manter uma instituição exclusivamente dedicada ao saber”, conforme infere o historiador Aldo Silva.

Seus idealizadores e executores tiveram em mira, pois, refletir esse processo modernizador que se delineava, como está escrito na apresentação do primeiro número da sua revista, de 1894, em que se definem como autores da renovação social que então se processava.

Recebeu apoio do Governador Joaquim Rodrigues Lima, que lhe concedeu a utilidade pública e dos cavalheiros mais ilustrados do tempo, cedo se consolidando no cenário cultural baiano.

Passou, a partir de então, a ser um espaço aglutinador de inteligências, de discussão e de debates acerca dos assuntos baianos, desde a definição dos limites geográficos da Bahia, à fixação da data simbólica da fundação da Cidade do Salva-

dor, engajando-se na luta contra a demolição da Sé da Bahia. Sua revista, inicialmente financiada pelo governo do Estado, sempre contemplou os temas baianos sejam os de interesse geográfico, histórico, etnológico, linguístico, sejam os relacionados com vultos e personalidades do nosso meio.

Diria, repetindo palavras do historiador já citado Moraes e Silva, que estudou a instituição de 1894 até 1930, no momento em que foi criado o IGHB simbolizava um ideal baiano.

Vale lembrar que era a Bahia, no início da Primeira República, um dos estados mais populosos do Brasil, abrigando um contingente de 2.117.956 almas, reflexo ainda da sua antiga condição de capital colonial, além do fato de ter-se mantido como “uma metrópole regional”, rivalizando com o Rio de Janeiro no que tange à importância econômica durante todo o século XIX.

O Instituto atravessou, com dificuldade, todo o século XX, dando continuidade à saga heróica no XXI, convivendo com as transformações tecnológicas, com a exigência sempre lidando com problemas e dificuldades.

Apesar dos grandes problemas que historicamente tem enfrentado, da falta de apoio institucional, a Revista do IGHB tem sido publicada com a frequência possível. Em alguns duros anos como os de 1978 a 1984 só foram publicados dois números da Revista, um em 1978 e outro em 1984, anualmente editada.

Mas, não devo estender-me sobre essa longa e acidentada trajetória, neste seu dia maior. Isto porque, ao lado dos

incontáveis problemas, a entidade tem vivido momentos de alegria e de vitórias. Realizou, até hoje, cinco Congressos de História da Bahia, dois Simpósios, cursos e eventos diversos. Tem aberto suas portas para consultas no seu acervo bibliográfico e no seu arquivo. Em sua sede têm ocorrido muitos eventos significativos.

Continua, no presente, o seu trabalho diuturno, contando com a valorosa diretoria, que aqui trabalha voluntariamente, sem cansaço e sem desânimo, sempre disposta a colaborar com a presidência da Casa.

Sejam, por fim, minhas derradeiras palavras as de agradecimento pelas honrosas presenças que aqui se encontram.

Salvador, 13 de maio de 2009.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2009

*Edivaldo M. Boaventura**

*Para vencer é necessário ter vontade e possuir Fé, mostrar
coragem e saber criar Esperança, não hesitar na dureza de
punir, mas não deixar de praticar a Caridade!*

*Adriano Moreira
Presidente da Academia de Ciências de Lisboa*

*Escolhemos a esperança, em lugar do medo.
Barack Obama, discurso de posse*

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), como organização prestante, continua servindo à comunidade, informando em suas fontes a referência sobre personalidades e acontecimentos. Colabora assim para o longo processo de busca do conhecimento. Se toda organização ensina, aprende-se e muito com o Instituto.

Como um dos espaços privilegiados de comunicação, juntamente com a reitoria da Universidade Federal e a Associação Comercial da Bahia, o Instituto abre-se muito democraticamente à comunidade para comemorar uma data, festejar uma liderança, ministrar cursos e conferências, lançar livros e projetos, disseminando de vários modos o saber.

*Orador oficial do IGHB

Torna-se, por força da prestação de serviço, uma valorosa e útil instituição comunitária.

Define-se o Instituto pelas múltiplas e complexas funções que exerce como um organismo disseminador do conhecimento, pelo estudo e pela pesquisa, pela guarda da memória e pela tradição que constrói a identidade.

Pesquisa-se, aqui, não axiomas, mas a solução de problemas (*problem-solving*). Entenda-se por pesquisa a busca sistemática de solução para um problema ainda não resolvido ou resolvível.

Em suma, é o Instituto um fator de desenvolvimento sustentável e um lugar de memória.

Todos os anos, reunimos a comunidade de sócios e de amigos, na nossa data aniversária. O 13 de maio é o nosso dia maior quando homenageamos os companheiros falecidos e abraçamos os novos sócios.

Homenagem aos sócios falecidos – expressão da nossa saudade

Neste ano de 2009, assinalamos o desaparecimento de José Augusto Berbert de Castro, de José Joaquim de Almeida Neto, de Laércio de Andrade Lima, de Luiz Carlos Neira Caymmi, de Maria Dulce Coelho de Mattos e de Nilson Joau e Silva.

1. José Augusto Berbert de Castro

Médico e jornalista, José Berbert nasceu em 27 de novembro de 1925 e faleceu em 22 de julho de 2008, em Salvador. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, em 1949. Especializou-se em fisiologia e foi médico das Secretarias de Saúde do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador. Serviu nos hospitais Juliano Moreira, Maternidade Nita Costa, Serviço Nacional de Endemias Rurais e Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Distinguiu-se como jornalista de A Tarde, onde foi chefe de reportagem e cronista político. Por muitos anos, encarregou-se do comentário de filmes, tendo escrito inúmeros artigos sobre cinema em coluna diária, atividade que alcançou pública notoriedade. Berbert deixou para mais de 3.000 crônicas. Visitou, em função do jornalismo, os Estados Unidos da América e a República Federal da Alemanha.

Conta com inúmeras distinções, como Amigo do Trânsito, colaborador da Campanha de Vacinação Sabin contra a poliomielite, companheiro da Aliança, amigo da Marinha, cidadão honorário do Município de Jaguaripe, pela série de reportagens em favor da restauração dos monumentos desta cidade histórica. Era detentor das medalhas do Pacificador, de Tamandaré e da Ordem do Mérito da Bahia. Como jornalista, recebeu dentre outros o prêmio Simões Filho, Manoel Antônio da Silva Serva, Mobral, Jorge Calmon, Sérgio Cardoso.

Pertencia à Associação Baiana de Imprensa (ABI), Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Sociedade dos Amigos da

Marinha, Santa Casa de Misericórdia, Overseas Press Club of America, Academia de Letras do Sul Baiano (Ilhéus). Publicou uma série de livros de bem humoradas crônicas. José Bebert está bem presente no legado que nos deixou.

2 José Joaquim de Almeida Neto

Formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, em 1961, serviu, primeiramente, na administração judiciária. Depois ingressou na magistratura do trabalho, alcançando os sucessivos postos da carreira de juiz até chegar à presidência do colendo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª. Região.

Participou de inúmeros cursos e concursos. Foi professor de Direito do Trabalho da Universidade Salvador (Unifacs) e membro da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra) e de outras associações de classe, gozando sempre da estima de colegas e alunos. A sua contribuição será sempre lembrada.

3 Luiz Carlos Neira Caymmi

Diplomou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Estudioso do direito acompanhou sempre a carreira do seu tio e padrinho o eminente professor Antônio Luiz Machado Neto. Caymmi notabilizou-se como especialista do Direito do Trabalho, tendo atuado como advogado do grupo Odebrecht, dos Sindicatos dos Bancários, dos Se-

curitários e Agentes de Seguro e do Sindicato Unificado dos Portuários do Estado da Bahia. Era membro da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas, técnico do Ministério da Educação e participante do Clube Inglês, entidade que congrega eminentes juristas. Caymmi continuará sempre conosco.

4 Laércio de Andrade Lima

Nordestino de família pernambucana, nasceu em Campina Grande, Paraíba, passou a meninice em Gravatá, Pernambuco, e viveu a maior parte de sua vida na Bahia, para onde vieram seus pais e irmãos, no meado do século passado. Aqui estudou, fez o curso secundário e superior, graduando-se em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Fez atividades de extensão em Oceanografia, no Rio de Janeiro e Ictiologia, no Rio Grande do Sul.

Exerceu a sua especialidade na CEPLAC, em Ilhéus, e na Secretaria de Agricultura deste Estado, onde se responsabilizou pelos estudos e ações de fechamento, em açudes e tanques-criatórios de extensa área do semi-árido baiano, tendo como sede a cidade do Senhor do Bonfim. Aí foi também pequeno fazendeiro. Constituiu família e ajudou a criar doze meninos e meninas, sertanejos.

Era aficionado das literaturas norte-americana, inglesa e escandinava. Conheceu o Paraguai, os Estados Unidos, o Canadá, os países da Escandinávia e a Rússia, nos quais visitou universidades.

Muito preocupado com os problemas do homem do campo, foi vítima de um dos males que acometem o nosso camponês, a esquistossomose. Laércio veio a falecer, aos 63 anos de idade, na Quarta Feira Maior, desta recente Semana Santa. Foi significativa a sua atuação nas comunidades em que viveu.

5 Maria Dulce Coelho de Mattos

A muito querida professora Dulce Mattos, nossa estimada sócia correspondente portuguesa, pertenceu ao Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), de Lisboa, onde lecionou Teoria e Metodologia da Tradução, Tradução de Francês e de Interpretação Situacional. Professora também do Centro de Formação Profissional, do Grupo Cultural do Grêmio Lisbonense e presidente do Cais de Cultura, instituição que criou por inspiração do seu mestre e amigo o professor Agostinho da Silva.

Dentre os cargos ocupados, foi assessora do presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesas (Icalp), para as áreas do Brasil, América Latina, África de expressão portuguesa e Senegal. O Icalp corresponde hoje ao Instituto Camões.

Dulce Matos distinguiu-se como disseminadora da Literatura e Cultura Portuguesas. Era formada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e diplomada em Língua e Literatura Francesas.

Complementava a atividade docente com o exercício da missão pedagógica de divulgar a literatura de sua pátria em

vários países, notadamente, no Brasil. Em Portugal, fazia o mesmo com a Literatura e a Cultura Brasileiras, realizando, assim, um trabalho de mão dupla com sabedoria e muito sentimento luso-brasileiro.

Com as suas sucessivas vindas ao Brasil, que somam para mais de duas dezenas, realizou um belo intercâmbio cultural. Ao lado de reconhecida capacidade de comunicação, encontrou sempre meios e tempo para acolher visitantes e professores brasileiros em visita a Portugal.

Nas suas comunicações, trouxe de volta um Saramago, um Antero de Quental, um Vitorino Nemésio, uma Natália Correia, um Eugênio de Andrade. A sua presença foi constante no Gabinete Português de Leitura, na Academia de Letras, e com maior razão neste Instituto, que a fez sócia correspondente.

Com conhecimento das duas culturas, portuguesa e brasileira, constantemente estabelecia cotejos entre os escritores dos dois lados do Atlântico. Seja a canção de protesto do português Zeca Afonso, seja a música e letra do brasileiro Chico Buarque de Holanda.

Nas repetidas vindas à Bahia, criou o limo da amizade e da admiração. Tudo que dizia respeito ao relacionamento Brasil-Portugal e Portugal-Brasil despertava o seu interesse.

Assinale-se que Dulce Matos realizou o intercâmbio cultural entre os dois países muito amorosamente, com total desprendimento, sem nenhum suporte governamental ou financeiro. A nossa saudade querida amiga.

6 Nilson Joau e Silva

Nasceu em 24 de janeiro de 1929, em Salvador, estudou na Escola Técnica Federal da Bahia e passou a ensinar Desenho Técnico, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em seguida, realizou o Curso de Desenho e Projetos de Máquinas. Tornou-se desenhista da então Secretaria da Educação e Saúde, no Serviço de Saúde do Interior. Em 1955, começou o curso superior de Engenharia Civil e de Engenharia do Petróleo.

Concluído o curso de Engenharia, passou a assistente de Desenho Técnico do professor Mário Tarquínio, em 1960. Com a aposentadoria deste professor, regeu a disciplina. Depois de 30 anos de atividades didáticas, na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, Nilson aposentou-se como professor adjunto IV. Ensinou e dirigiu a Escola Eletromecânica da Bahia, oportunidade em que criou o curso noturno.

Concomitantemente com a função de professor, trabalhou na Secretaria da Saúde, sendo o responsável por inúmeros projetos, a exemplo da Maternidade Tsyla Balbino. Dirigiu a Estância Hidromineral de Dias D'Ávila, elevada depois a município, e serviu também à Prefeitura de Salvador.

Como perito judiciário, era credenciado em várias comarcas cíveis e comerciais. Assessorou também o Centro Industrial de Aratu e dentre muitas outras funções estaduais, dirigiu o Instituto de Pesos e Medidas do Estado da Bahia (Ipemba).

Pertenceu à Sociedade de Amigos da Marinha, Abrigo do Salvador, Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Aca-

demia de Letras e Artes do Salvador (Alas) e recebeu várias distinções e medalhas. Neste Instituto, foi nosso secretário geral e assessor de patrimônio. Escreveu sobre ciências místicas e filosofia.

Nosso companheiro Joau soube viver laboriosamente e, fazendo a sua parte, deixou-nos um belo exemplo.

Para conforto nosso, que homenageamos os que partiram para a bíblica região do silêncio, oremos com Santo Agostinho:

A morte não é nada,
Apenas passei ao outro mundo.
Eu sou eu. Tu és tu.
Dá-me o nome que sempre me deste.
Fala-me como sempre me falaste.
Não mudes o tom com um ar triste ou solene.
Continua rindo com aquilo que nos fazia rir juntos.
Reza, sorri, pensa em mim, reza comigo.
Que o meu nome se pronuncie em casa,
Como sempre se pronunciou.
Sem nenhuma ênfase, sem rosto de sombra.
A vida continua significando o que significou,
Continua sendo o que era.
O cordão da união não se quebrou.
Porque eu estaria fora de teus pensamentos
Apenas porque estou fora de tua vista?
Não estou longe.
Somente estou do outro lado do caminho.
Já verás, tudo está bem...
Redescobrirás meu coração
E nele redescobrirás a ternura mais pura.
Seca tuas lágrimas e,

se me amas,
Não chores mais.

Façamos um minuto de silêncio em memória dos que se foram.

Acolhimento aos ingressantes

Homenageamos os que partiram. Saudamos os que chegam. Partida e chegada.

É o momento, agora, de acolhermos os que ingressam. É a dinâmica da vida. E o fazemos com entusiasmo e alegria, pressentindo na sua entrada o enriquecimento e a renovação da nossa Companhia.

É com imenso prazer que abraçamos os novos sócios efetivos: Mário de Melo Kertész, publicitário, ex-prefeito de Salvador; Anaci Bispo Paim, ex-reitora da Universidade Estadual de Feira de Santana, ex-Secretária da Educação do Estado da Bahia e presidente da Academia de Educação de Feira de Santana; Josué da Silva Mello, competente e hábil ex-reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana e diretor da Faculdade 2 de Julho; Carlos D'Ávila Teixeira, magistrado; Helen Sabrina Gledhill, estudiosa da Bahia, dos ingleses na Bahia e de Manuel Quirino; Ubaldo Marques Porto Filho, estudioso do Rio Vermelho e biógrafo de Caramuru; Carlos Alberto Reis Campos, arquiteto, ex-professor da Universidade Federal da Bahia; João Paulo Sabino Costa, cônsul geral de Portugal na Bahia; Marcos Roberto Santana, musicista e diretor da Camerata Castro Alves.

Como sócios correspondentes: Antônio Dias Farinha, professor de História da Universidade de Lisboa, especialista no mundo árabe; e Ademir Pereira dos Santos, coordenador do projeto Teodoro Sampaio.

Na categoria de sócio honorário, Fernando Roth Schmidt, chefe da Casa Civil do governador da Bahia.

O instituto se enriquece com os novos sócios, ampliando qualitativa e democraticamente os seus quadros.

Ao terminar, congratulemo-nos com a diretoria do Instituto, abraçando muito carinhosamente a presidente Consuelo Pondé de Sena, pela tenacidade e dedicação com que dirige esta casa, a sua segunda casa, elevando-a a tão alto nível pelo esforço.

Ao governador da Bahia, Jaques Wagner, representado pelo doutor Fernando Schmidt, o reconhecimento, pela pintura externa do nosso belo edifício. Muito obrigado, governador.

Não é fácil gerir um organismo cultural que luta por recursos para a sua manutenção e para a realização dos seus objetivos. Confirmo com minha experiência de presidente da Academia de Letras.

Festejemos com sócios e amigos reunidos o aniversário do Instituto em mais um ano de serviços à comunidade.

Bem hajam

Gratos pela presença e atenção.

Salvador, 13 de maio de 2009.

Salve o 2 de Julho de 2009

*Consuelo Ponde de Sena**

Senhor Governador do Estado da Bahia, Dr. Jacques Wagner, Exmo Sr. Prefeito da Capital, Exmos senhores Senadores da República, Deputados Federais, Estaduais Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, povo da Bahia.

Mais uma vez aqui nos concentramos para um encontro com o civismo. Mais uma vez rendemos nossas homenagens aos heróis do Dois de Julho de 1823, responsáveis pela consolidação da independência pátria.

Não é sem motivo que, decorridos 186 anos da memorável vitória das forças brasileiras nos campos baianos, continuam vivas e vibrantes as emoções do nosso patriotismo. Dia de glória este 2 de julho de 2009, e os demais que o antecederam há mais de um século, pois relembram o fim de uma campanha árdua e heróica. Campanha que está indissolivelmente ligada ao Recôncavo, pois numa das vilas confederadas, Cachoeira, instalou-se o Governo Provisório, tendo sido preparada a resistência nas vilas daquela região.

Após duro enfrentamento de forças desiguais em número, adestramento e armas, nossos soldados batidos pelas duras pelejas, esfarrapados, feridos e famintos, adentravam

* Presidente do IGH

a Estrada das Boiadas, depois Estrada da Liberdade. Aqui chegaram debilitados pelas cruezas da luta insana. Penetraram na cidade, finalmente livre da presença estrangeira, para ocupar o nosso território, finalmente desembaraçado dos que o subjugavam e oprimiam.

No terrível embate valeram-nos a gigantesca ação dos homens da terra e do mar, a bravura dos marinheiros comandados por João das Botas e Lord Cochrane, todos irmanados nos combates e na defesa de Itaparica e da Baía de Todos os Santos. Não esquecer da bravura dos nossos milicianos, dos soldados do Batalhão do Imperador, dos Henriques, do batalhão da Casa da Torre, dos Encourados do Pedrão, dos Periquitos, dos chefes militares: Pedro Labatut, Joaquim de Lima e Silva, Barros Falcão de Lacerda, José Antônio da Silva Castro, o Periquitão, Padre Brayner, Felisberto Gomes Caldeira, sem falar nas mulheres, nos negros, dos índios e caboclos, anônimos todos, mas igualmente merecedores do nosso maior respeito e da nossa mais profunda gratidão.

Entretanto, não devemos repousar sob os louros do passado. Mister se faz repensar o presente e preparar o futuro. Futuro que não pode ser construído com a miséria dos excluídos, com a fome, o analfabetismo, a falta de instrução e de abrigo, com o sacrifício de todos aqueles que não têm o mínimo necessário para a sobrevivência.

Apelo, pois, neste momento de intenso fervor cívico, para ao direito de todos os compatriotas sonharem e almejarem uma sociedade justa e igualitária.

De há muito observo que, nos últimos tempos, não comparecem a esta festa cívica representantes das diver-

sas camadas sociais da Bahia. Por isso, julgo arrefecido o vigor patriótico do povo baiano, outrora presente a esta peregrinação. Verifico que não mais se fazem presentes, como outrora, os integrantes das camadas mais favorecidas da sociedade, descrentes, talvez, das promessas que não se consubstanciam ou atraídos por outros interesses que não os ditados pelo patriotismo. Em contrapartida, como já tenho denunciado, as classes populares estão presentes nesta praça e em todo o cortejo, que se estende da Praça Municipal até o Campo Grande. Este mesmo povo que participa da volta dos caboclos, na noite do dia 5, numa demonstração que não lhe falece o ânimo patriótico.

São eles, os heróis de hoje, que aqui se encontram e se confraternizam com os heróis de ontem. Anônimos, desconhecidos, desempregados, negociantes informais, sobreviventes todos de uma sociedade injusta e cruel, onde muitos ainda buscam oportunidades e têm esperança em dias melhores. São eles, sim, que todos os anos, sozinhos ou acompanhados dos familiares, deixam seus lares distantes e vêm aplaudir as figuras dos carros emblemáticos do Dois de Julho, o caboclo e a cabocla, em cujas simbólicas figuras depositam o ardente patriotismo que abrigam em seus corações.

Depositários das crenças e dos valores do passado resistem bravamente à dura peleja que enfrentam para ganhar o pão de cada dia, ciosos do dever a cumprir. Não faltam, porém, ao clamor da pátria.

No entanto, o sonho da liberdade política deve estar atrelado ao da independência econômica, de sorte que to-

dos os cidadãos desta cidade possam alcançar a felicidade, contando com o mínimo necessário para sobreviver em paz com suas famílias.

Repudiamos a exclusão, a miséria absoluta, a sociedade dividida. Sonhamos com a justiça social, com a cidadania para todos, contra privilégios especiais, notadamente aqueles dotados pelas “imunidades” concedidas pelo desempenho de determinados cargos ou funções.

Aqui estou, mais uma vez, para cumprir as tradições do passado e, na condição de presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fazer a solene entrega dos carros do Dois de Julho ao D. D. Prefeito da Capital. Puxados pelo batalhão Quebra Ferro, desfilarão esses símbolos magníficos pelas velhas ruas da cidade e alcançarão o Campo Grande.

Há precisos 91 anos foi esta honra concedida à Casa da Bahia pelo inesquecível Major Cosme de Farias, um dos mais prestantes filhos desta terra, advogado dos humildes e dos desassistidos, e fundador da Liga Baiana Contra o Analfabetismo. Aliás, por vários instantes estive à Casa da Bahia à frente desses festejos, tendo sua sede monumental sido inaugurada no dia 2 de julho de 1923, como monumento da Independência do Brasil na Bahia. A esta mais que centenária instituição pertenceu e pertencem os historiadores baianos que mais profundamente estudaram a campanha da independência em nosso Estado: Braz do Amaral e Luís Henrique Dias Tavares.

Finalizando este tradicional pronunciamento, dirijo-me, neste instante, ao D. D. prefeito da Capital, Dr. João Henrique

de Barradas Carneiro a quem, a partir, deste instante, transfere
ao povo da Bahia seus símbolos cívicos mais amados, os
carros emblemáticos dos caboclos do Dois de Julho.

Salvador, 2 de julho de 2009

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao professor Roberto Figueira Santos

*Edivaldo M. Boaventura**

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia promove o professor Roberto Figueira Santos de sócio efetivo a presidente de honra da instituição, por iniciativa da presidente Consuelo Pondé de Sena e aprovação unânime da diretoria. Estatutariamente, a presidência honorífica é a nossa maior distinção.

O professor Roberto Santos sucede ao nosso sempre lembrado sócio benemérito Jorge Calmon Moniz de Bittencourt. Ambos os professores universitários, com experiência política e formação acadêmica, dotados de espírito público, o que assegura a continuidade no serviço à instituição.

No conjunto de suas funções, pode-se bem conceber o Instituto como uma entidade para-universitária aberta ao público para cursos, pesquisas e conferências. Como guarda da memória, é espaço onde ressoa a lembrança centenária de baianos eminentes. Por tudo isso, é que se chama Casa da Bahia.

Olhando para frente, com renovados projetos, a instituição revigora-se com o aumento selecionado de sócios

*Orador oficial do IGHB

efetivos e correspondentes e alarga o ciclo de atuação pela admissão de eruditos brasileiros e estrangeiros.

Para o residente em Salvador, frequentador assíduo desta Casa, o Instituto proporciona o debate frequente sobre os interesses da Bahia, da sua história, da sua gente e dos seus problemas.

Para os sócios que assistem em outros estados, na condição de correspondente, se opera a interestadualidade da cultura.

E, para os confrades estrangeiros, a correspondência é um fino liame de pertença à comunidade internacional.

Criou-se em torno do seu acervo uma coorte de usuários e de pesquisadores das fontes documentais. O Instituto é um referencial de cultura de amplo e democrático acesso que atende aos pesquisadores na investigação científica, aos repórteres na apressada tomada de notas, aos alunos na ânsia de realizar o dever escolar e aos frequentadores na leitura habitual dos periódicos.

Com esses objetivos emergentes da sua atuação, o Instituto define-se como órgão disseminador do conhecimento, que se exercita pelo ensino e pela pesquisa, pela preservação da memória e pela tradição que tanto o diferencia.

Meus caros amigos,

São naturalmente elevadas as nossas expectativas com o novo presidente de honra.

O professor Roberto Santos é, essencialmente, um universitário. Construiu uma bela carreira acadêmica com influência na vida política da Bahia e do Brasil.

Notória é a sua liderança, na modernização do ensino médico, na reestruturação da Universidade Federal da Bahia, no desempenho do Conselho Federal de Educação, no desenvolvimento da Bahia e na melhoria do ministério da Saúde.

Marca a sua caminhada a preocupação com os problemas sociais. Explicitamente, no seu último livro, reconhece: “Lacuna das mais graves na formação dos nossos médicos, até então, era a ausência de qualquer convívio, ao longo do curso de graduação, com os problemas de ordem social que influenciam fortemente a saúde dos indivíduos e das populações. Por motivos óbvios, reveste-se este tema de importância ainda maior, onde e quando são precárias as condições de saneamento, de educação e de nutrição, fatores decisivos para a saúde humana.”

Quando professor de medicina, Roberto Santos articulou, pioneiramente, o Hospital Universitário com os Centros de Saúde no atendimento aos bairros populosos de Salvador, notadamente, no Nordeste de Amaralina.

Sucedem-se as etapas de sua atuação didática, científica, administrativa e política a fase associativa, pela convivência nas Academias de Medicina, de Letras e principalmente na Academia Baiana de Educação, onde realizou, enquanto presidente, um trabalho meritório pró formação do professor.

A vocação gregária de Roberto Santos harmoniza-se com as funções deste Instituto. A sua personalidade e o desempenho dos papéis exercidos compõem o perfil desejado para a presidência de honra que se revigora com a sua liderança.

É com o maior entusiasmo que o abraçamos, Doutor Roberto, como presidente de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Gratos pela atenção.

Salvador, 26 de agosto de 2009.

Presidente de honra do IGHB

*Roberto Figueira Santos**

Devo, nesta hora, expressar a minha gratidão aos membros da Diretoria do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, especialmente à sua Presidente, a Professora Consuelo Pondé de Sena, por me haverem ensinado, mediante gesto de absoluta generosidade, a satisfação de assumir a Presidência de Honra desta Casa. Maior ainda é o meu desvanecimento por estar sucedendo, nesta circunstância, ao Professor Jorge Calmon, figura merecidamente reverenciada pela intelectualidade baiana e brasileira. Incluo neste agradecimento especial as palavras de saudação proferidas por Edivaldo Boaventura. Amigo-irmão, temos participado, conjuntamente, Edivaldo e eu, de várias iniciativas de natureza cultural, com plena coincidência de propósitos, de idéias e de procedimentos, no intuito de bem servir à comunidade baiana.

A todos os que aqui vieram abrilhantar a presente sessão, quero manifestar, penhorado, o meu agradecimento.

A atuação dos órgãos dedicados aos estudos da História e da Geografia, no Brasil e no mundo, tem refletido a evolução socio-política das nações e, por sua vez, tem exercido clara influência sobre a conduta dos seres humanos. E assim têm

* Presidente de Honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

se manifestado, ora em conformidade com os padrões predominantes na respectiva cultura, ora em desafio aos mesmos. Tivemos, na Bahia, em gerações passadas, a felicidade de contar com a capacidade de realização do Doutor Bernardino José de Souza, a quem a nossa terra deve a criação deste modelar Instituto que, não só resistiu à ação do tempo, como cresceu aos olhos da nossa comunidade, graças à proficiência das suas lideranças recentes e ao melhor entendimento do significado dos estudos dessa natureza. Para a sua expansão, têm contribuído o aprimoramento da formação de pesquisadores em nossa terra, graças aos estímulos, cada dia mais forte, que se vêm exercendo sobre as atividades de pesquisa nas nossas Universidades, consequentes à expansão da rede nacional de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Por isso, já não caberiam, hoje, os seguintes comentários, embora tão verdadeiros na época em que foram enunciados pelo emérito historiador José Honório Rodrigues, no seu importante livro intitulado “Vida e História”, edição de 1966: “... a pesquisa e a historiografia brasileiras... estão relacionadas com uma sociedade estável e arcaica e por isso a temática dominante é alheia à vida, é conspícua, erudita, adoece de uma formulação má e insuficiente dos problemas. A resposta da sociedade (continua José Honório) é a indiferença aos resultados dos seus trabalhos, o menor apetite pelas obras, a penúria de recursos”. No entanto, permanecem válidas, universalmente, as seguintes palavras publicadas em data mais recente, pelo historiador e homem público Arthur Schlessinger Jr.: “A história não é jamais um livro fechado, ou um veredito final. A grande força da prática da História numa sociedade

livre é a sua capacidade para autocorrigir-se. É esta a infinita fascinação do texto histórico: a busca da reconstrução do que ocorreu há mais tempo, a indagação iluminada pelo prisma multifacetado que muda sempre, e continuamente coloca antigas questões sob nova luz”.

Jorge Calmon Muniz de Bittencourt, meu antecessor na Presidência de Honra desta Casa, foi, acima de tudo, o jornalista que se distinguiu na vida cultural da nossa terra, pela participação na história do diário “A Tarde” o mais importante periódico do Nordeste brasileiro, ao longo de quase um século. Além da sua brilhante e incansável atividade no jornalismo, Jorge Calmon sempre mostrou disposição para participar de inúmeras associações de caráter cultural, na Bahia e fora daqui. E, pelas suas qualidades humanas, invariavelmente, exerceu importante liderança em todas elas. A propósito, lembro as palavras de um dos seus filhos, Mário, ao relatar cena ocorrida quando a família debatia a oportunidade da aceitação de convite feito a Jorge para associar-se a mais uma das instituições que o queria em seu quadro social. Decidiram os mais íntimos, com esse intuito, relacionar as entidades às quais ele já pertencia. E acharam que esse número chegava, salvo engano meu, a nada menos que 39. Esse número, entretanto, está longe de retratar o verdadeiro mérito da sua participação em tais associações, o que será encontrado, de fato, na liderança nelas exercida pelo nosso saudoso Presidente de Honra. Dentre tantas entidades, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia teve lugar especial na categorização das suas preferências. Aliás, os seguintes trechos do prefácio escrito pela Presidente Consuelo Pondé

de Sena, ao livro a ser publicado sob a coordenação do confrade Edivaldo Boaventura, definem acertadamente a atividade do Presidente de Honra que foi Jorge Calmon, na vida deste instituto. Diz Consuelo: “Acompanhava de perto os trabalhos da Casa, auxiliava a diretoria na solução de muitos problemas, não se poupando em acompanhar a Presidência em gestões administrativas externas do IGHB.” Logo adiante, diz a autora do prefácio: “Ao mesmo tempo, ciente da minha combatividade (ainda, palavras de Consuelo), acentuava que eu possuía “asas próprias para voar”, não necessitando de seu permanente assessoramento”. Para felicidade de todos nós, baianos e brasileiros, as asas de Consuelo continuam vigorosas e bem abertas; vejo no primeiro dos trechos que acabo de citar, o verdadeiro roteiro que procurarei seguir, ao tentar suceder, embora sem alcançar substituir, o meu saudoso antecessor, Jorge Calmon.

Dirijo-me, novamente, a Consuelo, a diletta discípula de Frederico Edelweiss. Imaginei redigir em tupi-guarani o agradecimento que quero dirigir à Presidente deste Instituto. Contudo, a minha vida de estudos e pesquisas não foi suficiente, até agora, para chegar a saber, sequer, se a cultura dos nossos antepassados que viviam nas selvas, comportava expressão correspondente ao nosso “muito obrigado”. Faço-o, por isso, na língua de Camões, por nós reconhecida como sendo capaz de expressar os mais nobres e leais sentimentos: Consuelo, muito obrigado. Faço votos para que a sua profícua gestão à frente deste Instituto se prolongue, ininterruptamente, por muitos e muitos anos.

Bahia, 26 de agosto de 2009.

BIBLIOTECA RUY BARBOSA

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2008

1 – INTRODUÇÃO

Durante o ano 2008, foram desenvolvidas atividades técnicas (registro, tombamentos e catalogação) além do atendimento normal a usuários da Biblioteca “Ruy Barbosa” do IGHB.

2 – AQUISIÇÃO E REGISTRO

Livros doados: 84

Livros encadernados: 16

Livros comprados: 46

Jornais encadernados: 6

Jornais reencadernados: 150

Livros e revistas inseridos no sistema: 1071

Livros catalogados: 1000

3 – ATENDIMENTO

Usuários registrados: 1038

Consultas:

Jornais: 754

Revistas: 314

Livros: 1191

4 – CONVENIO

Em 2008 foi assinado o convênio “Restauração de obras raras e modernização dos serviços da biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia” com o Ministério da Cultura.

Implantação do sistema PHL para facilitar a pesquisa pela Internet.

5 – LIMPEZA

Depois de muita solicitação, foi contratada uma faxineira para a limpeza dos livros e das estantes da Biblioteca.

6 – MURAL

Dentro do seu objetivo de informar sobre datas e eventos patrocinados pelo IGHB, a biblioteca manteve o seu propósito de ser um veículo de comunicação com seus usuários.

7 – DESCARTE

A necessidade de abrir espaços para novas aquisições, motivou-nos a realizar descarte de obras antigas (não raras). Uma grande maioria estragada, atacada por fungos, insetos, sem utilidade para o acervo. Duplicatas outras ou fora do interesse da biblioteca, foram separadas para doação a outras bibliotecas.

Analizadas por uma comissão técnica: chefe da biblioteca, diretora e secretário do IGHB com o visto da Presidente da instituição. Procedeu-se em seguida à confecção de listas para encaminhamento a bibliotecas públicas e instituições outras interessadas.

Casa Pia e Colégio Órfãos de São Joaquim
Hospital Português
Biblioteca do Jornal A Cachoeira
Biblioteca do Centro de Artes, Humanidades e Letras
da UFRB
Fundação João Fernandes da Cunha

Esmeralda Maria Aragão
Diretora da Biblioteca

Maria Augusta M. Cardozo
Bibliotecária Chefe

SÓCIOS DO IGHB

PRESIDENTE DE HONRA

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS

BENEMÉRITOS

ANTÔNIO DE PÁDUA CARNEIRO

ANTÔNIO JOSÉ IMBASSAHY DA SILVA

FERNANDO PAES DE ANDRADE

JAQUES WAGNER

NORBERTO ODEBRECHT

PAULO RENATO DANTAS GAUDENZI

HONORÁRIOS

FERNANDO MANUEL DA SILVA REBELO

FERNANDO SCHMIDT

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

EFETIVOS

ADÉLIA MARIA MARELIM

ADELINDO KFOURY SILVEIRA

ADEMAR OLIVEIRA CIRNE FILHO

ADRIANO DE LEMOS ALVES PEIXOTO

ADRIANO EYSEN REGO

ADROALDO DE JESUS BÉLENS

ALBERTO PIMENTEL CARLETTO

ALDELY ROCHA DIAS

ALFREDO EURICO R. MATTÁ

ALÍRIO FERNANDO BARBOSA DE SOUZA

ALOÍSIO PALMEIRA LIMA

ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO JR.

ANA ELISA RIBEIRO NOVIS

ANA LÚCIA DA SILVA TEIXEIRA

ANACI BISPO PAIM

ANGÉLICA MARIA DA A. REIS SOARES
ANTÔNIO CARLOS LEÃO MARTINS
ANTÔNIO IVO DE ALMEIDA
ANTÔNIO LIMA FARIAS
ANTÔNIO LUIZ CALMON TEIXEIRA
ANTÔNIO PLÍNIO PIRES DE MOURA
ARAMIS DE ALMADA RIBEIRO COSTA
ARCHIMEDES JOSÉ STIEBLER P. FRANCO
ARILDA MARIA CARDOSO SOUSA
ARISTEU BARRETO DE ALMEIDA
AROLDO BARREIROS CARDOSO
ARTHUR CÉSAR COSTA PINTO
ASTOR DE CASTRO PESSOA
ÁTICO FROTA VILLAS BOAS DA MOTA
BENEDICTO ALVES DE CASTRO SILVA
BRANCA HORTÉLIO FERNANDES
BRUNO LOPES DO ROSÁRIO
CAIO CÉSAR TOURINHO MARQUES
CAIUBY ALVES DA COSTA
CARLOS ARTUR RUBINOS BAHIA NETO
CARLOS CAMPOS
CARLOS D'ÁVILA TEIXEIRA
CARLOS ROBERTO DE MELO KERTESZ
CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
CÉLIA MARIA LEAL BRAGA
CÉSAR A. BORJA FERNANDEZ CARDILLO
CÍCERO VILAS BOAS PINTO
CID JOSÉ MASCARENHAS
CLAUDELINO MONTEIRO DA S. MIRANDA
CLÁUDIO PONDÊ AVENA
CLOMIR GONÇALVES DA SILVA

CONSUELO NOVAIS SAMPAIO
CORIOLANO ALBERTO OLIVEIRA F.
DENASCY PHYLOCREON DE CASTRO LIMA
DILTON DOMINGOS GOMES DOS SANTOS
DINORAH BERBERT DE CASTRO
DJALMA NAVARRO FALCÃO
DORINE DAISY PEDREIRA DE CERQUEIRA
ELIZABETH PAULINA GEALH
EDUARDO MORAIS DE CASTRO
ELLEN MELO DOS SANTOS RIBEIRO
EMILTON MOREIRA ROSA
EPAMINONDAS COSTA LIMA
ERALDO DIAS MOURA COSTA
ERIVALDO FAGUNDES NEVES
ERNANE NELSON ANTUNES GUSMÃO
EUGÊNIO WALTER PINTO MONTALVÃO
FERNANDO ANTÔNIO DE SOUZA
FERNANDO DE SOUZA PEDROSA
FERNANDO SANTANA ROCHA
FRANCISCO BENJAMIN DE CARVALHO
FRANCISCO CÉSAR LINS SANTANA
FRANCISCO JORGE DE OLIVEIRA BRITO
FRANCISCO NETO DE BORGES REIS
FRANKLIN DE CARVALHO OLIVEIRA JUNIOR
FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR
GABRIELLA MICKS
GERALDO DANNEMANN
GERALDO MAGALHÃES MACHADO
GERANA COSTA DAMULAKIS
GERSON PENNA NETO
GILBERTO CAETANO DE JESUS

GILBERTO SAMPAIO PITHON
GILDÁSIO VIEIRA DE FREITAS
GLÁUCIA LEMOS
GUILHERME CORTIZO BELLINTANI
GUILHERME REQUIÃO RADEL
GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA
HELEN SABRINA GLEDHILL
HELIO DE OLIVEIRA CARDOSO
HÉLIO JOSÉ BASTOS CARNEIRO DE CAMPOS
HYLO BEZERRA GURGEL
IRTON VILLAS LEÃO
ISADORA PEREZ ALVES PEIXOTO
ISRAEL DE OLIVEIRA PINHEIRO
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
IVANILTON SANTOS DA SILVA
JAIME OLIVEIRA DO NASCIMENTO
JAN MAURÍCIO OLIVEIRA VAN HOLTHE
JAYME NEWTON VASCONCELOS DE LEMOS
JAYME RAMOS DE QUEIROZ
JOACI FONSECA DE GÓES
JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA MATTA
JOÃO AUGUSTO DE LIMA ROCHA
JOÃO BOSCO SOARES DOS SANTOS
JOÃO DA COSTA FALCÃO
JOÃO EURICO MATTA
JOÃO JUSTINIANO DA FONSECA
JOÃO PAULO MARQUES SABIDO COSTA
JOAQUIM AUGUSTO C. BANDEIRA
JORGE SANTANA BISPO JÚNIOR
JORGE VAZ LORDELO
JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS

JOSÉ ANTÔNIO DE MELLO VICENTINI
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA
JOSÉ BERNARDO CORDEIRO FILHO
JOSÉ CARLOS AUGUSTO DA SILVA
JOSÉ DA SILVA GAZAR
JOSÉ DIONÍSIO NÓBREGA
JOSÉ DO PATROCÍNIO COELHO DE ARAÚJO
JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA FILHO
JOSÉ EUGÊNIO TRAMONTANO
JOSÉ JORGE RANDAM
JOSÉ JORGE SOUSA CARVALHO
JOSÉ LUIZ GANEM
JOSÉ MARCOS PONDÉ FRAGA LIMA
JOSÉ NILTON ALVES PEREIRA
JOSÉ PENEDO C. DE ALBUQUERQUE
JOSUÉ DA SILVA MELLO
JURACY MAGALHÃES NETO
KÁTIA MARIA COELHO DE C. CUSTÓDIO
LEDA LAZARA PIMENTEL LOPES
LIZIR ARCANJO ALVES
LÚCIA MARIA DA FRANCA ROCHA
LUÍS FERNANDO GALVÃO DE ALMEIDA
LUIS GUILHERME PONTES TAVARES
LUIZ ANTÔNIO CAJAZEIRA RAMOS
LUIZ DE PINHO PEDREIRA DA SILVA
LUIZ GONZAGA DA SILVEIRA
LUIZ OVÍDIO FISCHER
LUIZ VIANNA NETO
LUIZA MARIA VASCONCELOS VIANNA
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS NETO
MANOEL BOMFIM RIBEIRO

MANOEL J. F. DE BARROS SOBRINHO
MARCEL LAVALLÉE
MARCOS GORENDER
MARCOS ROBERTO DE SANTANA
MARIA ÂNGELA BARREIROS CARDOSO
MARIA ANGÉLICA BARREIROS CARDOSO
MARIA BETTY COELHO SILVA
MARIA DE VASCONCELOS TAVARES
MARIA DULCE CARDOSO CARDOSO
MARIA ELEONORA CAJAHYBA
MARIA HELENA LANAT P. DE CERQUEIRA
MARIA LUIZA PINTO LEITE GONÇALVES
MARIA NADJA NUNES BITTENCOURT
MARIA TEREZA SALLES N. DE BRITO MATOS
MÁRIO DE MELLO KERTÉSZ
MÁRIO LINDENOR BASTOS BRITO
MÁRIO MENDONÇA DE OLIVEIRA
MAURICIO TOURINHO DANTAS
MAZINETE VASCONCELOS DE LEMOS
MIGUEL ANGELO ALMEIDA TELES
MOACYR PINHEIRO DA SILVA
NANCI ELIZABETH ODDONE
NEWTON CLEYDE ALVES PEIXOTO
NILTON JOSÉ COSTA FERREIRA
ORLINS SANTANA DE OLIVEIRA
OSVALDO DE ALMEIDA BOMFIM
OSVALDO DE OLIVEIRA BASTOS NETO
OSVALDO FRANCISCO MARTINS
PABLO SOTUYO BLANCO
PAULO COSTA LIMA
PAULO EMÍLIO PARENTE DE BARROS

PAULO FARIA
PAULO MOTTA ALVES PEIXOTO
PAULO SEGUNDO DA COSTA
PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS
PEDRO FAUSTINO DE SOUZA PONDÉ
PENILDON SILVA FILHO
RAMIRO SENNA BERBERT DE CASTRO
RAUL AFFONSO NOGUEIRA CHAVES FILHO
REGINA STELLA CALMON TEXEIRA DIAS LIMA
RENATO LUÍS SAPUCAIA BANDEIRA
RENATO SIMÕES FILHO
RITA DE CÁSSIA CARVALHO ROSADO
RITA MARIA CRUZ PIMENTEL
RIZOVALDO DA SILVA MENEZES
ROBERTO FIGUEIRA SANTOS
ROBERTO JOSÉ DE SOUZA
ROBERTO NUNES DANTAS
ROMÁRIO COSTA GOMES
SEBASTIÃO HEBER VIEIRA COSTA
SÉRGIO AUGUSTO SOARES MATTOS
SÉRGIO EMÍLIO SCHLANG ALVES
SÉRGIO FRAGA SANTOS FARIA
SILVIA ATHAIDE
SÔNIA MARIA DE COUTO JONAS
SUZANE CALMON TEIXEIRA DIAS LIMA
SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA
SYLVIO DE CARVALHO MARBACK
TASSO PAES FRANCO
TATIANA BRITO DE ARAÚJO
UBALDO MARQUES PORTO FILHO
VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI

VERA MADALENA P. BARRETO DE ARAÚJO
VICENTE FAVELLA FILHO
VICTOR GRADIN
VIVALDO COSTA LIMA
WALDETTE MARIA DOS SANTOS
WALTER LUIZ BRITO DOS SANTOS
WELLINGTON CARLOS LEÃO SAMPAIO
WILLIAM VIEIRA DO NASCIMENTO
WILSON THOMÉ SARDINHA MARTINS
WOLF IMMISCH
YARA DULCE D. ATAÍDE
ZITA MAGALHÃES ALVES

REMIDOS

ABIGAIL MARIA DE SOUZA LORDELLO
ADHEMAR MARTINS BENTO GOMES
ADINOEL MOTTA MAIA
AFONSO MACIEL NETO
AGNALDO BAHIA MONTEIRO
AIDRE DA CUNHA GUEDES
ALBERTO SALES PARAÍSO BORGES
ALMERINDO CÉSAR DE QUADROS
ALMIR DE OLIVEIRA SANTOS
ALOILDO GOMES PIRES
ÁLVARO PINTO DANTAS DE CARVALHO
ANGELINA NOBRE ROLIM GARCEZ
ANNA AMÉLIA VIEIRA NASCIMENTO
ANTÔNIA DE A. ERDENS
ANTONIETTA D'AGUIAR NUNES
ANTÔNIO JESUÍNO DOS SANTOS NETO

AUGUSTO MANOEL T. DE SOUZA BRAGA
CÍCERO PESSOA DA SILVA
CID JOSÉ TEIXEIRA CAVALCANTE
CLÁUDIO DE ANDRADE VEIGA
CLÓVIS ÁLVARES LIMA
CONSUELO PONDÉ DE SENA
CYDELMO CLYDES TEIXEIRA CAVALCANTE
EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA
EDLA ALCÂNTARA ANGELIM
EDUARDO JORGE MENDES MAGALHÃES
EDUARDO SABACK DIAS DE MORAES
ESMERALDA MARIA DE ARAGÃO
EUVALDO DE CASTRO BATISTA NEVES
EVERALDO PEDREIRA ROCHA
FERNANDO DA ROCHA PERES
FERNANDO PINTO DE QUEIROZ
FRANCISCO PINHEIRO LIMA
GASPAR SADOCK DA NATIVIDADE
GEORGE ALAKIJA
GERALDO DANNEMANN
GERMANO DIAS MACHADO
GERMANO TABACOFF
GERSON PEREIRA DOS SANTOS
HELENA MARGARIDA M. ABREU
HERMANO AUGUSTO MACHADO
HILDETE MARIA DA ENCARNAÇÃO
ISAURA PRISCO PARAÍSO
JAIRO CUNHA
JOÃO CARLOS TOURINHO DANTAS
JOÃO DA COSTA PINTO VICTÓRIA
JONAS DE SOUZA CARVALHO

JOSÉ AUGUSTO GUIMARÃES
JOSÉ CARLOS MAGALHÃES
JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
JOSÉ GÓES DE ARAÚJO
JOSÉ MARIA MAGNAVITA
JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUZA
JOSÉ PEROBA
JOSÉ RAMOS DE QUEIROZ
JOVINIANO DE CARVALHO NETO
LAMARTINE DE ANDRADE LIMA
LÚCIA MARIA RUAS GASPAR
LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES
MANOEL JOSÉ PEREIRA DA SILVA
MARIA DO CARMO SARDINHA MARTINS
MARIA DO SOCORRO TARGINO MARTINEZ
MARIA HELENA OCHI FLEXOR
MARIA INÊS CORTES DE OLIVEIRA
MARIA MERCEDES DE OLIVEIRA ROSA
NELSON FIGUEIREDO PONDÉ
NILTON JOSÉ DE SOUZA FERREIRA
OLGA MAGNAVITA BATISTA NEVES
REMY POMPILHO F. DE SOUZA
SÍLVIO DE ALMEIDA PASSOS
VASCO AZEVEDO NETO
VITOR HUGO CARNEIRO LOPES
WALDIR FREITAS OLIVEIRA
WALTER CARNEIRO DA SILVA

CORRESPONDENTES

A.J.R. RUSSEL WOOD
ABILARDE DUARTE

ADEMIR PEREIRA DOS SANTOS
ADILSON CÉZAR
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO
AIDENOR AIRES PEREIRA
ALBERTO ALMADA RODRIGUES
ALBERTO FREDERICO LINS CALDAS
ALBERTO MARTINS DA SILVA
ALBERTO VENÂNCIO FILHO
ALCEU MAYNARD DE ARAÚJO
ANTONELLA RITA ROSCILLI
ANTÔNIO AUGUSTO DE MENEZES DRUMOND
ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA
ANTÔNIO DIAS FARINHA
ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
ANTÔNIO FERREIRA PAIM
ANTÔNIO PEDRO DE BACELAR CARRILHAS
ANTÔNIO POSSIDÔNIO SAMPAIO
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS
ARNALDO ARANTES
ARNO WEHLING
ARRAES DE VILHENA FALCÃO
ARTUR MARTINS FRANCO
AURELIANO LEITE
BERTHOLD ZILLY
CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA
CARLOS MAGNO ESTEVANOVIC
CARLOS TASSO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA
CARLOS VIANEY OLIVEIRA
CELSO JALOTO ÁVILA JÚNIOR

CRHISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JÚNIOR
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
DANIEL ANTUNES JÚNIOR
DAVIS RIBEIRO DE SENA
DICK EDGAR IBANA GRASSO
DINO WILLY COZZA
DOUGLAS APRATTO TENÓRIO
EDIVAL DE MELO TÁVORA
EDMUNDO ANÍBAL HERÉDIA
EDMUNDO FERNÃO MONIZ DE ARAGÃO
EDUARDO DA SILVA
ELIANA CALMON ALVES
ENÉLIO LIMA PETROVICH
EPITÁCIO PEDREIRA DE CERQUEIRA
ESTHER CALDAS GUIMARÃES BERTOLETTI
ESTHER REGINA LARGMAN
FERNANDO ABOTT GALVÃO
FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
FERNANDO HIPÓLITO DA COSTA
FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
GLORIA KAISER
GUILHERME GOMES DA SILVEIRA D'ÁVILA LINS
GUTEMBERG MEDEIROS COSTA
HELENA PARENTE CUNHA
HENRIQUE PINTO REMA
HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
HUGO RAMÍREZ
IONAM GALO TOSCANO BRITO
ISIDORO VÁSQUEZ DE ACUNÃ Y GARCIA DEL POSTIGO
IVO GASTALDONI
JAIR FERNANDES DE MOURA

JANETE RUIZ DE MACEDO
JOÃO ALFREDO DE SOUZA MONTENEGRO
JOÃO ANTÔNIO DA SILVA CEZIMBRA
JOÃO MAURÍCIO DE ARAÚJO PINHO
JORGE DE SOUZA DUARTE
JORGE FORJAZ
JOSÉ ANTÔNIO NUNES BEJA DA COSTA
JOSÉ ARTHUR RIOS
JOSÉ AUGUSTO VENTÍN PEREIRA
JOSÉ IBARÊ DANTAS
JOSÉ MENDONÇA TELES
JOSÉ PEDRO NICODEMOS
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
KABENGELE MUNANGA
LÉA BRÍGIDA ROCHA DE ALVARENGA ROSA
LUÍS ALBERTO CIBILS
LUIZ ALBERTO DE VIANA MONIZ BANDEIRA
LUIZ DA MOTA MENEZES
LUIZ DE BARROS GUIMARÃES
LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
LUIZ PHILIPPE PEREIRA LEITE
LUITGARDE OLIVEIRA CAVALCANTI BARROS
LYDIA PINHEIRO DE ARAÚJO SÁ
MARCUS JOAQUIM MACIEL DE CARVALHO
MARCUS SOARES DE ALBERGARIA DA COSTA
MARCUS VINÍCIUS VILAÇA
MARIA BELTRÃO
MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
MARIA DULCE COELHO MATOS
MARIA THÉTIS NUNES
MÁRIO PORTUGAL FERNANDES PINHEIRO

MAX JUSTO GUEDES
MIGUEL MARIA SANTOS CORRÊA MONTEIRO
NAPOLEÃO TAVARES NEVES
OLINDO HERCULANO DE MENEZES
PAULO COÊLHO DE ARAÚJO
PAULO FERNANDO DE MORAES FARIAS
PAULO ROBERTO PEREIRA
PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO
PLAUTO AFONSO DA SILVA RIBEIRO
RAIMUNDO DE OLIVEIRA BORGES
RAIMUNDO FELIPE SOBRINHO
RAUL GIOVANNI DE MOTA LODY
RAYMUNDO LARANJEIRA
RICARDO DE CARVALHO
ROBERTO CASALI
ROBERTO VENTURA
RUI MANUEL CORDEIRO DE VIEIRA RASQUILHO
RUY N. MIRANDA
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
SÉRGIO MARTÍNEZ BAEZA
TÚLIO VARGAS
VAMIREH CHACON A. NASCIMENTO
VERÍSSIMO DE MELO
VICENTE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WAGNER EUSTÁQUIO DE ARAÚJO
WALTER CARVALHO MERLING JÚNIOR
WASHINGTON LUÍS ANDRADE ARAÚJO
WELLINGTON ESTEVANOVIC
WILSON ESTEVANOVIC NETO
WILSON GEALH

RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO 2008

COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO

O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio do INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA possui mais de 11.000 documentos, formado de documentos doados entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias, etc.

Em 21 de janeiro, a diretora do Arquivo Histórico compareceu ao lançamento do catálogo da exposição sobre Theodoro Sampaio com documentação cedida, em 2007, por este instituto.

MOVIMENTO DE CONSULTA

15 usuários consultaram em nosso acervo 26 documentos e 60 fotografias.

ESPAÇO

A Diretoria de Arquivo Histórico Theodoro Sampaio aguarda espaço e material próprio para melhor acomodação do material arquivístico.

2008

Consulta de Usuários ao Arquivo			
Meses	Usuários	Fotografia	Documentos
Janeiro			
Fevereiro	2	15	1
Março	1	3	
Abril			
Maiο	2	3	1
Junho			
Julho			
Agosto	1		1
Setembro	1	3	1
Outubro	4	3	
Novembro	3	23	8
Dezembro	3	10	14
TOTAL	15	60	234

Arq. Zita Magalhães Alves

DIRETORA

Atividades Culturais 2008

JANEIRO	
02 a 31	Férias
28	Posse da Diretoria eleita para o biênio 2008/2009
FEVEREIRO	
01 a 05	Carnaval
07	Início das atividades do ano de 2008
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
13	Sessão Comemorativa do <i>114º aniversário de fundação do IGHB e abertura do Simpósio Internacional “A Família Real na Bahia 1808-2008”</i> , às 19h
14 a 16	<i>Simpósio Internacional “A Família Real na Bahia – 1808-2008”, das 9h30 às 17h30.</i>
JUNHO	
19	Festa junina.às 17h

JULHO	
15	Lançamento do livro <i>Memória da imprensa contemporânea da Bahia</i> , organizado pelo professor doutor Sérgio Mattos, das 18 às 21h.
AGOSTO	
13	Lançamento do livro: Caminhos do Açúcar: engenhos e casas grandes das Alagoas, dos historiadores Douglas Apratto Tenório e Carmen Dantas
20	Sessão Comemorativa dos 90 anos de fundação da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, no dia 20 de agosto de 2008
25 a 29	<i>Seminário Manuel Querino – Vida e Obra</i> , das 14h30 às 17h30.
SETEMBRO	
11	Palestra do professor Ângelo Serpa com o tema: <i>Redes de sociabilidade e manifestações culturais nos bairros populares de Salvador</i> , às 18h30, seguido do relançamento da obra <i>Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais</i> .
24	Apresentação Musical “ <i>Os primórdios do Choro</i> ”, por Paulo Emilio e o grupo Trilha de Cordas, às 18h
OUTUBRO	
29	Palestra da escritora e sócia correspondente Glória Kaiser, Padre Vieira e a Rainha Cristina Alexandra da Suécia: observações e comentários, às 17h30.

NOVEMBRO	
26	Palestra do prof. Paulo Costa Lima sobre: <i>Interfaces entre o Erudito e o Popular na Música Brasileira</i> , às 17h30, em seguida apresentação musical com Show de Chorinho, com Paulo Emílio e o grupo Trilhas de Cordas.
DEZEMBRO	
04	<i>Caruru</i> , às 17 h.
18	Lançamento do livro <i>Fibra baiana</i> de Célia Beatriz Gime- nez, das 18 às 22h
19	Confraternização natalina às 17h.

Normas para apresentação de Trabalhos

1. Os trabalhos/artigos devem ser digitados em Programa Word: fonte Times New Roman, observando que o texto deve estar em corpo 12, as citações em corpo 10 e as notas de rodapé em corpo 9.
2. Configuração da página: A-5 (14,8 X 21) margem de 2 cm em todos os lados (esquerda, direita, superior e inferior).
3. Parágrafo com alinhamento justificado e espaçamento interlinear de 1,5 cm
4. Recuo de 1 cm para a primeira linha dos parágrafos e 2,5 para citações (em coluna)
5. As referências bibliográficas, em nota de página, devem ser restritas ao mínimo indispensável. Caso necessário, seguir o exemplo: (Castoriadis, 2000: p. 151). A bibliografia deve constar no final da página do artigo com a referência completa, ou seja, a) autor b) título da obra (em itálico); c) ano da edição, se não for a primeira; d) local da publicação; e) nome da editora; f) data de publicação; g) número da página. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000; p. 151.
6. Para artigos citados: a) autor; b) Título do artigo; c) Título do periódico (em itálico); d) local da publicação; e) número do volume; f) número do fascículo; g) página inicial e final; h) mês e ano. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. *O marxismo: balanço provisório*. Revista *Qvinto Império*, Salvador, n. 1, p. 25-42, jan./mar., 2006.
7. À medida do possível, as Normas Brasileiras de Documentação (ABNT) devem ser seguidas.
8. Identificação do artigo, do autor e o resumo devem constar do trabalho apresentado. O nome do artigo em negrito (centralizado), fonte Times New Roman, corpo 14. O nome do autor em fonte arial, corpo 12.
9. No final da página constar um memorial resumido do autor do artigo.

Exemplo:

Autor: Antonio Pi
Doutor em Letras pela USP
Professor da UNEB, Departamento XYZ
E-mail: pi@uol.com.br

10. Do resumo do artigo (caixa alta e negrito).
Fonte Times New Roman, corpo 10 (centralizado)
Palavras-chave
Do abstract (caixa alta e negrito)
 11. Dois toques após as referências do resumo e palavras-chave em Português ou em outra língua, a prioridade em inglês para o Início do Texto.
 12. As ilustrações ou quaisquer outros como gravuras, fotografias, gráficos, esquemas são designados como Figuras, numeradas no texto, de forma abreviada, entre parênteses ou não, conforme a redação; quando indispensável o uso das figuras e/ou fontes especiais, indicar o programa em que foram gerados e enviar o arquivo fonte em disquete ou mídia (cd).
Exemplo: Fig. 1. As figuras devem trazer um título ou legenda, abaixo da mesma, digitado na mesma largura desta.
 13. Entrega dos artigos: Os textos deverão ser remetidos ou entregues à Editoração Geral da Revista.
- O artigo deverá ser apresentado em disquete ou mídia (cd) devidamente etiquetado e identificado com o nome do autor e uma cópia impressa.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

é uma edição da Quarteto Editora.

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213 – Ed. Golden Plaza, s/702
Parque Bela Vista – Brotas – Salvador-Bahia
CEP 41.275-000 – Tel.: (0xx)71-3452-0210 – Telefax: (0xx)71-3353-5364
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br
josec.santanna@terra.com.br

Salvador – 2008